



ANUÁRIO DA PMPA 2024



Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado Pará

Ualame Fialho Machado

Secretário de Estado de Segurança Pública e
Defesa Social

José Dilson Melo de Souza Júnior

CEL QOPM RG 18044 - Comandante-Geral da
Polícia Militar do Pará

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros
CEL QOPM 27039

MEMBROS

Luis Marcelo Bilóia da Silva
CEL QOPM RG 12884

Paulo Jorge Miranda Lucas
CEL QOPM RR RG 21168

Júlio Ildelfonso Damasceno Ferreira
TEN CEL QOPM RG 26288

Kátia Vanessa Coutinho Chaves
MAJ QOPM RG 35505

Cinthya Thereza da Costa Milhomem Brito
MAJ QOPM RG 35500

Faustino José Alves da Silva
MAJ QOPM RG 33374

Ademir Gonçalves Corrêa Junior
MAJ QOPM RG 35496

Joyce Wania Lira Louzada
MAJ QOPM RG 32499

Elcimar Maria de Oliveira Lima
CAP QOPM RR RG 18530

Cláudio Wallace Lisboa Almeida
1º TEN QOPM RG 42793

Luciana Aparecida Cabral Coelho Mazzé
1º TEN QOPM RG 38098

Marco Antônio Pedrosa de Araújo
1º TEN QOPM RG 30106

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
3º SGT PM RG 32510

Wanderson Ferreira Pantoja
3º SGT PM RG 36794

João Henrique Dias Cabral
CB PM RG 40163

Ramon Rauda Souza Costa
CB PM RG 42803

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Elcimar Maria de Oliveira Lima
CAP QOPM RR RG 18530

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
3º SGT PM RG 32510

Douglas Matheus Melo de Oliveira
Jade Maria da Silva Coêlho
Jennifer Nogueira Barata

REVISÃO GERAL

Elcimar Maria de Oliveira Lima
CAP QOPM RR RG 18530

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
3º SGT PM RG 32510

Wanderson Ferreira Pantoja
3º SGT PM RG 36794

João Henrique Dias Cabral
CB PM RG 36794

Juliana Barbosa Brasil

ILUSTRAÇÃO INFOGRÁFICA

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
3º SGT PM RG 32510

Douglas Matheus Melo de Oliveira
Jade Maria da Silva Coêlho

Jennifer Nogueira Barata

LAYOUT

Douglas Matheus Melo de Oliveira
Jade Maria da Silva Coêlho
Jennifer Nogueira Barata

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Douglas Matheus Melo de Oliveira
Jade Maria da Silva Coêlho
Jennifer Nogueira Barata

COLABORADORES

Fernando Alberto Souza Lima
MAJ QOPM RG 35462
Célia Pereira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P221a Pará. *Polícia Militar. Estado-Maior Geral*, 2. Seção.
Anuário da PMPA 2024. — Belém : PMPA, 2025.

222 p. : il. color. ; 30 cm

Inclui referências bibliográficas

1. Pará. *Polícia Militar* - Estatística. I. Título.

CDD 23. ed.— 355.0021

Elaborado por Célia Pereira Ribeiro – CRB-2/1199

SUMÁRIO



05

Apresentação

90

Educação e Cultura:
formação e aperfeiçoamento
para a excelência da instituição

07

Palavras do Comandante-Geral

104

Articulação operacional

08

Entre os campos de futebol e os
campos de guerra

178

Antes de tudo, inteligência!

16

Gestão e Estratégia

194

Logística: aquisição e
investimentos estratégicos

52

Responsabilidade social:
uma missão além dos quartéis

216

Orçamento em ação:
execução financeira em foco

68

Valorização e cuidado:
compromisso com quem protege

227

Referências bibliográficas



Hana Ghassan Tuma - Vice-governadora e
Secretária de Estado de Planejamento e Administração



APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

O Anuário 2024 da Polícia Militar do Pará tem como objetivo registrar e compartilhar as ações, conquistas e desafios enfrentados pela Corporação de Fontoura ao longo do ano. Com caráter informativo e transparente, esta obra apresenta à sociedade paraense os avanços e iniciativas em segurança pública promovidos pela Polícia Militar do Pará, reforçando seu compromisso com a proteção e o desenvolvimento do estado.

As páginas a seguir destacam o desempenho das diversas ações realizadas pelos órgãos de direção geral, intermediária, setorial, de apoio e de execução que compõem a estrutura organizacional da Corporação de Fontoura. Somado ao comprometimento e à seriedade de nossa tropa, esses esforços contribuíram de forma decisiva para posicionar o Estado do Pará em um cenário de destaque nacional no campo da segurança pública.

Em 2024 a Polícia Militar do Pará consolidou conquistas históricas que reafirmam a excelência do sistema de segurança pública estadual. Sob uma gestão estratégica, alinhada às diretrizes prioritárias do Governo do Pará, alcançou-se reduções contínuas nos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), registrando o melhor desempenho da série histórica desde 2010.

Destacam-se ainda os avanços significativos na infraestrutura operacional, com a reforma e construção de unidades na capital e no interior, proporcionando ambientes mais seguros e adequados para o trabalho policial. Outro ponto relevante é a renovação da frota de viaturas, com a incorporação de picapes traçadas, que garantem maior mobilidade em todas as regiões do estado, ampliando a presença ostensiva. Além disso, a aquisição de veículos e embarcações blindadas e semiblandadas fortalece o combate ao crime organizado em áreas urbanas e fluviais. Outro marco importante foi a ativação da segunda Base Fluvial em Óbidos, que se soma à de Breves, ampliando o controle estratégico nas regiões de fronteira e nos rios.

Outro avanço a ser destacado é a ampliação do uso de câmeras corporais pelo efetivo da Capital e da Região Metropolitana, medida que reforça a transparência e a proteção tanto para os policiais quanto para os cidadãos, bem como a expansão do monitoramento inteligente em áreas críticas, com a integração de câmeras de alta definição, drones e tecnologia de georreferenciamento. Além disso, a padronização do armamento, com a adoção da pistola Beretta APX *Full Size*, calibre .40, representa um salto na eficiência e na segurança das operações policiais.

Dessa forma, alinhados às diretrizes do Governo do Estado, seguimos firmes em nosso propósito de manter-nos como uma Instituição Militar de tradição, pautada pela legalidade, moralidade e ética, dedicada à defesa da sociedade e à consolidação do título de "Patrimônio do Povo Paraense".


Hana Ghassan Tuma



José **Dilson** Melo De Souza **Júnior** - Cel. QOPM
Comandante-Geral da PMPA



PALAVRAS DO COMANDANTE-GERAL

Senhoras e senhores, é com grande honra e orgulho que apresentamos o Anuário da Polícia Militar do Pará do ano de 2024, um retrato fiel do compromisso inabalável de nossa instituição com a segurança e bem-estar da sociedade paraense. Este anuário é mais do que uma simples publicação; é um reflexo do trabalho incansável e das conquistas alcançadas ao longo de mais um ano de desafios, superações e vitórias.

Em 2024, atuamos firmes no propósito de garantir a ordem pública, respeitar os direitos fundamentais e promover a paz, com foco na melhoria contínua da capacitação de nossos profissionais, na modernização de nossa estrutura e no fortalecimento dos laços de confiança com a comunidade.

Este Anuário reúne não apenas números e dados, mas histórias de coragem, compromisso e, sobretudo, a vontade de servir e proteger. A cada página, fica evidenciado o esforço coletivo dos homens e mulheres da Polícia Militar do Pará, que, com dedicação e coragem, fazem a diferença no cotidiano de nosso estado.

Durante este ano (2024), sexto ano do mandato do Exm^o. Sr. Governador do Estado Dr. Helder Zuhluth Barbalho e deste Comandante, à frente da Polícia Militar do Pará, foram registrados feitos inéditos atingidos pelo sistema de segurança pública do estado, com destaque para a redução contínua nos índices de crimes violentos letais intencionais (CVLI), e o melhor ano da série histórica, desde o ano de 2010. Tal feito faz parte de uma estratégia acertada do Governo do Estado em priorizar, desde o início da atual gestão, o protagonismo nas estratégias e ações de segurança pública, destinando recursos financeiros, logísticos, tecnológicos e estruturais, bem como investindo no principal capital do estado, que são os seus agentes, pessoas naturais, servidores públicos que recebem a importante tarefa de atuar em nome do Poder Público estadual, proporcionando segurança e paz ao povo paraense.

Por fim cabe destacar a construção e reforma dos prédios de várias unidades da capital e interior, garantindo maior conforto e segurança aos policiais militares, bem como a conclusão da substituição da frota antiga, por novas viaturas traçadas, tipo picape, que conseguem trafegar em todas as vias do estado. Destaque também para a ampliação no número de *bodycam* (câmeras corporais), que já são utilizadas pelo efetivo das unidades da Capital e Região Metropolitana, a continuidade da troca do armamento de porte utilizado pela Corporação, com padronização da pistola Beretta APX *Full Size*, calibre .40., a aquisição de viaturas e embarcações blindadas e semiblandadas, além da ativação de mais uma Base Fluvial, no município de Óbidos, totalizando duas, com a que opera no município de Breves.

Caro leitor, esta edição apresenta os avanços, as conquistas e melhorias realizadas pela PMPA no propósito de servir e proteger as pessoas e o patrimônio no território paraense. A Corporação continua preservando a ordem pública, prevenindo e reprimindo as ações delituosas e integrando-se com a sociedade, através da polícia ostensiva e da promoção dos direitos humanos para garantir a paz social e, com isto, sendo reconhecida como patrimônio da sociedade paraense e garantidora de direitos, em razão de sua excelência no cumprimento da missão.

Avante PMPA!

Bora trabalhar!

Dilson Júnior

ENTRE OS CAMPOS DE FUTEBOL E OS CAMPOS DE GUERRA



Ferreira Coelho, o General que gravou seu nome na história!

O carioca José Manoel Ferreira Coelho, nascido em 4 de abril de 1902, foi um conceituado militar brasileiro, cuja notoriedade é reconhecida no âmbito da Polícia Militar do Pará. Seus feitos, entretanto, ultrapassam os limites das instituições militares, onde fez carreira, influenciando padrões de conduta, criando tradições e elevando o nome das instituições por onde passou, civis ou militares.

Além de sua notável carreira militar, Ferreira Coelho também se destacou como um talentoso *sportman*, praticando diversas modalidades: no futebol, começou sua carreira no Fluminense, clube da capital carioca, conquistando vários títulos. Ele também representou a seleção brasileira na Copa América. Em Belém, foi atleta e dirigente do Clube do Remo.

Esta não é uma biografia, mas sim uma análise de sua trajetória profissional, conforme distinção apontada por Karsburg (2015). Assim, serão apresentados trechos selecionados de sua jornada profissional, correlacionados com os contextos sociopolíticos das épocas estudadas.

Resta-nos, agora, descobrir quem foi essa figura ilustre e qual sua contribuição para a Polícia Militar do Pará, que justificou a criação de uma das mais importantes condecorações da corporação em sua homenagem, destinada a militares que se destacam nos estudos e alcançam a primeira colocação nos cursos de formação da briososa de Fontoura.

Os levantes e revoltas: a carreira inicial

Podemos dizer que a trajetória militar de Ferreira Coelho teve início em 1914, ano em que foi aceito no Collégio Militar de Barbacena, Minas Gerais (Jornal O Pharol, MG, 05/06/1914). Em 1918, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, na capital federal (RJ). Em janeiro de 1922, foi declarado Aspirante-à-Oficial. Sua carreira foi marcada, em grande parte, pelo seu excepcional grau de profissionalismo e dedicação à vida castrense, possuindo inúmeros elogios em sua ficha de alterações pessoais.

Ainda no posto de Tenente, teve seu “batismo de fogo” (Machado, 2024) ao combater ativamente os revoltosos do Forte de Copacabana, em julho de 1922. O Tenente Ferreira Coelho.

Figura 1: Cerimônia de declaração dos Aspirantes-à-Oficial do Exército, em 7 de janeiro de 1922.



Fonte: A Noite (RJ), 07/01/1922.

Foi mobilizado às 21 horas do dia 4 de julho dentro do quartel, e foi designado para o comando de um pelotão durante o dia 5 de julho, sendo alocado para a localidade conhecida como túnel velho, permanecendo como sentinela enquanto houvesse a possibilidade de fuga ou de ataque dos revoltosos que debandaram da unidade revoltada” (Machado, 2024, p. 165).

Figura: 2 “O Exército da Legalidade”.



Fonte: Gazeta de notícias (RJ), 27/07/1922.

Cumprindo as ordens que lhe foram confiadas, Coelho foi homenageado, junto aos demais partícipes do combate, pelo Senado Federal e Presidência da República.

Em 1930, o militar esteve lotado no 3º Regimento de Infantaria, na capital Federal. No dia 23 de outubro daquele ano, o Tenente Coronel Estevam Dionysio D’ávila Lins, Subcomandante do Regimento, reuniu seus oficiais a fim de fazer a leitura do manifesto pelo qual os generais do Exército, estariam indo ao encontro das aspirações do povo brasileiro, buscando encerrar “a luta inglória em que Nossa Pátria se debêta” (Diário de Notícias, RJ, 1930). Após a leitura do manifesto, o Tenente Coronel Estevam solicitou que os oficiais presentes se manifestassem livremente sobre sua participação na mobilização iminente.

No dia seguinte, essa mobilização, que apoiava Getúlio Vargas, culminou na deposição e prisão do presidente Washington Luiz. O então tenente Ferreira Coelho subscreveu a ata, tornando-se, com essa decisão, um partícipe ativo do sucesso da revolução (Diário de Notícias, RJ, 1930).

O *sportman* Coelho

Concomitantemente à sua carreira no Exército, Ferreira Coelho sempre esteve ligado às atividades físicas. Tal era sua aptidão aos esportes que foi matriculado na Escola de Educação Física do Exército, tornando-se instrutor da matéria; chefiou comissões e delegações de futebol escreveu lições sobre aplicações de exercícios aos militares (Coelho, 1934); organizou apresentações e eventos desportivos variados.

Ao longo de sua vida praticou natação, hipismo, esgrima, corrida e futebol, tendo, porém, um apreço especial pelo esporte bretão. Importante ressaltar que, contradizendo a conotação simplista e popular que hoje possui, o *foot-ball* era visto, nas primeiras décadas do século XX, como um esporte elitizado, cuja inspiração vinha do “modelo de vida esportiva” europeia.

Gaudêncio (2016) afirma que, no Brasil, o futebol só foi se tornar um esporte popular a partir da década de 1920. Antes disso, sua prática evidenciava “a ideia de aproximação com o discurso europeu de civilização e afastamento do discurso de atraso sobre locais como a cidade belenense e a região amazônica”, tanto que os jornais da época utilizam diversos termos em inglês, para tratar do “*sport*”: “*sportman*”, “*player*”, “*goalkeeper*” “*schatch*”, “*team*”, “*goal*”... Praticar *foot-ball*, no início do século XX era, portanto, “chic e distinto” (Gaudêncio, 2016).

Desde muito jovem, o futuro general compunha o *scratch* do Fluminense, do Rio de Janeiro, equipe pela qual foi campeão em 1922 e 1924. Era conhecido como “Coelho” e considerado um grande atleta. Atuou pelo tricolor de 1919 até 1926, quando foi defender o *Sport Club* Brasil, também na capital federal.

Figura 3: Fluminense campeão, 1924. Coelho em destaque.



Fonte: <https://reliquiasdofutebol.blogspot.com/2012/01/campeoes-cariocas-ano-ano.html?m=1>

Coelho foi inúmeras vezes autorizado por seus comandantes a tomar parte nas partidas de futebol, inclusive viajando para defender seus clubes. Disputou campeonatos olímpicos regionais, nacionais e internacionais. Em 1923, defendeu a seleção brasileira de futebol na Copa América, disputada no Uruguai (Almanaque, 1960); em 1929, foi eleito "Director de sportsterrestres" do S.C. Brasil (Correio Sportivo, RJ, 22/12/1929).

Figura 4, 5 e 6: Coelho na imprensa esportiva carioca



Fonte: A Batalha (RJ), 18/04/1930; Jornal dos Sports (RJ), 12/11/1932.

No ano de 1932, após ter sido transferido para a capital paraense, passou a atuar pelo Clube do Remo, onde dividiu os gramados com o paraense Evandro Almeida (Cruz, 1996, p. 254). Estreou no time azulino no dia 28/08/1932, disputando uma partida contra a Tuna Luso-Commercial (Diário da Noite, 1932). Nesse mesmo ano, sagrou-se campeão pelo leão azul (Cruz, 1996). Em de janeiro de 1936, após eleições no clube, foi nomeado Diretor de Educação Física do clube, função que, até aquele momento, inexistia no clube (Cruz, 1996, p. 252).

Em 1949, foi convidado para ser Vice-Presidente para Esportes Amadores do Fluminense (Jornal dos Sports, RJ, 01/02/1949). No ano seguinte, seguiu ao Peru, como Chefe da Delegação do tricolor carioca (Jornal dos Sports, RJ, 24/02/1950).

Corroborando o íntimo entrelaçamento de suas duas carreiras, em 1932, o então Tenente Coelho, juntamente com outros oficiais instrutores do "Centro Militar de Educação Physica", assinou um apelo à Associação Brasileira de Imprensa. Nesse documento, eles defendiam a importância da educação nacional, especialmente a educação física, e convi-

davam a imprensa a propagar seus benefícios. Os oficiais enfatizavam que a educação era o problema fundamental da nação brasileira e que o Exército tinha uma grande responsabilidade na resolução dessa questão. Eles acreditavam que a imprensa, como um poderoso meio de comunicação, poderia desempenhar um papel fundamental na promoção da educação física em todo o país. (O jornal, RJ, 13/01/1932).

A corrida volta da cidade “Cel. Fontoura”: o Comandante-Geral desportista

Em 1935, Ferreira Coelho foi cedido pelo Exército Brasileiro ao Estado do Pará, a pedido do interventor Magalhães Barata. Sua missão seria reorganizar a milícia paraense (O radical, RJ, 08/05/1935), que havia sido extinta pelo próprio interventor, por meio do Decreto nº. 14, de 20 de novembro de 1930. O Decreto retificador, de número 1.465, do dia 10 de janeiro de 1935, restaurou a Força Pública do Pará: “Art. 1º - Fica restabelecida a Força Pública Militar do Estado, extinta pelo Decreto nº. 14, de 22 de novembro de 1930 (Pará, 1935)”.

O capitão do Exército foi comissionado ao posto de coronel e iniciou a reorganização da corporação paraense. No dia 1º de junho daquele ano, o novo Comandante começou a estruturar a milícia estadual, apresentando ao governador do Pará uma proposta detalhada para seu funcionamento:

I – Considerando que o Estado do Pará necessita de uma Polícia Militar, organizada de acordo com as necessidades mínimas do Estado;

II – Considerando que a organização actual não satisfaz a essas necessidades;

III – Considerando que a Polícia Militar do Estado é reserva do Exército Nacional e, portanto, deve ter organização, administração e instrução idênticas ao mesmo e;

IV – Considerando que a organização estabelecida pelo Decreto nº. 1.497, de 4-II-1935 não satisfaz aos itens acima.

Como comandante, Ferreira Coelho implementou uma série de melhorias na infraestrutura da corporação: construiu e inaugurou batalhões, como o do 26º Batalhão de Caçadores (26º BC) e a Cavalaria (Marreca, p. 260); deu grande ênfase ao preparo físico da tropa, criando espaços esportivos nos quartéis, instituindo curso de monitores de educação física (Marreca, p. 264) e promovendo corridas entre militares e civis. Era um grande incentivador da prática de educação física entre os militares.

Figura 7: O governador Gama Malcher e o Comandante Geral Ferreira Coelho na inauguração do 26º BC, 1935.



Fonte: IHGP, Álbum do Batalhão de Caçadores, 1937.

Figura 8: O Treinamento físico das praças do 26º BC.



Fonte: IHGP, Álbum do Batalhão de Caçadores, 1937.

Marcando sua natureza profundamente entusiasmada com os desportos, e já estando a corporação paraense relativamente bem reestruturada, o Comandante Ferreira Coelho idealizou, em 1937, um evento esportivo, a fim de congregar civis e militares, clubes e associações, escolas e grêmios, para comemorar e marcar o aniversário da corporação. Nascia a “Volta da Cidade”:

Desejando a P/M., dar a mais ampla difusão e propaganda nesta terra, ao Esporte que, qualquer que seja a sua modalidade, robustece e predispõe o indivíduo ao trabalho quotidiano (...), este Comando Geral achou por bem promover, anualmente, a uma prova esportiva denominada “Volta da Cidade” em disputa ao significativo prêmio denominado “Prefeitura de Belém”, cuja primeira disputa realizar-se-á a 26 de setembro vindouro e nos anos decorrentes a 25 do dito mês.

Em carta especial, datada de 20 do corrente, este C/G solicitou não só a comparação, mas mui especialmente, o concurso esportivo e moral dos estabelecimentos de ensino público, corporações militares e associações esportivas, etc., para este surto de esportismo(...)” (Marreca, 1940).

Esse evento ficou posteriormente conhecido como “Corrida Coronel Fontoura”. Rodrigues (1996) informa que os 12 quilômetros de percurso da prova de rua eram “milimetricamente” marcados. Fato é que essa competição marcou um novo momento entre Polícia Militar e sociedade (Gaudêncio, 2017).

Figura 9: Equipe de militares do 26º BC e o troféu da Corrida “volta da Cidade”



Fonte: IHGP, Álbum do Batalhão de Caçadores, 1937.

As experiências da 2ª guerra: o Pelotão Sampaio e Monte Castelo

Ferreira Coelho ficou no Comando da Polícia Militar do Pará até 14 de dezembro de 1938, quando foi transferido novamente para a Capital federal. No ano de 1944, foi designado para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB), servindo no Regimento Sampaio, ou 1º Regimento de Infantaria.

Em sua Ficha de Alterações temos o seguinte lançamento: Embarque para o front: -A 20/IX, embarcou com o R.I., no Porto do Rio de Janeiro, armazém 11, no navio de transporte de tropas pertencentes à Marinha de Guerra dos EE.UU. “U. S. Gen. W. A. Mann”, com destino ao teatro de guerra na Europa, na guerra contra a Alemanha, a fim de, fazendo parte das Forças Expedicionárias Brasileiras, tomar parte na luta contra aquele país (IHGP).

O Regimento Sampaio atuou na Itália, tendo importante participação na resistência em La Serra, mas foi em Monte Castelo que sua atuação fez a diferença. Lá, os militares do Regimento Sampaio, após meses e cinco tentativas, tomaram a comuna, abrindo caminho para o avanço das tropas aliadas (Ferreira Junior, 2023). As atuações do Regimento Sampaio no campo de guerra, foram destacadas pela Revista Fon Fon, em sua edição de 8 de maio de 1948, como sendo as “mais dignificantes e de maior emoção vividas pela ‘Força Expedicionária Brasileira’ no Teatro de Operações da Itália” (Fon Fon, RJ, 08/05/0948).

Figura 10: Subcomandante do Regimento Sampaio, Tenente Coronel Coelho.



Fonte: A Província do Pará, 25/09/1958.

O encerramento da carreira militar e a atuação política

Coelho retornou à capital paraense, onde participou ativamente do cenário político local. Em 1958, candidatou-se ao cargo de Deputado Estadual, pela União Democrática Nacional (UDN). Com seus 786 votos, não se elegeu, mas ficou como suplente.

No dia 02 de dezembro de 1959, ingressou na reserva remunerada, com uma Ficha de Alterações disciplinares repleta de extensos elogios. Não é incomum achar em seus assentamentos expressões como “instrutor dedicado”, “chefe vigoroso de soldados”, “auxiliar correto do comando superior”, “inteligência”, “amor ao trabalho”, “espírito de iniciativa”, “muito fez pela instrução e disciplina”, “forte espírito de corpo”, tendo “habilidade para ensinar”, “exemplo raro”, “eficiente”, “nobreza e lealdade de conduta”.

Foi agraciado com inúmeras medalhas e condecorações, nacionais e internacionais, dentre elas: “Medalha Marechal Hermes”; “Medalha Marechal Souza Aguiar”; “Medalha do Mérito Militar”; “Medalha Caetano de Faria”; “Croce Al Valore Militare (Itália)”; “Bronze Star (EUA)”; “Medalha de Campanha”; “Cruz de Combate de 2ª Classe” (IHGP).

Em 1962, não tentou nova candidatura, entretanto, foi alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual investigava organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiados pelo governo norte-americano. Ambos os grupos estavam ligados ao “combate ao terror vermelho” e eram formados por empresários e militares (Pastore, 2021; Araújo, 2019). O Jornal “O Semanário”, edição nº. 343, de 25 a 31 de julho de 1963 estampou a seguinte manchete: “Quadro de desonra São êstes os generais da banda, perdão! do bando do IBAD, já intimados a depor pela Comissão de Inquérito da Câmara: (...) José Manoel Ferreira Coelho (...)” O Semanário, edição nº. 343, de 25 a 31/07/1963.

Após sua reserva, Coelho foi destacado, por conta de seu alinhamento político, como um aliado do governo militar que assumiu o país a partir de 1964 e ele foi nomeado Secretário de Segurança Pública e Chefe da Polícia do Pará, no dia 15 de junho daquele ano, permanecendo neste cargo até o dia 30 de janeiro de 1966.

Figura 11: O General assume a Secretaria de Segurança Pública (Chefia da Polícia).



Fonte: A Província do Pará, 25/09/1958.

O General Ferreira Coelho foi um militar destacado em tudo o que se propôs a fazer. Por conta de sua aptidão natural aos desportos, sua formação acadêmica e profissional e sua rígida disciplina militar, sempre cultivou e incentivou as artes físicas para sua tropa, zelando pelo bem-estar físico e mental de seus subordinados. Desde tenra idade, esteve profundamente ligado às duas vocações, atuando em ambas as áreas, sempre em paralelo e em consonância.

Considerado um exemplo de militar por todos os seus comandantes, pares e subordinados, foi homenageado pelo Governo do Estado e Polícia Militar do Pará, no ano de 1981 (dois anos após sua morte), com a instituição da “Medalha General Ferreira Coelho”, a qual concede uma “rosa heráldica” ao policial militar que alcançar a primeira colocação nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado do Pará (Pará, 1981). Essa é uma das maiores condecorações da PM, sendo que o militar pode ser agraciado com até três “rosas heráldicas”.

Medalha Ferreira Coelho

O papel da História não é, nas palavras de Le Goff (1990), privilegiar certos indivíduos ou grandes homens, mas sim entender cada papel no contexto de sua sociedade e como ele pode influenciar a dinâmica social como um tempo. É preservar a memória. Por conta disso, não se pode olvidar desse importante militar, ex-Comandante-Geral da PMPA, que muito contribuiu para a Segurança Pública do Estado do Pará e gravou seu nome na História.

Figura 12: Medalha Ferreira Coelho



Fonte: VC Jennifer, PM/8, EMG, PMPA, 2024.



GESTÃO E ESTRATÉGIA



GABINETE DO COMANDANTE-GERAL

Órgão de assessoramento direto do Comandante-Geral da Polícia Militar, cuja função precípua está na elaboração de documentos, intermediação da comunicação

institucional interna e externa, a fim de viabilizar no auxílio da tomada de decisão estratégica da autoridade.

SÍNTESES

Elaborar análise técnicas necessárias para as decisões do Comandante-Geral com base em estudos realizados pelos órgãos competentes da Instituição.

DOCUMENTOS

Produzir e formalizar documentos necessários para registro e implementação das decisões do Comandante-Geral.

ARTICULAÇÃO

Assegurar as ligações indispensáveis com os órgãos da administração federal, estadual e municipal, além de outros necessários ao desempenho das atribuições institucionais.

Fonte: Gabinete do Comandante-Geral, 2024.

Organograma do Gabinete do Comandante-Geral

O Gabinete é composto por diversas áreas, entre as quais se incluem a Chefia do Gabinete, Ajudância de Ordens, Assessoria

de Comunicação Social, Assessoria de Articulação Parlamentar, Secretaria Executiva e Assistência.



Gestão de Agenda

Fonte: Gabinete do Comandante-Geral, 2024.



Ações desenvolvidas pelo Comandante-Geral

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, Coronel José Dilson Melo de Souza Júnior, tem desempenhado um pa-

pel estratégico na valorização da tropa e no fortalecimento da segurança pública no Estado. Suas ações incluem:

Representação Institucional

Solenidade alusiva ao aniversário do Comando Militar do Norte

Representando a Polícia Militar do Pará (PMPA), o Coronel Dilson Júnior participou da solenidade alusiva ao aniversário do Comando Militar do Norte (CMN), realizada em julho do corrente ano. O evento constituiu uma oportunidade estratégica para o fortalecimento das relações institucionais entre a Polícia Militar e o Exército Brasileiro, reforçando a cooperação mútua em diversas áreas de interesse comum.

A parceria entre a PMPA e o Exército Brasileiro tem sido consolidada ao longo do tempo, especialmente em ações voltadas para a melhoria da prestação de serviços por ambas as Instituições. Além disso, no contexto do Sistema de Defesa Nacional, a Polícia Militar é reconhecida como força reserva e auxiliar do Exército, desempenhando um papel estratégico na manutenção da ordem pública e na segurança do Estado.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Condecorações de Medalhas 2024

MEDALHA DE BONS SERVIÇOS



10 ANOS
1.691



20 ANOS
181



30 ANOS
1.071





LÁUREA DO MÉRITO



498
PESSOAL



60
OPERACIONAL



40
EXCEPCIONAL

MÉRITO TIRADENTES



PERS. CIVIS

53

PERS. MILITARES

597

MEDALHA FERREIRA COELHO



07

MÉRITO CEL FONTOURA GRAU COMENDADOR



MILITARES

17

CIVIS

07

MÉRITO CEL FONTOURA GRAU CAVALEIRO



MILITARES

208

CIVIS

56

DISTINTIVO DE COMANDO ESTRELA



24

DOURADA



03

PRATEADA

Condecoração de Autoridades

Em dezembro, ocorreu a cerimônia de entrega da medalha do Mérito Policial Militar Coronel Fontoura - Grau Cavaleiro a Personalidades Militares e Civis. O evento teve a presença do Coronel Dilson Júnior, Comandante-Geral da PMPA, e do Coronel Ariel, Chefe do Estado-Maior Geral, além de líderes dos principais comandos da capital do estado, que prestigiaram a entrega das medalhas ao Exm^o. Sr. General de Exército Comandante Militar do Norte, ao Exm^o. Sr. Vice-Almirante Comandante do 4^o Distrito

Naval, ao Exm^o. Sr. General de Divisão Comandante da 8^o Região Militar, e ao Exm^o. Sr. Comandante do I COMAR, representado pelo Coronel Aviador Cláudio Luiz.

Também foram agraciadas com medalhas as magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Exm^a. Juíza da 2^a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belém e a Exm^a. Juíza da 9^a Vara do Juizado Especial Cível do foro da Comarca de Belém.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Investimentos na Capacitação e Estruturação da Corporação

Em alinhamento com a política institucional de valorização profissional e fortalecimento da relação com o efetivo, o Comandante-Geral da Polícia Militar realizou visitas estratégicas a diversas unidades, cujo objetivo visa a implementação de melhorias estruturais na Corporação, promovendo um ambiente mais moderno e funcional.

Com destaque para a visita do 11º e o 33º Batalhões de Polícia Militar. Essas unidades passaram recentemente por um processo de revitalização estrutural, tornando essencial a avaliação in loco dos impactos dessa modernização na rotina operacional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade, consolidando uma imagem positiva da PMPA e fortalecendo a confiança da comunidade.

Durante as visitas, o Comandante-Geral também manteve contato direto com

os alunos dos Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e de Adaptação à Graduação de Sargentos (CGS), reforçando o compromisso da gestão com a capacitação contínua e a ascensão profissional da tropa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Incentivo à Colaboração Social

Arraiá do QCG

O Arraiá do QCG é um evento tradicional organizado pelo Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, com o objetivo de promover a confraternização entre os policiais militares do Quartel do Comando Geral (QCG) e de outras unidades da Corporação, além de fortalecer os laços fa-

miliares dos militares. Na 3ª edição do Arraiá, o Comandante-Geral, Coronel Dilson Júnior, atuou como anfitrião da festa, conduzindo uma celebração que visa o conagração entre os policiais e seus familiares, proporcionando um ambiente de integração e alegria para todos os participantes.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Natal do QCG

O evento de Natal realizado no Comando Geral da Polícia Militar do Pará tem como objetivo promover momentos de diversão e alegria aos filhos dos policiais militares, proporcionando uma celebração especial para as crianças. Coordenado pelo Gabinete do Comandante-Geral, essa ação visa, principalmente, alegrar o Natal de diversas famílias, reforçando o compromisso da Corporação com a integração social e o bem-estar dos seus membros e suas famílias.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA.



TAÇÃO DO ANUÁRIO





AJUDÂNCIA-GERAL

A Ajudância-Geral (AJG) da Polícia Militar do Pará é o órgão responsável pelo apoio ao Comando Geral e pela coordenação dos serviços gerais da Corporação. Suas funções incluem a secretaria e apoio administrativo ao Comando Geral, a coordenação dos serviços gerais e a segurança do

Quartel do Comando Geral. Subordinados à AJG, encontram-se o Batalhão de Comando e Serviços do Comando Geral, o Fiscal Administrativo, o Protocolo do Comando Geral e a Banda de Música e a Banda Sinfônica.



Fonte: AJG, PMPA, 2024.

Batalhão de Comando e Serviços do Comando Geral

Instituído em 05 de novembro de 1965, ainda atuando como Companhia de Comando e Serviço do Comando Geral, com a função de executar os serviços internos ao complexo do QCG, conforme o Decreto nº. 1.625, de 18 de outubro de 2016 que regulamenta a Lei Complementar nº. 53, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº. 93, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Pará. Com a promulgação da Lei Complementar nº. 153, de 1º de julho de 2022, a unidade foi elevada à condição de Batalhão.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





Fiscal Administrativo do Comando Geral

É um órgão de apoio subordinado administrativamente e operacionalmente à Ajudância-Geral da PMPA. Suas atividades laborais estão em monitorar regularmente o estado de conservação das instalações do Complexo Administrativo do Comando Geral, bem como onde for necessário, tomar

medidas preventivas e corretivas para evitar a deterioração dos bens e garantir a manutenção contínua dos espaços em comum, a fim de proporcionar bem-estar aos policiais militares, familiares, servidores civis e demais público.

Protocolo do Comando Geral

É um órgão de apoio subordinado administrativamente à Ajudância-Geral da PMPA, que atua desempenhando ativida-

des administrativas, exerce função primordial no controle de documentos endereçados aos órgãos da Polícia Militar do Pará.

Banda de Música e Sinfônica

A Banda de Música e Sinfônica da Polícia Militar do Pará, criada em 29 de dezembro de 1853, com sua formação inicial de 17 integrantes, onde foram enviados através do Governo Imperial para conter o movimento de revolta no Estado.

Realiza participações marcantes no cenário cultural do Estado, como no tradicional Círio de Nazaré, desfiles militares, eventos socioculturais em geral, festas civis, religiosas, feiras culturais e escolares. Também, atua no interior do Estado através dos Núcleos de Banda localizados nos municípios de Marabá, Tucuruí e Santarém.

Na área social a Banda de Música da PMPA participa de clubes musicais que são realizados nas escolas públicas Laércio Wilson Barbalho, Brigadeiro Fontenelle e Padre Pietro Gerosa, proporcionando aos alunos uma estreita relação com a arte musical.

Na prática, ao corpo discente do 6º ano é atribuída a musicalização, sendo ensinado a teoria básica utilizando como ins-

trumento a flauta doce. Já para o 7º ano é repassado o ensino coletivo de banda de música proporcionando aos alunos iniciarem o aprendizado de vários instrumentos musicais a fim de descobrir a aptidão do discente com o instrumento.



Fonte: AJG, PMPA, 2024.



CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica surgiu na Instituição inicialmente como Comissão de Justiça (COJ) vinculada à 1ª Seção do Estado-Maior Geral (EMG), nomeada por meio do Aditamento ao Boletim Geral nº. 116, de 22 de junho de 1977, composta por Oficiais universitários de advocacia e advogados sob a presidência do então MAJ QOPM Roberto Pessoa Campos. A comissão tinha como finalidade discutir soluções de Sindicância, Inquéritos Policiais Militares, Conselhos de Justificação, Conselhos de Disciplina e outros assuntos que continham matérias judiciais, processuais e congêneres.

Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº. 053 - Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Pará, passou então a ser Consultoria Jurídica (CONJUR), Órgão de assessoramento jurídico da Corporação, diretamente subordinada ao Comandante-Geral, constituída por um

Consultor-Chefe e quatro consultores, sendo necessário, para as duas funções, o título de bacharel em direito. Atualmente, por meio de pareceres, memorandos e atos administrativos de cunho jurídico, os consultores contribuem para a efetividade da prestação de serviço da Corporação, tendo por fundamentos a legalidade e a promoção da dignidade humana no processo decisório.

No ano de 2024, a CONJUR passou a desempenhar suas atividades em um novo ambiente, dentro do Quartel do Comando Geral, com mais conforto e melhores condições de trabalho o que impactou, positivamente, na produtividade.

Internamente, com o objetivo de otimizar a análise e emissão de Pareceres Jurídicos dada a diversidade de processos, a CONJUR é dividida em quatro pastas, denominadas jurídicos I, II III e IV.

Jurídico I

Esta pasta é responsável pela análise e acompanhamento de licitações, contratos, convênios e acordos de cooperação técnica, desempenhando um papel essencial na garantia de observância à economicidade e eficiência pela Instituição. Por meio do suporte jurídico detalhado, o setor fornece subsídios à tomada de decisão do Comandante-Geral, assegurando que todas as ações nos procedimentos licitatórios estejam em conformidade com a legislação vigente. Além disso, contribui para a realização de acordos vantajosos e sustentáveis, maximizando os recursos disponíveis.

Destaca-se, como exemplo, o Parecer nº. 120 que versou sobre o Contrato Administrativo nº. 046/2023-CCC/PMPA,

celebrado entre a PMPA e a Empresa de Aluguel de Veículos, originado do Pregão Eletrônico SRP Nº. 16/2023 DL/PMPA. Este contrato, que tem como objeto a prestação contínua de serviços de locação de veículos para atender às demandas operacionais da PMPA, representa uma das maiores contratações da Instituição. A análise e a orientação especializada do Jurídico I foram fundamentais para assegurar que todos os aspectos legais e técnicos fossem devidamente considerados e a PMPA obtivesse uma frota renovada, com tecnologia avançada, o que não só melhora o atendimento à população, mas também promove o bem-estar dos policiais durante as missões.





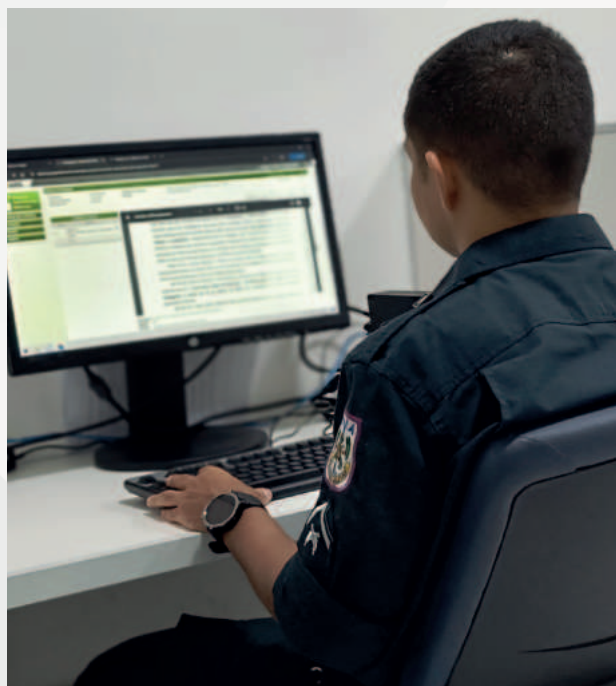
Jurídico II

Especificamente, esta pasta analisa os processos referentes à promoção dos militares, a exemplo, ressarcimento de preterição, promoção *post mortem* de promoção e seus reflexos, bem como o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão da medalha Sotero de Menezes, a qual visa condecorar policiais militares que realizaram feitos heroicos de comprovada coragem, bravura e intrepidez, com o risco da própria vida. Conforme dispõem Decreto Estadual nº. 213, de 11 de junho de 1991.

Reiteradamente, a CONJUR analisa pedidos de promoção em ressarcimento de preterição, tal promoção pode ocorrer quando o policial militar for absolvido em Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação; quando tiver solução favorável a recurso interposto; quando tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo ou quando cessar a sua situação de desaparecido ou extraviado.

Durante o ano, também foram apreciados os pedidos de Promoções *Post Mortem*, sendo esta promoção destinada a expressar o reconhecimento do policial militar que falecer no cumprimento do dever ou consequência dele.

Ressaltamos que o Decreto Estadual nº. 674, de 8 de maio de 2020, reconheceu o falecimento, em virtude da COVID-19, contraída por servidor público civil ou militar estadual no exercício de suas atribuições, como acidente de serviço. Desse modo, houve aumento na demanda em razão do falecimento de policiais militares em decorrência de Covid-19.



Fonte: VC Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Jurídico III

Esta pasta tem o propósito de analisar e comunicar atos processuais e judiciais advindos da Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e do Poder Judiciário, objetivando o efetivo cumprimento das decisões judiciais em âmbito interno e em conformidade com a Legislação em vigor.

O setor leva em consideração os exíguos prazos estabelecidos pela autoridade que os fixou, para fornecer as informações solicitadas ou mesmo dar cumprimento às decisões judiciais, as quais, por vezes podem ser de 24h, 48h etc.



Portanto, exigem celeridade por parte da Instituição em estabelecer os trâmites necessários para a execução das ordens, sob pena de responsabilização civil e criminal, dessume-se portanto, ser uma pasta de alta rotatividade de documentos importantes que necessitam de total comprometimento e organização para os encaminhamentos necessários prezando para que não haja nenhuma obstrução que cause embaraço entre a Instituição e os órgãos externos judiciais.



Fonte: VC Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Jurídico IV

O Jurídico IV é responsável pela análise das demandas administrativas internas diversas, geralmente, trata-se de controvérsias jurídicas originadas de requerimentos de militares e/ou necessidade de interpretação da legislação castrense, face às mais diversas circunstâncias enfrentadas pela Instituição.

Em 2024, distingue-se o Parecer nº. 004/2024 que versa sobre a possibilidade de redução de carga horária de trabalho aos policiais militares que possuem sob sua dependência pessoas com deficiência.

Tal demanda passou pela análise da Consultoria e, sob orientação da Procuradoria-Geral do Estado, foi confeccionada a peça processual supramencionada que concluiu pela possibilidade da redução, desde que atendidos os requisitos constantes na Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, em virtude da ausência de previsão nos diplomas legais atinentes aos militares.

Diante disso, o Parecer foi encaminhado ao EMG e servirá de base para as medidas administrativas necessárias à garantia desse direito aos militares.

Em 2024, a Consultoria Jurídica analisou vários processos com diversos conteúdos, de modo a destacar que a missão da CONJUR é essencial para sanar controvérsias jurídicas dentro da Instituição, uma vez que estabelece as diretrizes necessárias de entendimento sobre o tema a fim de que sejam mitigadas as dificuldades de aplicabilidade das normas à rotina administrativa dos quartéis.

Inclusive, pode-se citar que a análise jurídica, atenta e minuciosa das leis e regulamentos que regem o serviço policial militar, evita que se instalem potenciais problemas jurídicos uma vez que uma das funções precípuas da CONJUR é estabelecer uma resolução de demandas administrativas de forma rápida e eficaz, propiciando entendimento entre o interesse particular e o interesse institucional, pautada nos princípios da Administração Pública.





ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Criada por meio da Lei Complementar nº. 053/2006, foi regulamentada pelo Decreto nº. 1.625/2016. É uma unidade componente do Gabinete do Comandante-Geral, que é o órgão de assessoramento direto, permanente e pessoal do mesmo.

O papel da ASCOM junto à sociedade é promover e manter a boa imagem da Corporação por meio de um bom relacionamento com a imprensa e sociedade civil, minimizar o impacto de ocorrências negativas e das mensagens e informações equivocadas, além de divulgar as ações e atividades da PMPA.

É ainda responsável por coordenar as relações da PMPA com os setores, editorias e veículos de comunicação, manter atualizados os meios de comunicação da Corporação na web, e promover a representação do Comandante-Geral junto aos órgãos de imprensa.

De forma holística, também realiza a divulgação das informações sobre as ações e programas das polícias militares, contribuindo para a construção de uma imagem positiva e a transparência das atividades da

instituição que ajuda a aumentar a confiança da população. Para o Comandante-Geral da Corporação a ASCOM é decisiva para a construção de um canal de comunicação eficaz e transparente entre o gestor máximo da corporação e a sociedade, promovendo confiança, segurança e a prestação de contas da instituição.

Suas principais atribuições incluem: gerir a imagem da Corporação; assessorar a Imprensa; promover a comunicação interna; divulgar campanhas de prevenção e conscientização; mitigar crises Institucionais; gerenciar redes sociais; e divulgar eventos.

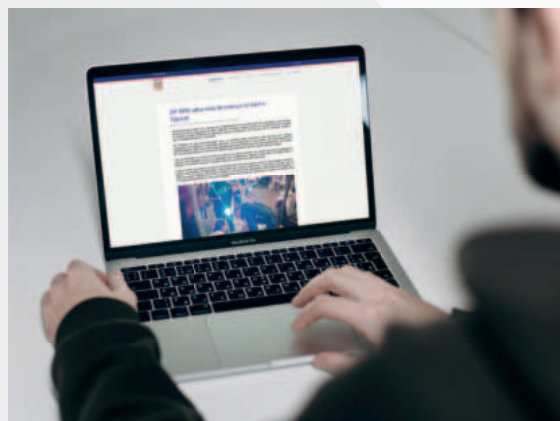


Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Transparência

A ASCOM atua com mecanismos de transparência, sendo eles: transparência ativa (Refere-se à divulgação proativa de informações sem que haja solicitação por parte do público) e transparência passiva (envolve o fornecimento de informações mediante solicitação).

A transparência é fundamental para garantir a responsabilização e a legitimidade das ações policiais, e a Assessoria de Comunicação atua em várias frentes para assegurar que informações relevantes sejam acessíveis ao público.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

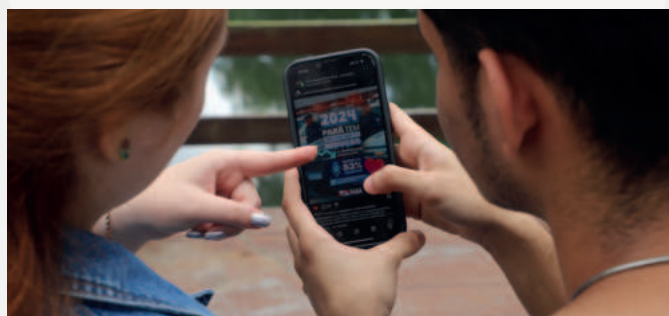


Oportuno, esclarecer que qualquer cidadão pode requisitar dados específicos, e a instituição é obrigada a responder conforme os prazos e normas estabelecidos conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual nº. 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso à informação previsto na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2021 Lei de Acesso à Informação (LAI).

Uma das formas que a Corporação utiliza para a garantia da transparência das suas atividades é a publicidade das ações policiais. Quando as informações sobre operações, apreensões e ações preventivas são compartilhadas com o público, isso permite que os cidadãos acompanhem o trabalho da polícia e avaliem sua eficácia.

Os impactos esperados na mudança de comportamento dos leitores

A publicidade das ações da Corporação impacta a percepção pública sobre segurança. Operações bem-sucedidas divulgadas pela mídia geram sensação de segurança, respeito e admiração. Além disso, a imagem positiva da Polícia Militar tem um efeito pedagógico, influenciando a opinião e o comportamento da comunidade.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Apreensões de arma de fogo e de entorpecentes

Das publicações sobre as apreensões de armas de fogo e de entorpecentes realizadas pela Polícia Militar espera-se um impacto social significativo, influenciando tanto a percepção pública da segurança quanto no comportamento da sociedade em relação à posse e uso de armamentos, aumentando assim a confiança nas forças de segurança.

Outro resultado esperado é o efeito dissuasor sobre potenciais infratores. A visibilidade das operações policiais e a quantidade significativa de armamentos retirados de circulação podem desencorajar atividades criminosas relacionadas ao tráfico e à violên-

cia armada. Essa comunicação serve como um aviso claro de que a polícia está vigilante e pronta para agir contra a criminalidade.

As matérias sobre apreensões desempenham um papel educativo, informando o público sobre os tipos de armas em circulação e suas implicações para a segurança pública. Além disso, essas publicações podem incentivar discussões sobre políticas públicas relacionadas ao controle de armas e à prevenção da violência, promovendo uma cultura mais crítica e informada em relação ao uso de armamentos.

Captura e prisão de foragidos da Justiça Penal

As publicações relacionadas a essas operações não apenas informam a sociedade, mas também têm impactos sociais significativos. Dentre eles, a promoção da transparência das ações da polícia ao di-

vulgar informações sobre os balanços das operações policiais que alcançam o sucesso, como as que resultaram em prisões de pessoas procuradas pela justiça pelo cometimento de crimes.



Operações e ações preventivas

As ações e as operações preventivas realizadas pela Polícia Militar e divulgadas nos meios de comunicação, alcançam de forma significativa a confiança da comunidade, possibilitando a ampliação sobre a percepção pública sobre a segurança, a eficácia das políticas de combate ao crime e o comportamento da sociedade em relação à colaboração com as forças de segurança.

Quando os cidadãos veem que suas preocupações estão sendo ouvidas e que a polícia está atuando proativamente para prevenir crimes, o cidadão tende a se sentir mais motivados a colaborar com as au-

toridades, em um processo de construção de um relacionamento de confiança mútua, essencial para o sucesso das iniciativas de policiamento comunitário.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Investimentos do Governo do Estado na Polícia Militar

A publicação de notícias sobre os aportes financeiros em investimentos realizados pelo Governo do Estado na Polícia Militar influencia significativamente a percepção pública, a confiança nas instituições e a eficácia das políticas de segurança, promovendo a transparência e a prestação de contas por parte do governo.

Essas matérias prestam informações de onde os recursos públicos estão sendo utilizados, tais como: compra de equipamentos, formação de novos policiais, implementação de tecnologias e a construção de novas Unidades. A comunicação clara sobre esses investimentos ajuda também a construir uma narrativa positiva em torno da instituição, essencial para sua aceitação social.

Salvamentos realizados

A realização de jornalismo sobre vidas salvas por meio de ações em eventos emergenciais que vão além das competências exigidas por lei, promovendo o aumento da confiança, admiração, respeito nas forças policiais e influenciam nos comportamentos positivos das pessoas no meio social. Exemplos desse jornalismo são as matérias sobre salvamentos de crianças em situação de engasgo, que não apenas mostra a confiança do cidadão ao pedir ajuda ao policial, mas também humanizam os agentes, apresentando-os como heróis fardados.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



ESTADO-MAIOR GERAL

O Estado-Maior Geral da PMPA, atualmente chefiado pelo Coronel Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros, auxilia diretamente o Comandante-Geral da Corporação no que concerne ao planejamento estratégico das políticas operacional e administrativa da PMPA, emanando ordens e diretrizes, por meio das oito seções que o integram, para proporcionar à tropa as ferramentas necessárias à fiel execução das ordens oriundas do Gestor institucional.

Decorrente disso, procedimentos operacionais e administrativos (POPs e PAPs) vêm sendo normatizados pelo EMG, a fim de elevar o padrão de atuação da PMPA. Ademais, a aferição da qualidade dos serviços prestados à sociedade, bem como a construção e tratamento da identidade visual da Corporação, são atividades abrangidas pelo Estado-Maior Geral, que também procede à análise e alteração legislativa, produções científicas (Anuário e Revista), entre outros produtos.

Como ponto forte no ano de 2024, o EMG priorizou a valorização do efetivo, com a realização de eventos que abordaram desde a entrega de medalhas aos policiais até a o cuidado com a saúde mental. O diálogo continuado foi a ferramenta preponderante nesse processo, buscando identificar vulnerabilidades da tropa e construir medidas mitigadoras, visando o bem estar dos policiais, para que pudessem exercer as atividades com excelência.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Subchefia

Tem a responsabilidade de assessorar diretamente o Chefe do Estado-Maior Geral, bem como monitorar e controlar a Secretaria e as Seções do Estado-Maior Geral difundindo para as Seções do Estado-Maior Geral, demandas e atividades as

quais possam servir de subsídios para a operacionalização das atividades do Estado-Maior Geral visando a efetividade e eficiência no âmbito estratégico no direcionamento na missão da Polícia militar em seu assessoramento e coordenação.





Secretaria

A Secretaria do Estado-Maior Geral tem como responsabilidade auxiliar o Chefe do EMG no gerenciamento da agenda de compromissos, incluindo eventos e reuniões que demandem a presença do mesmo.

Eventos EMG

Em diversas ocasiões, o Chefe do EMG representa e assessora o Exmo. Sr. Comandante-Geral da PMPA, além de organizar eventos internos e externos. De janeiro a dezembro de 2024, 403 eventos demandaram a atuação direta do Chefe do EMG, seja como organizador, seja como presidente ou participante em reuniões, debates, comissões, formaturas e solenidades.

Legalmente, o Chefe do Estado-Maior Geral da PMPA exerce a função de assessoramento direto do Gestor da Corporação, coordenando atividades e direcionando produções, como a elaboração do planejamento estratégico da Instituição, a formulação da doutrina de preparo e emprego da tropa, estabelecer ordens, instruções, diretrizes, entre outros. Em 2024 foi abrangente o alcance de produtividade, nesse sentido.

A realização de Paradões matinais com a tropa do Quartel do Comando Geral é um exemplo de eventos pontuais e importantes para a atividade desenvolvida pelo Chefe do EMG, considerando que permite dialogar com a tropa e identificar vulnerabi-

lidades e pontos fortes. Ademais, as reuniões constantes com os chefes de seção do EMG proporcionam a avaliação continuada dos resultados aferidos por cada seção, o que resulta na viabilização de alteração ou manutenção do planejamento institucional, a fim de alcançar os objetivos da PMPA.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Produtividade, valorização e reconhecimento

Como desdobramento das atividades do EMG, em 2024 ocorreram significativas transformações para o Estado-Maior Geral da PMPA, onde a padronização do fluxo de processos proporcionou a integra-

ção, ágil e organizada, de diferentes setores da Instituição, proporcionando que as diferentes seções que compõem o EMG participassem efetivamente do planejamento estratégico.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

No que concerne à produtividade da Secretaria, de janeiro a dezembro de 2024, foram recebidos 2.428 protocolos administrativos eletrônicos (PAE), contendo demandas diversas para apreciação do Chefe do EMG. Em decorrência da viabilização de resposta às solicitações, foram cadastrados outros 2.389 PAEs. Disso decorre que um total de 3.616 processos foram efetivamente tramitados no âmbito da PMPA, destacando-se os processos de movimentação (transferência) de praças.

A valorização e o reconhecimento dos policiais militares que compõem o Estado-Maior Geral foi outro ponto de destaque, elevando-se o número de ações voltadas para o público interno.

A Secretaria, nesse viés, organiza reuniões e eventos voltados para a descontração, aproximação e valorização do efetivo, a exemplo do Dia da Mulher, dos Pais, reuniões pontuais com todo o efetivo, comemorações, entre outros. Soma-se a isso a oportunidade ao efetivo de capacitação e a participação em operações que geram o pagamento de diárias, cabendo à Secretaria diligenciar os trâmites formais para viabilizar essas questões.

Somado a isso, a participação do Chefe do Estado-Maior Geral em eventos externos à Corporação, seja representando o Comandante-Geral ou como autoridade convidada, permite a construção de laços com outros órgãos, como os Poderes Judiciário e Legislativo e o Conselho Tutelar, que integram a rede de proteção social no Estado do Pará, de forma que a aproximação e diálogo entre eles resulta na ampliação de políticas voltadas à sociedade paraense.

Solenidades alusivas a datas como Dia das Mães, Dia da Mulher, formaturas de cursos de formação continuada também preencheram as atividades da Secretaria do EMG em 2024.

Isso consubstancia o processo de valorização dos públicos interno e externo, à medida em que permite abordar temas sensíveis, como o enfrentamento à vitimização de mulheres e a saúde mental dos policiais, e propor medidas mitigadoras. Ademais, a produção de protocolos padronizados de ação policial, do que resultam os manuais atualmente adotados na PMPA, refletem a busca constante por excelência na prestação do serviço policial.





A valorização profissional tem sido um dos objetivos mais proeminentes para a Polícia Militar do Pará, seguindo a estratégia de enaltecer o maior patrimônio institucional, que é o efetivo. O EMG, nesse sentido, realizou eventos voltados ao cuidado físico e psicológico da tropa, como o Agosto Lilás e o Setembro Amarelo, que abordaram a prevenção da violência doméstica a saúde mental, respectivamente.

Diariamente, o efetivo da PMPA lida com a resolução de conflitos, simples e complexos, que demandam a adoção de medidas assertivas para oferecer uma resposta rápida e eficaz à sociedade. Nesse cenário, é essencial que o policial militar esteja bem física e emocionalmente, o que demanda a abordagem dos assuntos mencionados, em um espaço de acolhimento e escuta que proporcione segurança aos agentes. Outro fator que corrobora com a efetividade disso, é o reconhecimento dos serviços da tropa. Em 2024, o EMG realizou solenidades onde houve a entrega de medalhas e certificados ao efetivo, a fim de reconhecer a importância do papel de cada um para a o êxito da missão institucional.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



PM1

Responsável por desenvolver a política de gestão de pessoas da Corporação, incluindo a saúde biopsicossocial, propostas referentes ao efetivo e de alteração da legislação interna.

Em 2024 importantes alterações foram realizadas no que tange ao efetivo da Corporação, incluindo estudo referente à reorganização dos quadros funcionais, Legislações de ensino e afetos à saúde biopsicossocial.

Efetivo

Em 2024, a Subseção responsável pela gestão de pessoal, o que engloba a coleta e gerenciamento de dados sobre a situação do efetivo, desenvolveu estudo, por meio de Comissão, para atualização e redimensionamento da Resolução nº. 004, de 14 de abril de 2014, que normatiza e define o Quadro Organizacional dos órgãos no âmbito da PMPA.

O estudo é fundamental, pois a Lei Complementar nº. 53, de 7 de fevereiro de 2006 e suas alterações, criou e extinguiu órgãos da estrutura da PMPA, além de ter fixado o efetivo da Instituição em 32.500 policiais militares, implicando na necessidade de readequação distributiva dos militares nas unidades da Corporação.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (PISP)

Ainda em 2024, a subseção de Pessoal realizou a pesquisa “Perfil das Instituições de Segurança Pública (PISP)”, que é proposta anualmente, desde 2004, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública. O objetivo foi reunir informa-

ções, em todas as Unidades da Federação, sobre a estrutura organizacional e funcionamento dos órgãos de segurança pública do país, incluindo as Polícias Militar e Civil, Corpos de Bombeiros Militares e Institutos Oficiais de Perícia.





Subseção da Saúde Biopsicossocial

No âmbito do cuidado e valorização biopsicossocial, a subseção de Saúde e Biopsicossocial iniciou a regulamentação da Telessaúde, com o objetivo de ampliar os atendimentos de saúde com qualidade e segurança, através da modalidade remota, oferecendo o serviço em todo o Estado.

Considerando as dimensões territoriais do Pará, a Telessaúde é um importante recurso para a promoção da saúde e prevenção de doenças, além de representar uma

economia para o Estado com o tratamento de policiais militares sem a necessidade de deslocamento dos recursos humanos.

Para assegurar o funcionamento da Telessaúde, implementou-se o prontuário eletrônico para armazenar e compartilhar dados de saúde na PMPA, a fim de promover o registro das informações de saúde do paciente, incluindo dados clínicos, exames, prescrições, evolução do tratamento, entre outros, por profissionais de saúde da Corporação.

Legislação

Em 2024, a Subseção de Legislação elaborou duas importantes normas para a Corporação: a Lei do Temporário e a Lei de Ensino que visa instituir o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Pará, em conformidade com a missão constitucional da Corporação e nos termos da Lei Complementar nº. 053/2006, (atualizada até a Lei Complementar nº. 165, de 28 de abril de 2023), promovendo as ações formativas voltadas para conhecimento técnico-profissional, a promoção dos direitos humanos e o exercício da cidadania.

A Lei do Temporário dispõe sobre os Militares Temporários do Estado do Pará, destina-se a complementar os quadros de carreira de oficiais e praças previstos nas leis de organização básica e de fixação de efetivo das corporações.

Na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, os militares temporários exercerão suas atividades como oficiais nos quadros de saúde, complementar, capelão e praças especialistas, que por sua vez se dividirão em categorias específicas, de acordo com as áreas de interesse das Corporações.

Estudo e adequação

Importante ressaltar a Portaria nº. 008/2024-EMG, de 9 de setembro de 2024, que nomeou comissão para apresentar estudos e proposta de alteração legislativa em face da publicação da Lei Federal nº. 14.751, de 12 de dezembro de 2023, Lei Orgânica Nacional das Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A Subseção de Legislação está promovendo o estudo que visa adequar a legislação castrense estadual à lei nacional, que

estabeleceu as normas gerais para organizar e padronizar o funcionamento das corporações, além de ter definido garantias, deveres e vedações para os policiais militares.

A Portaria nº. 007/2024-EMG, de 09 de setembro de 2024, nomeou comissão com a finalidade de realizar pesquisa ampla e minuciosa das normas que são inerentes a PMPA. O estudo objetiva atualizar o *Vade Mecum* da Corporação, para que o policial militar e a sociedade tenham uma coletânea de leis atualizadas para consulta.



PM2

Responsável pela Política e Planejamento da Gestão do Conhecimento no âmbito da Corporação, a PM2/EMG, através das subseções de Análise Estratégica e de Segurança Orgânica, viabiliza o estudo, pesquisa, planejamento, controle, além do acompanhamento, proposição e a avaliação das estratégias da política da produção de conhecimento na PMPA, assessorando o Chefe do Estado-Maior Geral em questões pertinentes a essas competências.

Uma das atribuições relevantes da Seção é o Processo de Elaboração e Publicação do Boletim Reservado e do Boletim Reservado Superior (BGR e BGRS, respectivamente) da PMPA, documentos que contêm informações referentes aos oficiais da Corporação, desde os subalternos até os superiores, classificados conforme o princípio da hierarquia. Os dados coletados são reservados e disponibilizados, com acesso restrito, por meio de boletins inseridos no site oficial da Polícia Militar.

A PM2/EMG, por meio da Subseção de Segurança Orgânica, publica Portarias da Corregedoria, Atas da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) e documentos reservados do Centro de Inteligência, observando princípios de segurança referentes as pessoas e a PMPA.

Do mesmo modo, a Seção auxiliou na confecção da 4ª Edição do Anuário da PMPA, referente ao ano de 2023, documento que representa uma prestação de contas à sociedade e envolve o gerenciamento, análise, elaboração e produção de dados, que são remetidos pelas unidades da PM e se referem às operações, redução da criminalidade e cursos realizados, conforme a competência de cada setor. Como ocorreu com a Revista Científica, a montagem de Infográficos e Ilustrações, elaboração e designer (diagramação) da capa e *layout* do Anuário (miolo) são atribuições da PM2.

Para fortalecer as atividades, em abril de 2024 a PM2/EMG realizou a “I Capacitação em Fotografia Institucional”, no auditório do QCG, localizado no bairro Parque Guajará, em Belém. A formação contou com 40 participantes, entre policiais militares e voluntários civis das Unidades Policiais Militares da Região Metropolitana de Belém, da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Pará e do Ministério Público. O objetivo foi proporcionar conhecimentos e habilidades para o manuseio de equipamentos de fotografia e a produção de imagens, identificando as regras e princípios específicos da fotografia institucional.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





PM3

Com a atribuição de coordenar o estudo, pesquisa, planejamento, controle, acompanhamento, proposição e avaliação das estratégias de preservação da ordem pública, bem como da doutrina, instrução,

ensino e operações no âmbito da PMPA, a PM3 gerenciou a apresentação de inúmeros manuais, voltados à padronização da atividade policial.



Fonte: PM/3, EMG, PMPA, 2024.

Além disso, realizou diversos estudos, como os relativos à criação de novas Unidades Militares, a ampliação das áreas de atuação e a proposta de adequações nas escalas de serviço operacional, visando otimizar o policiamento em diferentes localidades do Estado.

Foi dada ênfase, também, à produção e disseminação de conhecimento técnico-científico, voltada para a melhoria contínua das práticas policiais. Em decorrência disso, foram analisado e emitidos pareceres sobre manuais, diretrizes e doutrinas que integram o rol de iniciativas da Corporação em padronizar a atuação policial em todo o Estado. Disso resultou um trabalho minucioso de revisão e atualização das metodologias empregadas nas ações preventi-

vas e repressivas, proporcionando à Polícia Militar uma maior eficiência e eficácia na preservação da ordem pública.



Fonte: PM/3, EMG, PMPA, 2024.



Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar

Entre as publicações de destaque produzidas em 2024 pela PM3, destaca-se o “Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar”, que aborda as diretrizes para a atuação em instituições de ensino. O documento foi publicado no Aditamento ao BG N°. 074 II, de 17 ABR 2024 e traz direcionamento para os agentes sobre como proceder em caso de conflito no ambiente escolar.



Fonte: PM/3, EMG, PMPA, 2024.

Manual de Redação da PMPA

Outro trabalho relevante foi a publicação, no Aditamento ao BG N°. 147 II, de 07 AGO 2024, da 2ª edição do “Manual de Redação da PMPA”, uma obra fundamental para padronizar a comunicação escrita dentro da Corporação. Além disso, publicou-se, no Aditamento ao BG N°. 151 II, de 13 AGO 2024) o manual intitulado “Normas para Elaboração de Manuais da PMPA”, que esta-

belece diretrizes para a criação de manuais essenciais ao funcionamento institucional.

Essas produções são fundamentais para o aprimoramento contínuo dos profissionais e das práticas policiais no Estado, contribuindo diretamente para a formação e capacitação dos membros da Instituição, além de promover a padronização e a excelência das operações em todos os níveis.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





As atividades desenvolvidas pela PM4, que é responsável pela Política de Planejamento de Logística na Corporação, em 2024 se destacam alterações no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do

Pará (RUPM), elaboração de Plano Anual de Contratações Interno e Planejamento de Contratações de Bens e Serviços Comuns, além de estudos técnicos.

Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará (RUPM)

No ano de 2024 foram publicadas sete resoluções normativas, promovendo um total de 53 alterações no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará (RUPM), com destaque para a mudança nos uniformes do Comandante-Geral, com a adição de insígnias de gola e punho nos unifor-

mes de gala (1º A e 1º B) e no uniforme de cerimônia azul-petróleo (2º A). As mudanças visaram aprimorar a estética e a formalidade das vestimentas em grandes eventos, reforçando a distinção hierárquica e o simbolismo institucional nas cerimônias oficiais.

DISTINTIVO DE GOLA



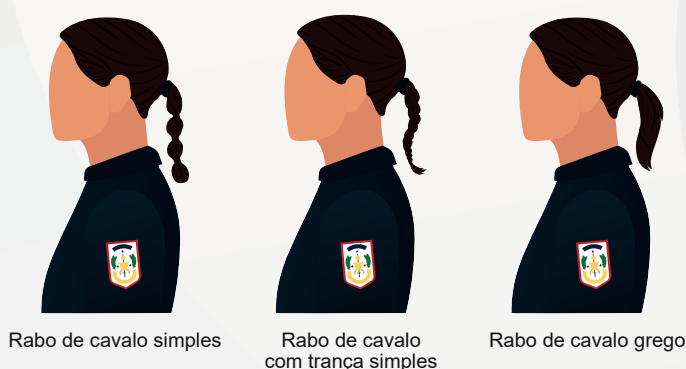
DISTINTIVO DE MANGA



Outra mudança importante, pensando no bem-estar do efetivo, foi a inclusão de velcro nas calças dos uniformes de instrução e serviço, permitindo um ajuste rápido e personalizado e proporcionando maior conforto ao facilitar a circulação sanguínea, o que evita inchaços e desconforto durante longas jornadas de serviço.

Fonte: PM/4, EMG, PMPA, 2024.

Por fim, foi regulamentada a autorização para o uso de penteados como rabo de cavalo ou trança por policiais femininas durante o expediente administrativo, visando promover o bem-estar das servidoras e prevenir problemas como alopecia e enxaquecas, causados pelo uso prolongado de coque. Essa flexibilização, no entanto, não se aplica aos momentos de deslocamento fardado ou policiamento, quando o coque continua sendo obrigatório.



Fonte: PM/4, EMG, PMPA, 2024.

Reunião com as credenciadas

Em 2024, a PM4 reuniu representantes das empresas responsáveis pela confecção, distribuição e comercialização de uniformes, distintivos e equipamentos exclusivos da Polícia Militar do Pará, para alinhar diretrizes e esclarecer dúvidas sobre as recentes mudanças aprovadas no RUPM, visando manter a padronização dos uniformes.



Fonte: PM/4, EMG, PMPA.

Plano anual de contratações interno e planejamento de contratações de bens e serviços comuns

A 4ª Seção do EMG elaborou, ainda, o Plano Anual de Contratações Interno (PCA) e o Planejamento de Contratações de Bens e serviços comuns para o ano de 2025, conforme as exigências trazidas pela nova Lei de Licitações e Contratos

(Lei nº. 14.133/2021) e do Decreto estadual nº. 2.227/2022, a fim de balizar o próximo exercício financeiro no que concerne às necessidades estratégicas e operacionais da Instituição.





O objetivo é otimizar recursos e garantir a eficiência na gestão de investimentos, apoiando o cumprimento das metas do planejamento estratégico da PMPA. O

documento aborda demandas imediatas e prevê cenários futuros, assegurando uma gestão eficaz dos recursos e uma resposta ágil às necessidades operacionais.

Planejamento Estratégico de Aquisição de Produtos Controlados pelo Exército

A PM4 é responsável por elaborar o mapa de material bélico institucional, enviado semestralmente ao comando militar do Norte, sendo uma ferramenta essencial para o plano de contratações de produtos controlados pelo Exército (PCE). Este planejamento estratégico, com vigência de 2024 a 2028, visa organizar e controlar a aquisição

de materiais bélicos regulamentados, como armas, munições e explosivos. O objetivo é melhorar a eficácia nos resultados planejados e a eficiência na escolha dos recursos necessários para proteger e servir à sociedade, garantindo que a corporação atenda às demandas imediatas e futuras.

Estudos técnicos

Dois estudos técnicos importantes foram realizados em 2024, sendo que o primeiro foi concluído e o segundo ainda está em andamento. O primeiro estudo abordou as algemas, com uma análise dos modelos mais utilizados pelas polícias federal, militar e civil no Brasil, além da polícia dos EUA. O que possibilitou a necessidade de propor a utilização de novas algemas para a PMPA, considerando características como capacidade operacional, compatibilidade com o clima do Estado, facilidade de uso e segurança, de acordo com a norma NIJ 0307.01 do INMETRO.

O segundo estudo, que está em andamento, trata da operacionalização de uma transição energética para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Ele visa substituir progressivamente fontes poluentes por alternativas renováveis, como solar e eólica, com o objetivo de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A pesquisa também busca discutir a importância de políticas públicas e incentivos governamentais para acelerar essa transição, além de avaliar os impactos econômicos e garantir a viabilidade ambiental e financeira



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



5ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (PM5) desenvolve a comunicação organizacional da Corporação, o que en-

globa as práticas e estratégias usadas pela PMPA para se comunicar com os públicos interno e externo.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Principais produtos da 5ª Seção

A PM5 analisa, cria e adequa os produtos que ilustram a identidade visual da PMPA, incluindo materiais em mídia, impressos, fachadas, plotagens e brasões, além de orientar e coordenar solenidades, desfiles, palestras, entre outros, evidenciando a importância da Comunicação Organizacional para o fortalecimento da marca institucional, refletindo na confiabilidade e sucesso dos objetivos estratégicos da PMPA.

Entre os produtos entregues pela PM5 houve a confecção de resoluções e a criação de Brasões e Distintivos de cursos no âmbito da PMPA. Entre os Brasões destaca-se o da “LÁUREA DO MÉRITO EXCEPCIONAL”, publicado na Portaria nº. 217 /2024 – GAB. CMDO no BG nº. 181, de 27 de setembro de 2024, destina-se a gratificar ações meritórias praticadas por policiais militares da ativa.

As ações meritórias condizem sobre valorizar e reconhecer os policiais militares que, em situações extremas, demonstram heroísmo e profissionalismo, salvando vi-

das e indo além do cumprimento regular de suas funções.

A atuação na Coordenação das solenidades destaca-se: a Solenidade alusiva ao Patrono das Polícias Militares do Brasil em 21 de abril, o Desfile Cívico-Militar de sete de setembro e o dia da PMPA “Cel. Fontoura” em 25 de setembro.

Láurea do Mérito Excepcional



Fonte: PM/5, EMG, PMPA, 2024.





Responsável pelo planejamento e o orçamento no âmbito da PMPA, a PM6 tem desenvolvido processos de modernização e melhorias na gestão. As ações realizadas pela 6ª Seção no ano de 2024 envolveram diversas capacitações, participações em eventos, além das rotinas realizadas diariamente. As participações no Pará 2050 e na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2025 reafirmam o compromisso da 6ª Seção com a excelência na administração dos recursos públicos, promovendo uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada com as necessidades institucionais.

O planejamento estratégico “Pará 2050” de longo prazo que visa o desenvolvimento sustentável do Estado, com participação dos setores públicos, privado e da sociedade civil. O Estado-Maior Geral da Polícia Militar designou as 4ª e a 6ª Seções do EMG para contribuir na definição da visão de futuro, objetivos estratégicos e diretrizes que guiarão as transformações no Pará. Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2025, a PM6 foi essencial, contribuindo para a formulação de um or-

çamento que assegure o aprimoramento das atividades da Corporação, refletindo no compromisso da PMPA com a gestão eficiente dos recursos, garantindo suporte às ações operacionais, capacitações e modernização institucional.



Fonte: PM/6, PMPA, 2024.

A capacitação é um fator essencial para o bom desempenho institucional. Considerando isso, três militares da PM6 foram habilitados no Curso Básico de Licitação, realizado em Brasília, como o objetivo de prepará-los para futuras especializações na área de orçamento e finanças. Além disso, todo o efetivo da Seção foi treinado para operar a nova plataforma do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (SIAFE), no módulo planejamento, disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).



Fonte: Vc Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.



No Plano Plurianual para o período de 2024-2027, os recursos financeiros previstos para a PMPA estão organizados em três programas estratégicos, distribuídos em 16 ações específicas, a fim de operacionalizar as metas físicas e financeiras, garantindo o cumprimento das estratégias planejadas e a execução das atividades necessárias ao desenvolvimento da Corporação. O detalhamento dessas ações permite uma gestão mais transparente, eficaz e alinhada às necessidades institucionais, promovendo o aprimoramento contínuo das atividades da Polícia Militar.

As metas e ações são monitoradas pela PM6 por meio do Sistema Integrado de Planejamento (SIGPLAN), através de rela-

tórios mensais recebidos dos departamentos responsáveis por cada ação, permitindo a avaliação da execução financeira e a possibilidade de ajustá-la quando necessário, garantindo a conformidade com o planejamento orçamentário.

Isso é resultado da responsabilidade da PM6 de assegurar a observância pela PMPA do disposto no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que são instrumentos legais fundamentais para o planejamento orçamentário, pois orientam a alocação de recursos, definem prioridades e garantem a execução eficiente das políticas públicas.

Lei Orçamentária Anual - 2024

A lei Orçamentária Anual (LOA) divide o orçamento destinado à Polícia Militar nas fontes de recursos e ações. Somando as quatro fontes de recursos, o orçamento inicial totalizou R\$ 1.942.474.131,00. Para as despesas com pessoal foram alocados R\$ 1.403.182.604,00 somente na fonte de

recursos ordinários. Na fonte de recursos ordinários e de convênios, outras despesas correntes R\$ 483.158.536,00. Em investimento, o valor total foi de R\$ 56.132.991,00, distribuídos nas quatro fontes de recursos disponíveis.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

A PM 7 tem como foco a gestão de qualidade, com ênfase nos resultados tangíveis e no aumento da satisfação dos públicos interno e externo. Para isso, a Seção padroniza comportamentos policiais por meio dos denominados Procedimento Operacional

Padrão (POP) e Procedimento Administrativo Padrão (PAP), além da continuada atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, tudo voltado para o alinhamento do agir policial face às demandas da sociedade.

Procedimento Operacional e Administrativo Padrão

Desde 2021 diversos manuais foram publicados na Corporação, potencializando a atuação policial ao estabelecer parâmetros e direcionamentos sobre como proceder nas ocorrências do dia a dia.

Em 2024, foi publicado POP referente ao Processo de Uso de Instrumento de Menor Potencial Ofensivo, resultando em cinco procedimentos: POP 035.001 - Uso de Espargidores; POP 035.002 - Uso de Granadas Policiais; POP 035.003 - Uso de Lançador de Munição Química, POP 035.004 - Uso

de Arma de Fogo/Lançador com Munição de Impacto Controlado e POP 035.005 - Uso de Arma de Incapacitação Neuromuscular.

Os documentos convergem para a adequação da atuação dos integrantes da PMPA ao disposto na Portaria Interministerial nº. 4.226/2010, que estabelece as Diretrizes sobre o uso da Forças pelos Agentes de Segurança Pública. Após a publicação dos POPs, o efetivo foi capacitado para atuar de acordo com o padrão estabelecido.

Carta de Serviços 2024

A Carta de Serviços da PMPA permite ao cidadão conhecer os serviços prestados pela instituição conhecer ações e programas do Governo do Estado do Pará no âmbito da Polícia Militar. Em 2024, a Carta passou

por atualização, e hoje oferta 43 serviços, os quais se destacam: E-SIC, Policiamento Ostensivo dividido por áreas operacionais, Trilha ecológica, PROERD, Equoterapia, Patrulha Maria da Penha, e Cinoterapia.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

A 8ª Seção do EMG compete realizar, apoiar e orientar pesquisas científicas relacionadas à estrutura organizacional e à atuação da PMPA, ou correlatas a problemas que diretamente ou indiretamente afetem a organização policial militar e sua atuação, bem como problemas relacionados à se-

gurança pública, violência e criminalidade, a fim de subsidiar o planejamento, organização, direção e controle das atividades da Corporação, em consonância com a missão institucional e as políticas de Segurança Pública Nacional e Estadual.

Lançamento do Periódico Científico PMPA em Revista v. 2, n. 3

A 3ª edição do Periódico Científico PMPA em Revista foi lançado em 23 de abril de 2024, no Salão Nobre do Comando de Missões Especiais (CME). Com a temática “A Polícia Militar ‘entre os fios e os rastros’ da História do Grão-Pará”, a revista destacou assuntos importantes sobre as experiências sociais, a Memória e a História que envolvem a “Corporação de Fontoura” ao longo do tempo no território paraense.



Fonte: PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Primeiro Seminário do Periódico Científico PMPA em Revista

O primeiro Seminário do Periódico Científico PMPA em Revista ocorreu no auditório do Comando Geral da PMPA, no período de 5 a 7 de junho de 2024 e apresentou

assuntos referentes à 3ª edição do periódico e contou com a participação de autores, palestrantes, policiais militares e comunidade acadêmica em geral.



O evento foi transmitido *on-line* e contou com intérpretes de Libras da Universidade do Estado do Pará (UEPA), refletindo o

esforço institucional para promover a acessibilidade e inclusão.



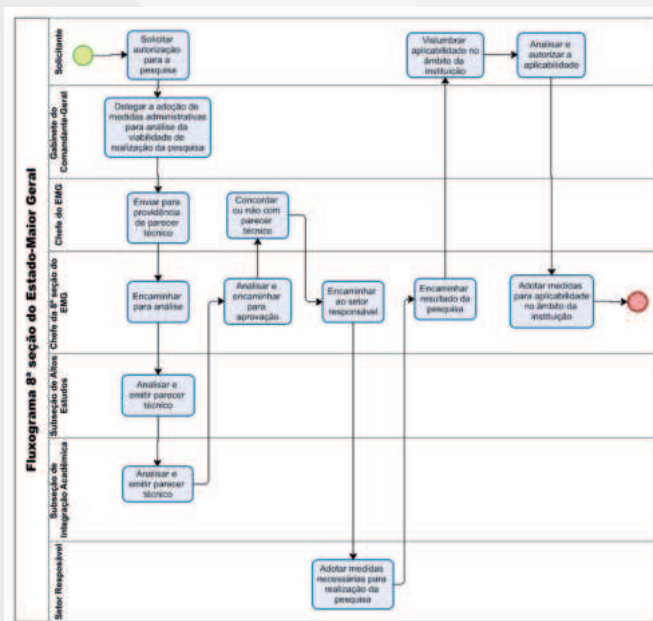
Fonte: PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Auxílio a pesquisas

Ao que compete à 8ª Seção, o auxílio a estudos de pesquisas no que concerne a fornecimentos de dados da PMPA, legislação, liberação de entrevista e pesquisa de campo no âmbito da Instituição é de fundamental importância para a Corporação, tendo em vista que o retorno dos referidos estudos podem subsidiar na resolução de problemas sejam eles na missão, estrutura, organização e planejamento da PMPA, além do aprimoramento da prestação de serviço à sociedade.

As solicitações das pesquisas chegam por meio do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), sistema institucional do Governo do Estado do Pará, ou pelo e-mail da Seção (emg.pm8@gmail.com). Após a solicitação ser recebida pelo Gabinete do Comando, esta é encaminhada para o Chefe do Estado-Maior que a direciona para a PM8, que emite o parecer técnico sobre a viabilidade ou não do estudo e o fornecimento de dados pelo setor responsável.

As demandas vêm de diversos órgãos da segurança pública, Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, Instituições Militares, Universidades, Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Esse fluxo segue conforme, a ilustração abaixo:



Fonte: PM/8, EMG, PMPA, 2024.



COMISSÃO PERMANENTE





RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA MISSÃO ALÉM DOS QUARTÉIS



COMPROMETIMENTO SOCIAL

Proteção e ensino cidadão

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) atua diariamente para combater o tráfico de drogas, sendo uma estratégia de trabalho preventivo utilizada pela Corporação em parceria com escolas das redes do ensino público e privado, desenvolvido por meio de estudos realizados em conjunto com as Secretarias de Educação em que são analisadas quais as escolas mais propícias para a aplicação do programa. A Polícia Militar aplica o programa como ato de caráter social e preventivo, conscientizando alunos e seus responsáveis sobre os perigos do uso de drogas e práticas de violência em todos os aspectos.

Nos últimos cinco anos foram formados mais de dez mil crianças e adolescentes em todos os municípios, destaca-se a formação de 45 alunos PCD (Pessoa com Deficiência) no município de Castanhal, além da formatura da primeira turma de alunos quilombolas atendidos pelo PROERD, na comunidade São Pedro, zona rural do município de Castanhal. Ciente da importância das ações preventivas os Comandos de Policiamento Regionais (CPR), II, IV, V, entre outras unidades, desenvolveram atividades educativas voltadas para o público infanto-juvenil, trabalhando habilidades básicas necessárias para que escolhas seguras e conscientes sejam feitas, as quais refletirão em toda vida. Destacamos o trabalho realizado no arquipélago do Marajó nos municípios de Soure, Salvaterra, Ponta de Pedras e Muaná, bem como nos municípios de Altamira, Redenção, Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. As ações são desenvolvidas sobretudo em ambiente escolar, tanto na zona urbana, quanto na zona rural.



Fonte: PMPA, 2024.



Fonte: PMPA, 2024.



Fonte: PMPA, 2024.



Construção de valores com segurança

O programa PMZITO é uma iniciativa inovadora idealizado pela Polícia Militar do Pará, implementado para atender jovens em situação de vulnerabilidade social nos mais diversos municípios do território paraense, o qual está servindo de modelo para a criação de outros projetos semelhantes em todo o país. É desenvolvido por policiais militares capacitados, que aplicam conhecimentos sobre cidadania, valores cívicos, éticos e morais, direitos humanos aplicados, prevenção ao uso de drogas, desenvolvimento de habilidades e atitudes provenientes das doutrinas dos Direitos Humanos e da filosofia de Polícia Comunitária.

O objetivo principal do Programa é fomentar o diálogo entre jovens e adolescentes, com foco na prevenção da violência e da criminalidade, promovendo o desenvolvimento de valores essenciais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes. Para alcançar esse objetivo, o PMZITO foi criado com o propósito de institucionalizar e regular os projetos sociais de caráter preventivo dentro da Polícia Militar do Estado. É uma alternativa estratégica para a segurança pública, buscando atuar nas causas das problemáticas sociais que afetam a ordem pública e o bem-estar social.



Fonte: PMPA, 2024.





Tecnologia, saúde e acolhimento



Fonte: Agência Pará, 2024.

O Comandante-Geral da PMPA e os gestores dos demais órgãos que compõem a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), participaram de uma reunião técnica com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubo, para conhecerem os detalhes do Projeto ESCUTA-SUSP que vai garantir maior atenção à saúde mental dos servidores estaduais.

O encontro foi realizado na sede do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), no bairro do Marco em Belém, e teve como objetivo participar do lançamento oficial do projeto de Avaliação e Aconselhamento Psicológico Online, o ESCUTA-SUSP, que permite a qualquer agente de segurança pública realizar consultas, seja pelo computador ou pelo celular, de forma reservada, em abordagem terapêutica e empática, com profissionais da área da psicologia.

Palestra Novembro Azul

A Polícia Militar, por meio do Estado-Maior Geral (EMG), promoveu no dia 26 de novembro, em uma manhã de terça-feira, no auditório do Comando Geral da Polícia Militar (QCG), uma palestra com o tema “Conscientização sobre o câncer de próstata - Novembro Azul”.

A palestra consistiu em abordar a importância a cerca do diagnóstico precoce da doença e, conseqüentemente, o tratamento que deve ser realizado de maneira adequada, para assim incentivar o cuidado para com a saúde masculina.



Fonte: Ingrid, ASTEC, EMG, PMPA, 2024.

Interação saudável

O Batalhão de Ações com Cães (BAC) realizou, na escola Estadual José Álvares de Azevedo, em Belém uma ação educativa em alusão à Semana do Cão-guia. Vinculada à Secretaria de Educação (SEDUC), a escola figura como importante espaço de aprendizagem de pessoas com deficiência do Pará.

Na oportunidade, a guarnição policial militar composta pelo 2º Tenente Elias, CB PM Christopher e SD PM Samara, conduzindo os cães Alecrim e Mário, apresentou ao público presente, a importância dos cães como ferramenta utilizada nas ações de Segurança Pública do Estado no combate à criminalidade, além da potencialidade que o uso dos cães representa em atividades de bem-estar e saúde, como, por exemplo, na Terapia Assistida por Cães (TAC).

A unidade policial também esteve presente no 1º Festival da Inclusão, promovido pelo Governo do Pará. O evento ocorreu nos dias 4 e 5 de maio, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia em Belém.



Fonte: PMPA, 2024.



Fonte: PMPA, 2024.

A programação do evento teve como foco a celebração das habilidades e talentos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim como portadores de outras deficiências. Na oportunidade, uma guarnição do BAC, composta por policiais militares e o cão Alecrim, realizou demonstração de atividades oriundas da Terapia Assistida por Cães, que possibilita, entre outros fatores terapêuticos, o bem-estar da comunidade.



Doação de sangue em ato solidário aos pacientes do Hemopa

A Polícia Militar do Pará continua contribuindo, significativamente, com a saúde pública e cidadania paraense. Nesse sentido, o Comando de Policiamento Ambiental realizou uma campanha voluntária de doação de sangue, na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA), a fim de contribuir na reposição de estoques de sangue, no Centro.

O Comando de Policiamento da Capital I (CPC I), em parceria com a Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará, realizou uma campanha solidária de doação de sangue. A ação ocorreu no Hemocentro de Belém, localizado no bairro Batista Campos.

Policiais militares de Altamira (16º BPM), em ato solidário participaram da campanha de doação de sangue na Fundação

Hemopa, contribuindo para salvar vidas. A doação de sangue é essencial e a participação dos policiais demonstra o compromisso com a sociedade. Essas ações fortalecem os laços e destacam a importância da solidariedade. A doação dos policiais ajudará a manter o estoque de sangue do Hemopa para beneficiar pacientes que necessitam desse recurso.



Fonte: PMPA, 2024.

Proteção e segurança

Operação Paz nos Rios, realizada na região do Marajó Ocidental visa, entre outros objetivos, o combate à exploração sexual de

crianças e adolescentes, atuando em todas as fronteiras do Estado, empenhados em oferecer um serviço de qualidade.



Fonte: PMPA, 2024.



Fé e segurança

A Polícia Militar por meio do plano de policiamento do Departamento-Geral de Operações (DGO), regulou as atividades executadas pelos Policiais Militares pertencentes ao efetivo da Sede e unidades do CPE, CPC I, CPA, CME, CFAP e QCG, em parceria com todos os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública, que também participaram da “Operação Círio 2024”, Coordenada pela Secretaria

de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP).

A peregrinação da imagem de nossa Senhora de Nazaré, considerada o período de procissão das festividades nazarenas, que reúne centenas de romeiros e pagadores de promessas numa caminhada de amor e fé pelas ruas de Belém, em devoção a Virgem de Nazaré.



Fonte: CPC I, PMPA, 2024.

Passos firmes contra a violência

No dia 17 de Março foi realizado 1ª Corrida e Caminhada Patrulha Maria da Penha, que marcou um momento significativo na luta contra a violência, promovendo a conscientização e a solidariedade em prol de uma causa tão importante. O sucesso desse evento não apenas demonstra a união da comunidade em torno de uma causa justa, mas também simboliza um passo significativo rumo à construção de uma sociedade mais segura e igualitária.



Fonte: PMPA, 2024.





O evento ocorreu no Parque Estadual do Utinga e contou com a participação do secretário de segurança pública da SEGUP (Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social) Ualame Machado. A realização dessa corrida e

caminhada não apenas promove a atividade física e a saúde, destaca também a importância de combater ativamente a violência, apoiar as vítimas e buscar soluções eficazes para um problema tão presente em nossa sociedade.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: CPC II, PMPA, 2024.

Militares do Comando de Policiamento da Capital II, participaram da capacitação sobre a violência de gênero e contra crianças e adolescentes. A palestra de abertura contou com a participação da Dra. Claudia Favacho, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal distrital de Icoaraci, Natasha Vasconcelos, Advogada, assessora parlamentar, pós-graduada em Direito Público, presidente da ABMCJ - Pará, membro da Comissão Nacional da Mulher Advogada do CFOAB, Conselheira Seccional da OAB/PA; Fundadora da Rede Amazônica de Política para Mulheres, Dra. Bárbara Sordi, Psicóloga, psicanalista, especialista em psicologia hospitalar e da saúde, mestre e doutora em psicologia, facilitadora de círculos restaurativos com ênfase em violência doméstica e escritora de crônicas feministas e o Dr. Mário Chermont, coordenador do Ministério Público de Icoaraci.



A PMPA participa de Curso Nacional de atendimento às mulheres e meninas em situação de violência, evento promovido pela Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Públi-

ca (DEP/Senasp/MJSP) em conjunto com a Coordenação-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (CGPREV/DSUSP).



Fonte: PMPA, 2024.

Ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul

A iniciativa foi, idealizada pelo Sargento Arley e pela Cabo Marcelle Noronha empenhados de forma ativa nessa ação. As doações arrecadadas foram transportadas via aérea, garantindo que os itens cheguem o mais rápido possível às comunidades necessitadas. A PMPA reafirma o compromisso com a responsabilidade social e a soli-

dariedade, mostrando que a Corporação vai além das funções tradicionais, atuando também como um agente de transformação social e apoio humanitário. Iniciativas como esta não apenas fortalecem os laços entre os Estados, mas também promovem a empatia e a cooperação em nível nacional.



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2024.



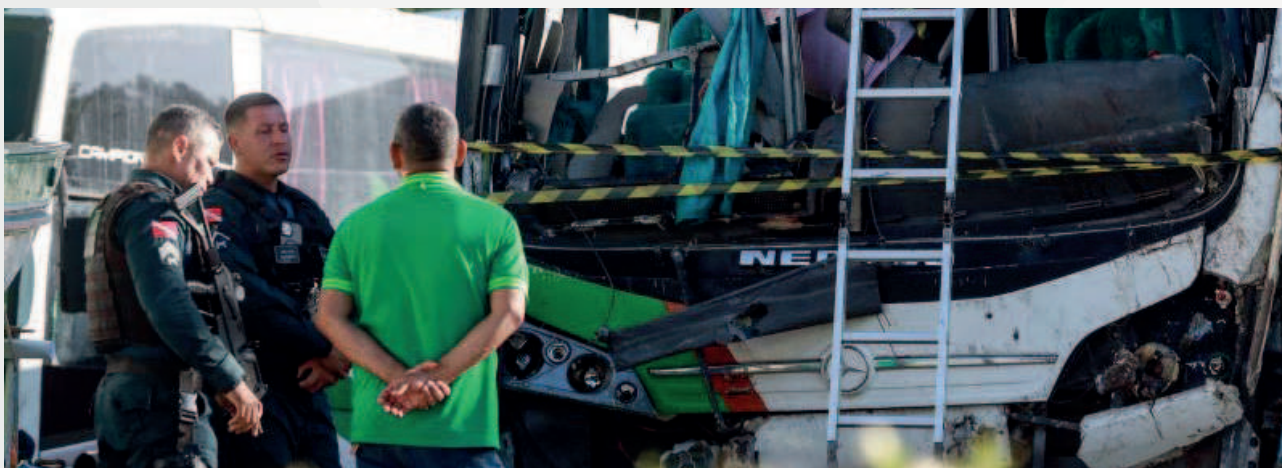


Resgate a vítimas de acidente com ônibus do IFPA

Policiais do 13º BPM se empenharam para ajudar no resgate das vítimas de um acidente de ônibus do Instituto Federal do Pará (IFPA) ao lado da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A tragédia deixou quatro pessoas mortas no dia 26 de maio de 2024, quando o veículo seguia pela rodovia BR-263 e bateu contra o muro de concreto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O veículo transportava 27 estudantes e servidores que pertenciam às delegações do campus Vigia e do campus Castanhal, que iriam participar da

etapa estadual dos Jogos dos Institutos Federais (JIF).

O ocorrido comoveu toda a cidade, e a sociedade tucuruieense reconheceu que todo o trabalho realizado pelos policiais militares contribuiu para o resgate de feridos, que estavam em uma área de difícil acesso. Além do auxílio no local do acidente, a polícia militar ajudou no transporte de medicamentos, alimentação e água para as vítimas após o resgate.



Fonte: PMPA, 2024.

Semana da criança



Fonte: BAC, PMPA, 2024.

Visita da turma de PMZITO do 16º BPM nas instalações do BAC para entenderem sobre o trabalho feito com os cães. As crianças assistiram uma apresentação feita pelos militares, que explicaram cada função específica desempenhada pelos cães treinados. As crianças também tiveram a oportunidade de assistir algumas demonstrações, incluindo a busca por narcóticos (Cão Jay-z), mordida (Cão Lupan) e busca e resgate de pessoas desaparecidas (Cão Bulma).



Princípios de policiamento comunitário

Os militares do 28º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão Águia, retribuíram o carinho do pequeno Noah. A criança revelou ser um grande admirador da Polícia Militar, momento registrado pelos pais do menino. Atitudes como essa demonstram que cotidianamente, a tropa da polícia é sinônimo de confiança e afetividade, além da segurança proporcionada entre policiais e comunidade. Isso faz parte do cumprimento de responsabilidade social, aplicada durante o serviço de patrulhamento efetuado em todo território paraense pelas mais diversas modalidades de policiamento, como no caso dos motociclistas do batalhão que atuam na área que reside Noah.



Fonte: 28º BPM/CPCI, PMPA, 2024.



Fonte: FASPM, 2024.

O FASPM teve a honra de contar com energias contagiantes em uma ação que lembra a preservação da Amazônia como um dever coletivo. Por isso, a importância da ação realizada em céu aberto da Praça Dalcídio Jurandir com a equipe do FASPM, e os alunos da Escola Stelio Maroja, plantando mudas de árvores nativas. Ao cuidar dessas árvores, estamos nos comprometendo a proteger o lugar em que vivemos, no coração da Amazônia. Também foram ensinadas orientações sobre consumo consciente às crianças. Reduzir, reutilizar e reciclar são palavras de ordem. As crianças prometeram lembrar esse dia e da importância de cuidar do lugar onde vivem. Os adultos, renovam o compromisso de consumir de forma consciente, cuidar da cidade, da floresta, dos rios e do planeta.





Com o objetivo de estreitar os laços entre a população e a Polícia Militar, militares do 37º BPM, realizaram uma reunião de mobilização social com lideranças do bairro Terra Firme, em Belém. Na ocasião, foi abordada a implementação do Programa Rede de Proteção. Diante disso, a implementação do Programa “Rede Segura” permitirá a coleta de informações qualificadas, que facilitarão a identificação de problemáticas pontuais referentes à segurança. Isso norteará o planejamento de ações estratégicas direcionadas de prevenção e repressão, resultando em mais tranquilidade para todos.



Fonte: PMPA, 2024.

Apresentações do núcleo de banda de música do CPR IV

Ao longo do ano, o Núcleo de Banda de Música do CPR IV levou a presença da PMPA aos mais variados setores da sociedade, nos municípios que compõem o Comando de Policiamento Regional IV, com apresentações em eventos religiosos, escolas, hospitais, festa junina, praças pú-

blicas, desfiles e cerimoniais cívico-militares. Com um repertório diversificado, que incluiu músicas clássicas, internacionais, regionais, pop, dentre outros gêneros, o núcleo de banda levou emoção e alegria às crianças, jovens e adultos que assistiram às apresentações.



Fonte: PMPA, 2024.



Mobilização social entre Polícia Militar e comunidade

A ação teve como propósito, colher informações qualificadas e fortalecer os laços de confiança, parceria e união entre a Polícia Militar e os residentes locais. A mobilização proporcionou o diálogo entre os envolvidos. As informações coletadas durante a reunião subsidiarão a implementação de ações estratégicas de prevenção especial e repressão qualificada de crimes nos dois bairros.



Fonte: PMPA, 2024.

Organização socialmente responsável

A Polícia Militar do Pará, por meio do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), realizou a 3ª Edição da corrida “BOPE *Sunset Run*” (corrida pôr do sol), na cidade de Belém. Com 30 anos de história, essa unidade militar é reconhecida por seu comprometimento e dedicação.

A terceira edição do evento prestou homenagem ao Grupo de Patrulhamento em Ambiente Rural (GPAR), uma equipe especializada do BOPE que atua em ocorrências policiais de alto risco e em áreas de difícil acesso, como regiões ribeirinhas, florestas e áreas de mata.

O evento contou com a participação de 3.000 inscritos, incluindo policiais militares, corporações co-irmãs e civis. Além de promover a prática de atividade física, o evento também teve como objetivo incentivar a interação entre a Polícia Militar e a comunidade, fortalecendo os laços de confiança e colaboração.



Fonte: BOPE, PMPA, 2024.





Educação para a vida

No mês de junho, a 1ª Companhia De Polícia Ambiental (CIPAMB), realizou na Escola Municipal Maestro Wilde da Fonseca a solenidade alusiva ao II Concurso Cultural de Educação Ambiental, nas categorias Redação e Desenho. Evento desenvolvido em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado com a finalidade de entregar premiações aos três primeiros trabalhos de cada categoria.

O Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE), esteve presente na Escola Esta-

dual de Ensino Fundamental e Médio Brasília localizada na Ilha de Outeiro, área do 26º BPM, para prestar apoio a Secretária de Educação (SEDUC) e Diretoria Regional de Ensino (DRE 10), sendo realizada uma palestra voltada para a Informação sobre Atuação Preventiva da PM e da equipe Psicossocial, assim foram destacados os temas relacionados à segurança escolar, prevenção da violência, identificação de situações de risco, e o papel da comunidade escolar na promoção de um ambiente seguro e saudável para todos os envolvidos.



Fonte: BPA, PMPA, 2024.



Fonte: BPTUR, PMPA, 2024.

O Comandante do Batalhão de Policiamento Turístico (BPTUR), Tenente-Coronel Pinheiro, e o Subcomandante, Major Rabelo, receberam a Professora Luci Azevedo, a fim de realizar uma parceria com o Projeto Circuitinho Circular.

O referido Projeto consiste em fazer um passeio a pé com crianças pelas ruas do centro histórico de Belém, para promover a percepção e reflexão sobre a importância de preservar e valorizar os bens históricos, a memória e as manifestações culturais que cercam a cidade.



Fonte: PMPA, 2024.

Os policiais preconizaram como ocorre o serviço ostensivo nas motocicletas da PMPA e orientaram quanto às regras de segurança no trânsito, com a condução de motocicletas, bem como trataram acerca do serviço policial militar desenvolvido pela unidade de recobrimento.

No mês de novembro foi realizada a Feira das Profissões na Escola Fé em Deus. Durante o evento, foi explanado aos alunos o histórico do Batalhão de Polícia de Choque, o funcionamento do serviço e a importância da tropa na atividade operacional. Ao final da apresentação, os alunos puderam conhecer os equipamentos dos operadores de choque.



Fonte: BPCHOQ, PMPA, 2024.



Fonte: RPMONT, PMPA, 2024.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população ribeirinha de Belém é composta por cerca de 30 mil pessoas que vivem em comunidades localizadas às margens do rio Guamá. Partindo desta observação somado à vivência diária e direta com a população ribeirinha, a CIPFLU promove responsabilidade social nas comunidades ribeirinhas com campanhas e projetos sociais. Anualmente são atendidas três comunidades localizadas nas Ilhas de Arapiranga, das Onças e do Combú.



Fonte: CPA, PMPA, 2024.

Natal solidário

A Polícia Militar realizou a ação Natal Solidário em todas as regiões do Estado, partindo do Quartel de Comando Geral se estendendo às demais unidades subordinadas, entre elas destacamos a Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, Batalhão de Polícia ambiental, Rotam, Regimento de policiamento montado, Centro de Capacitação em Prevenção e o Comando de Policiamento Regional pelos CPRs, VI, VIII, X e XII. Essas ações demandam arrecadação de alimentos, brinquedos e roupas durante todo o ano, expressando o compromisso social em forma de solidariedade, isso também garante ao cidadão segurança e amparo com a permanência da Polícia Militar nas comunidades.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

O período natalino se torna um momento especial para levar alegria e esperança às crianças. Garantir a proteção e segurança, incentivando a solidariedade tem sido uma iniciativa cotidiana no âmbito da Corporação um ganho para toda a sociedade paraense.



Fonte: SGT Augusto, PMPA, 2024.



Fonte: PMPA, 2024.



**VALORIZAÇÃO E CUIDADO:
COMPROMISSO COM QUEM PROTEGE**

DEPARTAMENTO-GERAL DE PESSOAL

O Departamento-Geral de Pessoal responsável pela gestão das atividades de pessoal da Polícia Militar do Pará, agrega atividades de incentivos à assistência psicológica, social, religiosa, além do sistema de saúde, acompanhamento e a assistência

de veteranos e pensionistas. Em razão dessa abrangência de atribuições, esse departamento estrutura-se de modo a assegurar a excelência por meio de ações eficientes e de processos humanizados.

Seção de Pessoal

A Seção de Pessoal desempenha funções relacionadas à gestão e administração de recursos humanos, suas responsabilidades incluem, entre outras, cadastro, controle e Movimentação de Oficiais e de Praças, Promoções e Agregação de Poli-

ciais Militares. Esta sessão é essencial para manter o alinhamento entre os interesses dos colaboradores e os objetivos estratégicos da organização, promovendo um ambiente de trabalho organizado e produtivo.

Promoções de Oficiais e Praças

A promoção é o momento mais aguardado por todo militar que almeja a progressão na carreira e ocorre de forma simultânea e selecionada, conforme prevê a legislação que rege as promoções de oficiais e praças na Corporação.

Em 2024, as promoções contemplaram 548 oficiais e 3.492 praças, como pode ser observado na tabela abaixo. No mês de abril, houve um número significativo de oficiais promovidos, resultado da iniciativa do Governo do Estado de reduzir o interstício dos oficiais subalternos para três anos. A medida foi sancionada pelo Decreto nº. 3.861, de 17 de abril de 2024.

Esse reconhecimento valoriza o mérito, a dedicação e o tempo de serviço dos profissionais de segurança pública do Estado. Além de primar o desempenho individual, as promoções fortalecem a motivação interna da corporação, contribuindo para a manutenção de altos padrões de disciplina e competência.



Fonte: ASCOM, PMPA.

Promoções de Oficiais e Praças no período de 2019 a 2024

Ano	Oficiais	Praças
2019	200	2.968
2020	88	2.787
2021	503	3.453
2022	127	1.314
2023	164	1.425
2024	548	3.492
Total	1.630	15.439

Fonte: DGP, PMPA, 2024.



Em relação ao número de promoções apresentadas, observa-se uma oscilação entre os números de promoções nos meses de abril e setembro, com um aumento significativo nas promoções das praças em setembro. Isso ocorre porque, no mês de setembro, a maioria dos militares completaram o interstício necessário para cada graduação, sendo este um estratificação fundamental.

Outro fator relevante nesse processo é o desenho das vagas, conforme estabelecido pela Lei de Promoção de Praças, que considera: publicações em boletins gerais da corporação, agregações, transferências

para a reserva remunerada, reformas e vagas abertas em razão das promoções anteriores, entre outros. Vale destacar que o intervalo para o cômputo das vagas é maior em abril, e, como a maioria dos militares não completou o interstício nesse mês, as vagas apuradas e não preenchidas se acumulam, causando a oscilação indicada na tabela.

Por fim, as estatísticas apresentadas refletem diretamente o processo de valorização da Polícia Militar, especialmente no que tange à ascensão funcional dos militares, concretizando o planejamento da Instituição na busca contínua pela qualidade e transparência no processamento das promoções.

Promoção por Bravura

A promoção por bravura é uma honraria rara e especial, concedida a militares que demonstram coragem excepcional e dedicação além do dever em situações de perigo extremo. Esse reconhecimento é mais do que uma ascensão na posição; é um símbolo de respeito e admiração por atos que transcendem a rotina do serviço.

Em 2024, foram efetivadas duas promoções por bravura. Um exemplo marcante dessa bravura foi protagonizado pelos policiais militares 3º SGT PM José Guilherme Dias Nunes, 3º SGT PM Alex da Silva e Silva e SD PM Herson de Lima Prestes. A guarnição foi acionada para atender uma ocorrência delicada: um homem, identificado como Zé Maria, segurava uma mulher pelos cabelos no topo de uma torre metálica de alta tensão, tentando impedir que ela se jogasse. Sem hesitar, os militares subiram até o local, munidos apenas de uma corda, e deram início a uma operação de resgate arriscada. A situação era crítica: a mulher, em um estado emocional extremo, resistia aos esforços de salvação, balançando-se perigosamente e ameaçando se jogar da torre.

Com determinação e habilidade, os policiais agiram estrategicamente para ga-

rantir a segurança de todos. Eles imobilizaram a mulher, prendendo-a com segurança à estrutura da torre enquanto aguardavam a chegada do Corpo de Bombeiros Militar. Assim que os bombeiros chegaram, o resgate foi realizado com sucesso, prevenindo qualquer tragédia.

Essa ação heroica foi um marco de dedicação e coragem, salvando uma vida e inspirando uma comunidade inteira. Como reconhecimento por seu ato de bravura, os três militares receberam a promoção por bravura, uma homenagem merecida que eterniza o valor de seu gesto.



Fonte: DGP, PMPA, 2024.





Sanção Disciplinar

Com caráter educativo pedagógico, individual e coletivo objetivando o fortalecimento da disciplina, a sanção disciplinar vem reduzindo, conforme tabela abaixo, demonstrando ser um valioso instrumento

de disciplina na Corporação, e ainda, traduzindo-se em grandes benefícios a sociedade, com a possibilidade de manutenção do policial militar no emprego ativo do serviço.

Demonstrativo de sanções disciplinares

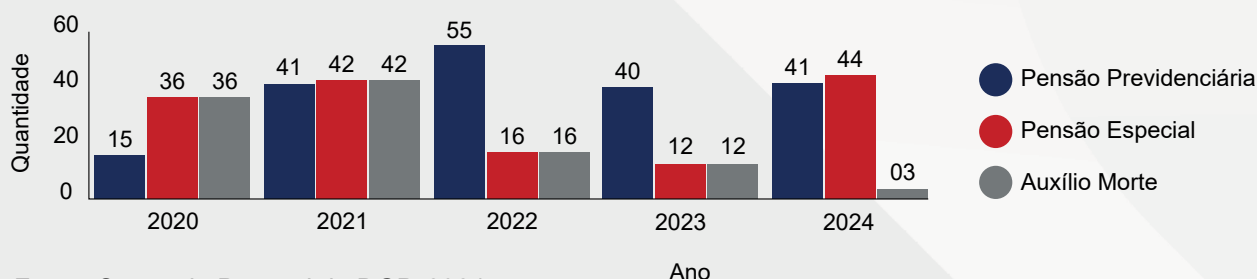
Ano	Suspensão (Port.)	Multa 50% (Port.)	Total
2020	47	10	57
2021	105	80	185
2022	70	61	131
2023	64	82	146
2024	80	89	169
Total Geral	366	322	688

Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.

Um dos principais objetivos do Departamento é dar todo suporte administrativo necessário aos pedidos de pensões dos familiares de policiais militares, vitimados fatalmente ou extraviados no exercício da função ou em razão dela até a concessão

do benefício para que os familiares do policial militar vitimado por algum sinistro não fiquem desamparados. Esses requerimentos são encaminhado ao Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (IGEPPS).

Demonstrativo de pedidos de pensões dos familiares de policiais militares



Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.

Processos de Inatividade: Reserva ou Reforma

A seção de pessoal também realiza a análise e orientação para os processos para inatividade (reservas e reformas) de Oficiais e Praças da PMPA, e o posterior encaminhamento ao IGEPPS (Instituto de Gestão previdenciária e de proteção social).

A instrução processual conta com aproximadamente vinte anexos, variando entre certidões, requerimentos e até decisões judiciais de pagamento de pensão

alimentícia, requerendo conhecimento do processo, familiaridade, atenção, diligenciamento e organização para sua elaboração, tanto da parte interessada, quanto dos militares nas seções de pessoal das unidades de origem. Esse cuidado reflete a atenção para com o público em questão, que em sua maioria são combatentes que perfazem os seus vinte e cinco, trinta anos ou mais de serviços prestados à honrosa



Corporação de Fontoura, no momento de sua passagem à inatividade. Em 2024, foram 5.178 policiais militares que passaram para inatividades.

A Seção de Pessoal, após um processo de avaliação multidisciplinar, realizou, no ano de 2024, sete readaptações de

policiais militares, os quais apresentavam incapacidades físicas para o desempenho da atividade-fim policial militar, e com a oportunidade de readaptação para a atividade-meio permanecem em atividade desenvolvendo funções administrativas compatíveis com a limitação adquirida.

Demonstrativo de Processos de Inatividade de Oficiais

Ano Processo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total Geral
Reserva	34	25	50	107	46	57	32	44	62	457
Reforma	1	3	5	0	1	2	1	1	2	16
Total	35	28	55	107	47	59	33	45	64	473

Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.

Demonstrativo de Processos de Inatividade de Praças

Ano Processo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total Geral
Reserva	140	174	994	398	401	451	766	350	440	4.114
Reforma	95	70	124	35	50	43	44	80	50	591
Total	235	244	1.118	433	451	494	810	430	490	4.705

Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.

Readaptações Funcional e Reversão



Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.

Com o objetivo de valorizar a carreira militar, o profissional já reformado, ao ser revertido ao serviço ativo, passa a frequentar o Curso de Adaptação Policial Militar (CAPM). Essa etapa permite que ele retome sua trajetória na instituição com dedicação e satisfação, sendo acolhido em

um momento decisivo de sua vida, quando mais necessita de apoio. Em 2024, foram revertidos 28 policiais militares ao serviço ativo. Cabe ressaltar que o curso será melhor retratado no capítulo destinado as capacitações.



Seção Técnica

A seção técnica tem como finalidade principal fornecer suporte técnico especializado relacionado à gestão de pagamento de pessoal, seleção, mobilização, recadastramento pessoal, civil e Identificação. Essa seção desempenha um papel crucial para

garantir que as políticas, práticas e processos de gestão de pessoal sejam implementados de maneira eficiente, alinhados às normas vigentes e aos objetivos estratégicos da instituição.

Emissões de Identidade Funcional

Corroborando para este fim, a subseção de identificação, imprescindível para emissão de identidades funcionais dos Policiais Militares ativos e veteranos, vem ampliando e descentralizando suas ações, de forma a alcançar o público policial, de forma mais acessível e assistencial possível,

visando a amplitude continental do Estado do Pará. Em 2024, foram emitidas 4.841 identidades, quantificando-se a Região Metropolitana de Belém, o CPR I (Santarém), CPR II (Marabá), CPR V (Redenção), CPR VIII (Altamira) e CPR X (Itaituba).

Carteiras de Identidades Emitidas - 2024

Mês	RMB Belém	CPR I Santarém	CPR II Marabá	CPR V Redenção	CPR VIII Altamira	CPR X Itaituba	Total
Jan	123	0	1	1	8	0	133
Fev	196	8	11	7	3	3	228
Mar	145	11	16	7	14	3	196
Abr	372	47	26	17	7	5	474
Mai	522	40	44	14	11	23	654
Jun	281	48	35	10	8	12	394
Jul	275	45	28	10	4	11	373
Ago	292	19	21	7	11	3	353
Set	245	14	17	6	4	9	295
Out	668	74	104	37	30	31	944
Nov	413	43	21	34	10	23	544
Dez	188	10	19	18	1	17	253
Total	3.720	359	343	168	111	140	4.841

Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.



Fonte: Seção de Pessoal do DGP, 2024.

Como destaque e, ainda procurando atingir a finalidade, de tornar mais acessível o atendimento, o recurso de atendimento domiciliar, oferecido ao policial militar que se encontra impossibilitado de sair de sua residência, efetuou seis atendimentos.

Outra ferramenta, visando a acessibilidade é a plataforma de agendamento para emissão de identidade policial militar, localizada no site oficial da PMPA.



Voluntários Civis

A atividade de prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde na Polícia Militar do Pará, faz parte do Programa de Voluntário Civil o qual alcança jovens na faixa etária de 18 a 23 anos, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais um ano.

O trabalho do voluntário civil é uma iniciativa essencial para a inclusão de jovens no mercado de trabalho. Ele tem como principal objetivo oferecer oportunidades de trabalho formal e capacitação para aqueles que estão ingressando pela primeira vez no ambiente profissional.

O programa desenvolve, em alguns casos, serviços específicos de acordo com a sua qualificação profissional, além da atividade administrativa rotineira. É o caso dos jovens que trabalham com a tecnologia da informação, assessoria jurídica, trabalho acadêmico, de análise e correção de texto e até designer gráfico.

Atualmente, a Corporação conta com 954 voluntários, sendo 776 masculinos e 178 femininos, distribuídos em todo Estado do Pará. Ao adquirir experiência e habilidades desde cedo, os jovens se tornam profissionais mais preparados para assumir desafios maiores no futuro, fortalecendo o mercado de trabalho a longo prazo.

Destaca-se a voluntária Maria Clara Pimentel de Jesus, graduada em Designer Gráfico, a qual desempenha as atividades de editoração dos anuários e revistas científicas desenvolvidas pela Polícia Militar.

Além da experiência técnica, o programa proporciona aprendizado em disciplina, responsabilidade e valores institucionais. A rotina diária na Polícia Militar ensina lições de pontualidade, comprometimento e respeito à hierarquia, aspectos fundamentais para qualquer ambiente profissional. O Programa de Voluntário Civil represen-

ta uma oportunidade significativa para os jovens, contribuindo para seu desenvolvimento profissional e social, ao mesmo tempo em que fortalece a atuação da Polícia Militar do Pará.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

“**Trabalhando como voluntária civil adquiri conhecimentos que podem ser úteis para minha carreira profissional e pessoal, além da Disciplina e Responsabilidade. A rotina na PMPA ensina valores como pontualidade, comprometimento e respeito à hierarquia.**”



CORPO MILITAR DE SAÚDE

O Corpo Militar de Saúde (CMS) é uma organização destinada a prestar serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos e de enfermagem aos integrantes da corporação, suas famílias e, em algumas situações, à sociedade em geral.

O CMS geralmente é dividido em diversas especialidades, como: Hospital

Telessaúde

Em 2024, em sintonia com o desenvolvimento do atendimento à saúde através do uso de tecnologias, como a Telessaúde, uma prática legalmente regulamentada nacionalmente, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará anunciou nas redes sociais a implantação da Teleconsulta, para o atendimento de policiais e dependentes legais através do Corpo Militar de Saúde (CMS).

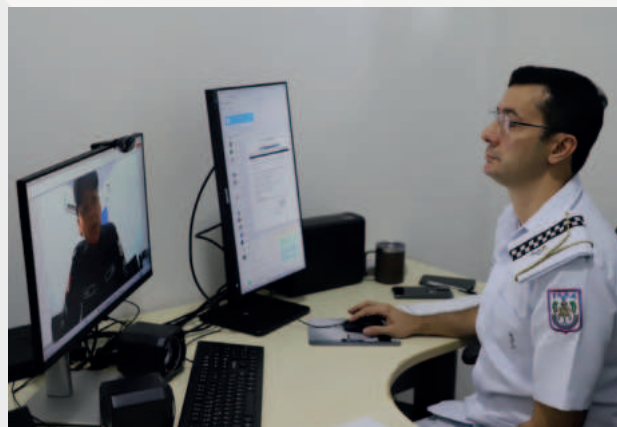
O serviço, em fase final de instalação, oferecerá atendimento em diversas especialidades, como clínica médica, pediatria, cardiologia, ginecologia etc., podendo o médico inclusive realizar prescrição de medicamentos também de forma eletrônica e com assinatura digital, obedecendo as recomendações vigentes dos conselhos de classe e em conformidade com a Lei Geral Proteção de Dados (LGPD).

As consultas serão realizadas aos usuários do sistema, que residem na cir-

da Polícia Militar, Ambulatório Médico Central, Odontoclínica, Laboratório de Análise e Diagnóstico, Centro de Abastecimento Farmacêutico, Centro de Perícias Médicas, Clínica Médico-Veterinária, Centro de Reabilitação, Policlínicas Regionais, Unidades Sanitárias de Área (USA).

cunscrição dos CPRs que não possuem Médico da Instituição, sendo disponibilizadas as Estações de Telessaúde.

A meta para 2025 é facilitar o acesso a serviços de saúde de qualidade aos policiais militares e dependentes legais, em especial àqueles residentes em localidades onde haja maior dificuldade de realização do atendimento presencial.



Fonte: PMPA, 2024.

Prontuário Eletrônico (PE)

Atualmente a Polícia Militar do Pará vem desenvolvendo o sistema de Prontuário Eletrônico (PE), uma plataforma digital que armazenará todas as informações de saúde dos policiais militares e seus dependentes legais. O objetivo da iniciativa é modernizar a gestão da saúde da corporação, otimizar o

atendimento médico e garantir a qualidade e segurança dos dados dos pacientes.

A implantação do PE pela Polícia Militar do Pará será um importante passo para a modernização da gestão da saúde da corporação. O sistema oferecerá diversos benefícios para os pacientes e para os profissio-



nais de saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento, além de uma melhor sistematização do serviço de perícias médicas em âmbito institucional.

Por meio destes dados estatísticos relevantes à saúde do Policial Militar poderão ser extraídos servindo de base para a implementação de ações preventivas as quais evitarão o adoecimento e o afastamento laboral do efetivo da Corporação.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.

Hospital da Polícia Militar do Pará (HPM)

Visando sempre garantir a segurança no cumprimento das missões institucionais, o Corpo Militar de Saúde, por meio do HPM, atua disponibilizando equipes de saúde e ambulâncias UTI para diversos eventos da Corporação.

Entre os eventos assistidos pela equipe do HPM estão Stands de Tiro, Testes de Aptidão Física (TAFs), Reintegrações de Posse, Operações Veraneio e competições esportivas de grande porte. Em 2024, o Hospital participou de aproximadamente 630 missões, demonstrando seu compromisso com a eficiência e o cuidado.

O HPM também oferece o Serviço de Médico-de-Dia, com atendimento 24 horas, para prestar suporte a militares e seus dependentes legais. Este serviço abrange visitas médicas institucionais, elaboração de relatórios médicos e transferências inter-hospitalares, conforme a necessidade.

Além disso, em colaboração com outras instituições estaduais, o HPM apoiou, em 2024, o transporte de pacientes do Hospital Ophir Loyola para outras unidades hospitalares, contribuindo diretamente para o bem-estar dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ambulatório Médico Central (AMC)

Sempre compromissado em oferecer um atendimento de qualidade aos usuários do sistema de saúde da Corporação, o AMC continua disponibilizando consultas médicas em diversas especialidades para os militares e seus dependentes. Entre os especialistas disponíveis no Ambulatório, destacam-se Cardiologistas e Psiquiatras.

Foram realizadas 4.229 consultas, com maior procura em Cardiologia, Ortopedia, Ginecologia e Clínica Médica, representando um aumento de 20% em relação ao ano anterior. Além disso, aproximadamente

3.500 atestados médicos passaram pelo processo de homologação pela AMC.

Os Oficiais Médicos do AMC também desempenham papel essencial nas missões de ambulância realizadas pelo HPM, liderando equipes de saúde em eventos da PMPA e participando das Juntas de Saúde no Centro de Perícias Médicas.

No total, cerca de 14 mil usuários foram atendidos pelo Ambulatório em 2024, incluindo consultas, inspeções, treinamentos e missões.



Centro de Perícias Médicas (CPM)

Unidade do CMS que realiza as inspeções de saúde na capital e gerencia a atuação dos Médicos Peritos Isolados (MPI) no interior do estado, o CPM é responsável pela avaliação de militares ou dependentes que foram encaminhados, seja por motivo de avaliação para promoção ou realização de curso da instituição, e também em decorrência de afastamentos laborais causados por doenças. Em 2024, 9.602 perícias médicas foram realizadas

em Belém, 37,17% a mais do que o número atingido em 2023.

Destas avaliações, 129 resultaram em indicações de reforma e seis deram origem à processos de Readaptação de Militares, condição prevista em Lei na qual o policial que antes tinha indicação de Reforma passou a poder ser readaptado e retornar às funções administrativas da Corporação, dando seguimento à carreira militar.

Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF)

No âmbito de suas responsabilidades, este Centro coordena as atividades relacionadas à seleção, programação, aquisição, distribuição e dispensação de materiais, medicamentos, insumos e correlatos médico-hospitalares indispensáveis às unidades subordinadas ao Corpo Militar de Saúde.

Mediante a elaboração de Termos de Referência (TR) e Estudos Técnicos Preliminares (ETP) destinados à aquisição dos referidos itens, viabiliza-se a assistência de saúde — Médico, Fisioterapêutico, Odontológico, Laboratorial — aos policiais militares e seus dependentes legais, como também assistência veterinária aos animais da corporação.

A qualidade dos itens adquiridos está diretamente relacionado ao seu adequado acondicionamento, por isso efetivou-se a aquisição de novos mobiliários, estantes metálicas e paletes, utilizadas no aprimoramento das condições de armazenamento de medicamentos e materiais médico-odontológico-hospitalares nas instalações prediais sob a guarda do CAF.

O Centro de Abastecimento Farmacêutico da Corporação, visa sempre à otimização dos serviços prestados e, consequentemente, à satisfação dos pacientes atendidos pelo Corpo Militar de Saúde.



Fonte: CMS, PMPA, 2024.



Laboratório de Análises e Diagnoses (LAD)

Em Abril de 2024, foram entregues ao Laboratório de Análises e Diagnoses da PMPA (LAD) cinco novos equipamentos que serão utilizados na modernização da realização dos exames laboratoriais já oferecidos pelo nosso laboratório, aumentando de forma significativa o número de exames realizados e reduzindo o tempo de execução, gerando ainda celeridade quanto a liberação de resultados.

Dentre estes equipamentos, foram entregues dois Microscópios Biológicos Binoculares da marca *Global Optics* capazes de fornecer imagens ampliadas em até 1.000 vezes, facilitando assim a visualização de estruturas biológicas nas diversas amostras, tais como células sanguíneas, bactérias e protozoários, ratificando a confiabilidade de nossos resultados.

Ao longo do ano foram atendidos 1.054 usuários sendo realizados mais de 8 mil exames laboratoriais, incluindo análises de hematologia, bioquímica e microbiologia.



Fonte: CMS, PMPA, 2024.

Centro Médico Veterinário (CMV)



Fonte: Agência Pará, 2024.

A Maternidade de Cães da Polícia Militar do Pará (PMPA) registrou o nascimento de nove filhotes da raça Pastor Belga

de Malinois, fruto de uma rigorosa seleção genética dos pais e da prática de “monta natural”, o que contribuiu para a qualidade genética dos filhotes.

Além disso, o Centro Médico Veterinário (CMV) da PMPA recebeu novos equipamentos, como três lavadoras/secadoras para a higienização dos materiais do campo operatório utilizados no bloco cirúrgico e na maternidade de cães, e cinco esteiras ergométricas para o treinamento físico dos animais.

A aquisição desses materiais tem o objetivo de otimizar o trabalho dos veteri-





nários e técnicos da PMPA, proporcionando um cuidado ainda mais eficiente aos animais. Com isso, tem-se observado uma melhoria significativa na qualidade de vida dos cães e equinos da Corporação, além de uma redução no tempo de recuperação após tratamentos.

A chegada desses novos recursos também representa um passo importante na modernização do CMV, reforçando o compromisso da Polícia Militar do Pará com o bem-estar dos animais. O CMV segue com seu trabalho de cuidados contínuos aos animais da Instituição, seja em missão na capital ou no interior do estado, e mesmo durante deslocamentos operacionais. Em 2024, a equipe de veterinária do CMV deu suporte a 19 operações do Regimento de Polícia Montada e dos Batalhões de Ações com Cães.

Ao todo, foram realizados 3.697 atendimentos a cães e 9.738 a equinos, somando 21.400 procedimentos curativos e preventivos para os animais da PMPA.



Fonte: CMS, PMPA, 2024.

Unidades de Saúde (US) do QCG e CPRs

As unidades de apoio à saúde do Policial Militar, localizadas no Quartel do Comando Geral ou em municípios-pólo do Estado, oferecem atendimento ambulatorial a policiais militares e seus dependentes, conforme a legislação vigente. Esses serviços são prestados por uma equipe de profissionais composta por médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos, fisioterapeutas e nutricionistas.

Além de atenderem nas consultas ambulatoriais, os profissionais dessas unidades desempenham um papel fundamental no apoio às atividades operacionais do Comando, como Testes de Aptidão Física (TAFs), Reintegrações de Posse, Cursos Operacionais, visitas de autoridades, solenidades e visitas hospitalares, entre outras missões.



Fonte: CMS, PMPA, 2024.



Na esfera pericial, os Oficiais Médicos atuam como Médicos Peritos Isolados (MPI), sendo essenciais para a realização de inspeções de saúde, que incluem avaliações para

participação em cursos, promoções, além da concessão de licenças para tratamento de saúde, garantindo o afastamento laboral dos policiais conforme previsto em lei.

Odontoclínica (ODC)

A Odontoclínica é a unidade responsável por oferecer atendimento em diversas especialidades da Odontologia, com a finalidade de sempre prover saúde bucal dos Policiais Militares e seus dependentes.

Em 2024, foi autorizada a reforma estrutural da Odontoclínica (ODC), com o objetivo de modernizar o espaço e aprimorar a qualidade do atendimento aos policiais militares e seus dependentes legais.

Além da reforma da infraestrutura física, a obra prevê a implementação de novas tecnologias e a aquisição de equipamentos e insumos necessários para a melhoria do atendimento. A intenção é oferecer condições mais adequadas para os Oficiais Dentistas realizarem seus serviços especializados, ampliando a capacidade de atendimento e beneficiando um número ainda maior de pacientes, com o intuito de melhorar a saúde bucal da corporação.

A conclusão da obra está prevista para o primeiro semestre de 2025. Durante o período de reformas, os atendimentos odontológicos estão sendo realizados na Unidade de Saúde, bem como na carreta itinerante do Programa de Atenção à Saúde do Policial Militar (PASPM), ambas localizadas no Complexo Operacional da Polícia Militar, na Av. Brigadeiro Protásio, em Belém.

Mesmo com a obra em andamento, em 2024 foi registrado um número significativo de atendimentos: mais de 7.680

pacientes foram beneficiados, totalizando 25.681 procedimentos dentários realizados. Além disso, especialidades como Odontopediatria e Cirurgia prestaram atendimento a mais de 2.200 usuários.



Fonte: CMS, PMPA, 2024.

Atendimentos realizados	QTD.
Atendimentos diversos	57
Homologação de atestados odontológicos	118
Participação em ações sociais	148
Periodontia	284
Urgência odontológica	731
Endodontia	3.868
Odontopediatria	4.696
Pacientes	7.688
Cirurgia odontológica	23.049
Procedimentos	25.681

Fonte: CMS, PMPA, 2024.





Equoterapia - Centro de Reabilitação (CR)

A Polícia Militar do Pará oferece o Programa de Equoterapia, um serviço gratuito que utiliza cavalos para auxiliar na reabilitação de pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e comportamental. O Programa é desenvolvido pelo Centro de Reabilitação (CR), unidade do Corpo Militar de Saúde (CMS), e atende crianças e adultos com idade a partir de três anos. É uma Terapia comprovada cientificamente já reconhecida pela sociedade paraense como serviço de excelência aos nossos usuários.

A Terapia Assistida por Equinos possui como benefícios: melhora do equilíbrio, coordenação motora e postura, fortalecimento muscular, aumento da flexibilidade, estímulo à comunicação, socialização, desenvolvimento da autoestima e da confiança e redução da ansiedade e do estresse.

O programa é destinado a pessoas com deficiências como: Paralisia cerebral, Autismo, Síndrome de Down, doenças neurológicas, lesões medulares e Traumas ortopédicos.

O Comandante-Geral da PM objetivando a ampliação do Programa de Equoterapia da PMPA proporcionou investimentos em melhoria de estrutura física e contratação de profissionais que passaram a compor outras equipes especializadas, somando esforços aos dedicados Oficiais e Praças da Corporação que vem atuando ao longo de anos nesta prática.

Neste ano, após esta reestruturação, o número de usuários, dependentes de militares e/ou membros da sociedade civil, aumentou para 606 pacientes atendidos tendo sido realizadas 2.278 sessões da terapia e 3.362 procedimentos, um aumento significativo de 101,3% em relação ao ano anterior, diminuindo assim a fila de espera dos que necessitam participar do programa.

Além da terapia com cavalos, o CR segue realizando atendimentos ambulatoriais em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, oferecendo ainda realização de exames de Audiometria.



Fonte: CMS, PMPA, 2024.



EQUOTERAPIA

1.834
BELÉM

444
SANTARÉM



FONOAUDIOLOGIA

305



FISIOTERAPIA

862



TERAPIA OCUPACIONAL

400

Fonte: CMS, PMPA, 2024.



CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A atividade policial militar envolve situações de alto risco que podem impactar a saúde mental dos policiais e seus familiares, resultando em estresse, desamparo e dificuldades na tomada de decisão. Cuidar da saúde mental desses profissionais é essencial para seu bem-estar e para a qualidade do serviço prestado à sociedade.

O Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP) tem a missão de promover a saúde mental e o bem-estar psicossocial dos policiais militares e seus dependentes. Diariamente, são realizados atendimentos, avaliações e ações preventivas e emergenciais, garantindo um suporte humanizado e eficaz.

Comprometido com a manutenção de uma tropa saudável e resiliente, o CIAP oferece um atendimento qualificado às diversas demandas psicossociais no território paraense. Suas ações visam tanto a prevenção quanto a intervenção, sempre de forma acolhedora e personalizada, abrangendo policiais da ativa, veteranos e seus familiares.

Localizado no Quartel do Comando-Geral, na capital do Estado, o CIAP conta com consultórios especializados, espaços para avaliações psicológicas coletivas e atividades em grupo, além de salas restritas para serviços administrativos e análises técnicas e no interior do Estado, os serviços do CIAP se estendem por intermédio do Núcleo de Atenção Psicossocial I – NAP I/ CPR I, em Santarém, pela presença de um Oficial Psicólogo no CPR VIII, em Altamira, e por deslocamentos periódicos a outros comandos de policiamento regional.

Em 2024 foram realizados 1.947 atendimentos e 622 avaliações de diferentes modalidades.

Além disso, de maneira ininterrupta e em regime de pronto emprego, o Serviço de Atendimento Emergencial (SAE), ampara policiais militares envolvidos em situações que necessitam de acolhimento psicossocial e orientações pertinentes; como diante de casos de óbito, lesão grave, acidentes, adoecimentos, entre outros. Em 2024 o SAE acompanhou 423 ocorrências e seus respectivos desdobramentos.

423
OCORRÊNCIAS ATENDIDAS
EM 2024

Fonte: CIAP, 2024.

Devido à grande extensão territorial do Pará o Governo Estadual firmou contrato com uma clínica especializada em atendimento psicossocial. A contratação, realizada por meio do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FESPDS) contou com análise do CIAP e complementa ações já existentes com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços de atenção psicossocial para a tropa.

A clínica DRR Serviços de Saúde LTDA. oferece acompanhamento continuado em assistência à saúde mental dos policiais militares da ativa e veteranos, em modalidade de atendimento presencial e online. Iniciado a partir do mês de abril de 2024, após contato e triagem inicial realizada pelo CIAP, foram realizados 165 encaminhamentos para o serviço, os quais resultaram em 1.333 atendimentos realizados anualmente.





1.333

ATENDIMENTOS
REALIZADOS EM 2024

Fonte: CIAP, 2024.

A psicoterapia tem como objetivo promover o bem-estar emocional, ajudando os indivíduos a lidar com seus sentimentos, comportamentos e pensamentos de forma mais saudável. Além disso, busca desenvolver habilidades de resolução de conflitos, comunicação, hábitos saudáveis e estabelecimento de metas. A análise do perfil e das demandas do público atendido é fundamental para planejar ações preventivas e melhorar o atendimento aos policiais militares e seus familiares.

Considerando que cada indivíduo pode ser atendido por mais de um serviço e que cada serviço pode ocorrer repetidas vezes, o número total de público atendido em 2024 foi de 2.427 pessoas, entre policiais militares e dependentes.

Verificou-se que 83% dos atendidos eram policiais militares, enquanto 17% eram dependentes.



Fonte: VC Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

No que diz respeito ao perfil dos policiais militares atendidos em 2024, a maioria era do sexo masculino (87%), casado (46%), com faixa etária entre 35 e 39 anos de idade (21%) e da graduação de Soldado (26%). Quanto aos dependentes atendidos, a maioria era do sexo feminino (78%), solteiro (38%), com idade entre 20 e 24 anos (17%). As diferenças entre ambos os perfis atendidos, demonstra a abrangência e versatilidade necessárias aos serviços realizados pelo Centro, ao atender ao público militar interno e a civis com vínculo.

O CIAP também participa com seu efetivo ministrando palestras nas mais diversas unidades da Polícia Militar e nos mais variados temas de acordo com as funções desempenhadas pelo Centro. Realizou, no Comando de Missões Especiais (CME), um ciclo de palestras destinada a ao efetivo das unidades especializadas subordinadas ao CME com o objetivo de abordar tecnicamente o tema saúde mental. Participou também do evento “Diálogo sobre a Violência Doméstica - A Polícia Militar Por Elas” promovido em alusão ao Agosto Lilás e Diálogos sobre a prevenção ao suicídio em alusão ao Setembro Amarelo.



Fonte: CIAP, 2024.



CENTRO DE VETERANOS E PENSIONISTAS

O Centro de Veteranos e Pensionistas da Polícia Militar do Pará (CVP), unidade de apoio de pessoal subordinada ao Departamento-Geral de Pessoal (DGP), é responsável pelas demandas dos policiais militares da reserva remunerada, reformados e pensionistas. Tem como principal objetivo dar suporte aos policiais militares que se aposentaram ou aos familiares de militares falecidos. Ele oferece assistência social, benefícios e serviços direcionados ao bem-estar dessas pessoas, buscando garantir que elas tenham uma qualidade de vida digna após o serviço prestado à sociedade.

O Centro também é responsável pela gestão dos Policiais Militares da Reserva Remunerada Convocados, que são aqueles que, após se aposentarem, retornam ao serviço ativo por necessidade da administração pública. Sua convocação visa o desempenho de funções administrativas, assegurando o funcionamento eficiente de diversas. Além disso, esses policiais atuam em serviços internos, com o objetivo de garantir a segurança dos espaços, funcionários e visitantes.

Atualmente, esses profissionais exercem suas funções em locais como as Usinas da Paz (31), o Tribunal de Justiça do Estado (104), a Assembleia Legislativa do Pará (02), o Ministério Público do Estado (13), o Ministério Público de Contas (11), o Tribunal de Contas do Estado (06), a Secretaria de Educação do Estado (05) e a Polícia Militar (942) do Pará.

Na Usina da Paz, o trabalho dos policiais militares convocados é destinado a serviços internos, com o objetivo de garantir a segurança do espaço, dos funcionários e dos visitantes, além de atuar preventivamente em situações que possam resultar em ocorrências de natureza policial militar. Esses profissionais também deverão agir de acordo com a legislação, garantindo a prote-

ção de sua integridade e de outros. Manter um policiamento interno eficiente em uma área extensa e com grande fluxo de pessoas exige a presença constante de policiais militares da Reserva Remunerada Convocados, que desempenham funções de segurança, orientação e avaliação à comunidade.



Fonte: CVP, 2024.

O Centro de Veteranos e Pensionistas da PMPA, por ser uma organização voltada àqueles que contribuíram com a segurança do estado, tem papel importante na valorização do legado desses profissionais, garantindo que suas necessidades sejam atendidas mesmo após a aposentadoria.





CAPELANIA

Acolhimento e suporte espiritual

A Capelania da Polícia Militar do Estado do Pará, como Órgão de apoio ao Departamento-Geral de Pessoal desempenha um papel fundamental na Assistência Espiritual e Religiosa aos policiais militares e seus familiares buscando atender suas necessidades individuais e coletivas no estrito respeito da liberdade de consciência, de religião e de culto consagrados na lei, seja no quartel ou em outros espaços designados.

O trabalho da Capelania é essencial para fortalecer o bem-estar integral dos policiais militares promovendo acolhimento, consolo e encorajamento, fatores indispensáveis para aqueles que, em sua rotina diária, estão constantemente expostos a situações de tensão, risco e estresse, trazendo assim sentido e esperança para os policiais, fortalecendo o propósito da missão de proteger e servir à sociedade.

Além disso, a assistência religiosa se concretiza através da celebração de cultos, sacramentos, ofícios e rituais que são fundamentais para a prática da fé dos po-

liciais e seus familiares, conforme o credo professado por cada um.

Esses momentos de conexão espiritual são importantes para a saúde espiritual e emocional da tropa, funcionando como um alicerce de apoio tanto em momentos de dor, como nos ofícios fúnebres, como também em ocasiões de alegria e gratidão, reforçando a coesão e o espírito de comunidade dentro da Corporação.

A importância da Capelania Militar está, também, em seu trabalho contínuo de apoio à saúde emocional e motivacional dos policiais. Ao buscar aproximar a corporação da comunidade e promover uma melhor qualidade de vida para seus membros.

Logo, a Capelania contribui diretamente para o desempenho eficaz da atividade policial, que encontra suporte para lidar com seus desgastes físicos, mentais e emocionais, tendendo a exercer suas funções de forma mais equilibrada e comprometida, o que é crucial para a prestação de um serviço de segurança pública de excelência.

Missões da Capelania

Assim, ao longo de 2024, a Capelania realizou diversas atividades que demonstram esse compromisso, como a realização de ofícios fúnebres, orações junto ao efetivo da Operação Polícia Mais Forte, visitas aos quartéis, oração na sala de acolhimento, oferecimento de apoio emocional

através do ciclo de atendimentos do Programa de Assistência à Saúde dos Policiais Militares, o atendimento individual e visitas a militares e familiares hospitalizados.



- Círio da PMPA.



Fonte: PMPA, 2024.

- Oração com o efetivo do PMF.



Fonte: 2º TEN Sidney, PM/2, EMG, PMPA, 2024.

- Visita às Unidades da Instituição.



Fonte: Capelania, PMPA, 2024.

- Participação em eventos externos.



Fonte: Capelania, PMPA, 2024.

- Visita hospitalar a PMs e seus familiares.



Fonte: Capelania, PMPA, 2024.





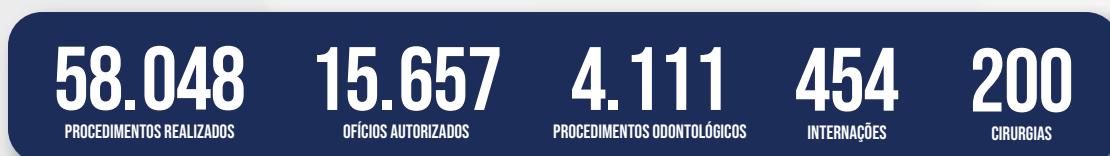
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

O Fundo de Saúde da Polícia Militar (FUNSAU) se destaca como um órgão de referência na prestação de serviços de saúde destinados aos militares estaduais contribuintes, ativos, veteranos e seus dependentes, tem como objetivo principal gerir os recursos necessários para a manutenção do sistema de saúde das corporações militares do Estado do Pará. Este Fundo visa assegurar uma

assistência de saúde eficiente e abrangente para os servidores militares estaduais e seus familiares, tanto na capital quanto no interior.

São disponibilizados uma ampla gama de serviços médicos incluindo: consultas médicas, atendimento em diversas especialidades médicas, exames laboratoriais e de imagem, atendimento de urgência e emergência com suporte médico qualificado.

Dados Epidemiológicos do Fundo de Saúde da Polícia Militar



Fonte: FUNSAU, PMPA, 2024.

Com o compromisso de promover a saúde e o bem-estar dos policiais militares e seus dependentes, o FUNSAU segue sua trajetória de excelência e dedicação, garantindo que seus beneficiários recebam

os cuidados que merecem. Atualmente, conta com 13.532 associados, este cenário demonstra a confiança nos serviços oferecidos e a constante melhoria na qualidade do atendimento.

Número de Associados em 2024



Fonte: FUNSAU, PMPA, 2024.

A nova proposta de Lei do FUNSAU foi discutida e está sendo reformulada e representa um marco na modernização e no aprimoramento dos processos administrativos e operacionais do fundo, garantindo um atendimento de saúde cada vez mais eficiente e de qualidade para policiais e bombeiros militares, além de seus dependentes.

A reformulação da legislação busca fortalecer a estrutura de assistência, ampliar a cobertura e garantir maior transparência na gestão dos recursos, promovendo não apenas o bem-estar dos beneficiários, mas também um ambiente de trabalho mais seguro e estruturado.



FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR

O Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Pará (FASPM), é uma instituição dedicada a oferecer apoio e benefícios aos militares da Polícia Militar do Pará e seus familiares. Sua missão é prestar serviços de assistência social com eficiência e transparência, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos associados e de seus dependentes. Criado para suprir a necessidade de um sistema de apoio, o FASPM garante a proteção social e contribui para a melhoria das condições de vida dos militares estaduais e suas famílias.



Fonte: FASPM, PMPA, 2024.

Atualmente, FASPM conta com mais de 16.000 associados e possui sua Sede em Belém, atendendo toda a Região Metropolitana. Além disso, mantém representações em diversos municípios. Em 2024, as representações ativas estão localizadas nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Barcarena, Bragança, Breves, Capanema, Cametá, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Ulianópolis, Itaituba, Marabá, Monte Alegre, Novo Repartimento, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Salvaterra, Santarém, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Soure, Tucuruí e Xinguaçu.

Os representantes são policiais militares lotados nas unidades do interior, cuja atribuição é facilitar o acesso aos serviços aos militares e dependentes que residem fora da Região Metropolitana de Belém, sendo o elo entre o FASPM e os associados que demandarem algum dos serviços.

Desde a sua fundação, o FASPM evoluiu para atender às crescentes demandas e necessidades dos associados, passando por reformas significativas em sua infraestrutura e gestão. Inicialmente focado em cuidados básicos de emergência, o fundo expandiu seus serviços para incluir assistência em saúde, educação e bem-estar. A partir de 2010, incorporou tecnologias avançadas para melhorar a gestão de recursos e serviços, aumentando a transparência e eficiência, e introduzindo novos benefícios para atender às necessidades emergentes dos militares e suas famílias.

Atualmente, o FASPM oferece uma ampla gama de serviços aos seus associados, Policiais Militares e Bombeiros, incluindo:

Assistência Social: Atendimento personalizado com profissionais da área, que funciona como porta de entrada para os demais serviços, identificando as necessidades dos associados.

Assistência Jurídica: Oferece aconselhamento jurídico, assistência em processos e atendimentos de emergência, por meio de convênio com escritórios de advocacia.

Condução Veicular: Transporte para procedimentos de saúde na Região Metropolitana de Belém e outras representações com veículos próprios.

Doações Diversas: Fornecimento de medicamentos e equipamentos de mobilidade, entre outros benefícios assistenciais.





Auxílio Financeiro: Apoio monetário para associados em situações adversas, com reembolso posterior acordado.

FARMACESO: Farmácia com medicamentos e produtos de drogaria a preços reduzidos para militares, com opção de pagamento consignado.

Passagens: Aquisição e doação de passagens aéreas, fluviais e rodoviárias para acesso a tratamentos de saúde fora do município de residência.

FARDACESO: Loja de artigos militares com fardamentos, acessórios e armamentos, além de serviços de bordado e

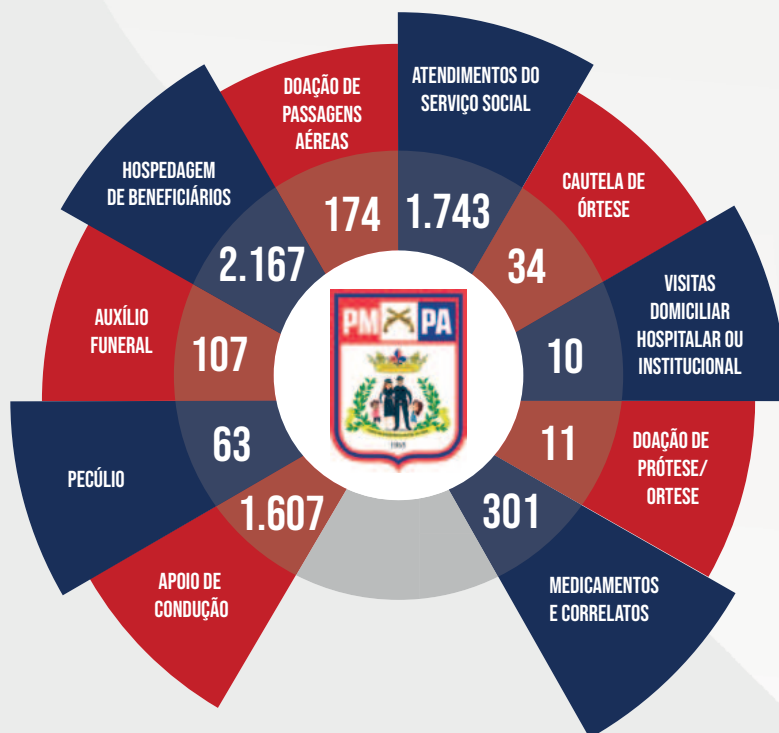
barbearia, com condições especiais para associados.

Financiamento de Armamento e Equipamento Pessoal: Proporciona acesso a armamentos e equipamentos de qualidade.

Pecúlio: Benefício financeiro único pago aos familiares em caso de falecimento do associado, para minimizar dificuldades financeiras.

Kit Fraldas: Benefício para militares com filhos recém-nascidos.

Hospedagem: Alojamento em Belém para pacientes que necessitam de tratamentos médicos na capital.



Fonte: FASPM, PMPA, 2024.

Odontomóvel: Serviço de atendimento odontológico móvel.

Auxílio Funeral: Ressarcimento de despesas funerárias aos contribuintes em caso de falecimento de dependentes.

Programa Habitacional: Facilita o acesso à casa própria através de convênios e financiamentos para imóveis residenciais em áreas seguras do Pará.

Além dos serviços oferecidos, o FASPM realiza uma vez na semana atividade física ao ar livre, para os servidores, extensivo aos associados que queiram participar, com o objetivo de proporcionar um ambiente saudável para o corpo e a mente. Também são realizadas palestras sobre diversos temas e ocorrem celebrações de datas importantes como Dia das Mães, Dia dos Pais, Semana Santa, Natal, Dia do Policial Militar, Dia do Assistente Social etc.



**EDUCAÇÃO E CULTURA:
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PARA
A EXCELÊNCIA INSTITUCIONAL**



DEPARTAMENTO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura

O Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGE) é o Órgão de Direção Geral responsável pela gerência e controle do sistema de educação policial militar e das atividades desportivas relacionados à formação, capacitação, especialização, aperfeiçoamento de Oficiais e Praças, bem como pela promoção da cultura, elemento essencial para o fortalecimento da identidade institucional e a qualificação do serviço policial militar.

Desempenha as funções por meio de três seções: Seção de Ensino, Seção de Apoio Pedagógico e Seção de Colégios da Polícia Militar/Supervisão Militar. Cada uma delas exerce papel essencial no planejamento, na gestão e no suporte às atividades educacionais da corporação. Sob a supervisão direta do DGE, são órgãos de apoio previstos na LOB, como a Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” (APM), o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças “Cel. Moreira” (CFAP) e o Centro de Treinamento Policial Militar (CTPM). Essa estrutura organizacional bem delineada garante a coordenação eficiente e integrada das ações educativas e formativas da cor-

poração, promovendo o desenvolvimento contínuo de seus profissionais.

Neste contexto e dentro dos objetivos do Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará (2015-2025), destaca-se a relevância do aprimoramento, da formação e do desenvolvimento das competências dos policiais militares. As atividades educacionais foram estruturadas em três tipos de formação: Inicial, Continuada e Complementar. Esse modelo estratégico combina diferentes abordagens pedagógicas e bases do desenvolvimento educacional da PMPA, alinhando as ações do Plano Estratégico da Corporação aos princípios constitucionais, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Sistema de Educação da Polícia Militar (SEPM) está fundamentado na Diretriz-Geral de Educação, aprovada pela Resolução nº. 381/2024 - GAB CMDO/PMPA e publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº. 240 II, de 27 de dezembro de 2024. O documento normativo consolida as bases do desenvolvimento educacional da PMPA para a ação formativa dos profissionais da área de Segurança Pública.

Seção de ensino

Formação inicial





Visa a formação, adaptação e habilitação do policial militar, buscando a ocupação de cargos e exercício de funções na PMPA. Com fito de atender às demandas da sociedade e suprir a necessidade de efetivo da corporação, tem-se o Curso de Formação de Oficiais (CFO), Curso de Habilitação de Oficial (CHO) e o Curso de Formação de Praças (CFP).

A Polícia Militar do Pará receberá o maior efetivo da história da Corporação por meio do maior concurso público já realizado no Estado do Pará, oferecendo 4.400 vagas para ingresso nos Cursos de Formação de Praças e Oficiais. Do total, 4 mil vagas foram destinadas ao CFP, enquanto 400 vagas atenderam à formação de novos oficiais do quadro de combatentes.

Uma das inovações deste certame foi a implementação da livre concorrência de vagas, o que representa um importante avanço institucional, reforçando o compromisso da Corporação com a inclusão e a valorização da participação feminina nas fileiras. A incorporação de novos agentes tem como objetivo preparar a Corporação para atuar em grandes eventos internacionais, como a Conferência Anual das Nações Unidas sobre o Clima (COP 30), prevista para ocorrer no Pará em Novembro de 2025.

A realização deste concurso integra a estratégia do Governo do Pará para fortalecer a segurança pública, por meio de investimentos em capacitação profissional, ampliação da frota de veículos, aquisição de armamentos e diversas outras melhorias estruturais.

Formação continuada



A formação continuada tem como objetivo a especialização, aperfeiçoamento, habilitação do policial militar, para ocupação e exercício de funções que exijam conhecimentos e prática administrativa e operacional específica. Nessa categoria, enquadram-se cursos essenciais para a progressão funcional dos integrantes da corporação, sendo eles: o Curso Superior de Polícia, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, o Curso de Aperfeiçoamento de Praças.

As formações são realizadas anualmente, conforme a necessidade institucional e antecedidas por processos seletivos

internos que avaliam a aptidão física e intelectual dos candidatos, conforme diretrizes específicas publicadas em edital.

Em 2024, 251 policiais militares concluíram o Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS), organizado em três turmas com carga horária total de 436 horas/aula. Além disso, 1.563 policiais militares finalizaram o Curso de Adaptação a Graduação de Sargento (CGS), também dividido em três turmas com uma carga horária de 571 horas/aula. No CSP foram 67 alunos, sendo 42 policiais militares.

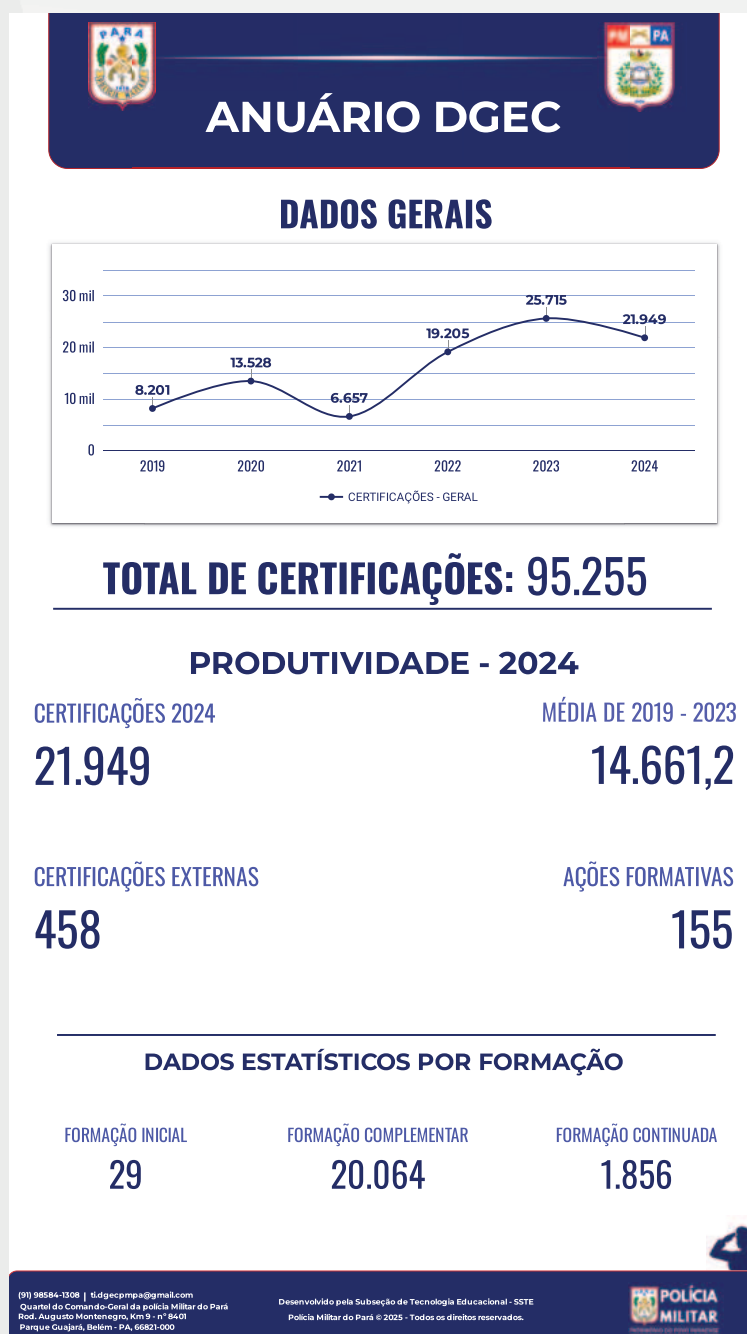




Formação complementar

A formação complementar visa capacitar os policiais militares em áreas específicas do conhecimento de acordo com o portfólio de ações formativas estabelecido pela corporação. São qualificações voltadas para a área operacional e administrativa, fazendo como que os Policiais Militares estejam sempre se atualizando sobre técnicas e condutas a serem realizadas. Com tais formações, a sociedade paraense recebe

serviço de qualidade, mais eficiente e mais direcionado. Em 2024, foram executadas diversas ações formativas, resultando em 21.949 certificações, um aumento significativo de 149,71% em relação à média compreendida entre o período de 2019 a 2023, demonstrando o investimento da qualificação profissional e a preocupação do Estado do Pará em preparar o policial militar para melhor servir a sociedade paraense.



Fonte: DGEC, PMPA, 2024.



Além disso, houve avanço na promoção da pesquisa científica e na ampliação de parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES), investimento no caráter intelectual, por

meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), em programas de pós-graduação, tanto lato quanto stricto sensu, elevando a qualificação acadêmica dos policiais militares.

VI Curso de Ações Táticas Especiais (CATE)



Fonte: CATE, PMPA, 2024.

A Polícia Militar do Pará, por meio do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEN) e do Comando de Missões Especiais (CME), através do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), realizou, em dezembro de 2024, a formatura do VI Curso de Ações Táticas Especiais (CATE). O curso teve início no dia 1º de novembro

de 2024 e foi concluído em 16 de dezembro de 2024, com matriz curricular abrangente, composta por mais de 19 disciplinas.

Entre elas, destacam-se combate corpo a corpo, operações em altura, operações rurais aplicadas, tiro policial de precisão, tiro policial avançado e assalto tático, totalizando uma carga horária de 547 horas/aula. A fase seletiva contou com 48 alunos inscritos, oriundos de diversos locais do estado do Pará e forças co-irmãs. Após as etapas de seleção, 28 alunos foram efetivamente matriculados, sendo 27 da PMPA e 1 fuzileiro do 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas. Dos 27 alunos matriculados, 22 se formaram como “novos cateanos”, sendo 21 da PMPA e 1 da Marinha do Brasil.

I Curso de Gerenciamento de Crises



Fonte: PMPA, 2024.

O Curso de Gerenciamento de Crises da PMPA foi essencial para a qualificação dos profissionais de segurança pública,

capacitando-os a tomar decisões em situações de alta complexidade com base em princípios legais e éticos. Realizado de 19 de fevereiro a 26 de março, o curso teve 220 horas/aula e abordou 15 disciplinas, preparando 28 agentes para lidar com crises, sendo 25 da PMPA e 3 de outros estados. A formação incluiu uma visita técnica aos estados de Alagoas e Paraíba, permitindo a troca de experiências sobre como as PMs lidam com eventos críticos. O curso fortaleceu o compromisso da PMPA em manter a excelência na resposta a crises e no serviço à sociedade.

Cursos de Inglês e Espanhol

As ações formativas são oferecidas ao efetivo da Corporação por meio do Termo de Execução Descentralizada, firmado entre a Polícia Militar do Pará (PMPA) e a

Universidade do Estado do Pará (UEPA). O objetivo é realizar o Curso de Qualificação de Pessoal (Inglês e Espanhol) de maneira modular, visando aprimorar a proficiência





dos policiais militares em idiomas estrangeiros com ênfase em técnicas de conversação. Essa capacitação busca preparar os agentes para atuar com excelência na Conferência Anual das Nações Unidas para o Clima (COP 30) que ocorrerá em Novembro de 2025.



Fonte: DGECC, PMPA, 2024.

Curso de Preparação de Instrutor Militar



Fonte: DGECC, PMPA, 2024.

Essa ação formativa tem como finalidade capacitar policiais militares nos princípios e práticas pedagógicas, abordando conteúdos como pedagogia, didática, currículo, avaliação educacional e legislação

aplicável à educação. O curso desenvolve habilidades pedagógicas para atuação docente, incluindo técnicas de planejamento de aulas, estratégias de ensino-aprendizagem, gestão de sala de aula e uso de tecnologias educacionais. Também incentiva a postura ética, a empatia e o compromisso com a missão educacional da Corporação, promovendo o respeito à diversidade cultural e a valorização do papel do educador. A iniciativa contribui para a formação integral dos membros da PMPA. Em 2024, foram 36 formandos com carga horária de 160 horas/aula.

Curso de Instrutor de Tiro

O curso capacita policiais militares para atuarem como instrutores de tiro em cursos de formação inicial, continuada ou complementar, alinhados à Diretriz-Geral de Educação da Corporação. A formação abrange conhecimentos gerais, doutrinários e técnicos sobre o uso de armas de fogo de dotação institucional, além de técnicas de planejamento, metodologia e avaliação do ensino. O objetivo é otimizar o processo de ensino-aprendizagem e assegurar a excelência no treinamento de tiro policial. Nesse ano de 2024, tivemos 26 formados em 09 Dias Letivos, somando 89 Horas/Aula.



Fonte: DGECC, PMPA, 2024.



Curso de Instrutor de Atendimento Pré-Hospitalar Tático

A formação visa capacitar policiais militares a disseminar conhecimentos sobre Atendimento Pré-Hospitalar (APH) em contextos convencionais e táticos. O curso abrange temas como a delimitação de competências no APH, técnicas aplicáveis em situações diversas e as implicações legais do uso inadequado da doutrina. Os participantes são treinados com base no protocolo M.A.R.C.H., adotado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP) para aplicação em cenários de alta periculosidade. A capacitação também prepara os instrutores para uniformizar o uso de equipamentos e atuar na formação continuada oferecida pela Cor-

poração, com 160 horas/aula. Em 2024, foram duas turmas, somando 66 policiais militares de diversas unidades da PMPA, distribuídos em duas turmas.



Fonte: DGEC, PMPA, 2024.

Operador de Câmeras Corporais (*Bodycams*)

Essa capacitação tem como objetivos garantir a proteção e a legitimidade das ações policiais, promover a transparência, assegurar o uso proporcional da força e fortalecer a produção de provas legais. Durante o treinamento, os policiais são instruídos sobre o funcionamento técnico das câmeras, desde o carregamento e operação até a utilização em ações poli-

ciais. As imagens captadas em tempo real são monitoradas pelo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), reforçando a segurança de todos os envolvidos. O uso desse equipamento demonstra o compromisso do Estado do Pará com a transparência, inovações tecnológicas e a eficiência no serviço público.

Operador de RPA no Policiamento Ambiental

O Comando de Policiamento Ambiental (CPA) da PMPA atua na prevenção de ilícitos ambientais, utilizando tecnologia de ponta, como drones, para monitoramento e resposta rápida a crimes. A capacitação prepara os policiais para operar aeronaves remotamente pilotadas, otimizando a coleta de informações em locais de difícil acesso e garantindo a precisão nos dados. Essa ação é especialmente relevante no contexto da COP 30, promovendo a integração entre atividades de inteligência e operações ambientais. O treinamento fortalece as ações do CPA, refletindo o esforço coletivo da Corporação em oferecer uma resposta qualificada às demandas da sociedade.

Essas iniciativas demonstram o compromisso da Polícia Militar do Pará com a constante qualificação do seu efetivo, garantindo a excelência no atendimento às necessidades da população paraense.



Fonte: DGEC, PMPA, 2024.





SUME

Programa de Supervisão Militar Educacional

O Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) é uma iniciativa pioneira da Polícia Militar do Pará (PMPA), implementada pelo Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC) em colaboração com a Secretaria de Estado de Educação e Prefeituras. Envolve supervisores militares, professores, diretores, técnicos, colaboradores e famílias, visando promover a cidadania, incentivar a convivência saudável, reforçar a disciplina, fomentar a dedicação aos estudos, estimular a responsabilidade social, preservar o patrimônio, promover os Direitos Humanos e contribuir para a saúde integral e a preservação ambiental.

Atualmente, o Programa beneficia diretamente cerca de 11.355 estudantes em nove escolas municipais e duas estaduais, além de uma unidade em fase de implantação no município de Novo Repartimento/PA. Indiretamente, estima-se que cerca de 37.472 pessoas sejam impactadas pelas

ações do PSUME, considerando a média de 3,3 integrantes por domicílio, conforme o Censo Demográfico do IBGE.

Os impactos esperados do PSUME incluem a melhoria dos indicadores educacionais e da convivência no ambiente escolar, a promoção de uma relação mais próxima entre escola e família para o acompanhamento contínuo dos alunos, a redução da violência nas instituições de ensino e a disseminação de valores essenciais para a formação de cidadãos éticos e responsáveis.



Fonte: DGEC, PMPA, 2024.

Seção de Apoio Pedagógico

A SAP é responsável pela seleção e contratação de docentes, priorizando aqueles com a melhor qualificação, tanto acadêmica quanto experiência profissional, a fim de proporcionar aos agentes militares em formação ou aperfeiçoamento a mais alta qualificação para que possam atuar de maneira eficiente junto à sociedade. Em 2024, foram registrados 589 profissionais na condução de aulas nos diversos cursos oferecidos, atendendo aos polos de ensino distribuídos por todo o Estado do Pará, incluindo as cidades de Belém, Santarém, Capanema, Breves, entre outras. Esses profissionais, provenientes de distintas áreas de especialização e compostos tanto por militares quanto por civis, ministraram disciplinas de acordo com a grade

curricular de cada curso. Os docentes atuaram nos cursos de formação e aperfeiçoamento, a saber: o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), o Curso de Adaptação e Graduação de Sargento (CGS) e o Curso de Formação de Praças (CFP).



Fonte: DGEC, PMPA, 2024.



Ensino a distância da PMPA

A plataforma EAD da Polícia Militar do Pará (PMPA) é uma solução inovadora para capacitar de forma remota o efetivo e colaboradores da corporação em diversas áreas. Integrada com sistemas institucionais, oferece um ambiente virtual de aprendizado ajustado às necessidades da segurança pública. A ferramenta moderniza e agiliza os processos de ensino, reduzindo custos operacionais e a necessidade de materiais físicos. Entre suas funcionalidades estão o gerenciamento de cursos, acesso a materiais didáticos, interação entre alunos e instrutores, e acompanhamento do desempenho. Com flexibilidade

de acesso, permite que os usuários participem dos cursos a qualquer hora e de qualquer lugar, facilitando a capacitação no vasto território do Pará.



Fonte: DGECC, PMPA, 2024.

Museu da Polícia Militar - Projeto Caminhos da História

O projeto "Caminhos da História" aproxima segurança pública e educação, proporcionando aos estudantes uma experiência enriquecedora sobre a trajetória da Polícia Militar do Pará. Essa iniciativa fortalece a cidadania e destaca a importância da instituição na construção de uma sociedade mais segura.

Durante a visita ao Centro de Memória, os alunos exploram exposições permanentes com uniformes históricos, equipamentos antigos, documentos e fotografias,

que narram mais de 200 anos da Corporação. A atividade permite compreender as transformações da Polícia Militar e seu compromisso com disciplina, respeito e serviço à sociedade.

O Museu, parte do Centro de Memória, preserva a história bicentenária da Polícia Militar do Pará, transportando os visitantes por uma viagem no tempo. Além de celebrar a memória institucional, reforça os valores que sustentam a atuação da Corporação. Localizado próximo ao centro histórico de Belém, integra o circuito turístico da capital.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





Academia de Musculação 1º TEN PM RR Aberlardo Neves: Um pilar para a saúde e o desempenho dos Militares

Desde a inauguração em agosto de 2024, a Academia de Musculação 1º TEN PM RR Abelardo Neves tem se consolidado como um espaço essencial para a promoção da saúde, do condicionamento físico e da qualidade de vida dos militares. Localizada nas dependências do Quartel do Comando Geral da PMPA e com uma estrutura planejada para atender às demandas do efetivo, a academia se tornou um importante suporte para o preparo físico e a capacidade operacional da tropa.

Em três meses de funcionamento, foram realizados mais de 4.100 treinos, contemplando 352 alunos militares, que encontraram na academia um ambiente adequado para o desenvolvimento de suas capacidades físicas, bem como lugar seguro em que o policial militar pode treinar com calma e tranquilidade, sem exposições a perigos externos. Esse trabalho é conduzido por uma equipe técnica especializada, composta por quatro policiais militares e dois assessores técnicos, ambos formados em Educação Física, que garantem um acompanhamento qualificado e seguro durante os treinamentos.

A prática regular de exercícios na academia não apenas fortalece a aptidão física necessária para o serviço policial, como também reduz o risco de lesões, melhora a resistência e contribui para a saúde mental dos profissionais, que diariamente enfrentam os desafios da segurança pública.

A estruturação da academia reflete o compromisso da Polícia Militar com o bem-estar e a valorização de seus integrantes, reconhecendo a atividade física como um fator indispensável para o desempenho profissional, a longevidade na carreira e a excelência no serviço prestado à socieda-

de. Mais do que um espaço de treinamento, a Academia de Musculação 1º TEN PM RR Abelardo Neves tornou-se um símbolo de fortalecimento da tropa, proporcionando melhores condições para o cumprimento da missão policial.



Fonte: DGEC, PMPA, 2024.



A Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura (APM Cel. Fontoura), pertencente ao Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC), tem desempenhado um papel fundamental na formação e capacitação dos futuros oficiais da Polícia Militar

do Pará. Seguindo as diretrizes do Plano Estratégico da PMPA 2015-2025, a APM Cel. Fontoura continua a aprimorar suas atividades educacionais e operacionais, visando à excelência no atendimento à sociedade paraense.

Atividades e eventos

Visita à Academia de Polícia Militar de Barro Branco e à Diretoria de Ensino da PMESP – Final de fevereiro de 2024

Uma delegação da APM Cel. Fontoura realizou uma visita à Academia de Polícia Militar de Barro Branco e à Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). Esta visita teve como

objetivo o intercâmbio de conhecimentos e práticas educacionais, visando ao aprimoramento dos processos de ensino e formação de oficiais.

Formação de Comissão para Revisão e Análise das Legislações

Em março de 2024, foi formada uma comissão composta por oficiais da APM Cel. Fontoura para a revisão e análise das legislações que tratam sobre o ensino na Academia de Polícia Militar. Esta iniciativa

busca garantir que as práticas educacionais estejam em conformidade com as normas vigentes e atendam aos mais altos padrões de qualidade.

Reuniões com o Departamento-Geral de Educação e Cultura

Ao longo do ano, têm sido realizadas constantes reuniões junto ao DGEC para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais (CFO) 2025-2026. Estas reuniões são essenciais

para alinhar as estratégias educacionais com os objetivos institucionais e garantir a formação de oficiais altamente capacitados.

Formação de Comissão para Revisão da Malha Curricular

Em maio de 2024, foi formada uma comissão para a revisão da malha curricular e do programa de disciplinas do CFO. Esta comissão tem a responsabilidade de avaliar e atualizar os conteúdos programá-

ticos, assegurando que os cursos ofereçam uma formação completa e atualizada, alinhada com as necessidades operacionais e administrativas da Polícia Militar do Pará.





O CFAP da Polícia Militar do Pará (PMPA) é uma unidade de ensino dedicada à formação e capacitação das praças, essencial para a segurança pública no es-

tado. Vinculado ao DGECE, a sua missão é garantir a qualificação inicial e continuada dos militares, promovendo conhecimentos teóricos e práticos.

Cursos oferecidos pelo CFAP

- Curso de Formação de Praças (CFP): Formação inicial da carreira das praças.
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS): Curso de formação continuada que habilita o 2º sargento a promoção a 1º sargento.
- Curso de Adaptação à Graduação de Sargento (CGS): Curso de formação continuada que habilita o 3º sargento a promoção a 2º sargento.

Em 2024, o CFAP formou 27 novos soldados, que passaram por treinamentos intensivos em segurança pública, defesa pessoal, legislação militar, e técnicas operacionais, incluindo tiro tático. Formou também 251 sargentos no CAS, e 1.563 sargentos no CGS, evidenciando o investimento na qualificação dos profissionais.

Compromisso com a Excelência

O CFAP reflete o compromisso da PMPA na formação de profissionais e éticos prontos para enfrentar os desafios da segurança pública. Com uma estrutura educacional robusta e treinamentos rigorosos,

o CFAP contribui para a manutenção da ordem e da paz social, garantindo que cada geração formada esteja preparada para servir e proteger a sociedade paraense.



Fonte: CFAP, PMPA, 2024.



O Centro de Treinamento da Polícia Militar (CTPM), subordinado ao DGECE, possui como objetivo a capacitação do policial militar para o exercício da profissão, com parâmetros institucionais da hierarquia e da disciplina, direitos humanos, po-

lícia comunitária e gestão por resultados. O CTPM apoia a formação continuada da tropa, dispondo de estandes de tiro, salas de aula, academia de musculação, tatame e outros espaços que são usados para o ensino, qualificação e valorização do policial militar.



Fonte: CTPM, PMPA, 2024.

O centro coordena o Curso de Atualização Policial Militar (CAPM) e realiza anualmente Testes de Aptidão Física (TAF) para promoções, capacitações e cursos. Em

2024, o CTPM atendeu cerca de 2.239 policiais para o TAF e 6.467 para capacitações nos estandes de tiro. Um serviço com excelência para a tropa.

Produção do CTPM de 01 janeiro à 31 dezembro 2024

Demandas	Quantidade de Efetivo
Curso de Atualização Policial Militar-CAPM	43
TAF de Promoção de Praça	1.699
TAF de Veteranos e Pensionistas	540
Instrução de Armamento e Tiro	6.467
Total	8.749

Fonte: CTPM, PMPA, 2024.





ARTICULAÇÃO OPERACIONAL



DEPARTAMENTO-GERAL DE OPERAÇÕES

A Polícia Militar do Pará ao longo dos anos tem se destacado entre as Polícias Militares do Brasil pelos grandes resultados obtidos nos últimos seis anos, fruto do investimento do Governo do Estado que estruturou a Corporação com novas viaturas, equipamentos e armamentos, além do ingresso de novos policiais.

As estratégias e os investimentos realizados pelo Governo do Pará na Polícia Militar e nos demais órgãos de segurança pública culminaram em uma marca histórica em 2024, em relação ao ano de 2018, na redução da criminalidade, com a queda no número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que englobam latrocínio, homicídio (o crime de feminicídio está incluso no homicídio), e lesão corporal seguida de morte.

Foram registrados 4.051 CVLIs em 2018 e apenas 1.913 em 2024. Com uma redução de 53% no CVLI em comparação com o ano de 2018, fechamos o ano com a marca histórica de mais de 2 mil vidas preservadas se compararmos o ano de 2024 com 2018. Se fizermos um balanço geral dos últimos seis anos, a preservação de vidas ultrapassa 10 mil.

Após alcançar uma histórica diminuição dos CVLIs, o Estado registrou, em 2024, uma redução de 66% nos casos de roubo, comparado ao mesmo período de 2018. Naquele ano o Pará registrou 106.630 ocorrências de roubo e em 2024 foram 35.644 roubos registrados, uma diferença de 70.986 casos a menos.

O ano de 2024 também apresentou queda em outros tipos de roubos. O roubo a transeuntes, por exemplo, registrou 24.737 ocorrências, representando uma redução de 72,42% em comparação com 2018, quando houve 89.693 registros. Em relação a 2023, a queda foi de 21%, com 31.283 casos no ano anterior.

Outro tipo de roubo que também apresentou queda significativa foi o roubo de veículos. Em 2024, o Pará registrou 1.238 roubos de veículos, o que representa uma redução de 82% em comparação com 2018, quando ocorreram 6.794 casos. Em relação a 2023, a queda foi de 20,23%, com 1.552 registros.

Essa redução da criminalidade pode ser ilustrada tomando por base a cidade de

“A expressiva redução nos índices é resultado de uma série de investimentos em ostensividade e prevenção. O aumento do policiamento nas ruas, a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos e a implementação de programas sociais de prevenção à violência contribuíram significativamente para a diminuição da criminalidade. Esses investimentos demonstram o compromisso do Estado em garantir a segurança da população e criar um ambiente mais seguro para todos.”

Ualame Machado, Secretário de Segurança Pública.



Belém, capital do Estado do Pará. A cidade deixou de ser a 12ª cidade mais violenta do mundo, para se tornar a 5ª mais segura do país, de acordo com o estudo realizado pela

empresa do setor imobiliário “MySide”, considerando ocorrências de homicídios a cada 100 mil habitantes (<https://myside.com.br/guia-imoveis/cidades-mais-seguras-brasil>).



Fonte: Agência Pará, 2024.

O excelente resultado alcançado na redução da criminalidade em 2024 reflete a efetividade das políticas implementadas pelo governo do Estado na área da segurança pública.

Como órgão integrante do sistema de segurança pública do Pará, a Polícia Militar realiza, em todo o Estado, ações de policiamento ostensivo e repressivo, tais como as operações policiais realizadas exclusivamente pela Corporação e de forma integrada com os demais órgãos do Sistema de Segurança Pública.

Dentre as operações realizadas com o objetivo de coibir as práticas criminosas em todas as regiões do Pará, destacam-se: “Polícia Mais Forte”, “Fechando o Cerco” e “Madrugada da Paz”. Somam-se a isso operações integradas com outros órgãos que compõem o sistema de segurança pública paraense.

Associadas a tais ações policiais, também são desenvolvidos programas edu-

cacionais como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PRO-ERD) e o Programa de Supervisão Militar Educacional (SUME), voltados às crianças e adolescentes estudantes do Ensino Fundamental, além de ações sociais, voltadas para a comunidade.

Também contribuíram, ao longo desse período os investimentos em infraestrutura, como a construção e reforma de diversos batalhões, aquisição de novas viaturas e novos armamentos e equipamentos, a valorização e a capacitação dos policiais militares, conforme a atual política de ensino da Polícia Militar do Pará.

O conjunto desses fatores têm possibilitado que a Instituição consiga atuar de forma mais contundente contra a criminalidade e com isso contribuir para que o Estado continue apresentando ano a ano contínuas reduções da criminalidade e garantindo a segurança de todos.



Divisão territorial dos Comandos de Policiamentos Regionais

O Departamento-Geral de Operações (DGO), responsável pela supervisão, coordenação, controle e fiscalização das operações policiais militares no Estado do Pará, tem direcionado esforços para cumprir as três principais metas da área operacional que constam entre os objetivos estratégicos do Plano Estratégico 2015-2025: diminuir os índices de criminalidade, aprimorar o desempenho da prevenção à violência e à criminalidade e aumentar a segurança da população. O emprego de ações direcionadas para a prevenção especial, repressão qualificada e mobilização social são frutos desse aprimoramento, isso porque foi possível adotar um policiamento ostensivo direcionado por meio de informações qualificadas obtidas das análises da análise criminal, levantamentos através atividade de inteligência, leituras de boletins de ocorrências e a participação do Grupamento de Prevenção Ativa, visando acompanhar a constante mutação do crime na sociedade, e com isso, adotar um planejamento operacional mais eficaz.

Estão subordinados ao DGO a Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH) e os Comandos Operacionais Intermediários (COINTs). A DPCDH tem entre as funções a implementação da política de gestão da filosofia de polícia comunitária e direitos humanos na Corporação. No total, são seis comandos especializados na capital: Comando de Missões Especiais (CME), Comando de Policiamento Ambiental (CPA), Comando de Policiamento Especializado (CPE), Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM) e os Comandos de Policiamento da Capital (CPC) I e II. Há, ainda, 14 Comandos de Policiamento Regionais no interior do Estado. Cada Comando Operacional Intermediário tem sob sua subordinação as Unidades de Execução Operacional, formadas por Batalhões ou Companhias Independentes. Todas realizam o policiamento ostensivo (ordinário, especializado ou especial), além de operações policiais conjuntas com outros órgãos do Sistema de Segurança Pública e operações internas.

Comandos Intermediários da PMPA



Fonte: PM/1, EMG, PMPA, 2024.



Operações policiais

Ao longo do ano de 2024, a Polícia Militar do Pará realizou diversas operações conjuntas com órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública, as quais variam de acordo com a complexidade e abrangência, sendo classificadas em gran-

Grandes operações

As Grandes Operações são classificadas assim pois possuem planejamentos específicos voltados para a prevenção em grandes eventos ou eventos sazonais que envolvem a utilização de diversos recursos logísticos, financeiros e pessoal, em parceria com todos os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública e que ocorrem em todo o Estado do Pará.

A realização dessas operações possibilita abranger uma área territorial maior, disponibilizando o efetivo dos Comandos Intermediários da Capital e da Região Metropolitana de Belém e Comando Geral para o interior do Estado ou vice-versa,

Operação Carnaval

A Operação Carnaval que ocorreu no início do ano, com apoio aos eventos pré-carnavalescos em Belém e no interior do Estado teve apoio da Polícia Militar do Pará, a qual visando garantir a ordem e coibir a criminalidade, promovendo segurança pública em todo o Estado do Pará por ocasião no período de Carnaval, com emprego de tropa das diversas Unidades da Corporação, em especial nos locais com grande fluxo populacional. Atuou em conjunto com os demais Órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS), fornecendo um incremento de efetivo em mais de 75 localidades, entre os quais estão: Bragança, Cametá, Colares, Cotijuba, Marabá, Parauapebas, Marapanim, Algodual, Vigia,

des, médias e pequenas operações, as quais somadas permitiram ao Sistema de Segurança Pública, por mais um ano a redução nos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e roubos em geral.

com o emprego operacional extraordinário por meio do pagamento de diárias, quando o policial é movimentado para área fora da sua respectiva sede e com o pagamento Gratificação de Complementação de Jornada Operacional (GCJO), quando efetivadas por policiais militares de folga na sede de sua circunscrição, com esses mecanismos é possível reforçar o policiamento nas demais localidades sem perder a eficiência no policiamento ordinário local, tais movimentações se fazem necessário em razão do aumento de fluxo de pessoas nos grandes eventos como operação Carnaval, Verão, Círio de Nazaré, ENEM e Festas Seguras.

Salinópolis, Tucuruí, Porto de Moz e outros no interior do estado, além dos distritos de Outeiro, Mosqueiro e a Ilha do Combú, na região metropolitana e mobilizando cerca de 2 mil agentes de segurança pública, com atividades ostensivas, preventivas e de fiscalizações, as quais permitiram que o estado tivesse um Carnaval tranquilo e de paz.



Fonte: Agência Pará, 2024.





Operação Verão



Fonte: Agência Pará, 2024.

A operação Verão é a maior operação do ano, e envolve todos os Órgãos do Sistema de Segurança Pública, com o objetivo de reforçar a segurança, enfrentar a criminalidade, e garantir tranquilidade e entretenimento, nas principais praias e balneários do Pará. Durante todo o mês de julho, a Polícia Militar do Pará desenvolveu ações, em todas as regiões do Estado, para garantir a tranquilidade dos veranistas que se deslocam pelos muni-

cípios do interior durante o período das férias escolares. Policiais Militares do Comando de Policiamento da Capital I (CPC I), Comando de Policiamento da Capital II (CPC II), Comando de Missões Especiais (CME), entre outras unidades operacionais e administrativas da Região Metropolitana de Belém, reforçaram as ações preventivas e repressivas, nos eventos realizados, em balneários, igarapés e pontos turísticos do Estado.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Operação Círio de Nazaré



Fonte: Agência Pará, 2024.

A Polícia Militar garantiu a segurança durante a 232ª edição do Círio de Nazaré, com a movimentação de mais de 2 milhões de pessoas, neste ano, a grande Procissão do Círio de Nazaré, que ocorre todos os anos, no segundo domingo do mês de outubro, em Belém, contou com policiamento reforçado e uso de câmeras corporais para garantir mais segurança aos fiéis e maior transparência ao trabalho da Polícia Militar do Pará.

Durante a Quadra Nazarena, período que compreende os festejos que antecedem a grande procissão no segundo domingo de outubro, até o dia do Recírio, a Polícia Militar do Pará empregou mais de 7 mil policiais militares, nas diversas modalidades de policiamento que vão do policiamento a pé, passando pelo ciclístico, montado e motorizado.

No dia da grande procissão a concentração dos militares escalados para atuarem em uma das maiores procissões religiosas do Brasil, e do mundo, começou desde as primeiras horas da madrugada em um domingo, no dia 8 de outubro, na praça Dom Pedro II, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Assim, juntamente as tropas do Comando de Missões Especiais (CME), Policiamento Ambiental (CPA), Especializado (CPE), Capital I e II (CPC I e CPC II), Quartel do Comando Geral (QCG), entre outras unidades, foi possível prover segurança nas adjacências dos 3,6 quilômetros do percurso percorrido pela berlinda de Nossa Senhora de Nazaré, que vai da Catedral da Sé até a Basílica Santuário de Nazaré.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Operação ENEM

A Operação Enem 2024, coordenada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foi realizada em todos os 639 locais de aplicação de prova no Pará, aplicado em 79 municípios do estado.

O esquema de segurança contou com a atuação de mais de 6 mil agentes empregados para as escoltas e distribuição das provas, nas duas fases do certame que iniciaram às 6hs dos dias 3 e 10 de novembro de 2024, acompanhando a realização do certame até o último malote ser devolvido para as unidades dos Correios.

As ações ocorreram de forma integrada com representantes de diversas instituições, como os Correios, Exército Brasileiro, Polícia Militar, e demais instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, além da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Equatorial Energia, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Evento (CEBRASPE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pela a realização do certame. Ao fim dos certames, nenhuma ocorrência foi registrada.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Operação Festas Seguras

A Polícia Militar do Pará atuou na operação integrada denominada "Festas Seguras", coordenada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), da qual participaram todos os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado, realizada no período de 2 de dezembro a 6 de janeiro de 2025. A operação foi deflagrada, de forma simultânea, nas 15 Regiões Integradas, e ainda, na Região Metropolitana de Belém, com evento de abertura no Portal da Amazônia. Com o objetivo de reforçar as ações de segurança nas áreas comerciais da Região Metropolitana de Belém, a operação estendendo-se também aos interiores do estado. Com o reforço de mais de 7 mil agentes de segurança nos 144 municípios

do Estado, reforçando ações em mais de 40 localidades com maior movimentação no final de ano, a exemplo de Salinópolis, Bragança, Marabá, Santarém (Distrito de Alter do Chão), Marapanim, Belém (Distritos de Mosqueiro e Outeiro) e Altamira. A operação foi dividida em duas fases: a primeira abrangeu as áreas comerciais, garantindo a segurança dos consumidores e comerciantes durante o maior fluxo de dinheiro injetado na economia local, especialmente com a liberação do 13º salário. A segunda atendeu à demanda de policiamento nas regiões do interior do estado, que se tornam destinos populares para as festas de final de ano, assegurando tranquilidade no deslocamento e nos locais onde o fluxo de pessoas foi maior.



Fonte: Agência Pará, 2024.

Operações Intermediárias

As operações intermediárias são originadas na PMPA, sob controle do Departamento-Geral de Operações voltadas para o enfrentamento e redução da violência e criminalidade com base na prevenção social e repressão qualificada demandando um esforço considerável da Instituição Polícia Militar para implementá-las. Essas operações ocorrem diariamente e são operacionalizadas em horários e locais de maior incidência criminal, conforme estudo

da mancha criminal realizada constantemente pelo Departamento-Geral de Operações e pelos Comandos Intermediários subordinado ao Departamento.

Dentre essas operações estão a Operação Polícia Mais Forte, Contra Turno e Madrugada da Paz, as quais são executadas predominantemente com emprego das Gratificações Complementares de Jornadas Extraordinárias (GCJO).





Além dessas, outras operações são realizadas através de convênios com outras instituições, tais como a Operação Escola Segura, convênio firmado com a Secretaria de Educação do Estado do Pará para o emprego de guarnições compostas por dois policiais militares, distribuídos nos turnos das unidades escolares em todo o Estado do Pará na garantia da segurança dos alunos e servidores dessas unidades. Outra operação é SEFA, que é objeto do convênio firmado com a Secretaria de Estado da Fazenda

do Pará, no qual é executado com o emprego de equipes policiais nos principais Postos de Fiscalizações do Estado com intuito de garantir a segurança dos servidores desta secretaria durante suas atividades laborais.

Em suma, tais operações dispõem do emprego mensal de policiais militares de diversos Batalhões do Estado objetivando a prevenção social e repressão qualificada à violência e criminalidade do Pará, como demonstrado na tabela abaixo.

Quantidade de operações intermediárias

Operação	Horário	Efetivo empregado/Mês
Contraturno	05h às 11h	1.617
Polícia mais forte	17h às 23h	22.364
Madrugada da paz	23h às 02h	7.200
Escola segura	07h às 19h	24.700
Apoio à SEFA	07h às 20h	1.160

Fonte: Departamento-Geral de Operações, 2024.

Operações Ambientais

Operação Curupira

A Operação Curupira é uma das principais estratégias de combate ao desmatamento e a crimes ambientais no Pará, que foi iniciada em fevereiro de 2023, integrada pelos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Polícias Militar, Civil e Científica, Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Com três bases fixas de fiscalização instaladas nos municípios de São Felix do Xingú (CPR XIII), Uruará (CPR VIII) e Novo Progresso (CPR X), os agentes dos diversos órgãos participantes da operação se reúnem para alinhamento, deliberações e todos os procedimentos necessários para o enfrentamento aos crimes ambientais.

Desde que as ações fiscalizatórias deram início, os índices de desmatamento no Pará apresentaram reduções, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Segundo o Instituto, o Pará apresentou uma redução de 28,4% no índice de desmatamento em 2024, comparado ao ano anterior. Ao comparar o ano de 2023 em relação ao ano de 2022, a taxa de redução foi de 21%.

De acordo com os dados da SEMAS descritos no site da Agência Pará, a Operação Curupira resultou na fiscalização de 50 garimpos, 453 termos de apreensão e 197 apreensões de armas de fogo e 658 munições. Houve a apreensão de 1.400 maquinários, e 104 foram inutilizados. Também foram registradas 85 prisões em flagrante;



27 fianças arbitradas, 46 inquéritos policiais instaurados; 180 intimações emitidas; 90 notificações à Semas; 471 autos de infração;

49 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs), e 521 mil hectares embargados.



Fonte: Agência Pará, 2024.

Operação Amazônia Viva

A Operação Amazônia Viva, integrante da Força Estadual de Combate ao Desmatamento, é gerenciada pela SEMAS, da qual participam ainda as Polícias Militar, Civil e Científica, além do Corpo de Bombeiros. Foi criada em junho de 2020, com a premissa de inibir as atividades ilegais e reduzir a Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense, corroborando com o enfrentamento ao desmatamento ile-

gal nos municípios considerados áreas críticas no estado do Pará.

A operação é mais uma das estratégias operacionais adotadas pelo Governo do Estado quanto à Política de combate ao desmatamento na Amazônia que tem apresentado resultados favoráveis, como apreensão de maquinários, destruição de acampamentos e apreensão de madeiras.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Operações de policiamento nos rios

O Estado do Pará possui uma densa malha hidroviária composta pela bacia amazônica, a qual representa a principal fonte de transporte da região juntamente com seus afluentes. Em razão disso, é muito utilizada no transporte de pessoas e cargas por intermédio de inúmeras embarcações de vários portes. Essa quantidade e diversidade da malha fluvial tem levado as organizações criminosas nos últimos anos a utilizar desse meio de locomoção para o transporte de cargas ilícitas como cigarros, drogas, armas, dentro outros.

Com isso, tornou-se cada vez mais necessário direcionar esforços do Estado no intuito de se fazer presente através de ações que visem combater tais atividades. E por esse motivo, a SEGUP criou a Operação Base Antônio Lemos com atuação na malha fluvial do Arquipélago do Marajó, a qual apresentou resultados positivos no combate ao tráfico de drogas, principalmente. Na Base atuam servidores das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, dentre eles, os policiais militares. Em virtude des-

ses bons resultados, a SEGUP, em ação paralela, deflagrou, em dezembro de 2024, a Operação Base Candirú.

Esta Base Integrada Fluvial de Segurança Pública também possui a finalidade de atuar nos rios do Estado, em especial na malha fluvial do Baixo Amazonas. Aliás, desde o início de sua operação, várias prisões e apreensões foram realizadas, demonstrando a positividade das ações.

Como integrante da Base, a Polícia Militar do Pará tem empregado seus agentes e um cão de faro, que torna possível identificar cargas ilícitas escondidas nas embarcações que o policial não conseguiria identificar facilmente.

Paralelo às ações coordenadas pela SEGUP, por intermédio dos Comandos Intermediários, sob supervisão do DGO, a PMPA realiza as Operação Paz nos Rios com objetivo de abordar embarcações para fiscalizá-las e, desse modo, verificar se há ou não o transporte ilícito de cargas, assim como realizar o combate à exploração sexual e pirataria.



Fonte: Ascom, PMPA, 2024.



Operações PRÉ-COP 30

A 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30) é o encontro global anual, no qual as lideranças mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil discutem a temática sobre mudanças climáticas no mundo.

Belém foi anunciada como Sede do Evento pelo Exmº. Sr. Presidente Luiz

Inácio Lula da Silva durante a COP 27 em Sharm-el-Sheikh em maio de 2023.

Previsto para ocorrer no mês de novembro de 2025, as atividades Pré-Cop 30 ocorreram ao longo do ano de 2024 visando dialogar com as estratégias para a realização do evento mundial. Dentre elas, estão:

Operação visita dos presidentes do Brasil e da França

Operação da visita do Exmº. Sr. Presidente da República e do Presidente da França Emmanuel Macron com Exmº. Sr.

Governador do Estado do Pará no dia 26 de março.

Operação Pré-Cúpula oficial do Youth20

Operação Pré Cúpula oficial do Youth20 ocorrida no período de 15 a 20 de junho, em Belém, O evento foi organizado pelo Y20, pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), pela Secretaria Na-

cional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo governo do Pará. O evento contou com a presença Exmº. Sr. Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho.

Operação Reunião Técnica G20

A operação Reunião Técnica G20 foi realizada durante o período do dia 8 a 12 de julho, contou com o emprego de 98 policiais militares, para a finalidade de garantir a segurança, ordem pública e o bom desenvolvimento do evento, que reuniu diversos grupos de trabalhos dedicados a discutir compromissos e políticas de fomentos mi-

tigação e adaptação à mudança do clima. A reunião do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis e a Reunião da Força Tarefa para Mobilização Global para Mudança do Clima serão organizadas, respectivamente, pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Operação BID Amazônia Sempre

A operação BID Amazônia Sempre foi realizadas nos dias 25 a 28 de julho, contando com a presença de diversas autoridades nacionais e estrangeiras, como o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Sr. Ilan Goldfajn, os Ministros de Finanças dos Países Amazônicos, a Secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Sra. Janet Yellen, a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina

Silva, e o Governador do Estado do Pará, Exmº. Sr. Helder Barbalho, assim como representantes de alto nível de setores privados, tanto local quanto nacional, que visitaram os espaços de intervenção do Projeto PROMABEN II (Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, segunda etapa), desenvolvido pela Prefeitura de Belém em parceria com a BID.



Operação Conferência da Juventude RCOY 2024

A Operação Conferência da Juventude RCOY 2024 foi realizada entre os dias 6 e 10 de setembro, durante a Conferência Climática Regional de Juventudes Latino-americanas (RCOY Latinoamérica 2024). O evento reuniu cerca de 300 jovens de 19 países da América Latina e do Caribe, além de autoridades como ministros, secretários de governo, governadores e membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

As atividades aconteceram em quatro locais distintos de Belém: Território quilombola Furo da Paciência, na Ilha do Combu; Usina da Paz Jurunas/Condor; Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas; e Núcleo de Oficinas Curro Velho, no bairro do Telégrafo. Durante o evento, a Polícia Militar atuou de forma estratégica para garantir a preservação da ordem pública e a manutenção da paz social.

Operação Reunião Técnica G20

A Operação foi realizada nos dias 18 a 22 de setembro, período em que ocorreram a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo do G20 e a Reunião Ministerial de Turismo, em Belém, no Hangar Convenções e Feiras da Amazônia. As reuniões contaram com a participação de especialistas e representantes dos países responsáveis por finalizar as discussões sobre qualificação profissional, fortalecimento das insti-

tuições multilaterais e ampliação do financiamento internacional projetos do setor. As ações tiveram como objetivo garantir o apoio e suporte nas ações desenvolvidas pela Polícia Federal, e assim, garantir que toda a programação prevista, seja para a Reunião Técnica do Grupo de Turismo como para a Reunião Ministerial, transcorresse sem transtornos para a cidade

Operação Coinama

A Operação Coinama foi realizada com o objetivo de garantir a segurança dos participantes da 2ª edição da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, realizada no Hangar, em Belém, de 6 a 8 de novembro. O evento reuniu mais de 130 palestrantes de diversos países e contou com a presença de mais de 1.200 convidados, incluindo representantes dos povos da floresta, sociedade civil, acade-

mia, e setores públicos e privados, que se reuniram na capital paraense para discutir temas relacionados ao meio ambiente, economia e desenvolvimento sustentável. Durante a operação, foram realizadas ações de policiamento ostensivo e diuturno, com o intuito de garantir a segurança física e patrimonial de palestrantes, convidados e personalidades internacionais presentes no evento.

Operação Áurea da Amazônia

A Operação Áurea da Amazônia foi realizada no dia 23 de novembro com o objetivo de garantir a segurança do público de mais de 250 mil pessoas que se reuniram no estacionamento do estádio Mangueirão para o show do DJ Alok. O evento marcou o início oficial da contagem regressiva para a COP 30, que ocorrerá em novembro de

2025, na capital paraense, e contou também com a apresentação de artistas locais, como Joelma, Gaby Amarantos, entre outros. Mais de 800 policiais militares foram mobilizados na operação para assegurar o conforto e a tranquilidade das milhares de pessoas presentes, incluindo famílias que participaram deste marco histórico para a cidade.



COMANDO DE MISSÕES ESPECIAIS

O Comando de Missões Especiais (CME) da Polícia Militar do Pará foi criado por meio do Decreto Governamental nº. 3.670, de 07 de outubro de 1999 e publicado no Diário Oficial do Estado nº. 29.067, em 13 de outubro de 2009.

É o Comando Intermediário da PMPA, que tem como característica o emprego de tropa especializada para a realização de missões que necessitem operar em segundo e terceiro esforço, onde cada

Unidade subordinada possui uma especificidade de atuação.

Ao CME estão subordinados três Batalhões de Missões Especiais (Belém, Marabá e Santarém) e quatro Companhia Independentes de Missões Especiais (Itaituba, Redenção, Paragominas e Altamira), Regimento de Polícia Montada (RPMONT), Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQ), Batalhão de Ações com Cães (BAC) e Batalhão Especial Penitenciário (BEP).

Ações administrativas



Fonte: CME, PMPA, 2024.

Em abril de 2024, foi realizado o I *Workshop* do CME com objetivo de capacitar a tropa no âmbito da padronização dos processos de apoio.

Os policiais militares receberam instruções referentes aos Processos de Apoio de Pessoal, Administração, Educação, Correição, Inteligência e Controle da PMPA.

Palestra “Desafios Laborais e Saúde Mental”

Realizada no salão nobre do CME a palestra teve como objetivo conscientizar os policiais militares sobre a importância do autocuidado, incentivando hábitos saudáveis e promovendo a busca por ajuda precoce diante de sinais de problemas de saúde mental, garantindo que os profissionais estejam bem preparados para enfrentar os desafios laborais.

Os 322 policiais militares participantes também puderam tirar dúvidas sobre a estrutura e acesso a prestação de serviços de apoio psicossocial realizados pelo CIAP aos integrantes da Corporação, que envolve

atendimento psicológico e social, proporcionados por meio de acolhimento, orientações, acompanhamento e encaminhamento relativos à demanda apresentada pelo militar.



Fonte: CME, PMPA, 2024.





Operações

Diariamente, em todo o Estado, são realizadas várias operações que requerem tropa especializada. Neste ano de 2024, o CME e suas unidades subordinadas atuam nas seguintes operações: Polícia Mais

Forte, Fechando o Cerco, Reforço no Policiamento, ORY, Escola Segura, Veropa, 2º Esforço, Guardiões do Bioma, Paz, Curupira, Hércules, Contraturno, Recobrimento e Reintegração de Posse.



Fonte: CME, PMPA, 2024.

Operações de Reintegração de Posse

Em 2024, a PMPA realizou diversas operações de reintegração de posse decorrentes de mandados judiciais expedidos pelo Poder Judiciário em vários locais, como nas regiões oeste e sudeste do Pará, nos bairros Val de Cans, Pratinha e Terra Firme.

Para a realização destas operações são empregados efetivos de unidades do CME, entre elas: Batalhões de Missões Especiais (BMEs), Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas (ROTAM), Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQ), Batalhão de Ações com Cães (BAC), Regimento de Polícia Montada (RPMONT), além de militares do Corpo Militar de Saúde (CMS) e das unidades policiais responsáveis pelo policiamento ostensivo das áreas onde a reintegração é realizada.

Os policiais militares atuam em apoio ao Oficial de Justiça, que é o responsável direto pela ação. O objetivo das guarnições policiais estarem presentes durante o cumprimento de mandados de Reintegração de Posse por oficiais de justiça é assegurar a retirada tranquila dos moradores irregulares, sem cercear direitos, primando pelo bem-estar e preservação da integridade de todos os envolvidos.



Fonte: CME, PMPA, 2024.



Operação Hércules

Com o objetivo de intensificar as ações de policiamento para combater a criminalidade e garantir a tranquilidade da população na região metropolitana de Belém, equipes do BOPE, ROTAM, BEP, BPCHOQ, BAC e RPMONT realizaram a Operação Hércules nos bairros Parque Verde, Benguí, Parque Guajará e os Distritos de Outeiro e Icoaraci, entre outros.

Foram realizadas diversas ações como: saturação, incursão e bloqueio, em conjunto com equipes do CPC II. Nas áreas onde a operação foi realizada, os índices de criminalidade tenderam a reduzir consideravelmente.



Fonte: CME, PMPA, 2024.

Operação ORY II

Sob a coordenação da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), em setembro de 2024, o CME e o CPC II deflagraram a Operação ORY II nos bairros Tapanã e Tenoné. Nesta operação foram utilizadas cerca de 70 viaturas, 25 motocicletas, além dos policiamentos Montado e de Choque no entorno dos bairros. A operação também contou com o apoio do Departamento de Trânsito do Pará (Detran), do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV).

A Operação teve como objetivo promover ações preventivas e repressivas por meio do reforço do policiamento ostensivo em áreas de grande fluxo de pessoas e veículos. No local, foi instalada a Unidade Móvel do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), a fim de proporcionar suporte aos órgãos envolvidos, por meio de consultas em sistemas diversos, como os referentes a mandados de prisão. Isso robustece as ações e confere maior eficácia aos recursos materiais e humanos empregados.



Fonte: CME, PMPA, 2024.





COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL

Criado em 15 de janeiro de 2014 com o advento da Lei Complementar nº. 093/2014 e ativado por meio do Decreto Estadual nº. 1.735, de 30 de março de 2017. Está sediado na capital do Estado, tem como missão, o combate às infrações e crimes ambientais ocorridos no Estado do Pará, objetivando nos termos de sua competência, a proteção e a preservação do meio ambiente no território paraense. A este comando intermediário estão subordinadas as seguintes Unidades Operacionais: Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), sediado em Belém; Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFLU),

sediada em Belém; e 1ª Companhia Independente de Policiamento Ambiental (1ª CIPAMB), sediada em Santarém.

A Polícia Militar do Pará, por meio do Departamento-Geral de Operações e o Comando de Policiamento Ambiental, desencadeiam diversas operações de forma ordinária, extraordinária e em conjunto com os órgãos ambientais federais e estaduais, realizando ações preventivas e repressivas, objetivando diminuir os índices dos ilícitos ambientais e sempre com fito de garantir a proteção e preservação da fauna e da flora em todo o território estadual.

Ações realizadas pelo CPA

O policiamento ambiental no Estado do Pará, é realizado de forma ordinária e extraordinária, na capital e região metropolitana pelo BPA e pela CIPFLU, e na cidade de Santarém pela 1ª CIPAMB, dentro de suas atribuições e responsabilidades de Polícia Ostensiva, atua ostensivamente

e preventivamente, inclusive nos rios. Nas operações integradas com órgãos ambientais das esferas federal e estadual, no atendimento às ocorrências de resgate e posterior soltura de animais silvestres, realizando cursos e capacitações e imbuídos em projetos sociais.

Ações Integradas

Com o advento da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, também chamada de COP 30, prevista para ocorrer em novembro de 2025, em Belém, as ações de policiamento realizadas pelo CPA têm sido cada vez mais desenvolvidas em consonância com a agenda da ONU. Nesse sentido, a Polícia Militar do Pará, como integrante do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS), é um dos órgãos partícipes do

Acordo de Cooperação Nº. 001/2024 com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), instrumento pelo qual se objetiva a união de esforços para realizar ações de fiscalização no combate aos ilícitos ambientais na circunscrição limítrofes do estado do Pará. Dentre as ações destacam-se o planejamento operacional, monitoramento ambiental, apoio técnico e logístico, e a lavratura de autos de infração ambiental pelos agentes que integram o SIEDS.

Policiamento Ambiental

Dentre as atividades desenvolvidas pelo BPA, destaca-se o policiamento no Parque Estadual do Utinga “Camillo Vian-

na” (PEUT), em Belém, onde são realizadas operações como “Patrulha Ambiental” e “Parque Seguro”, as quais objetiva a pro-



teção do meio ambiente, bem como a segurança dos frequentadores do local, garantindo a proteção desta área e de suas espécies de fauna e flora, atuando na preservação de meio ambiente sustentável.

Outro destaque é a operação Praias Brancas, realizada pela 1ª CIPAMB, no município de Santarém, visando coibir o descarte de resíduos nas praias, pessoas trafegando com veículos, carros som, derramamento de óleo e outros ilícitos.



Fonte: CPA, PMPA, 2024.

Policiamento nas hidrovias

Realizado pela CIPFLU, o policiamento nas hidrovias visa a redução dos índices de crimes e ocorrências registradas na malha fluvial. Ao mesmo tempo, essa modalidade de policiamento possibilita o atendimento às comunidades ribeirinhas mais longínquas, por meio de ações preventivas e repressivas contra o cometimento de ilícitos ambientais ao longo das hidrovias.

Dentre as ações desenvolvidas, ressalta-se a operação “Paz nos Rios”, a qual abrange várias localidades ribeirinhas,

como as ilhas do Combú e Cotijuba, Comunidade do Arapiranga e Jutuba. O objetivo dessas ações é garantir a segurança e estabelecer proximidade com as comunidades ribeirinhas, visando entender a dinâmica das localidades no tocante à segurança e as ações de preservação ao meio ambiente, cooptando agentes promulgadores de um meio ambiente mais sustentável por meio de palestras educativas, orientações e promoção de ações de sensibilização quanto à importância da preservação da natureza.



Fonte: CPA, PMPA, 2024.

Educação Ambiental

Tem como objetivo a conscientização do público em geral sobre a importância da relação entre a sociedade, o meio ambiente e a preservação ambiental. Realizando

ações voltadas ao público em geral, busca-se a interação e a efetiva compreensão acerca de um futuro mais sustentável.



O Comando de Policiamento Ambiental, por meio da 1ª CIPAMB, realiza em Santarém a Ação Placa Mãe. Ela consiste em fixar um ponto de coleta de resíduos eletrônicos, onde as pessoas entregam computadores, notebooks, impressoras, celulares, entre outros eletrônicos, e recebem uma muda de planta, em ato simbólico da parceria ente homem e natureza.

A empresa Tapajós Informática, parceira nesta ação, faz a análise dos eletrônicos entregues e o levantamento das máquinas que ainda estão em bom estado, para recuperá-las e inseri-las na comunidade, em uma ação que concilia consciência ambiental, sustentabilidade e inclusão digital. O retorno desses equipamentos para comunidade possibilitou a formação de 200 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, com o curso de noções básicas de informática com o emprego dos computadores recuperados.



Fonte: CPA, PMPA, 2024.

Atendimentos realizados

No período de janeiro a dezembro de 2024, o Batalhão de Polícia Ambiental, realizou 72 operações integradas com diversos órgãos municipais, estadual e federal, desenvolvendo ações preventivas e osten-

sivas. Além disso, recebeu 143 entregas voluntárias de animais, realizou 1942 solturas e resgatou 1288, sendo: 491 aves, 433 mamíferos, 840 crustáceos, 537 répteis.

Comparativo de abordagens realizadas nos anos de 2023 e 2024

Pessoas em atitude suspeitas	2023	2024	Variação (%)
Abordagem de pessoas	294	60	-79.5%
Abordagem em carros	27	5	-81.4%
Abordagem de motociclistas	89	15	-83.1%
Abordagem a caminhões	2	2	0%
Abordagem de ciclistas	33	0	-100%
Total	445	82	-81,68

Fonte: CPA, PMPA, 2024.



Comparativo de atendimentos à perturbação do sossego alheio realizados nos anos de 2023 e 2024

Perturbação do sossego alheio	2023	2024	Variação (%)
Bares e similar	320	125	-61%
Residências	10	6	-40%
Veículos	13	10	-23%
Total	343	141	-58,77%

Fonte: CPA, PMPA, 2024.

Em todas as ocorrências de perturbação do sossego alheio, a guarnição policial militar chegou ao local, constatou o

ilícito ambiental e orientou os envolvidos a desligarem as fontes de poluição sonora.

Crimes cometidos contra a fauna em 2024



Fonte: CPA, PMPA, 2024.

Foram adotadas medida de resgates, soltura e encaminhamentos. Nos casos de soltura os animais são destinados as áreas de preservação ambiental, outrossim, os encaminhamentos são para as en-

tidades públicas cadastradas como Centro Amazônico de Herpetologia, Bosque Rodrigues Alves, Museu Paraense Emilio Goeldi, Hospital veterinário da HOVT/UFRA e Mangal das Garças.

Apreensões de animais realizadas em 2024



Fonte: CPA, PMPA, 2024.



COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO

O CPE é responsável pela preservação da ordem pública em todo o Estado, atuando de forma integrada com outros órgãos públicos e segmentos sociais. A atuação ocorre mediante a articulação de ações preventivas e repressivas do policiamento, além das ações de mobilização social nas esferas educacional, assistencial, turística e penitenciária.

Ao CPE estão subordinadas as seguintes Unidades: Batalhão de Polícia de

Guardas (BPGDA), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), Batalhão de Polícia de Turismo (BPTUR), 1º Batalhão de Polícia Rural (1º BPR/ Marabá), 2º Batalhão de Polícia Rural (2º BPR/ Castanhal), Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE), Companhia Independente de Polícia Assistencial (CIEPAS).

BATALHÃO DE POLÍCIA DE EVENTOS

O Batalhão de Polícia de Eventos (BPE) foi criado em 2014 para que a Polícia Militar pudesse atuar de forma especializada em situações com grande aglomeração de pessoas, prevenindo prejuízos à ordem pública. A unidade, cuja sede está localizada dentro do estádio olímpico Jornalista Edgar Proença, em Belém, é responsável por manter a segurança em manifestações sociais, jogos de futebol e eventos culturais, artísticos e religiosos. Está subordinada ao Comando de Policiamento Especializado (CPE) e é o responsável por garantir a ordem pública em grandes eventos no Pará.

Além de ser o responsável pelo planejamento, comando, execução e fiscalização do emprego operacional da unidade, atua em circunstâncias que envolvem grande concentração de pessoas, como micaretas, carnavais de rua, festas de aparelhagem, passeatas, partidas de futebol, círio e outros eventos que exigem maior preparo policial militar, a fim de atender às ocorrências que surjam.

No dia 11 de junho de 2024 o Batalhão de Polícia de Eventos celebrou o 10º aniversário de criação.

Policiamento nos estádios

Os Policiais do BPE atuaram de forma, na qual estreita-se a interação com o público, a coibir crimes, contravenções, reprimir infratores, evitar tumultos, manutenção e restabelecimento da ordem pública, sempre atuando na solução de problemas. Nos jogos de futebol policiais militares do BPE atuam na segurança do trio da arbitragem garantindo a eles proteção dentro



Fonte: SD Renata, ASCOM, PMPA, 2024.



do campo para exercerem as suas funções. Este efetivo é distribuído em ambos os la-

dos do campo para que possam agir de forma rápida e precisa quando necessário.



Fonte: SD Renata, ASCOM, PMPA, 2024.

Ações desenvolvidas

Diversos são os eventos esportivos que ocorrem durante o ano e que necessitam da presença da Polícia Militar, devido a grande competitividade no esporte que muitas vezes deixam as pessoas com ânimos

exaltados. As entidades por meio de documentos enviados ao Batalhão informam sobre as informações do evento para que com o planejamento adequado se tenha presente a Polícia Militar.



Fonte: CB J. Dias, ASCOM, PMPA, 2024.





Operação de vistorias em estádios

A operação tem por finalidade a vistoria *in loco* das condições de segurança dos estádios que iram sediar os jogos dos Campeonatos realizados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Federação Paraense de Futebol (FPF).

Nas vistorias são realizadas inspeções para verificar se a Lei nº. 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte) e a Portaria nº. 55, de 17 de agosto de 2023, do Ministério dos Esportes, estão sendo seguidas.

Estas duas normativas definem os requisitos a serem observados quanto à manutenção da condição de regularidade e a operação dos estádios utilizados em competições esportivas, atestados através de laudos técnicos estão sendo seguidas, garantindo assim a integridade e tranquilidade dos torcedores, atletas e demais envolvidos nos eventos esportivos que ali acontecerão.

Operação em eventos esportivos

Os policiais do Batalhão de Polícia de Eventos, desencadearam durante o ano de 2024, diversas revistas em materiais de torcidas organizadas pertencente aos clubes de futebol nos Estádio da Região Metropolitana de Belém, inclusive

realizando a revista e controle de torcidas organizadas de outros estados quando em jogos na capital do Estado, com a finalidade de evitar e identificar material proibido na parte interna do estádio.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



BATALHÃO DE POLÍCIA DE GUARDAS

O Batalhão de Polícia de Guardas (BPGDA), unidade subordinada ao Comando de Policiamento Especializado (CPE), atualmente está localizado dentro no complexo operacional da PMPA. A unidade foi criada por meio do Decreto nº. 33.84/1984, como Companhia de Guardas, sediada no Palácio Lauro Sodré, perdurando até 1994, quando foi transformado em Batalhão de Polícia de Guardas.

O Batalhão possui a missão de realizar o policiamento ostensivo de guarda patrimonial, promovendo a segurança do aquartelamento e das sedes dos poderes Estaduais, principalmente o Palácio do Governo. As principais finalidades do policiamento de guardas nos órgãos que atua são:

impedir a entrada clandestina de pessoas em locais proibidos e fora dos horários de funcionamento, manter a segurança do patrimônio público e da incolumidade física de seus integrantes e impedir a saída clandestina de materiais, móveis, veículos etc. principalmente fora dos horários de expediente administrativo. O Batalhão também vem desempenhando a prestação das devidas honras militares para autoridades nacionais e internacionais.

Em agosto de 2024, o Batalhão de Polícia de Guardas (BPGDA) celebrou o 40º aniversário. Ao longo dessas quatro décadas, a unidade passou por várias transformações, mas manteve o compromisso com as missões enquanto unidade especializada.

Ações específicas desenvolvidas

Guarda de Honra

A Guarda de honra de autoridades é uma força armada, postada com o objetivo de prestar honras militares em atos solenes

oficiais ou de serviço público, que exijam essa representação.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Guarda de instalações

A guarda e segurança de instalações é prestada de maneira ostensiva e de forma ininterrupta, para manutenção da segurança e controle de acesso ao interior das principais entidades públicas estaduais.

A guarda e segurança policial militar incumbe garantir a segurança de prédios públicos, bem como dos cidadãos que neles habitam e/ou desenvolvam suas atividades laborais ou de lazer e atuar como primeiro interventor em manifestações populares ocorridas em seus locais de atuação a fim de assegurar a ordem pública ou restabelecê-la, em consonância com as orientações normativas vigentes.



Fonte: BPGDA, PMPA, 2024.

Operações de reforço de policiamento

Além da guarda e segurança de instalações, o BPGDA reforça o policiamento em diversas operações objetivando reduzir os índices de criminalidade através de ações e operações preventivas e repressivas a fim de proporcionar mais segurança para a população em consonância com o plano estratégico da PMPA.

Através de ações preventivas e repressivas visando intensificar a presença policial nos bairros de circunscrição do CPC II, e CPRM com emprego de policiamento ostensivo geral em áreas de grande fluxo de pessoas e veículos, por meio da complementação e suporte operacional promovido pelo efetivo do Comando de Policiamento Especializado.



Fonte: BPGDA, PMPA, 2024.



BATALHÃO DE POLÍCIA TURÍSTICA

O Batalhão de Polícia Turística é sediado no Complexo Histórico Tiradentes, localizado no cruzamento da Rua Gaspar Viana com a Av. Assis de Vasconcelos, no bairro do reduto em Belém-PA. A partir do ano de 2024, o BPTUR teve a ativação de duas Companhias Orgânicas, com suas sedes localizadas respectivamente, no Aeroporto Internacional de Belém (Bairro de Val-de-cães) e Terminal Hidroviário da capital paraense, localizado no Centro Histórico de Belém.

As duas Companhias oferecem o policiamento especializado 24 horas por dia, seja para o atendimento de ocorrências envolvendo turistas, quanto a outras demandas relacionadas à missão constitucional da Polícia Militar, qual seja, a preservação da ordem pública e a proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio do respeito aos valores da cidadania e os direitos humanos.

Em 2024, por meio do convênio da Polícia Militar do Pará com a Universidade Estadual do Pará, a tropa do BPTUR também passa por capacitação na língua inglesa, tornando-se mais preparada para o atendimento de ocorrências. Somado a

isso, prepara-se o efetivo para as atribuições decorrentes da Convenção das Nações Unidas para Mudanças Climáticas - COP 30, a ser sediada no Pará em 2025.



Fonte: BPTUR, PMPA, 2024.

Segurança pública X aumento de turistas

No ano de 2024, o Pará recebeu 4.944 turistas nacionais e internacionais, o que representa um crescimento de 15,4% em relação a 2023, quando o estado recebeu 1.044.156 pessoas. Segundo dados do Observatório do Turismo do Pará em relação a turistas internacionais, houve um aumento de 47,4% em comparação a 2023. De acordo com dados do Ministério do Turismo, da EMBRATUR e da Polícia Federal, no ano de 2024, 64.314 turistas internacionais visita-

ram diversos municípios do Estado o Pará. O crescimento de quase 50% no número de turistas internacionais no Pará de 2024 em relação a 2023 é fruto do crescente investimento em Segurança Pública que o Estado do Pará incrementou nos últimos 6 anos, algo que levou a conquista da sua melhor colocação no item Segurança Pública do Ranking de Competitividade dos Estados avaliado pelo do Centro de Liderança Política (CLP) em 2024. O estudo avaliou





as 27 unidades da Federação e constatou que a segurança pública paraense ficou em 12º entre os Estados de todo o Brasil e o 2º lugar na região Norte, atrás apenas do Amazonas que está em sétimo no ranking nacional. Esse resultado reflete diretamente no aumento das escolhas do Pará como destino turístico, tendo em vista que os visitantes costumam observar e privilegiar os destinos que demonstram medidas e ações voltadas para a sua segurança e bem-estar.

É nesse contexto, que o Batalhão de Polícia Turística, vem atuando de forma preventiva, ostensiva e repressiva no policiamento especializado de atendimento, apoio e orientação aos visitantes nacionais e internacionais que chegam em solo paraense em quantidade cada vez maior. Em 2023, a capital paraense recebeu dois navios transatlânticos com cerca de 1.320 turistas internacionais. Por sua vez, em 2024, Belém recebeu a visita de seis navios estrangeiros, somando ao todo 4.804 turistas

das mais diversas nacionalidades, um aumento de 72% em relação ao ano anterior. Além do atendimento aos turistas e efetivo do BPTUR também atuou nas operações coordenadas pelo Comando de Policiamento Especializado (CPE), visando somar esforços no combate à criminalidade, cujos resultados têm sido expressivos, especialmente na capital paraense que foi reconhecida, como a quinta cidade acima de 1 milhão de habitantes mais segura do Brasil, conforme estudo realizado pela empresa do setor imobiliário “MySide”, considerando ocorrências de homicídios a cada 100 mil habitantes. Além disso, em 2024, o Estado atingiu o menor índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nos últimos dez anos e teve o melhor mês de dezembro da série histórica, conforme dados resultantes do monitoramento realizado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC).

Comparativo de operações realizadas em 2023 e 2024

Operações realizadas	2023	2024
Operação Turista Seguro	108	166
Operação Polícia Mais Forte	365	365
Operação Contraturno	250	108
Operação Tolerância Zero	19	11
Operação Futebol Seguro	11	6
Operação Transatlântico	2	6
TOTAL	755	662

Fonte: BPTUR, PMPA, 2024.



1º BATALHÃO DE POLÍCIA RURAL

O 1º BPR, sediado em Marabá e subordinado ao CPE, foi inaugurado em 19 de agosto de 2022 para atender 39 municípios do sul e sudeste do estado, entre os quais se destacam Marabá, Redenção, Parauapebas, Tucuruí e Altamira.

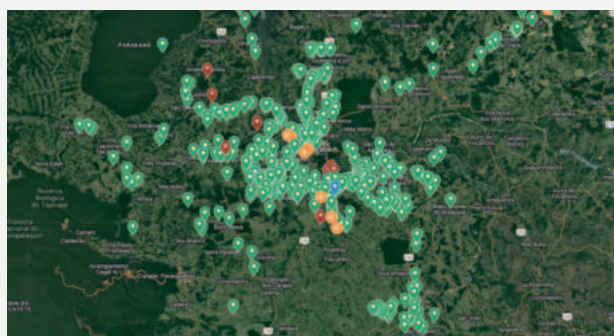
A Unidade Especializada foi criada para suprir a necessidade de oferecer um atendimento mais célere às demandas dos

moradores dessas extensas regiões, com o objetivo de integrar a Polícia Militar à comunidade rural, especialmente pela utilização de novas tecnologias para facilitar o patrulhamento nas vias rurais e, consequentemente, melhorar a prestação de serviços da Corporação à população que reside na área que abrange 297.367 quilômetros de extensão territorial.

Ações desenvolvidas

Emplacamento de propriedades rurais

O objetivo inicial é realizar o cadastro de todas as propriedades rurais da região, objetivando a criação de um banco de dados rico em informações úteis para a área de segurança pública. A seguir, então, planejar as ações do policiamento comunitário rural com uma melhor distribuição das equipes dentro da extensa área territorial rural com intuito de reduzir os índices de criminalidade na região.



Fonte: 1º BPR, PMPA, 2024.



Fonte: 1º BPR, PMPA, 2024.

A Polícia Militar realiza ações preventivas e repressivas de segurança pública através de policiamento ostensivo geral na modalidade patrulhamento rural georreferenciado, assim como objetivo de prevenir e coibir a prática de ações delituosas, principalmente roubos de veículos, roubos patrimoniais (máquinas e equipamentos agrícolas) e conflitos agrários, bem como dar maior ostensividade ao efetivo da Corporação, permitindo maior acesso da população ao serviço de segurança pública.





Reforço ao policiamento

Também são realizadas operações que visam prevenir e coibir a prática de ações delituosas, principalmente roubos de veículos, roubos patrimoniais (máquinas e equipamentos agrícolas) e conflitos agrários. Durante tais operações o efetivo empregado visita as propriedades rurais para o levantamento de dados com o objetivo de prevenir possíveis conflitos fundiários e roubo de gado e implementos agrícolas.

Nestas operações, o efetivo policial também realiza o mapeamento das áreas rurais através do georreferenciamento e registra as coordenadas geográficas da propriedade (latitude e longitude), criando um endereço e uma rota de acesso, visando reduzir o tempo de resposta às ocorrências, buscando realizar uma ação preventiva mais eficiente e reverter a tradicional postura reativa, adotada após a prática do crime.

Enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão

Em um artigo publicado na Revista Caderno Pedagógico foi detalhada a atuação do 1º BPR no enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão no município de Marabá, sudeste do Pará, que demonstrou que a ação dessa Unidade Especializada tem sido uma peça-chave na engrenagem do enfrentamento dessa triste realidade que ainda assombra uma grande parcela dos trabalhadores, em especial no meio rural no território paraense. No estudo, inclusive, foi constatado que Marabá é o município do Estado com maior número de vítimas desse crime desde o ano de 1995.

A atuação do 1º BPR consiste em dar apoio a outras instituições públicas e organizações não-governamentais para realizar ações de fiscalizações e operações de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão no município de Marabá, e possibilitando que sejam empreendidas de forma segura e

que os trabalhadores sejam encaminhados aos serviços sociais necessários e que a preservação da ordem seja estabelecida. A presença física e constante em áreas rurais atua como um desestímulo imediato às práticas trabalhistas abusivas e assegura que os pilares da justiça social e do direito ao trabalho digno sejam reforçados continuamente, garantindo que o desenvolvimento econômico da região não ocorra às custas da dignidade humana.

Além do telefone 190, do Núcleo Integrado de Operações (NIOP), o 1º Batalhão de Polícia criou um grupo em aplicativo de mensagens instantâneas em que o cidadão pode ter um canal direto com a Polícia Militar, por meio do número (94) 98427-7404, que atende 24 horas. Qualquer pessoa que tenha dúvidas, sugestões ou denúncias pode entrar em contato que os policiais estão prontos para dar total suporte.

Canal direto com o 1º BPR

Além de disponibilizar os dois números do telefone para estreitar o contato com a comunidade, também foram elaboradas algumas orientações para a prevenção de crimes na zona rural, dentre elas: pesquisar antes de contratar funcionários; evitar comentar sobre grandes vendas; participar

de associações de produtores rurais; comunicar à patrulha rural em caso de pessoas suspeitas rondando a propriedade; não efetuar grandes pagamentos de funcionários em dinheiro; e acionar a polícia e registrar boletim de ocorrência em casos de crimes.



2º BATALHÃO DE POLÍCIA RURAL

2º BPR foi ativado pelo Decreto nº. 2.779/ 2022. A Unidade Especializada está sediada no município de Castanhal e é subordinada ao Comando de Policiamento Especializado (CPE). Sua circunscrição abrange 47 municípios das áreas do CPR III (Castanhal), CPR VI (Paragominas) e CPR VII (Capanema), podendo ser empregado em outras Regiões, caso haja necessidade do serviço.

Esta Unidade Operacional tem como função desempenhar uma modalidade de

policiamento ostensivo especializado, objetivando a paz no campo, que por muitos anos foi um espaço de grande extensão territorial e de difícil acesso. Então, através do cadastro de produtores e de propriedades rurais, além de vilas e agrovilas, foi utilizado como ferramenta tecnológica o georrefenciamento, o que facilitou o policiamento na área, mantendo uma ação de presença no meio rural por meio da diminuição do tempo-resposta, além da distribuição do efetivo de forma direcionada, buscando oferecer um serviço de excelência à comunidade do campo.

Operações do 2º BPR

O 2º BPR realiza operações que visam diminuir a criminalidade no Campo, ações que vão desde a Prevenção, Proximidade e Ostensividade. Dentre elas, des-

tacam-se Zona Rural Segura, Prevenção Ativa, Policiamento Direcionado, Policiamento de Proximidade em Feiras Agropecuárias e a Operação Deméter.

Operação Zona Rural Segura

Operação focada na presença do efetivo policial nas propriedades e comunidades rurais mais próximas da sede, atuando principalmente nos Municípios de Castanhal, Santa Izabel do Pará, Curuçá, Terra Alta, São Francisco do Pará, São Mi-

guel, Santa Maria e Inhangapi. Consiste na realização de rondas em ramais, incursões em áreas de mata, intensificação de abordagens, além da identificação e das buscas em locais de possíveis rotas de fugas e plantio ilícito de entorpecentes.



Fonte: 2º BPR, PMPA, 2024.





Operação Prevenção Ativa

A Operação Prevenção Ativa, tem como finalidade atender as propriedades cadastradas pelo 2º BPR, fazendo vistas técnicas de prevenção nas propriedades de acordo com Cartão-Programa elaborado pela Unidade. As visitas também propiciam o contato dos policiais com outros membros das comunidades rurais, como representantes das comunidades, sindicatos e lideranças locais a fim de compreender

as necessidades de cada localidade, direcionando assim o policiamento de acordo com a realidade de cada comunidade rural. Além disso, por intermédio da análise das informações espaciais e temporais, nos itinerários das rondas de ramais são estabelecidos Pontos Bases Estratégicos (PBE) visando inibir a oportunidade de delinquir, interrompendo o ciclo da violência.



Fonte: 2º BPR, PMPA, 2024.

Operação Policiamento de Proximidade

Realizado em feiras agropecuárias, tem a modalidade de Policiamento de proximidade. As feiras agropecuárias celebram as oportunidades e tecnologias voltadas para o setor Agropecuário, revelando a visibilidade e a importância do pequeno, médio e grande Produtor Rural.

Durante o evento a comunidade em geral visitam as feiras e os estandes que ficam expostos, nesse quesito, o 2º BPR atua expondo em estande o seu material de serviço tanto preventivo como operacional, aproximando o contato com a comunidade.



Fonte: CPR VII, PMPA, 2024.



BATALHÃO DE POLICIAMENTO ESCOLAR

O Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE), subordinado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE) realiza suas ações de policiamento ostensivo por meio de rondas escolares e visitas técnicas de segurança em escolas públicas paraenses. Ciente da necessidade de definir e divulgar sua identidade e suas atividades de policiamento especializado no Estado do Pará, o BPOE adotou novas práticas em seu modelo de policiamento para continuar aprimorando a prestação de serviços públicos à sociedade paraense, atuando com eficiência, eficácia e efetividade na promoção de escolas mais seguras.

Atualmente, o Batalhão executa diversas ações, como rondas escolares, visitas tranquilizadoras, ações do PROERD e operações como Raio Escolar, Operação Guardiões, Operação Anjos da Guarda, Plano de Segurança Escolar, Operação Volta às Aulas e Operação Recobrimento, entre outras. Essas atividades se concentram na Região Metropolitana de Belém (RMB), onde foram atendidas 331 instituições de ensino das redes estadual e municipal de ensino, bem como das escolas particulares, através da operação Anjos da Guarda. Totalizando 166.690 alunos atendidos.



Fonte: BPOE, PMPA, 2024.

Ações desenvolvidas

Palestras

As palestras são realizadas para os estudantes das escolas de ensino infantil, fundamental e médio sobre os mais diversos assuntos, como por exemplo: *bullying*, violência escolar, assédio sexual, drogas e outros. São realizadas sob demanda das escolas, as quais solicitam ao Batalhão esse conhecimento técnico. Os policiais palestrantes utilizam estudos científicos e fontes acadêmicas confiáveis para repassar aos alunos todo o conhecimento técnico de forma dinâmica e didática, a fim do melhor aproveitamento possível por parte dos estudantes.

Em 2024 foram realizadas 35 palestras em 25 escolas, das quais participaram 1.413 alunos.



Fonte: BPOE, PMPA, 2024.





Operação Plano de Segurança Escolar

Esta operação é executada por meio de etapas. Durante seis meses os policiais militares realizam o diagnóstico e mapeamento dos problemas relacionados a segurança escolar e desenvolvem atividades de acolhimento socioemocional, combate ao consumo de drogas, reuniões instrutivas e dinâmicas às famílias sobre a importância da disciplina positiva em casa e outros eixos temáticos, voltados ao enfrentamento à violência nas escolas que apresentaram

maiores índices de violência, de acordo com a análise criminal entre 2022 e 2024.

Neste ano as equipes atenderam 4.628 alunos com palestras à comunidade escolar, ações do PROERD e visitas técnicas de segurança, intensificação de rondas no perímetro escolar, o que representa um aumento de mais de 52% se comparado com o mesmo período de 2023.

Operação Raio Escolar

Com a finalidade de realizar ações de policiamento ostensivo no perímetro de 300 metros no entorno das escolas, visando atingir escolas próximas e identificar situações de atitude suspeita ou de risco. Nesta operação são realizadas atividades de intensificação de rondas e abordagens nas áreas de grande vulnerabilidade.

Em 2024 foram realizadas 480 visitas técnicas em 75 escolas da Região Metropolitana de Belém, nas quais foram atendidos 31.665 alunos, além do corpo técnico das escolas, proporcionando mais segurança para a comunidade estudantil.

Operação Volta às Aulas

Trata-se de uma ação de colaboração com as escolas, pois durante a primeira semana das aulas, as instituições recebem novos alunos, bem como, reuniões de pais e responsáveis. Nesse sentido, o retorno às aulas é um momento crucial, tendo em vista, a grande circulação de pessoas que adentram o espaço escolar, o que pode ocasionar conflitos ou mesmo situações de risco para o cometimento ou aumento de vítimas no perímetro.

Durante o ano de 2024 foram realizadas 180 visitas em 105 escolas nas quais 21.444 alunos foram atendidos. Ressalta-se, que nesta missão, foram empregadas viaturas do BPOE nas escolas do CPC I, CPC II e CPRM que intensificaram rondas, abordagens e diálogo preventivo sobre autoproteção à comunidade escolar. Também foram distribuídos materiais informativos para promover cultura de paz e aumentar a sensação de segurança entre os estudantes e educadores.



Fonte: BPOE, PMPA, 2024.



Operação Guardiões

Esta operação é realizada durante o turno da noite nas escolas, onde possuem Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Ensino profissionalizante. Nos horários que antecedem a chegada dos alunos, durante as aulas e após a saída dos alunos das escolas houve o aumento da presença policial nas imediações das escolas da área do CPC I, CPC II e CPRM, principalmente nas paradas de ônibus, que possuem grandes aglomerações de estudantes e estabelecimentos comerciais com possíveis ações delituosas.

Ao longo do ano, a operação atendeu 121 escolas em 1.728 visitas às dependências das escolas, proporcionando segurança a mais de 41 mil alunos matriculados no turno da noite das escolas da Região Metropolitana de Belém.



Fonte: BPOE, PMPA, 2024.

Operação Anjos da Guarda



Fonte: BPOE, PMPA, 2024.

Esta operação ocorre no turno da manhã e busca atender todas as instituições de ensino infantil da capital e região metropolitana. É uma ação que visa o policiamento preventivo e ostensivo com o objetivo de inibir a criminalidade no entorno dessas instituições, bem como passar uma melhor sensação de segurança para a comunidade escolar. Foram feitas 360 visitas às escolas de ensino infantil e mais de 10 mil alunos atendidos com essas visitas.

Principais atendimentos realizados em 2024

Modalidade de atendimento	QTD.
Mediação de conflitos	71
Ameaça	30
Roubo	17
Assédio sexual	9
Furto	10
Agressão	7
Total	144

Fonte: P2/BPOE, 2024.



A Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS) foi criada em 1992, como Grupamento Especial de Polícia Assistencial (GEPAS) com objetivo de proteger crianças em situação de vulnerabilidade.

No ano seguinte, a Unidade foi transformada em Companhia e passou a integrar a rede estadual de proteção dos direitos da criança e do adolescente, assumindo a responsabilidade de coordenar ações específicas de resgate e proteção de crianças e adolescentes, além de contribuir de forma participativa nas questões relacionadas às medidas socioeducativas. Em 2006, passou por nova transformação, passando à categoria de Companhia I, oficializada pela Lei Complementar nº. 053/2006, permanecendo subordinada ao CPE.

Em 2015, com a promulgação da lei de nº. 13.104, Lei do Feminicídio, iniciou o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, por meio de um acordo de cooperação técnica envolvendo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Polícia Militar do Estado do Pará e Polícia Civil. A Companhia ficou encarregada de realizar a fiscalização de medidas protetivas deferidas pelos magistrados das varas de violência doméstica e familiar da capital e garantir que as decisões judiciais fossem cumpridas. Com o passar dos anos, essa modalidade de policiamento se expandiu pelo Estado e a CIEPAS contribuiu com capacitações e treinamentos em diversos municípios.



Fonte: CIEPAS, PMPA, 2024.

Policiamento especializado

Atendimentos em Unidades Socioeducativas

Um dos pilares da atuação da CIEPAS é o trabalho realizado nas unidades socioeducativas da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Ao longo de 2024, foram realizadas 7.927

visitas técnicas de prevenção, com uma média mensal de 661 atendimentos. Os meses de janeiro e dezembro registraram os maiores números, com 705 e 718 visitas, respectivamente.



Essas ações visam garantir a segurança interna, prevenir fugas e assegurar um ambiente adequado para o cumprimento das medidas socioeducativas. Além disso, foram realizadas 50 revistas em unidades socioeducativas, com uma distribuição equilibrada ao longo do ano, variando entre 3 e 5 revistas por mês. Essas ações contribuíram para a manutenção da ordem e a prevenção de incidentes.



Fonte: CIEPAS, PMPA, 2024.

Patrulha Maria da Penha: proteção às mulheres

A Patrulha Maria da Penha, responsável pela fiscalização de medidas protetivas e pelo atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, realizou 1.806 visitas técnicas de segurança em 2024. Os meses de março e maio foram os mais ativos, com 182 e 185 atendimentos, respectivamente.

Outro destaque foram os acionamentos de emergência das assistidas pela Patrulha Maria da Penha, que registrou 10 chamados de emergência ao longo do ano, com maior incidência nos meses de março, setembro e outubro. Esses atendimentos reforçam a importância da atuação rápida e eficiente da CIEPAS em situações de risco.

Essa atuação reforça o compromisso da CIEPAS com a efetividade da Lei Maria da Penha e a proteção das mulheres no estado do Pará.



Fonte: CIEPAS, PMPA, 2024.

Proteção a Crianças, Adolescentes e Idosos



Fonte: CIEPAS, PMPA, 2024.

A CIEPAS também atuou de forma incisiva na proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, registrando 102 atendimentos ao longo do ano. Destacam-se os 19 registros do mês de março, 13 do mês de agosto e 10 de janeiro, como os meses com maiores quantidades de casos. Além disso, foram registradas 82 denúncias não confirmadas envolvendo crianças e adolescentes, com destaque para setembro, quando 14 denúncias foram investigadas.

No que diz respeito à proteção de idosos, foram realizados 10 atendimentos a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, com maior incidência no mês de março, quando foram realizados três atendimentos. Foram também realizadas investigações de denúncias não confirmadas envolvendo idosos, todas registradas no mês de março.





Operação Pró-Mulher

A Operação Pró-Mulher Pará realizou 177 rondas, com maior atividade em março (22) e agosto (14). Também foi realizada a Operação Combate à Importunação Sexual nos Estádios, que participou de

27 jogos de futebol ao longo do ano, com maior presença nos meses de maio (5) e agosto (5). Além disso, a Operação Escola Segura foi realizada em 74 ocasiões, com maior atuação em março (10) e abril (12).



Fonte: CIEPAS, PMPA, 2024.

Outras Atividades Relevantes

Operacionalmente, os policiais militares também foram empregados em 29 atendimentos envolvendo conflitos familiares, 37 escoltas de adolescentes em conflito com a lei, 6 tentativas de fuga em unidades socioeducativas.

Além disso, ao longo do ano, a CIEPAS também participou de 157 operações sazonais e de 276 edições da Operação Madrugada da Paz, bem como da Operação Polícia Mais Forte que é realizada todos os dias.



Fonte: CIEPAS, PMPA, 2024.



CPC I

O CPC I tem como circunscrição policial a grande Belém com uma área territorial de 1.059,458 km², habitada por uma população de aproximadamente 1.439.561 habitantes, cuja densidade demográfica (Censo 2010) é de 1.315,26 (hab/km²).

É o maior comando intermediário da PMPA, com um efetivo de 2.250 policiais militares, divididos em seis Batalhões de Polícia Militar, distribuídos em 27 bairros: 1º BPM (Marco, Pedreira, Sacramento, Barreiro e Telégrafo), 2º BPM (Campina, Cidade Velha, Reduto, Umarizal, Nazaré, Batista Campos, São Brás e Fátima), 20º BPM (Condor, Cremação, Jurunas), 27º BPM (Val-de-Cans, Castanheira, Marambaia, Curió-Utinga e Souza), e 37º BPM (Guamá, Canudos, Universitário e Terra Firme) e 28º BPM (responsável pelo policiamento de motocicletas em todos os

bairros do CPC I), os quais mantêm o policiamento ostensivo e preventivo pautado na doutrina de policiamento comunitário buscando a humanização através da proximidade com a sociedade.

As estratégias de policiamento ostensivo coordenadas pelo Comando do Policiamento da Capital I têm produzido resultados positivos e seguem conduzindo o município de Belém a uma constante redução nos indicadores da criminalidade violenta. Com base a coleta de dados, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde, em 2024 a capital paraense foi reconhecida, como a quinta cidade acima de 1 milhão de habitantes mais segura do Brasil. O estudo foi realizado pela empresa do setor imobiliário “MySide”, considerando ocorrências de homicídios a cada 100 mil habitantes.

Grupamento de Proteção Ativa (GPA)

O GPA foi desenvolvido na circunscrição do 2º BPM e do 20º BPM com a finalidade de realizar o policiamento de proximidade por meio de ações proativas e preventivas junto à comunidade, promovendo uma maior aproximação entre a população e a corporação.

Suas atividades visam inibir, frustrar, evitar, conter e antecipar condutas violentas. Na prática, as atividades envolvem reuniões, visitas comunitárias de prevenção e visitas técnicas de segurança, com o objetivo de informar, comunicar, assistir e incentivar a população a criar redes comunitárias de segurança. Essas redes são fundamentais para a implementação dos Projetos Sociais sediados na Unidade responsável pela circunscrição das respectivas comunidades. Além disso, os policiais coletam informações junto ao público atendido e qualificam esses dados, de modo a aprimorar o planejamento estratégico da Unidade.



Fonte: 2º BPM, PMPA, 2024.



Policiamento em Diciclo

O policiamento em diciclos elétricos é fundamental para garantir ostensividade e ação de presença em locais de grande movimentação de pessoas na área do 2º BPM. Além disso, essa modalidade de policiamento facilita a aproximação da população com a Polícia Militar e promove a interação entre os cidadãos e o Estado.

Os diciclos elétricos são utilizados nas praças da República, Batista Campos, Santuário, Complexo Feliz Lusitânia e em outros locais movimentados na área do 2º BPM, conforme demanda identificada.



Fonte: SD Ramon, PM/2, EMG, PMPA, 2024.

Policiamento Ciclístico



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

As bicicletas são utilizadas no patrulhamento ciclístico, visando reduzir a criminalidade e melhorar a mobilidade dos policiais na prevenção aos delitos, especialmente furtos e roubos de menor porte na área patrulhada, tráfico de drogas e captura de foragidos. Essa modalidade de policiamento preventivo ajuda na celeridade aos atendimentos de ocorrências na capital, atuando nas áreas comerciais e praças, além das abordagens a veículos, e guarnições com três ou quatro policiais militares.

Operações policiais

Dentre as operações preventivas e repressivas realizadas pelos seis batalhões, destacam-se: Comando Supremo,

Populus, Combate ao “Rolezinho”, Torcidas Organizadas.

Operação Comando Supremo

Coordenada pelo CPC I, essa operação envolve o efetivo dos seis batalhões, e tem como objetivos desenvolver ações preventivas e repressivas que visem garantir a segurança da população da Capital, assegurar o bem-estar das pessoas e aumentar a visibilidade do policiamento.

O esforço concentrado do efetivo do CPC I durante tais eventos é crucial para intensificar as ações ostensivas por meio de diversas modalidades de policiamento como barreiras direcionadas, rondas, incursões e saturações nas áreas mais críticas, apontadas pela mancha criminal de



cada bairro. Como resultado destas operações, a Polícia Militar do Pará proporciona maior e melhor acesso da população aos serviços de Segurança Pública, diminui os

índices de criminalidade e fortalece a sensação de segurança e a confiança no trabalho da Corporação.



Fonte: PMPA, 2024.

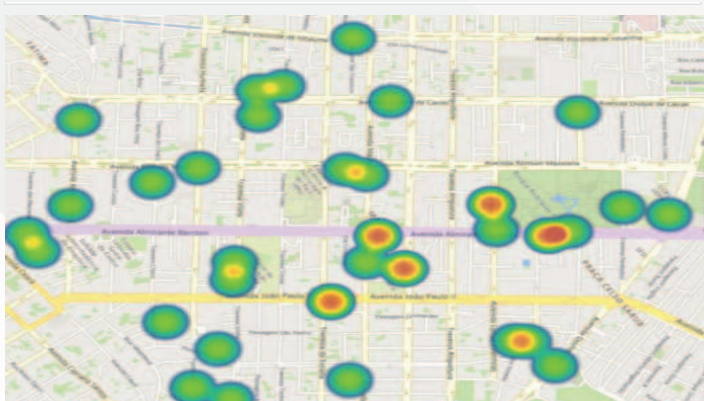
Boletim Estatístico (BE)

O Boletim Estatístico (BE), uma ferramenta que dá publicidade ao efetivo do batalhão acerca da mancha criminal, dos índices de roubo e da produtividade geral do Batalhão. Publicado semanalmente para que a tropa tome conhecimento dos resultados das ações preventivas e repressivas realizadas diariamente pelas equipes de serviço. Ele cataloga o ranking dos 10 bairros com maiores números de roubos na área do CPC 1 e entre os bairros atendidos pelo 1º BPM. Também mostra de forma resumida, os índices em cada Companhia, com locais mais críticos, faixa de hora e o mapa informando onde os crimes ocorreram.

Um ponto a ser destacado é a publicação da produtividade dos pelotões de serviço. O 1º PEL, 2º PEL, 3º PEL, 4º PEL, GPA, Recobrimento e Quadrante Seguro têm produtividades individuais, e tudo isso mostrado no BE, dando destaque ao pelotão que mais produziu.

O Quadrante Seguro é uma modalidade de policiamento que visa atuar dentro dos locais com os maiores índices de roubo e furto apontados pela mancha criminal com o objetivo da redução dos referidos índices. Eles são capacitados para atuar na prevenção especial na área do 1º BPM.

Mapa com a mancha criminal e Boletim Estatístico dos roubos de dezembro de 2024



Fonte: 1º BPM, PMPA, 2024.

BPM	2023	2024	VAR.	PERC.(%)
37º BPM	108	66	-42	-38,90
1º BPM	316	230	-86	-27,20
2º BPM	290	229	-61	-21,00
27º BPM	180	120	-60	-33,30
20º BPM	89	73	-16	-18,00
CPC I	983	718	-265	-27,00



CPC II

O Comando de Policiamento da Capital II, ativado por meio do Decreto nº. 1.735/2017, tem como circunscrição parte dos bairros do município de Belém, seus

distritos e Ilhas. Estão subordinadas a este Comando Intermediário as seguintes unidades: 10º BPM, 24º BPM, 25º BPM, 26º BPM e 38º BPM.

Policiamento Ostensivo Direcionado (POD)

Os processos e atividades de atendimento ao público, planejamento e execução do policiamento ostensivo na circunscrição do CPC II que visam atender às demandas da sociedade e cumprir as obrigações legais e institucionais de Polícia Ostensiva e a Preservação da Ordem Pública se dão por meio das matrizes de priorização do policiamento ostensivo, entendida como sendo a Prevenção Especial, a Repressão Qualificada e a Mobilização Social (Pará, 2015).

E para alcançar os objetivos propostos nas matrizes de priorização durante a

execução do policiamento ostensivo, utiliza-se como estratégia o Policiamento Ostensivo Direcionado (POD), por meio do uso de ferramentas de gestão e tecnológicas para a produção de conhecimento, identificando os principais problemas de criminalidade e violência que afetam uma comunidade ou bairro (Pará, 2022a). Os dados estatísticos produzidos pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da SEGUP são analisados para identificar os locais com maiores índices criminais (Pará, 2024). Em seguida são propostas ações preventivas e operações repressivas, para extinguir ou mitigá-las.



Fonte: PMPA, 2024.

Do policiamento ostensivo à inclusão social

Operações policiais rotineiras

Diversas operações planejadas pelo CPC II têm como foco a redução da criminalidade na área do 24º BPM. Entre elas, a Operação Visibilidade que destaca-se pelo

uso de viaturas posicionadas em Pontos Básicos Estratégicos (PBE). A Operação Rota Segura, com policiamento ostensivo de motocicletas, destaca-se pela mobili-



dade e cobertura ampliada. Já a Operação Hipocampo é uma ação de grande escala, envolvendo o máximo de viaturas possíveis, com início em um comboio por corredores de grande fluxo para aumentar a dissuasão. Por fim, a Operação Integrada, realizada em conjunto com a SEMOB, visa combater crimes e infrações de trânsito, com foco especial em condutores de motocicletas envolvidos em atividades ilícitas.



Fonte: PMPA, 2024.

Operação extraordinária – “Rabo do Peru”

O bloco de Rua denominado “Rabo do Peru”, um dos mais tradicionais e populares do Distrito de Icoaraci, desfilou na “Quarta-Feira de Cinzas”, encerrando a programação de carnaval e contou com a atuação de mais de 400 agentes de segurança pública, que garantiram a segurança dos foliões.

A elaboração do planejamento de 2024 baseou-se no estudo dos relatórios

do evento de anos anteriores por meio das informações repassadas na reunião promovida pela Agência Distrital de Icoaraci, junto à organização do bloco e órgãos de segurança estadual e municipal.

Além de garantir a segurança em todo o percurso, os policiais também atuaram nas adjacências do evento, por intermédio do policiamento a pé e motorizado e PBEs.

Operação “Turing”

A Operação “Turing” é uma operação de inteligência policial militar que vem sendo executada na área do 10º BPM, por meio da coleta e análises de informações estratégicas que tem como objetivos: identificar e monitorar atividades criminosas, fornecer informações precisas para operações de campo, apoiar ações do policiamento ostensivo e prevenir crimes e aumentar a eficiência das operações na área do CPC II.

O levantamento de inteligência tem exercido um papel crucial na desarticulação de algumas lideranças do crime organizado que atuavam na circunscrição do 10º BPM, envolvidas na eclosão de casos de violência nas áreas do Distrito de Icoaraci e adja-

cências, por meio de ameaças diretas feitas aos conglomerados industriais, comerciantes e moradores.

Tem-se como bons resultados com a prisão de lideranças de facções criminosas no Pará, envolvidas em homicídios e atentados contra agentes de segurança pública, além do cumprimento de mandados de prisão em operações integradas com a Polícia Civil. Entre os destaques, está a prisão de sete membros de uma facção criminosa que atuavam nos bairros Tenoné, Fé em Deus e Eduardo Angelim, ocupando posições estratégicas como liderança, disciplina, torre e tesoureiro, evidenciando deste modo a importância e o sucesso da operação.



Criado em 18 de maio de 2005, o CPRM está sediado no Shopping Metrôpole, no município de Ananindeua. Este Comando Intermediário é responsável pela manutenção da ordem pública na região metropolitana, nas quais estão sediadas as cinco Unidades Operacionais: 6º BPM, 29º BPM e 30 BPM, no município de Ananindeua; 21º BPM, em Marituba; e 39º BPM, que atua nos municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará.

Todas as Unidades Operacionais que atuam dentro da circunscrição policial do CPRM têm desenvolvido cotidianamente atividades de policiamento ostensivo que são reforçadas por ações e operações de prevenção e repressão, de acordo com o estabelecido no Plano de Emprego Operacional do COINT, visando inibir a prática de condutas violentas ou criminosas, evitando a produção de consequências posteriores para a segurança dos moradores dos municípios atendidos pelo efetivo policial militar.

Operações policiais

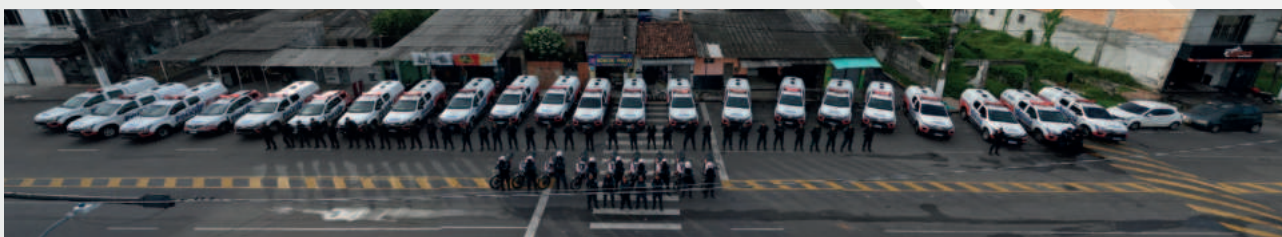
A prevenção no patrulhamento, aliada às ações de inteligência e às operações ordinárias e extraordinárias realizadas durante o ano de 2024 na circunscrição policial do CPRM têm sido altamente eficazes para

manter a população segura e reduzir a criminalidade. Delas podemos citar: Operação “Polícia Mais Forte”, “Contraturno”, “Madrugada da Paz”, “Escola Segura” entre outras.

Operação Força Extrema: 6º BPM

Realizada na circunscrição policial do 6º BPM nos dias de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira de cada mês, visando coibir e reprimir roubos e furtos, poluição sonora, bem como a perturbação da tran-

quilidade do cidadão, e garantir a ordem e incolumidade da população. A parceria com os moradores é primordial para a coleta de informações direcionadas, que subsidiam o planejamento operacional.



Fonte: Agência Pará, 2024.

Roubo com refém: 21º BPM

No dia 17 de junho de 2024, ocorreu um roubo com tomada de refém em Santa Isabel do Pará. Quatro ladrões assaltaram uma papelaria e fugiram pela BR-316 em direção a Marituba. Identificados por policiais do 21º BPM, iniciou-se uma perseguição, culminando em troca de tiros. Os

criminosos abandonaram o veículo e se dispersaram. Um deles, armado com uma PT 940, tomou um transeunte como refém, gerando uma situação crítica. Após negociação, o criminoso libertou o refém e se rendeu. Outro foi capturado, e todos os objetos roubados foram recuperados.



Operação Ilhas Seguras: 29º BPM

Realizada pelo efetivo do 29º BPM, com o objetivo de levar ações de policiamento e prevenção às ilhas pertencentes ao município de Ananindeua. As principais localidades visitadas pelo efetivo policial são as Ilhas de João de Pilatos, Santa Rosa, Sassunema, Sororoca e Arauari, tendo em vista que estas localidades se destacam como uma opção de lazer aos moradores e turistas que visitam a cidade para passear com a família.



Fonte: 29º BPM, PMPA, 2024.

Operação Ação Governo nos Bairros: 30º BPM

Realizada durante a Ação social do Governo nos Bairros no município de Ananindeua, contou com o policiamento ostensivo a pé e embarcado nas VTRs a fim de garantir a preservação da Ordem Pública,

materializando o compromisso com a defesa da vida, integridade física e dignidade do ser humano, dessa forma, garantir o bem-estar e tranquilidade à população.



Fonte: Agência Pará, 2024.

Operação Segurança do Comércio: 30º BPM

Realizada na circunscrição policial do 30º BPM, por meio de rondas, fiscalização, diligências e saturações nas principais vias da cidade onde os pequenos e grandes comércios estão localizados. São realizadas abordagens a pessoas que apresen-

tem conduta suspeita, bem como a veículos cujos indícios indiquem a fundada suspeita de que os ocupantes estejam na posse de objetos ilícitos, ou de que o veículo tenha sido utilizado para a prática de crimes ou ainda que seja objeto de roubo ou furto.



A presença ostensiva e vigilante do policial militar nas áreas de maiores índices de criminalidade causa o efeito de inibição de tais ações e estabelecendo um clima de confiança na comunidade, dessa forma

apresentamos alguns dados relacionados as ações de produtividade do serviço policial militar desempenhado por esta unidade operacional no ano de 2024.



Fonte: 30º BPM, PMPA, 2024.

Policiamento nos Balneários: 39º BPM

Policiamento ostensivo realizado pelo efetivo policial do 39º BPM, com ênfase nos pontos turísticos e em balneários, onde há grande circulação de pessoas durante os fins de semanas e período de veraneio. Os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará são locais que possuem grande incidência de balneários que atraem grande circulações de pessoas durante determinados períodos.



Fonte: 39º BPM, PMPA, 2024.

Comparativo de crimes ocorridos na circunscrição do 39º BPM dos anos de 2023 e 2024

Tipo de crime	2023	2024	VAR. ABS	Variação (%)
Roubo	581	434	-147	-25,30%
Homicídio	25	18	-7	-28%
Tráfico de drogas	58	32	-26	-44,80%
Apreensão de simulacro	5	4	-1	-20%
Apreensão de arma de fogo	23	19	-4	-17,4%
Apreensão de munições	61	124	63	103%
Apreensão de entorpecentes	200.079	9.195	-190.884	-95.4%
Motos recuperadas	29	37	8	27,6%
Carros recuperados	9	13	4	44,4%
Recuperação de foragidos	18	17	-1	-5.6%
Cumprimento de mandados de prisão	9	17	8	88,9%
Prisões em flagrante	176	107	-69	-39.2%

Fonte: 39º BPM, PMPA, 2024.



COMANDOS DE POLICIAMENTO REGIONAIS

Os 14 Comandos de Policiamentos Regionais (CPRs) representam áreas integradas de segurança pública e abrigam a localização das sedes das Unidades Opera-

cionais, ajustando suas circunscrições aos limites de municípios no Estado e aos contornos de bairros e regiões administrativas.

CPR I

Integrante da 12ª Região Integrada de Segurança Pública do Baixo Amazonas (12ª RISP), com sede no município de Santarém, é o Comando Intermediário responsável pelas ações ostensivas e preventivas de 13 municípios do baixo Amazonas. Ao CPR I estão subordinadas as seguintes unidades: 3º BPM, 35º BPM (Santarém), 18º BPM (Monte Alegre), 41º BPM (Oriximiná), 26ª CIPM (Alenquer), 27ª CIPM (Almeirim), 28ª CIPM (Juruti) e 29ª CIPM (Óbidos).

Como responsável pelo controle e a organização tática das atividades operacionais da Corporação na circunscrição da 12ª RISP, é encarregado de articular junto aos demais órgãos de segurança pública as ações e operações conjuntas, bem como as operações policiais militares a fim de garantir a segurança da população dos 13 municípios do baixo Amazonas.

Operações

Além das atividades rotineiras desenvolvidas pelas Unidades operacionais do CPR I, ao longo do ano de 2024 foram desenvolvidas diversas operações policiais militares voltadas para a prevenção em grandes eventos sazonais que são realizados em diversos municípios do oeste para-

ense, onde ocorre o aumento do fluxo de pessoas e que demandam o emprego operacional extraordinário dos policiais que são movimentados para atuar nestes eventos, como por exemplo, as operações Carnaval, Verão, Çairé e Círio da Conceição.

Operação Carnaval

O CPR I, em parceria com os demais Órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), realizou a Operação Carnaval no período de 10 a 13 de fevereiro 2024 que ocorreu nos 13 municípios do baixo Amazonas. A Polícia Militar realizou ações isoladas e integradas resultando uma maior segurança aos participantes, bem como a sociedade como um todo.



Fonte: 26º CIPM, PMPA, 2024.





Segurança também reforçada em um dos maiores eventos de carnaval de rua da Amazônia, o Carnapauxis, no município de Óbidos, que reúne participantes de várias localidades. Sete blocos participaram

da programação oficial, realizado no período de 7 a 13 de fevereiro na Praça da Cultura. Portanto, o Comando de Policiamento Regional - I enviou efetivo ampliando a segurança aos foliões.

Operação Sairé

Na vila de Alter do Chão, localizada no município de Santarém, denominada carinhosamente como Caribe da Amazônia, é realizado o Festival Folclórico Sairé, programação cultural de grande proporção que atrai participantes de várias regiões.

Festividade religiosa que envolve o folclore dos botos Tucuxi e Cor-de-Rosa. Nesse sentido, o Comando de Policiamento Regional I (CPR I) executou a “Operação Sairé 2024” para dar maior segurança durante todo o evento.



Fonte: CPR I, PMPA, 2024.

Operação XII Festa da Integração Nordestina

A Festa da Integração Nordestina é o evento tradicional de maior expressão cultural no município de Mojuí dos Campos, reunindo anualmente um número expressivo de pessoas, incluindo a população nordestina residente na região, turistas estrangeiros, autoridades e personalidades do mundo político e cultural. Este festejo visa resgatar a história, a cultura e os costumes do povo nordestino.

Para garantir a segurança dos participantes, o 35º BPM sob coordenação do CPR I realizou a Operação Integração Nordestina para reforçar ao policiamento do 6º Pelotão Destacado de Mojuí dos Campos e garantir o sucesso do evento.



Fonte: 35º BPM, PMPA, 2024.



CPR II

Integrante da 10ª RISP e sediado no município de Marabá, o CPR II é o Comando Intermediário que coordena e organiza as atividades operacionais preventivas e repressivas da Corporação, integradas ou não com outros órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado e dos Municípios. Nesse sentido, coordena e organiza o policiamento ostensivo ordinário (segurança preventiva) e extraordinário realizado

pelas Unidades Operacionais subordinados que atuam em doze municípios do Sudeste paraense: 4º BPM (Marabá, Nova Ipixuna, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Piçarra); 34º BPM (Núcleo Cidade Nova/Marabá); 11ª CIPM (Rondon do Pará, Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins) e 24ª CIPM (Itupiranga).

Operações

No transcorrer do ano, vários eventos ocorrem na área de abrangência do CPR II, os quais demandam o emprego operacional extraordinário de policiais militares face ao grande fluxo de pessoas, sendo necessário

desenvolver diversas operações policiais, objetivando garantir a segurança pública em eventos como: Operação Carnaval, Verão Seguro, Campeonato Paraense, Copa do Brasil, Série D, entre outros.

Operação Campeonato Paraense e Copa do Brasil

O CPR II coordenou a organização do Policiamento precursor, principal e finalizador e as ações desenvolvidas pelos policiais militares que atuaram nas operações realizadas por ocasião dos jogos de futebol do campeonato paraense e da Copa do Brasil, que aconteceram no Estádio Zinho Oliveira, no município de Marabá. Nestas operações, as tropas são distribuídas, estrategicamente para atuar nas áreas interna e externa do estádio, como também, nos principais corredores que dão acesso a praça desportiva.

Os policiais militares atuam de forma integrada com outros órgãos de segurança pública nas modalidades de policiamento a pé, montado e no radiopatrulhamento em quatro e duas rodas, antes durante e depois dos jogos.



Fonte: 4º BPM, PMPA, 2024.



Operação Verão Seguro

Durante todo o mês de julho, o efetivo do CPR II se fez presente em balneários e praias nos municípios de Marabá, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia, Piçarra, Rondon do Pará, Bom Jesus do Tocantins e Itupiranga, garantindo a segurança de centenas de banhistas.

Na operação deste ano, a Praia do Tucunaré, localizada no Núcleo Velha Marabá, no município de Marabá, recebeu reforço de efetivo policial devido ao grande fluxo de pessoas que movimenta a economia local. Além de uma base móvel na orla de Marabá, onde ocorre a travessia dos banhistas, foi montada uma base policial na Praia do Tucunaré, contando com policiais militares 24 horas por dia monitorando toda

a extensão da praia, por meio de policiamento embarcado e motorizado.

Neste ano, de forma inovadora, foi empregada uma viatura na Praia do Tucunaré, intensificando a ostensividade policial e garantindo a segurança do público. Tais ações contribuíram para a redução dos índices de criminalidade no Núcleo Velha Marabá, localidade na qual se desenvolve a maioria das ações policiais da operação veraneio na cidade de Marabá. Em virtude dessa inovação, houve uma redução de 53% dos crimes de furto em todo o Núcleo Velha Marabá. Especificamente, na Praia do Tucunaré, não houve ocorrências de CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais) ou de crimes contra o patrimônio (roubo e furto).



Fonte: 34º BPM, PMPA, 2024.



CPR III

O CPR III, que integra a 3ª Região Integrada de Segurança Pública (3ª RISP), coordena cinco Unidades Operacionais que atuam diuturnamente em vinte e dois municípios, por meio do Policiamento Ostensivo Fardado, visando a manutenção da ordem pública e a garantia da paz social, de acordo com a seguinte distribuição: 5º BPM (Castanhal, Igarapé Açu, Maracanã, São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Marapanim, Curuçá, São João da Ponta, Terra Alta, São Domingos do Capim e Inhangapi), 12º BPM (Santa Izabel do Pará, Bujarú, Santo Antô-

nio do Tauá), 42º BPM (São Miguel do Guamá, Irituia e Santa Maria do Pará), 48º BPM (Tomé Açu e Concórdia do Pará) e 3ª CIPM (Vigia, Colares e São Caetano de Odivelas).

Esse Comando Intermediário foi criado no Ano de 1994, na cidade de Capanema, tendo como sede o 11º BPM. Em 2001 a sede foi transferida para o município de Castanhal na região Nordeste do Estado. Em maio de 2025, a sede do CPR será transferida novamente, agora para o prédio próprio, localizado na BR 316, Km 62, Vale do Apeú, Castanhal.

Operações

Dentre as inúmeras operações realizadas na sua área circunscricional, o COINT obteve resultados positivos na diminuição da criminalidade. Essas operações foram e continuam sendo de fundamental importân-

cia para promover o bem-estar de toda a sociedade da região do salgado. Dentre as operações, destacam-se: Praça do Estrela, Rios Seguros e Polícia Mais Forte.

Operação Praça do Estrela

Esta operação é realizada desde 2018 e vem se tornando cada vez mais essencial para a manutenção da ordem pública e segurança da população em uma das áreas de lazer castanhalense, a Praça do Estrela.

A praça, situada no bairro do Estrela, no município de Castanhal, é um importante ponto turístico do município, frequentado por numeroso e diverso público que utiliza o local para prática de atividades físicas e esportivas e para o lazer familiar.

Até o ano de 2018, o local apresentava números criminais muito elevados, devido a grande quantidade de usuários de entorpecentes e traficantes que atuavam naquele ambiente. Após a instalação do policiamento ostensivo, que é realiza-

do três dias por semana, no horário das 17h às 23h, houve uma redução expressiva da comercialização e consumo de entorpecentes na praça, bem como reduziu significativamente o número de roubos de aparelhos celulares.



Fonte: CPR III, PMPA, 2024.





Operação Rios Seguros

A operação é realizada mensalmente pelo efetivo da 3ª CIPM, com sede no município de Vigia de Nazaré, com o emprego de duas embarcações que realizam o patrulhamento fluvial pelos Rios Guajará Mirim, Rio Mojuim, Furo da Laura, Rio Camapu, Ponta Seca, Farol, Rio tujal, Rio Curuçaquinho, Rio Açaf, Rio Barreta, Rio Pratiquara, Farol do Itaipu e demais afluentes da região que pertencem aos municípios de Vigia de Nazaré, São Caetano de Odivelas e Colares.

A operação tem o objetivo de prevenir e reprimir práticas ilícitas que possam ocorrer nos rios da região, como roubos a embarcações, contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes, assim como possíveis ilícitos nas áreas ribeirinhas.

O policiamento ostensivo realizado em toda a região foi bastante efetivo, que

culminou com a apreensão de um submarino construído de maneira artesanal, porém de alta qualidade e resistência e que podia fazer o transporte de qualquer carga de pelo menos 6 toneladas. A apreensão da embarcação encontrada nas águas que cercam o município de São Caetano de Odivelas proporcionou maior segurança para a atividade pesqueira, que é a principal atividade econômica dos referidos municípios, assim como o bem-estar social dos moradores daquela região.

As várias operações desenvolvidas foram um dos fatores decisivos para tornar as áreas urbanas, rurais e ribeirinhas mais seguras e as comunidades mais resilientes. Houve uma significativa redução da criminalidade na região do CPR III, especialmente dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI).



Fonte: CPR III, PMPA, 2024.



CPR IV

O Comando de Policiamento Regional IV (CPR IV), sediado no município de Tucuruí, foi criado através de Portaria nº. 036/93, ao qual estão subordinadas as seguintes Unidades Operacionais: 13º BPM (Tucuruí e Breu Branco), 45º BPM (Tailândia), 50º BPM (Jacundá e Goianésia do Pará), 23ª CIPM (Novo Repartimento e Pacajá).

Além do policiamento ostensivo (segurança preventiva) desenvolvido cotidianamente

pelas unidades subordinadas ao CPR IV, ao longo de todo o ano de 2024 foram realizados diversos policiamentos especiais, principalmente em grandes eventos ou eventos sazonais, em razão do maior fluxo de pessoas que participam destas programações municipais. Entre eles, destacaram-se: Amazônia Open BT400 e Operação Paz no Lago. Carnaré e XIII Torneio de Pesca Esportiva da Amazônia, em Tucuruí; Operação Saturação e a Operação Polícia Presente, em Jacundá.

Amazônia Open BT400

Por ocasião da maior competição de nível internacional da história da região norte do país, que ocorreu no período de 4 a 9 de junho, em Tucuruí, e que contou com participantes da Espanha, Itália, França, Venezuela, Japão e Rússia. O efetivo do 13º BPM e do CPR IV garantiu a segurança dos participantes e da população que prestigiou o evento esportivo por meio do patrulhamento motorizado e o policiamento a pé, a fim de ajudar na identificação de possíveis focos de conflitos e no assessoramento do comando da operação.



Fonte: CPR IV, PMPA, 2024.

XIII Torneio de Pesca Esportiva da Amazônia (TOPAM)

Os policiais militares das unidades do CPR IV garantiram a segurança do público e dos participantes de cerca de 42 equipes de todo Brasil que competiram no Torneio que ocorreu no mês de junho, no Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, onde a disputa era pela captura do maior tucunaré do dia. Além da competição de pesca, o evento teve ainda palestras, shows musicais e uma variedade de atividades destinadas para crianças e adolescentes.



Fonte: Agência Pará, PMPA, 2024.





Operação Carnaré



Fonte: CPR IV, PMPA, 2024.

Durante a realização da 25ª edição do Carnaré, entre os dias 26 e 28 de julho, na cidade de Tucuruí, o efetivo do CPR IV garantiu a segurança do público local e de outros municípios da região do lago que compareceu ao evento para participar dos vários blocos que se apresentaram nas ruas da cidade. O carnaval fora de época realizado na Avenida Sete de Setembro, encerra o mês das férias escolares com a participação de artistas locais, regionais e nacionais.

Operação Paz no Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT)

As operações de fiscalização no lago da UHT ocorreram durante todo o ano e visaram a contenção de práticas delituosas por meio da prevenção especial através da fiscalização nas embarcações que trafegam pelo rio Tocantins e nos vilarejos, comunidades da região do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A atuação do policiamento fluvial tem sido efetivo contra o cometimento de crimes de roubos e furtos a estabelecimentos bancários e caixas eletrônicos.



Fonte: CPR IV, PMPA, 2024.

Grandes apreensões de entorpecentes

Em 2024, foram feitas duas grandes apreensões de drogas pelos policiais militares do 38º Pelotão, do município de Pacajá. No dia 02 de fevereiro foram apreendidos cerca de 75kg de maconha escondidos dentro de compressores em uma caminhonete que se deslocava de Altamira para Belém. O motorista foi preso e apresentado na Delegacia de Polícia, juntamente com o entorpecente.

Após serem informados por moradores da região de que um avião de pequeno porte havia caído na área de mata às proximidades da Vila Moça Bonita, em Pacajá, no dia 22 de julho, os policiais militares

de Pacajá, em conjunto com a Polícia Civil, encontraram os destroços da aeronave e apreenderam 301 kg de entorpecente, do tipo oxi e cocaína. O piloto da aeronave não foi encontrado.



Fonte: CPR IV, PMPA, 2024.



CPR V

Integrante da 13ª Região Integrada de Segurança Pública do Baixo Amazonas (13ª RISP), com sede no município de Redenção, é o Comando Intermediário responsável pelas ações ostensivas e preventivas de sete municípios do Sudeste do Estado (Região do Araguaia Paraense). Ao CPR V estão subordinadas as seguintes unidades: 7º BPM, 22º BPM e 30ª CIPM.

O CPR V, como responsável pelo controle e a organização tática das ativi-

dades operacionais da Corporação na circunscrição da 13ª RISP, é encarregado de articular, junto aos demais órgãos de segurança pública as ações e operações conjuntas, as operações policiais militares a fim de garantir a segurança da população nos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Santana do Araguaia e Pau D'arco.

Operações

Além das atividades rotineiras de policiamento ostensivo desenvolvidas pelas Unidades Operacionais do Comando de Policiamento Regional V, ao longo do ano foram desenvolvidas diversas operações policiais militares voltadas para a prevenção em grandes eventos sazonais que são

realizados em diversos municípios da 13ª RISP onde ocorre o aumento do fluxo de pessoas e que, portanto, demandam o emprego operacional extraordinário dos policiais militares que são movimentados para atuar nestes eventos.

Operação Verão

A Operação Verão realizada na circunscrição do CPR V, intensificou o policiamento ostensivo em suas diversas modalidades nos municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. A operação focou especialmente em locais com grande fluxo de pessoas, visando resguardar a segurança de todos e a proteção do patrimônio.



Fonte: CPR V, PMPA, 2024.

Operação Polícia Mais Forte



Fonte: CPR V, PMPA, 2024.

Essa operação corresponde ao trabalho estratégico da instituição para reforçar a segurança da população, consequentemente reduzindo os índices de criminalidade em determinados pontos da cidade, nos quais estão posicionadas as guarnições da corporação, estrategicamente, para atender as demandas da população.





Operação EXPO JONCON

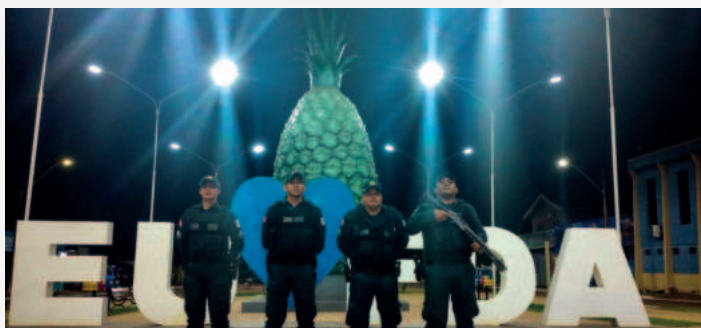


Fonte: CPR V, PMPA, 2024.

O 22º BPM, sob a coordenação do Comando do CPR V, realizou a Operação EXPO JONCON (Exposição Agropecuária realizada no lote 08 da Vila Joncon, zona rural do município de Conceição do Araguaia) no período de 13 a 15 de Setembro de 2024, durante o evento, a Polícia Militar reforçou o efetivo empregado na festividade para manutenção da ordem pública e prevenção de ilícitos penais.

Operação Festival do Abacaxi

A Operação Festival do Abacaxi foi realizada no período de 23 a 26 de maio de 2024, em Floresta do Araguaia, conhecida como “Capital do Abacaxi”, sendo reforçado o policiamento no decorrer do evento, desenvolvendo ações preventivas e repressivas, que garantiu uma maior segurança ao público participante da festividade.



Fonte: CPR V, PMPA, 2024.

Outras ações desenvolvidas

Premiações aos policiais que se destacaram e meritocracia

O Comando de Policiamento Regional V, como forma de reconhecer e estimular o trabalho da tropa, estabeleceu a ação denominada “Destaque Operacional da Unidade”, na qual foram definidos critérios para premiar periodicamente Policiais Militares que mais se destacaram nas OPMs. Foram realizadas singelas solenidades para entrega de certificados e comendas a policiais agraciados no 7º BPM (Redenção), 22º BPM (Conceição do Araguaia) e 30º CIPM (Santana do Araguaia).

Para avaliações do efetivo foram criadas Comissões no âmbito das Unidades Subordinadas ao CPR V, também foram definidos critérios objetivos e subjetivos para a análise do desempenho dos militares nos termos da Portaria nº. 0001/2024/GAB-CMD/CPR V. Os eventos foram realizados nos dias 29, 30 e 31 de Outubro de 2024, e contaram com a participação de militares, familiares e autoridades locais convidadas para o evento.



Fonte: CPR V, PMPA, 2024.



CPR VI

Sediado no município de Paragominas, o Comando de Policiamento Regional VI (CPR VI) foi criado no dia 27 de março de 2007 por meio da Portaria nº. 002/ 2007 – EME, com estrutura de Comando Intermediário da Polícia Militar do Pará. Esse comando tem a missão de planejar, supervisionar, mensurar e relatar os resultados

das atividades administrativas e operacionais, realizadas pelas Unidades Policiais Militares subordinadas: 19º BPM, responsável pelo policiamento ostensivo nos municípios de Paragominas (sede), Aurora do Pará, Ipixuna do Pará e Mãe do Rio e 51º BPM, responsável pelo policiamento ostensivo no município de Dom Eliseu.

Operações

Além do policiamento ostensivo (segurança preventiva) desenvolvido cotidianamente pelas unidades subordinadas ao CPR VI, ao longo dos meses deste ano foram realizados diversos policiamentos de rotina e especializados em grandes eventos previstos anualmente e eventos sazonais, em razão do maior fluxo de pessoas que

participam destas programações municipais. Entre eles, destacaram-se: Operação AGROPEC 2024, Operação Polícia Mais Forte, Policiamento Rural, Policiamento Escolar, Veraneio e as operações focadas na redução de ocorrências de roubo e CVLI na região circunscrita.

Operação Patrulhamento Rural

Com o objetivo principal de reforçar o policiamento na área rural da circunscrição do CPR VI, a “Operação Patrulhamento Rural” é realizada ao longo de todo o ano com o emprego de efetivo motorizado em incursões nas áreas menos assistidas pela Polícia Militar do Pará, devido à distância da área urbana e à vasta extensão territorial. Além de aproximar a polícia e as comunidades locais

e mapear possíveis rotas de fuga em caso de sinistros, principalmente envolvendo instituições financeiras, a operação também aumentou a efetividade e a visibilidade do trabalho policial nas comunidades rurais da área de circunscrição, tendo em vista que reforçou o policiamento nas principais estradas rurais, prevenindo o uso dessas vias como rotas de fuga para infratores.



Fonte: CPR VI, PMPA, 2024.





CPR VII

O Comando de Policiamento Regional VII (CPR VII) foi instituído por meio do Decreto n°. 2.362/2006 e ativado em 2007, com o objetivo estratégico de ampliar e fortalecer a atuação da Polícia Militar junto às comunidades do interior do estado. Sua criação representou um marco na descentralização e na otimização dos serviços de segurança pública, permitindo uma presença mais efetiva e próxima da população em regiões distantes da capital.

Atualmente, o CPR VII opera a partir do prédio da 6ª Região Integrada de Segurança Pública (6ª RISP), coordenando ações em 19 municípios por meio de suas seis unidades operacionais: o 11º Batalhão de Polícia Militar (11º BPM), sediado em Capanema; o 33º BPM, em Bragança; o 44º BPM, em Salinópolis; a 10ª Companhia Independente de Polícia Militar (10ª CIPM), em Capitão Poço; a 15ª CIPM, em Augusto Corrêa; e a 19ª CIPM, em Viseu.

Ações preventivas

Com uma área total de aproximadamente 24.544,46 km² e uma população estimada em 612.543 pessoas, segundo dados do IBGE de 2023, o município possui uma extensa área litorânea, conhecida por seu potencial turístico. Suas praias e igarapés atraem visitantes durante todo o ano, com destaque para o veraneio nas praias do Atalaia, em Salinópolis, e Ajuruteua, em Bragança.

Esses locais, além de serem importantes polos de lazer e economia local, demandam um significativo esforço policial para garantir a segurança e a ordem pública, especialmente durante os períodos de alta temporada, quando o fluxo de turistas aumenta consideravelmente.



Fonte: CPR VII, PMPA, 2024.



Operações

O efetivo do CPR VII vem trabalhando no enfrentamento à criminalidade, e alcançando bons resultados por meio de operações desencadeadas nos municípios de sua circunscrição, propiciando uma mitigação nos índices criminais, principalmente no que tange os Crimes Violentos Letais e

Intencionais (CVLI). Dentre as operações, podemos destacar: Operação Rota Bancária e Operação Efeito Dominó, sendo a primeira no combate a crimes contra instituições financeiras e a segunda no combate ao tráfico de entorpecente.



Fonte: CPR VII, PMPA, 2024.

Operação Corpus Christi

A circunscrição do CPR VII apresenta uma variedade cultural com alguns eventos tradicionais a nível regional e nacional, sendo garantido a Segurança Pública dessas manifestações por meio do policiamento ostensivo. Entre os eventos de destaque, como a tradicional procissão do Glorioso

São Benedito no município de Bragança, a procissão de *Corpus Christi* nos tapetes de serragem em Capanema e o festival do Mingau em Nova Timboteua, eventos estes empenhados pelo desdobramento do efetivo do 11º BPM e do 33º BPM.



Fonte: CPR VII, PMPA, 2024.





CPR VIII

O Comando de Policiamento Regional VIII, sediado no município de Altamira e integrante da 11ª Região Integrada de Segurança Pública (11ª RISP), tem a missão de planejar, supervisionar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades

de gestão e política de polícia ostensiva e preservação da ordem pública na Região Xingu. Ao CPR VIII estão subordinados o 16º BPM (Altamira), 49º BPM (Uruará) e 16ª CIPM (Anapu).

Ações preventivas

O CPR VIII tem intensificado o policiamento por meio de operações preventivas, realizadas em todos os municípios que compreendem a sua área de circunscrição, tendo como resultado a redução significativa dos índices de criminalidade.

Os indicadores de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que reúnem dados de homicídios, Latrocínio e lesão corporal seguida de morte, também houve redução nos crimes roubo e furto. A redução dos indicadores é resultado dos esforços da tropa.

Grupamento de Prevenção Ativa (GPA)



Fonte: CPR VIII, PMPA, 2024.

O GPA do 16º BPM vem realizando visitas técnicas de prevenção e orientações sobre a temática da prevenção de drogas em escolas e associações de bairro do município de Altamira. Em uma sociedade onde os desafios enfrentados pela juventude são diversos, a questão do uso de drogas entre os adolescentes se destaca como uma preocupação central. O GPA tem desempenhado um papel crucial na prevenção por meio de uma abordagem proativa, concentrando esforços na educação e conscientização sobre os perigos das drogas.

Operações

Além das atividades ordinárias de policiamento ostensivo desenvolvidas pelas Unidades Operacionais do CPR VIII, ao longo do ano de 2024 foram desenvolvidas diversas operações policiais militares realizadas nos municípios onde ocorre o aumento do fluxo de pessoas e que, portanto, demandam o emprego operacional extraordinário dos policiais militares que são movimentados para atuar nestes eventos.



Fonte: CPR VIII, PMPA, 2024.



CPR IX

Área de atuação

O CPR IX é o Comando Intermediário responsável pelas OPM na circunscrição de toda a região do Baixo Tocantins do estado do Pará, ficando subordinadas diretamente quatro unidades operacionais, responsáveis por dez municípios, quais sejam: do 14º BPM, com sede e área de jurisdição no município de Barcarena; 31º BPM, com

sede em Abaetetuba e área de jurisdição nos municípios de Acará, Abaetetuba e Igarapé-Miri; 32º BPM com sede em Cametá e área de jurisdição nos municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru; e 47º BPM, com sede e área de jurisdição no município de Moju.

Especificidades da região

Dada a grande área territorial sob tutela deste Comando de Policiamento Regional, é natural observar que são es-

tabelecidas abastada quantidade de ações diurnas, de naturezas e características diversas, as quais podemos citar:

Patrulha Rural

Policiamento Ostensivo proporcionado nas áreas rurais por todas as unidades subordinadas, as quais ressaltamos as regiões do município do Acará e de Cametá, por serem compostas também por povos originários indígenas e quilombolas, reque-

rendo das equipes uma maior atenção e sensibilidade quanto a medidas de proteção e ações preventivas, possibilitando uma segurança mais próxima e direcionada, pelo potencial conflito agrário existente.



Fonte: CPR IX, PMPA, 2024.



Patrulhamento na PA-151

O Patrulhamento na PA-151 visa garantir a segurança no transporte e escoamento das safras oriundas do sul do estado e da região, cuja produção majoritária é do açaí.



Fonte: CPR IX, PMPA, 2024.

Operação Verão 2024

Operação verão 2024, promovendo segurança aos veranistas e visitantes na praia do Caripi, Município de Barcarena, na praia de Beja, município de Abaetetuba, na praia da Aldeia, Município de Cametá, além dos balneários nos demais municípios sob jurisdição deste Comando de Policiamento Regional.



Fonte: CPR IX, PMPA, 2024.

Apreensão de Armas

Em novembro de 2024, com apoio da Polícia Civil, uma equipe do 31º BPM realizou a maior quantidade de Fuzis apreendida em todo o Estado, totalizando 16 fuzis, 900 munições de calibre 9mm, 200 munições calibre 5,7x28mm, 80 munições 5,56x45mm, 98 munições calibre 5.56 CBC. Todo esse material bélico estava sendo transportado dentro de cilindros de uma embarcação que saiu do Suriname. Os

quatro tripulantes foram presos em flagrante a 5 quilômetros do rio Maratauíra, nas proximidades de Abaetetuba, no nordeste do estado.

Essa apreensão mostra o trabalho que vem sendo feito pelas forças de segurança e resulta na desarticulação do crime organizado, inibindo e coibindo a criminalidade no Pará.



Fonte: CPR IX, PMPA, 2024.



CPR X

O CPR X, sediado na cidade de Itaituba, foi criado em 2007, com o objetivo de ampliar a atuação da Polícia Militar nos municípios de Itaituba, Aveiro, Placas, Rurópolis, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga e no Distrito de Castelo de Sonhos. Também se faz presente nas localidades de Serra do Cachimbo, Cachoeira da Serra, Vila Isol, Alvorada da Amazônia, Divinópolis, Moraes Almeida, Caracol, Campo Verde, Miritituba, Jardim do Ouro, Água Branca, Crepurizinho, Crepurizão, Sudário, São José, Fordlândia e Cabaçal.

Ações ordinárias

Patrulha Maria da Penha

A Patrulha Maria da Penha, formada por Policiais Militares que passaram por treinamento especializado, visa prestar apoio e assistir mulheres vítimas de violência doméstica, que fiscaliza o cumprimento das medidas protetivas e de segurança na circunscrição do CPR X e em especial no município de Itaituba. O efetivo também realiza assistência social quando identifica famílias com dificuldades financeiras e em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMDAS), a distribuição

Sob o gerenciamento do comandante do CPR X e com base na mancha criminal traçada pelo setor de inteligência da PMPA, diariamente são executadas ações e operações ordinárias pelas Unidades Operacionais subordinadas: 15º BPM (Itaituba, Aveiro, Jacareacanga e Trairão), 46º BPM (Novo Progresso), 17ª CIPM (Rurópolis e Placas), visando a prevenção e a repressão da criminalidade e da violência em grandes eventos, bem como a preservação da ordem pública.

de cestas básicas, participa de eventos, reuniões, palestras e outras intervenções visando divulgação da Patrulha, realizando assim a prevenção primária.

Desde a data de sua criação em 2021, a Patrulha Maria da Penha já atendeu 259 mulheres, das quais 192 tiveram atendimento encerrado devido desistência ou término do seu processo e 59 mulheres vítimas de violência doméstica estão sendo assistidas.



Fonte: CPR X, PMPA, 2024.





Quando se deparam com mulheres vítimas de violência doméstica que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que ocorre principalmen-

te no município de Itaituba, por livre iniciativa, os policiais fazem a distribuição de cestas básicas.

Atendimentos realizados pela Patrulha Maria da Penha em 2024

Tipo de atendimento	Quantidade
Total de mulheres desistentes e encerradas (2021 – 2024)	192
Mulheres em Atendimento	67
Total de Mulheres Atendidas (2021 a 2024)	259

51 MULHERES ATENDIDAS EM 2023

109 MULHERES ATENDIDAS EM 2024

Fonte: CPR X, PMPA, 2024.

Operações

São operações realizadas sob a coordenação do comandante do CPR X: Pa-

trulhão, Polícia Mais Forte, Verão, Cidade Segura, Integrada, entre outras.

Operação Integrada

Em fevereiro, o efetivo do 15º BPM, de Itaituba, realizou uma operação integrada com a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) na Rodovia BR-230, às proximidades da Comunidade Girassol, que resultou na prisão de três homens que tra-

fegavam em uma caminhonete, por posse ilegal de arma de fogo e comércio ilegal de munições de uso permitido e restrito, além da apreensão de quase 100kg de entorpecentes, além de dois aparelhos celulares.

Recuperação de carga roubada

Ao ser informada sobre um possível roubo em andamento a um caminhão de carga, na BR-230, Transamazônica, no sentido Placas/Uruará. Rapidamente, os policiais militares do município da 17ª CIPM de Placas diligenciaram pela rodovia, deslocando até o Travessão do 219 Norte, re-

cuperaram um veículo e a carga de cigarros que haviam sido roubados de uma transportadora e libertaram os dois funcionários da empresa que tinham sido feitos de refém. A carga de cigarros e outros materiais foi avaliada em aproximadamente R\$ 200.000,00.



CPR XI

O Comando de Policiamento Regional XI (CPR XI) foi criado através do Decreto nº. 2.362 de 31 de julho de 2006, tendo como sedes os Municípios de Soure e Breves (8º e 9º BPM, respectivamente e Unidades subordinadas), com a missão de planejar, supervisionar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades de gestão e política de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, no âmbito de suas responsabilidades e circunscrições. Através do Decreto nº. 1017 de 04 de abril de 2014, o CPR XI passou a jurisdicionar apenas na área do Marajó Oriental abrangendo os municípios de Soure (8º BPM), Muaná (20ª CIPM), Salvaterra (73º PDPM), Cachoeira

do Arari (74º PDPM), Santa Cruz do Arari (75º PDPM), Ponta de Pedras (76º PDPM), e dois Postos Policiais Destacados (137º PPD) Joanes e (139º PPD) Retiro Grande.

No ano de 2024 o CPR XI realizou várias ações visando a melhoria da sensação de segurança aos cidadãos marajoaras e visitantes que estejam na parte oriental da Ilha de Marajó. Dentre estas ações podemos citar a Operação Impacto no Rios, realizada nos rios marajoaras, especialmente nos municípios de cachoeira do Arari, Santa Cruz, Ponta de Pedras e Muaná buscando coibir a prática de pirataria, tráfico e caça ilegal de animais silvestres, e abigeato.

Policiamento em Búfalos

Outra ação em destaque do CPR XI, é o Policiamento Montado em Búfalos, reconhecido mundialmente. Essa ação atrai turistas do mundo todo para o Quartel do 8º BPM, contudo este policiamento vai muito além do cunho turístico, pois é graças à robustez e resistência do búfalo, que os policiais conseguem chegar aos terrenos

alagados dos campos do marajó, onde nem as motocicletas e viaturas 4x4 podem acessar. Essa característica dos animais os torna um elemento essencial no combate a crimes como o abigeato (roubo de gado), e posse ilegal de arma de fogo, nos locais geograficamente de difícil acesso do Marajó.



Fonte: CPR XI, PMPA, 2024.





CPR XII

O Comando de Policiamento Regional XII (CPR XII) foi criado no ano de 2014, por meio do Decreto nº. 1.017 de 4 de Abril de 2014, para atender a área ocidental da Mesorregião do Marajó e tem como missão, a direção, controle e o planejamento operacional das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública

no âmbito de sua circunscrição. A ele estão subordinadas as seguintes Unidades: 9º Batalhão de Polícia Militar, 32ª CIPM e 22ª CIPM, que abrangem dez municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Policiamento Ciclístico

A 32ª CIPM executa o policiamento em bicicletas e o policiamento fluvial no município de Afuá em virtude das características geográficas desta localidade que exigem adaptações táticas específicas.

A cidade de Afuá tem um terreno predominantemente ribeirinho, onde grande parte da mobilidade urbana se dá por meio de bicicletas e embarcações. Em resposta a essa realidade na área urbana, a modalidade do policiamento realizado é exclusivamente ciclístico. Essa modalidade de policiamento permite estreito contato do policial com a comunidade, potencializando a missão do policiamento a pé, além de suplementar os demais processos de ação policial.



Fonte: CPR XII, PMPA, 2024.

Policiamento Motorizado

Em Chaves são realizados o radiopatrulhamento e o motopatrulhamento visando ocupar preventiva ou reativamente os espaços de responsabilidade territorial, visando prevenir e inibir a prática criminosa pela presença ostensiva que, além de

aumentar a presença do Estado nos lugares mais longínquos do Marajó, fortalece os laços de respeito, admiração e amizade entre as forças de segurança pública e a comunidade marajoara, no propósito de servir e proteger.



Fonte: CPR XII, PMPA, 2024.



CPR XIII

O Comando de Policiamento Regional XIII, sediado em São Félix do Xingu, tem utilizado, de maneira otimizada, os Recursos Materiais e Humanos com a finalidade de mitigar o risco e ocorrência de conflitos agrários nas regiões sob sua circunscrição, através do alinhamento operacional e da manutenção na sinergia que há entre o Comando e as Unidades Subordinadas: 36º BPM (São Félix do Xingu, Tucumã e Ourilândia do Norte) e 17º BPM (Xinguara, Rio Maria, Bannach, Água Azul do Norte e Sapucaia).

No âmbito do 36º BPM, foi criado o Policiamento Rural, responsável pelo policiamento ostensivo nas vicinais e rincões

das regiões remotas, as quais são de difícil acesso, especialmente durante o período das chuvas que tornam esses trechos quase intrafegáveis.

Na circunscrição do 17º BPM foi aumentada a ação das guarnições pela implementação de medidas de Policiamento Comunitário nas vilas e distritos que compõem a área, priorizando as áreas em que há risco de conflitos agrários.

Estes tipos de ações confirmam o interesse do CPR XIII, em se aproximar mais da comunidade local e reduzir a criminalidade nos municípios sob a circunscrição desse COINT.

Operação Virtudes

Esta operação tem como objetivo proteger a integridade física e mental das pessoas idosas, intensificando e otimizando as ações das unidades subordinadas ao CPR XIII. A missão é empregar o efetivo para promover o enfrentamento à violência, com foco em locais onde haja possíveis casos, incluindo residências, instituições de acolhimento ou qualquer local onde este grupo vulnerável esteja em situação de risco.

Esta operação foi realizada pelos policiais do 17º BPM no município de Xinguara no período de 18 de junho a 12 de julho. Entre as medidas estão as visitas técnicas preventivas em locais estratégicos do município para obtenção de informações quanto à existência de possíveis casos de violência contra idosos, bem como em ruas com fluxo de pedestres e veículos. Além disso, a operação incluiu ações preventivas e de atenção, visando evitar ou reprimir infrações penais, garantindo uma resposta rápida e eficaz.

A Operação Virtudes 2024 reflete o compromisso contínuo do Comando do CPR XIII na manutenção da paz social e segurança na circunscrição policial deste Comando Intermediário, por meio de ações planejadas e integradas que buscam combater a violência e assegurar a dignidade dos cidadãos, especialmente de grupos vulneráveis.



Fonte: PMPA, 2024.





CPR XIV

O Comando de Policiamento Regional XIV (CPR XIV) foi instituído pela Lei Complementar nº. 153, de 1º de julho de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 35.031, completando pouco mais de dois anos de existência. Sua sede está localizada no município de Parauapebas, e sua área de atuação abrange os municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Eldorado do Carajás.

As unidades subordinadas ao CPR XIV incluem a 25ª CIPM, com sede em Eldorado do Carajás, e o 23º BPM, sediado

em Parauapebas. O 23º BPM conta com várias unidades destacadas: o 10º Pelotão de Polícia Destacado (10º PPD), localizado em Curionópolis; o 17º (17º PPD), situado em Canaã dos Carajás; o 26º PPD, na Vila de Serra Pelada, em Curionópolis; o 27º PPD, na Vila Carimã, zona rural de Parauapebas; o 28º PPD, na Vila Sanção, também na zona rural de Parauapebas; e o 151º PPD, localizado na Vila Cedere I, igualmente na zona rural de Parauapebas. Essa estrutura reforça a presença e a atuação da Polícia Militar em áreas urbanas e rurais da região.

Operações

Em 2024, o Comando de Policiamento Regional XIV promoveu diversas operações para reduzir os índices de criminalidade, seguindo a tendência positiva observada desde 2019. A estratégia incluiu o direcionamento do policiamento ostensivo para áreas com aumento da criminalidade,

baseado em análises estatísticas da região. A operação "Polícia Mais Forte" foi uma das ferramentas utilizadas, além de ações integradas com outros órgãos do Sistema de Segurança do Estado e do Município, reforçando a eficácia no combate ao crime.



Fonte: PMPA, 2024.

Outra iniciativa relevante do CPR XIV, executada pelo efetivo do 23º BPM, é a "Operação de Combate à Violência Doméstica", em andamento desde 2019. A ação consiste no recebimento das medidas protetivas expedidas pelo Fórum de Parauapebas para mulheres vítimas de violência doméstica.

As vítimas, em situação de vulnerabilidade, recebem visitas periódicas de

guarnições militares em suas residências. Além disso, são disponibilizados números de contato para apoio imediato, e os endereços são incluídos nas escalas de serviço para rondas regulares.

Essa abordagem busca proporcionar maior segurança e tranquilidade às mulheres atendidas, reforçando o compromisso da Polícia Militar com a proteção e o combate à violência doméstica.



RESULTADOS DO EMPREGO OPERACIONAL

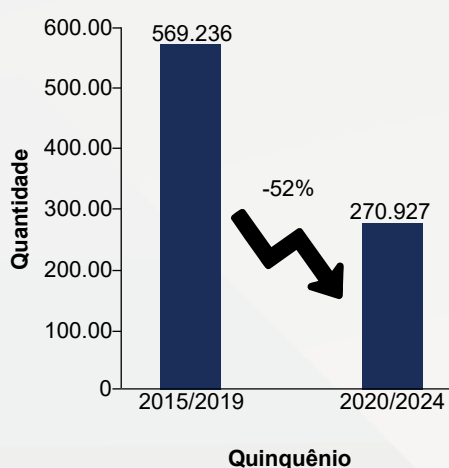
A Polícia Militar do Pará tem como missão servir e proteger as pessoas e o patrimônio, preservando a ordem pública, prevenindo e reprimindo as ações delituosas e integrando-se com a sociedade, por meio da polícia ostensiva e da promoção dos direitos humanos para garantir a paz social. Visando atender essa missão constitucional, muito se tem feito para alcançá-la com investimentos logísticos, em infraestruturas e humanos para prestar um serviço de qualidade e redução dos índices criminais desde 2019.

Esses investimentos têm colaborado para uma atuação eficiente e eficaz no enfrentamento da criminalidade do Estado que dentro de uma série histórica de 2010 a 2024 com operações direcionadas a partir da análise criminal dos crimes, os quais podemos destacar: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), Homicídios, Roubo, Roubo de Celular, Furto, Tráfico de Drogas, Violência Domésticas e familiar contra mulher.

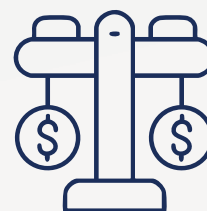
Redução dos roubos

No período de 2020 a 2024 foram cometidos 270.927 roubos no Estado do Pará. Ao comparar os números com o período de 2015 a 2019, no qual foram cometidos 569.236 roubos, constata-se que houve uma redução de 52% dessa modalidade criminosa. Em 2024, o Estado registrou redução de

66% em crimes de roubo, em comparação ao mesmo período de 2018. Esse resultado representa a melhor marca neste indicador desde 2010. Em números absolutos, foram 36.005 roubos em 2024 e 106.630 em 2018 com 70.625 de patrimônios protegidos.



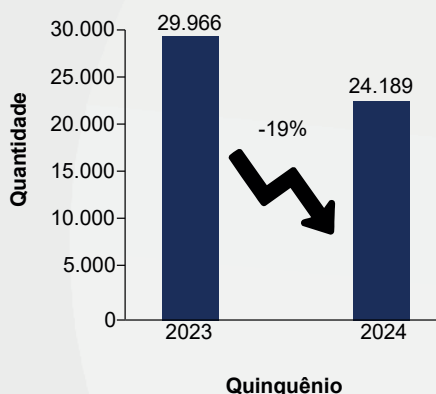
ROUBO
298.309
PESSOAS COM
PATRIMÔNIO
PROTEGIDO



Fonte: SIAC/SEGUP, 2024.

O Roubo de Celulares teve redução de 19% no estado em relação ao comparativo de 2023/2024 com 5.777 celulares a menos roubados. É oportuno, ressaltar que em 13 junho de 2024 foi lançado o aplicativo IMEIGuard da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do Pará, permite cadastrar e consultar o IMEI

de um aparelho celular. O app está integrado à plataforma PMPA Mobile, possibilitando o rastreamento e identificação de celulares furtados ou roubados, e consequentemente aumentando as chances de recuperação e devolução dos celulares aos proprietários, o que pode ter contribuído também para redução deste crime.



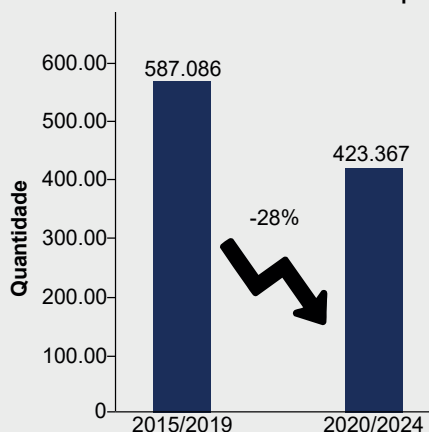
Fonte: SIAC/SEGUP, 2024.

**ROUBO DE
CELULAR**
5.777
**PESSOAS COM
PATRIMÔNIO
PRESERVADO**



Redução dos furtos

No comparativo de furtos, o Estado também apresentou resultados positivos. De acordo com os dados coletados pela SIAC, no período de 2020 a 2024 foram cometidos 423.367 furtos e no quinquênio imediatamente anterior, que corresponde aos anos de 2015 a 2019, a quantidade de furtos foi de 587.086. Esses números repre-



Fonte: SIAC/SEGUP, 2024.

FURTO
163.719
**PATRIMÔNIO
PRESERVADO**



sentam uma redução de 28% de crimes de furto praticados no Pará nos últimos cinco anos. Ao comparar os anos de 2018 e 2024, houve uma redução de 27%. Em números absolutos, foram 116.660 furtos em 2018 e apenas 84.958 em 2024, diferença de 31.702 furtos a menos em relação a 2018.

Tráfico de entorpecentes

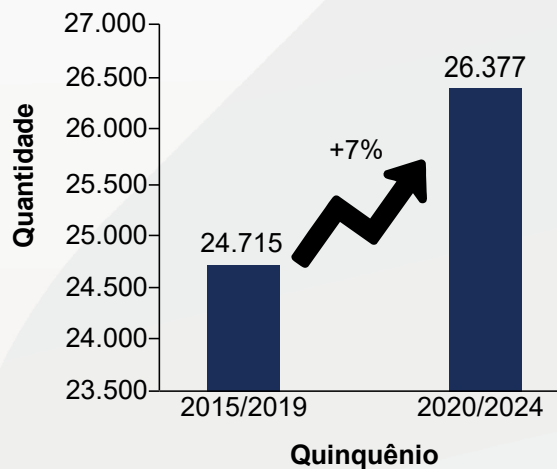
As ações de repressão ao tráfico de entorpecentes realizadas pela Polícia Militar do Pará desde 2019 têm surtido efeito positivo. As apreensões de entorpecentes têm sido cada vez maiores. No período de 2015 a 2019, foram registradas 24.715 ocorrên-

cias policiais e no período de 2020 a 2024 foram feitos 26.377 boletins de ocorrência de tráfico de entorpecentes, um crescimento percentual de 7% de apreensões um total de 1.662 ocorrências a mais. Ao fazer um comparativo entre 2024 e 2010, em 2010, ano



em que iniciou a contabilização da série no estado apresentou 2.487 boletins, passando

para aumento das apreensões de entorpecentes de 5.332 registros em 2024.



Fonte: SIAC/SEGUP, 2024.

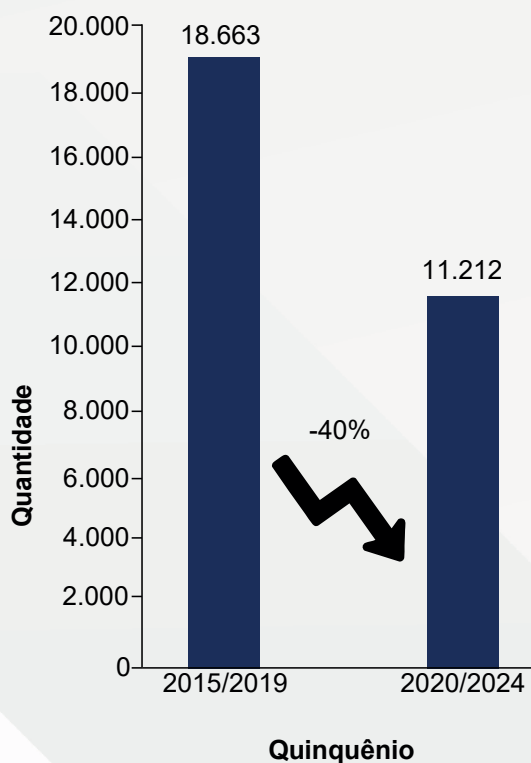
1.662
APREENSÕES A
MAIS DE TRÁFICO
DE DROGAS



Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

Os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em 2024 apresentaram os menores registros na série histórica em 15 anos (2010-2024) com 1.745 vidas preservadas, quantidade de letalidade que vem reduzindo desde 2019. Em 2010 tinha-

-se 3.658 mortes, tendo o maior número de pessoas mortas intencionalmente em 2017 com 4.153 assassinatos. Ao comparar o quinquênio (2015-2019) e (2020-2024) têm-se redução de 40% com 7.451 vidas preservadas.



Fonte: SIAC/SEGUP, 2024.

CVLI
7.451
VIDAS
PRESERVADAS





Violência Contra a Mulher

A polícia militar tem sido incansável na busca de um atendimento humanizado e acolhedor às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e no enfrentamento desta violência. Neste sentido, a participação de policiais militares em capacitações promovidas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), por meio da Diretoria de Política de Segurança Pública e Prevenção Social (DPS) e Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEP/SENASP/MJSP).

A atuação da PMPA no enfrentamento a violência contra mulher por meio de palestras sobre a conscientização dos direitos das mulheres, canais de denún-

cias, programas existentes e esclarecimento sobre a rede de apoio nos casos de violência para sociedade em escolas, igrejas e centro comunitários, bem como em programas do Governo do Estado e da justiça, como o Programa Pró-Mulher e a Ronda Maria da Penha, respectivamente.

A diversidade de estratégias e serviços promovidos pelo governo do Estado no que tange ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher contribui para redução dos crimes sofridos por mulheres no Pará em 5%, garantindo a integridade de 1.636 mulheres, outros crimes apresentaram diminuição como feminicídio (-21%), estupro de vulnerável (-13%), violência psicológica (-12%), estupro (-11%), lesão corporal (-10%) e ameaça (-3%).



Fonte: SIAC/SEGUP, 2024.



INVESTIMENTO ELEVADO, SOCIEDADE **SEGURA**!



Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-estados-mais-vitoriosos-contra-o-crime-em-meio-a-crise-de-seguranca>



Fonte: <https://doi.com.br/noticias/para/885839/para-e-um-dos-estados-que-mais-investem-em-seguranca-publica?d=1>



Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/60684/estrategias-e-investimentos-em-seguranca-auxiliam-na-reducao-da-criminalidade-em-belem>





ANTES DE TUDO, INTELIGÊNCIA!

CENTRO DE INTELIGÊNCIA

O Centro de Inteligência é responsável pelo exercício permanente de ações especializadas no âmbito da Corporação, orientando-a para a produção e proteção do conhecimento com vistas a assessorar o processo de tomada de decisões.

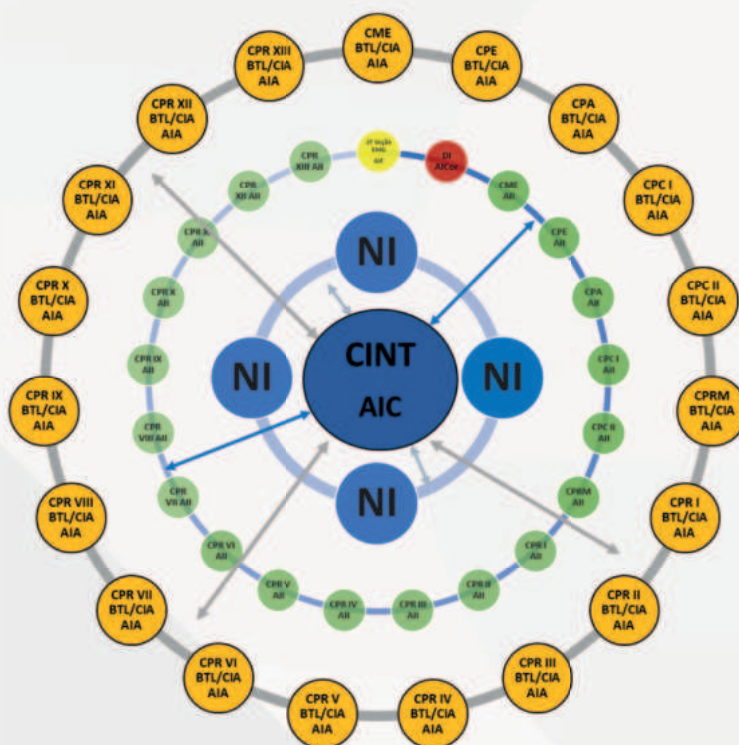
A estrutura do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) tem o Centro de

Inteligência como Agência de Inteligência Central (AIC) do sistema, com a missão de coordenar e integrar as atividades de Inteligência da Corporação em níveis estratégico, tático e operacional, para subsidiar a atividade de polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR (SIPOM)

- AIC - Agência de Inteligência Central
- AIE - Agência de Inteligência Estratégica
- AII - Agências de Inteligência Intermediária
- AIA - Agências de Inteligência de Área
- AICor - Agência de Inteligência Correicional
- NI - Núcleos de Inteligência

Fonte: CINT, PMPA, 2024.



10º aniversário do Centro de Inteligência

No dia 6 de fevereiro, realizou-se o evento alusivo ao 10º aniversário de criação do Centro de Inteligência. A comemoração contou com a presença de diversas autoridades civis e militares, oficiais e praças da corporação que foram agraciadas com a moeda comemorativa referente a data, além de agraciar policiais militares do Centro de Inteligência com a Láurea do Mérito Pessoal.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.



I Workshop de Inteligência das Polícias Militares

No período de 25 a 29 de fevereiro de 2024, dois oficiais participaram do I *Workshop* de Inteligência das Polícias Militares. O evento foi estrategicamente idealizado para o desenvolvimento e aprimorar práticas de Inteligência nas Corporações, fortalecendo as agências que puderam conhecer e trocar experiências na produção do conhecimento de interesse da Segurança Pública.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.

II Curso de Inteligência Policial

O Centro de Inteligência realizou o II Curso de Inteligência Policial no período de 09 a 30 de abril de 2024, com carga horária de 168 h/a. A turma contou com 41 alunos integrantes da Polícia Militar do Pará, oriundos de diversas unidades e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. No curso, foram abordados, dentre outros assuntos, a introdução à atividade de inteligência, noções de contrainteligência e inteligência de segurança pública. O curso tem por objetivo desenvolver subsídios aos policiais militares no sentido de despertar a aptidão para a atividade de inteligência, sobretudo no que concerne à produção do conhecimento e a obtenção de dados.

Um dos pontos altos do curso foi a realização de palestra ministrada pelo Coronel PM José Ramos da Silva Júnior, Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.

Capacitação para uso da pistola Beretta

Os policiais militares integrantes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SI-POM) participaram da capacitação para o uso da pistola Beretta APX Compact 9mm, reali-

zada no período de 8 a 11 de julho. A atividade ocorreu no Centro de Treinamento da Polícia Militar (CTPM) com o objetivo de habilitar os participantes ao manuseio, desmontagem



e utilização segura e eficiente do armamento, além de treiná-los em técnicas de autoproteção e tiro aplicado (porte velado).

A capacitação qualificou 57 policiais militares e abordou conteúdos teóricos e práticos, incluindo estudos de riscos, as-

pectos jurídicos do uso da força e manejo do armamento. As atividades também incluíram simulações de cenários reais e exercícios práticos com disparos, proporcionando aos participantes o aprimoramento técnico e comportamental para situações operacionais.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.

I Curso de Análise de Inteligência em Segurança Pública

No período de 20 de agosto a 5 de setembro, o Centro de Inteligência, realizou o I Curso de Análise de Inteligência em Segurança Pública. A turma composta por 28 integrantes entre oficiais e praças da Corporação e outros órgãos, tais como: Segup, Sieds, Forças Armadas, Tribunal de Justiça do Pará, Tribunal Regional Eleitoral e Ministério Público, receberam conhecimentos relativos aos conceitos, técnicas e procedimentos concernentes à atividade de Inteligência e principalmente aos constantes avanços tecnológicos

que podem auxiliar na coleta de dados, visando o melhor assessoramento ao tomador de decisão nos mais diversos níveis.

A ação formativa inédita, contendo nove disciplinas, distribuídas em uma carga horária de 125 h/a qualifica os agentes da corporação e de outras agências convidadas, quanto à análise e produção do conhecimento, reduzindo o grau de incerteza nos ambientes operacionais e possibilitando a identificação de ameaças e oportunidades de interesse do Estado.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.



II Estágio de Inteligência

O Centro de Inteligência promoveu o II Estágio de Inteligência no período de 17 a 21 de junho de 2024, com carga horária de 45 h/a. Participaram da capacitação Policiais Militares, Policiais Civis, Militares do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, além de servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE), totalizando 30 agentes capacitados.

III Estágio de Inteligência

No período de 25 de setembro a 02 de outubro, o Centro de Inteligência promoveu o III Estágio de Inteligência com carga horária de 45 h/a. Participaram da capacitação Policiais Militares das unidades do Comandos Intermediários da capital e Região Metropolitana, totalizando 40 agentes capacitados.

IV Estágio de Inteligência

Reforçando a estratégia de qualificação dos integrantes do Centro de Inteligência, no período de 25 a 29 de novembro, foi promovido o IV Estágio de Inteligência com carga horária de 45 h/a. Participaram da capacitação Policiais Militares, Policiais Civis e Militares das Forças Armadas, totalizando 31 agentes capacitados.

O estágio foi realizado na modalidade de ensino presencial, com o objetivo de nivelar o conhecimento entre os participantes quanto à doutrina e os procedimentos a serem adotados na atividade de inteligência, além de possibilitar aos discentes o conhecimento e aplicação da referida doutrina na obtenção da informação e do conhecimento.

O estágio foi realizado na modalidade de ensino presencial, com o objetivo de nivelar o conhecimento entre os participantes quanto à doutrina na atividade de inteligência.

O estágio foi realizado na modalidade de ensino presencial, com o objetivo de nivelar o conhecimento quanto à doutrina na atividade de inteligência, além de possibilitar o conhecimento e aplicação da referida doutrina na obtenção da informação e do conhecimento, possibilitando a operação de atividade prática, com alvos controlados e técnicas operacionais de inteligência.

Qualificação em Unidades de Inteligência de outros Estados

No ano de 2024, os militares do Centro de Inteligência puderam buscar conhecimento e qualificação em cursos na área de Inteligência em outros Estados, ampliando de maneira significativa os conhecimentos e experiências na área de Inteligência em Segurança Pública.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará autorizou 03 Oficiais e 01 praça do CINT para participarem dos seguintes cursos: VIII Curso de Segurança Orgânica - Nível Misto, realizado pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 8 a 12 de



abril, com carga horária de 72 h/a; I Curso de Análise de Inteligência - Nível Misto, realizado pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, com 62h/a, no período de 17 a 24 de maio; 77ª Edição do Curso de Metodologia de Produção do Conhecimento, realizado no período de 17

a 21 de junho em Manaus/AM com 40h/a; e o IV Curso de Contraineligência, nível misto, realizado também pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 02 a 16 de agosto, com uma carga horária de 80 h/a.

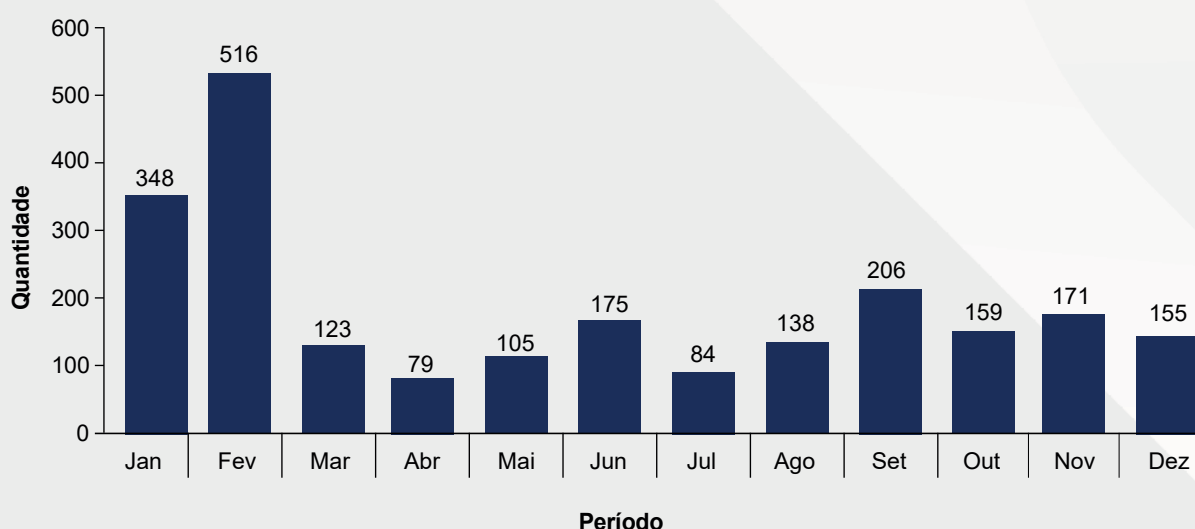
SIGPLAN

O Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SIGPLAN) é uma ferramenta essencial dentro do Plano Plurianual (PPA) do Estado. O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para as ações públicas ao longo de um período de quatro anos (SEPLAD, 2024).

No contexto das ações de inteligência, o SIGPLAN desempenha papel crucial

ao permitir uma análise detalhada e integrada de dados, facilitando a identificação de ameaças e a tomada de decisões informadas. Ele também ajuda a coordenar esforços entre diferentes agências de inteligência e forças de segurança, garantindo uma resposta mais eficaz e eficiente a situações de risco, com 2.259 ações em todo Estado de operações realizadas em locais específicos e de acordo com a demanda imediata.

Ações de inteligência realizadas no Estado do Pará, por mês, no ano 2024



Fonte: SPI, 2024.

CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Pará desempenha um papel fundamental na manutenção da ética, disciplina e hierarquia há 22 anos, oferecendo orientação e suporte em questões dessa natureza. Seu objetivo é alcançar os resultados institucionais por meio de ações preventivas e fiscalização das atividades funcionais de todos os policiais militares do Estado.

De forma desconcentrada, a Corregedoria conta com Comissões na Capital, na Região Metropolitana de Belém e nos municípios-sede dos Comandos de Policiamento Regionais (CPRs), garantindo um atendimento mais próximo à população paraense e agilizando a resolução dos processos e procedimentos nos locais mais distantes do Estado.

A sede da Corregedoria-Geral, localizada na Avenida Almirante Barroso, nº. 4.466, foi inaugurada em 2023, representando um marco histórico: é a primeira

vez que a Corregedoria-Geral possui uma sede própria.

Essa nova estrutura visa proporcionar melhores condições de trabalho aos militares e atender a população com mais eficiência. O fortalecimento do órgão é essencial, considerando a dimensão da Polícia Militar e os desafios enfrentados pelo sistema de segurança.

O principal objetivo da Corregedoria é garantir que as ações policiais sejam conduzidas com integridade e transparência, aumentando a confiança da população na Polícia Militar. Dessa forma, buscamos assegurar que nossos policiais sigam as normas e regras que regem sua função de proteger a sociedade.

Atualmente, a Corregedoria conta com um efetivo de 268 policiais militares, sendo 151 na capital e 117 no interior do Estado.



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA, 2024.



Sistema de Corregedoria (SISCOR)

Para fomentar a observância de princípios como os que instrumentalizam a doutrina de Direitos Humanos, o órgão vem desenvolvendo ferramentas que auxiliam na atividade disciplinar, como o Sistema de Corregedoria (SISCOR), que possibilita maior controle das notícias de fatos recebi-

das pela Corregedoria, assim como controlar, de forma auditável e em tempo real, a tramitação das apurações investigativas e instrução dos administrativos disciplinares, mitigando possíveis falhas e atrasos demasiados injustificados nas apurações.

Disciplina e Prevenção

A Corregedoria-Geral tem a atribuição de primar pela hierarquia, disciplina e ética na PMPA. Para isso, a Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO), criada através da Portaria nº. 213-2021/GAB CMDO, exerce função essencial de promover a fiscalização e manutenção desses aspectos no âmbito da Corporação.

O objetivo precípuo é garantir que os agentes mantenham comportamento adequado e compatível com os padrões da Instituição durante o serviço e folga. Em razão disso, o setor orienta a tropa sobre como deve proceder e fiscaliza a adequação comportamental com suporte 24 horas por dia.

Para ampliar a cobertura de orientação e fiscalização a RDO atuou, pelo

segundo ano consecutivo, na Operação Verão, com foco nos finais de semana no município de Salinópolis e Distrito de Mosqueiro. A medida preventiva foi primordial para a inibição de ocorrências envolvendo policiais militares, bem como no oferecimento de suporte à tropa em ocorrências.

A fim de robustecer a prevenção, foram realizadas 436 rondas disciplinares em diversos quartéis e 147 palestras correccionais. Os temas abordados foram diversos, incluindo alterações legislativas, abuso de autoridade, confecção de processos administrativos, entre outros assuntos ligados a atividade policial. O objetivo é orientar e sanar as principais dúvidas.

Operações e investigações

A Divisão de Polícia Judiciária Militar (DPJM) se encarrega da apuração de crimes militares complexos que podem demandar o planejamento de operações correccionais, além de auxiliar as Autoridades Cíveis, Judiciárias e Ministério Público (Comum e Militar) na condução de investigações e coleta ou produção de provas.

Ademais, cumpre mandados de prisão e outras medidas cautelares em desfavor de policiais militares do Estado do Pará. Foram realizadas 56 operações, entre cumprimento de mandados de prisão, investigações em inquérito policial militar, apurações preliminares, entre outras.



Quantidade de operações da Corregedoria em 2024

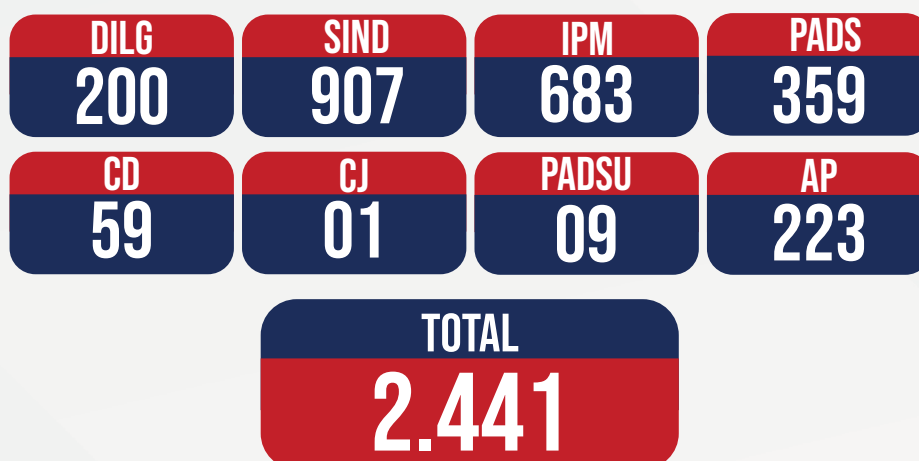
Operações	QTD
Cumprimento de mandados de prisão	16
Cumprimento de busca e apreensão	14
Cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão em outras cidades do estado	4
Investigações através de inquéritos	17
Investigações através de apuração preliminar	5
Total	56

Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.

No que tange aos processos e procedimentos, considerando os dados apurados de janeiro a dezembro, 2.441 processos e procedimentos foram instau-

rados, conforme a tabela a seguir. Com relação aos processos finalizados, a Corregedoria-Geral encerrou 1.623, perfazendo total de 66,48%.

Quantidade de procedimentos instaurados em 2024



Fonte: Corregedoria-Geral, 2024

Acolhimento

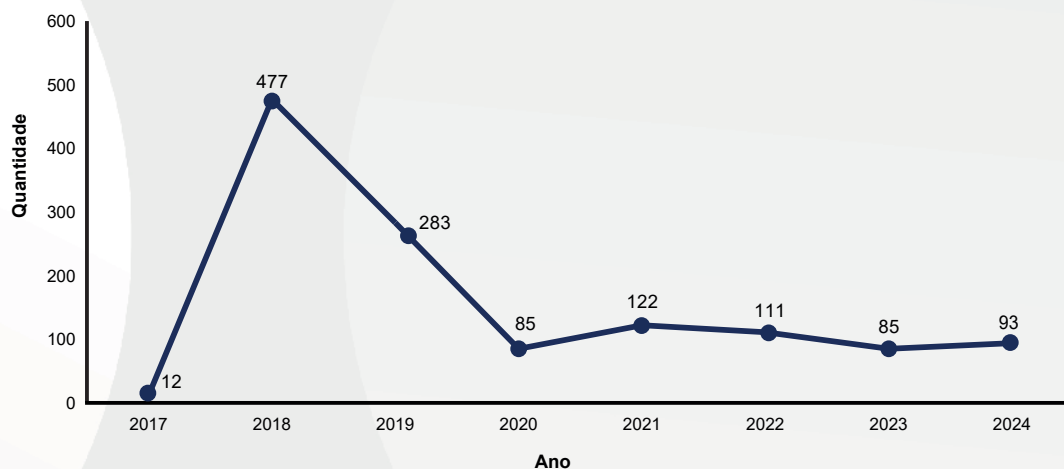
No que concerne ao acolhimento dos policiais militares, a Divisão PM Vítima (DPMV) busca auxiliar a autoridade de polícia judiciária comum a identificar autores de crimes contra a integridade física de policiais militares, atuando no acolhimento dos militares e acompanhamento das demandas registradas na Divisão, a fim de resguardar a integridade física do PM e familiares.

A Divisão presta apoio e assistência a policiais militares que foram vítimas de ameaça ou qualquer outra ação criminosa que os coloquem em situação de risco no exercício da função ou em razão dela. Para isso, registra a demanda, encaminha o militar para atendimento com o Centro de Atenção Psicossocial, quando necessário e auxilia a concessão de aluguel social ao militar em situação de vulnerabilidade.





Levantamento da Divisão PM Vítima de 2017 a 2024



Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.

RECEBEM ALUGUEL SOCIAL

298

PEDIRAM REDE DE PROTEÇÃO

324

Quantitativo de militares que recebem aluguel social

Graduação	QTD.
SUB TEN	3
1º SGT	26
2º SGT	59
3º SGT	74
CB	60
SD	50
AL CFP	1
Total	273

Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.

A tabela acima apresenta a distribuição de aluguel social aos militares, considerando a graduação. Importante frisar que a medida abrange somente as praças da Corporação, por força de determinação legal.

Comparando os anos de 2023 e 2024, no que tange aos atendimentos rea-

lizados pela Divisão PM Vítima, percebe-se que houve um aumento de 9,4%. Isso significa que mais agentes se sentiram confortáveis e confiantes em buscar o atendimento da Corregedoria. Com as ações protetivas e de retaguarda da PMPA, foram investidos R\$1.526.672,95 em auxílio moradia pagos pela COHAB.

Atendimentos em 2023 e 2024

Período	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2023	3	6	7	13	6	2	16	8	5	7	6	6	85
2024	8	10	11	18	6	7	6	6	5	3	9	4	93

Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.



A Corregedoria-Geral da Polícia Militar também realiza o serviço de registro de comunicações de fato por meio da população. Tal serviço é ininterrupto, ou seja, funciona 24h por dia, onde qualquer cidadão pode se dirigir sede e realizar a referida comunicação, fazendo com que, quando a conduta ainda está acontecendo, possa ocorrer a repressão “*in loco*” e imediatamente daquilo que venha a ser considerado crime e/ou transgressão da disciplina.



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2024.

Divisão de Análise de Provas Técnicas (DAPT)

A DAPT é a Seção da Corregedoria-Geral responsável pela parte técnica e pericial da atividade correicional. Portanto tem o foco em realizar levantamento pericial de dispositivos eletrônicos que foram, de alguma forma, utilizados em crimes militares e/ou transgressão da disciplina. Desta forma, é possível que a vítima, ao procurar a Corregedoria, possa adiantar a investigação com o fornecimento voluntário do material eletrônico, reduzindo o tempo de espera.

Dentre as ações mais importantes realizadas, pode-se citar a manutenção da cadeia de custódia, a fim de evitar a perda da prova, fazendo com que uma série de procedimentos venham a ser adotados, conforme prescrição em lei.

Foram realizadas oito perícias em mídias digitais e 67 autos de extração, 22 referentes a operações e 45 em entregas voluntárias após comunicação de fato realizado.

Ações Formativas

Visando melhorar a qualificação profissional, dois oficiais frequentaram cursos em outros Estados, um participou do Curso Superior de Inteligência Estratégica, em nível de especialização, ocorrido em Brasília no período de 11 de março a 28 de junho, realizado pela Escola Superior de Defesa. Enquanto participou do Curso de Perícia e Investigação Criminal Militar para oficiais ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e com carga horária de 1.188 horas/aula. A qualificação, em nível de pós-graduação, foi realizado pela Escola de Instrução Especializada do Exército (EsIE), sendo atividade de Polícia Judiciária Militar na realização de perícias e outros procedimentos afins, otimizando, assim, o serviço correicional.



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA, 2024.





Somado a isso, 120 praças que integram o efetivo da Corregedoria na capital e interior do Estado foram capacitados através da qualificação “Resolução de Cadeia de Custódia de Vestígios”, e outros 10, que atuam na Região Metropolitana, foram qualificados em “Análise de Processo Administrativo”.

A Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Pará participou no período de 25 a 29 de novembro de 2024 da “I Jornada Administrativa do CPC I”, com a finalidade de padronizar a atuação administrativa no âmbito disciplinar das unidades que compõem o Comando de Policiamento da Capital I (CPC I), abordando diversos assuntos, dentre eles a finalidade do Código de Ética e Disciplina da PMPA e o sistema de controle alternativo das infrações disciplinares, tais como: Prevenção, Termo de Correção e Termo de Ajuste de Conduta (TAC).



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2024.

Premiação pecuniária por apreensão de arma de fogo

A preocupação com a capacitação do efetivo do órgão correcional reflete o propósito de especializar a atuação e promover atendimento de qualidade ao cidadão.

Ainda no âmbito correicional é importante mencionar que existe a premiação pecuniária para os policiais militares que realizam apreensões de arma de fogo. Só em 2024, foram apreendidas 1.077 armas de fogo, dentre as quais, as mais recuperadas

foram as artesanais, revólver e espingarda. Os Comandos Intermediários que mais se destacaram foram os CPRs IX (Abaetetuba), VI (Paragominas) e II (Marabá). Com isso, foram pagos aos policiais militares o valor de R\$ 656.422,00, a título de retribuição pecuniária, ou seja, além de retirar mais armas das ruas e garantir maior segurança à sociedade, ainda se investiu em retribuir financeiramente a quem executou o serviço.



ARMAS APREENDIDAS
1.077

VALOR PAGO PELA POLÍCIA MILITAR
R\$ 656.422,00



Fonte: Corregedoria, PMPA.



CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual é estruturado com o objetivo de garantir a boa gestão dos recursos públicos, assegurando que todas as atividades administrativas sejam realizadas de forma transparente e conforme os princípios constitucionais.

Seu principal fundamento é a transparência, que busca proporcionar aos cidadãos acesso claro e preciso sobre a aplicação dos recursos, bem como promover a governança, que assegura a organização e coordenação eficaz das atividades do governo. Além disso, o Sistema enfatiza a integridade, garantindo que as ações dos gestores estejam alinhadas com valores éticos e legais, e a conformidade, que assegura que todos os atos administrativos respeitem a legislação vigente e as normas estabelecidas para a gestão pública.

Os princípios que regem o Sistema de Controle Interno são essenciais para assegurar a boa prática da administração pública, com destaque para a legalidade, que garante a observância das leis e regulamentos; a impessoalidade, que impede favorecimentos ou discriminações; e a moralidade, que exige que a atuação dos gestores seja pautada por princípios éticos. A publicidade garante que as ações do poder público sejam amplamente divulgadas, enquanto a eficiência, economicidade, eficácia e efetividade asseguram que os recursos sejam aplicados de forma otimizada e com resultados concretos para a sociedade. Também são fundamentais os princípios de razoabilidade, essencialidade e segregação de funções, que visam equilibrar os atos administrativos e evitar conflitos de interesse, fortalecendo o controle e a *accountability* no setor público.



Fonte: VC Gabriela, PM/8, EMG, PMPA , 2024.





A Atividade de Controle Interno na PMPA

Com o intuito de aperfeiçoar o controle administrativo sobre os gastos estatais, instituiu-se a Coordenadoria de Controle Interno na PMPA, passando por evoluções até ser denominada Controladoria Interna. A CI é órgão de direção geral e subordinada ao Comandante-Geral, sendo responsável pela análise de conformidade contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Corporação.

A atuação é pautada no olhar da conformidade, analisando todas as despesas públicas realizadas pela Polícia Militar, tais como, gratificação complementar de jornada operacional e as despesas estabelecidas por instrumento contratual, não apenas após a realização das despesas, mas no decorrer de todas as fases (empenho, liquidação e pagamento).

As Ações da Controladoria Interna

Com fim de aprimorar a elaboração, aprovação, execução e o controle orçamentário e financeiro da Polícia Militar, a CI vem desenvolvendo ações que promovam a transparência das condutas da corporação, esclarecendo a obrigação de prestação de

contas e repassando aos órgãos de controle externo as justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser implementadas, intrinsecamente ligada ao termo “*accountability*” (descrever as práticas relacionadas a prestação de contas).



Fonte: VC Jade Maria, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Autoridade de Gerenciamento

A Lei nº. 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantir o acesso a informações. No âmbito Estadual, a referida lei foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 1.359/2015, em

que, dentre as atribuições, consta o dever de assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação de forma eficiente e adequada aos objetivos da norma, bem como avaliar e monitorar a imple-



mentação do disposto no decreto e apresentar à Autoridade Máxima de cada Órgão (Controladoria Geral do Estado) o relatório anual para tornar público os dados estatísticos do ano. O site da PMPA é a primeira comunicação com o cidadão com relação às informações gerais e sobretudo acerca das contas da Corporação, devendo ser monitorado para que todas informações acerca das contas estejam devidamente alimentadas pelo setor competente.

A PMPA continua adotando medidas que facilitem o acesso às informações, investindo na implementação de sistemas e na capacitação dos servidores para lidar com as demandas dos usuários de forma eficiente, sendo que a Controladoria Interna exerce o papel de norteadora e orientadora dos demais setores da Corporação.

Conformidade no Sistema SIAFE

Conformidade ou “*compliance*” é o termo utilizado na referida lei e significa observar o cumprimento de todos os parâmetros legais para o cumprimento das despesas públicas. A tarefa de dar conformidade nos processos de contas é realizada na Controladoria Interna da PMPA, através do sistema da SEFA denominado SIAFE.

Na prática, a conformidade deve ser operada sempre que se concluir um ciclo de despesa, que inclui Nota de Empenho, Documento de Liquidação e Ordem Bancária. Em termos estatísticos, em 2024 foram produzidas na Controladoria Interna 7.073 conformidades, além de 2.243 análises à nota de empenho, 2.515 a documentos de liquidação e 2.315 a ordens bancárias.

Documentos lançados no período

Status do documento	Nota de empenho	Documento de liquidação	Ordem bancária	Totais de conformidade
Sem restrição	2.243	2.513	2.315	7.071
Com restrição	0	2	0	2
Total de documentos	2.243	2.515	2.315	7.073

Fonte: CI, PMPA, 2024.

O Agente de Controle Interno (ACI)

O policial militar pertencente ao efetivo da Controladoria Interna é nomeado Agente de Controle Interno (ACI), tem por escopo operar o sistema SIAFE para dar conformidade aos processos que geram despesas na PMPA, de responsabilidade e controle da SEFA, com a devida publicação

em Diário Oficial do Estado. O policial é capacitado para comprovar e aferir a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, sendo responsável ainda pela análise da prestação de contas e pelos registros das conformidades dos atos e fatos ocorridos no órgão.





Capacitação

A Controladoria Interna da PMPA vem contribuindo com a capacitação de policiais que atuam nos setores administrativos da OPMs, sobretudo mediante palestras e vem avançando para atingir todas as OPMs subordinadas aos grandes comandos de policiamento que integram a Polícia Militar no interior do Estado. Nesse desiderato, foram contemplados os CPRs II, III e VII, capacitando 74 policiais militares responsáveis pela prestação de contas dos processos GCJO, diárias e suprimentos de fundos.

Quanto à capacitação do próprio efetivo, a PMPA proporcionou a três agentes o curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos, garantindo a especialização do serviço frente às demandas legais.

Foram também treinados 30 agentes de controle interno para conhecimento e utilização da nova plataforma do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (SIAFE), capacitação essa disponibilizada pela SEFA em conjunto com a CGE.

Prestação de Contas Anual de Gestão

A prestação de contas é de incumbência da Controladoria Interna da Corporação, prestada a CGE e aos demais órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE). A documentação referente à prestação de contas é encaminhada via Processo Administrativo Eletrônico (PAE) e, após análise e emissão de relatório de completude e parecer pela CGE, inicia-se a prestação de contas anual de gestão junto ao TCE.

A Controladoria Interna da PMPA apresenta o Plano Anual de Atividades do Controle Interno (PAACI – 2025), atendendo às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Pará que estabelece o planejamento de ações para mensurar e avaliar a eficiência e efetividade dos procedimentos e ações da administração pública.

Elaboração do Plano Anual de Controle Interno para 2025

A Controladoria Interna da PMPA apresenta o Plano Anual de Atividades do Controle Interno (PAACI – 2025), atendendo às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Pará que estabelece o planejamento de ações para mensurar e avaliar a eficiência e efetividade dos procedimentos e ações da administração pública. O PAACI tem como principal finalidade

consolidar, por meio de um cronograma, o direcionamento das atividades previstas para o exercício de 2025, estabelecendo prioridades, dimensionando e racionalizando o tempo, os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando, a partir de atividades planejadas, ampliar a atuação das atividades de controle previstas nos normativos vigentes.



LOGÍSTICA: AQUISIÇÕES E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS



DEPARTAMENTO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Departamento-Geral de Administração da Polícia Militar do Pará (DGA) é responsável pela supervisão e controle das áreas de finanças, apoio logístico, informática e telecomunicações, que são essenciais para a missão de preservação da ordem pública. Subordinados ao DGA estão várias diretorias, como Finanças, Apoio Logístico, Projetos e Convênios, Telemática e Licitação.

O DGA tem a função de garantir a administração eficiente da corporação, cumprindo as leis e regulamentos, e promovendo a coesão entre os órgãos subordinados. Ele assegura a execução das diretrizes do Comandante Geral, supervisiona o planejamento tático e coordena as atividades setoriais. O departamento é estruturado em subseções como Assistência, Controle de Qualidade e Planejamento, que desempenham papéis-chave na gestão de recursos, controle de qualidade e alinhamento estratégico da corporação.

Em 2024, a Polícia Militar do Pará iniciou uma reestruturação para se adequar à Lei 14.133/21, visando modernizar sua gestão e aumentar a eficiência, transparência e responsabilidade. As mudanças no Departamento de Gestão de Administração (DGA) e suas Diretorias incluem:

1. Capacitação contínua dos militares para garantir conformidade com a nova legislação.
2. Revisão dos procedimentos internos para alinhar às novas exigências legais.
3. Fortalecimento da transparência e publicidade dos atos administrativos.
4. Aperfeiçoamento do planejamento das contratações para alinhar metas institucionais.

Essas ações visam melhorar a gestão do DGA, tornando suas operações mais

eficientes, transparentes e legais, além de reforçar o compromisso com a inovação e a correta aplicação dos recursos públicos.

Em 5 de fevereiro de 2024, a Polícia Militar do Pará realizou a 1ª Reunião de Gestão, com o objetivo de integrar as ações de gestão da atividade-meio com as da atividade-fim. O evento contou com a presença de comandantes e líderes, incluindo o Comandante-Geral e o Chefe do Estado-Maior Geral, e abordou temas como o Curso de Formação de Praças e Oficiais, novas viaturas, redução de crimes violentos, estratégias para a COP 30 em Belém, e a introdução das câmeras corporais. Também foram discutidas estratégias para grandes eventos, como o carnaval, e as metas de 2024. A reunião buscou promover a colaboração entre setores e garantir uma resposta coordenada às demandas da corporação.

O Departamento de Gestão de Administração (DGA) e suas Diretorias desempenham um papel crucial na transformação da corporação, alinhando-se com as metas institucionais e assegurando operações mais eficientes, transparentes e inovadoras para 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

A Diretoria de Apoio Logístico (DAL) é responsável pela gestão logística da Polícia Militar do Pará, incluindo a supervisão da aquisição de suprimentos, manutenção de materiais, armamentos, munições, viaturas, transporte e contratos administrativos.

A DAL implementa as diretrizes e planos de apoio logístico, gerenciando atividades como direção, planejamento, organização, coordenação, controle e fiscalização, contribuindo para a modernização e reaparelhamento das unidades da PMPA.

Esta Diretoria também é responsável pela logística de deslocamento do efetivo, emitindo passagens para operações, capacitações e ações da Corregedoria, além de gerenciar as transferências de policiais, assegurando o suporte necessário para o cumprimento das atividades em diferentes localidades.

Ela também coordena o credenciamento de empresas que fabricam e comercializam uniformes e equipamentos, de acordo com o Regulamento de Uniformes da PMPA. Desde 2021, realiza fiscalizações semestrais nas empresas, garantin-

do a qualidade e a conformidade com os contratos, podendo as empresas não conformes perder a concessão. A fiscalização tem mostrado resultados positivos, pois, a cada ano, menos empresas recebem notificação: em 2022, duas empresas foram notificadas; em 2023, uma empresa recebeu notificação; e em 2024, nenhuma empresa foi notificada. Para 2025, está prevista a expansão da fiscalização para empresas do interior do Estado.

A DAL também gerencia a aquisição, cadastro, controle e transferência de materiais, como armas, munições e coletes balísticos. A criação, em 2023, de um atendimento virtual por meio de um aplicativo de chatbot otimizou os processos, agilizando significativamente todos os atendimentos e atividades relacionadas a este tema. Para acessar o serviço, basta o solicitante digitar o número do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no aplicativo WhatsApp e enviar a mensagem para o telefone funcional da SFCUQM (91) 98409-0825, recebendo as informações em questão de segundos.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Gestão de bens: organização e controle no suprimento de recursos para a PMPA

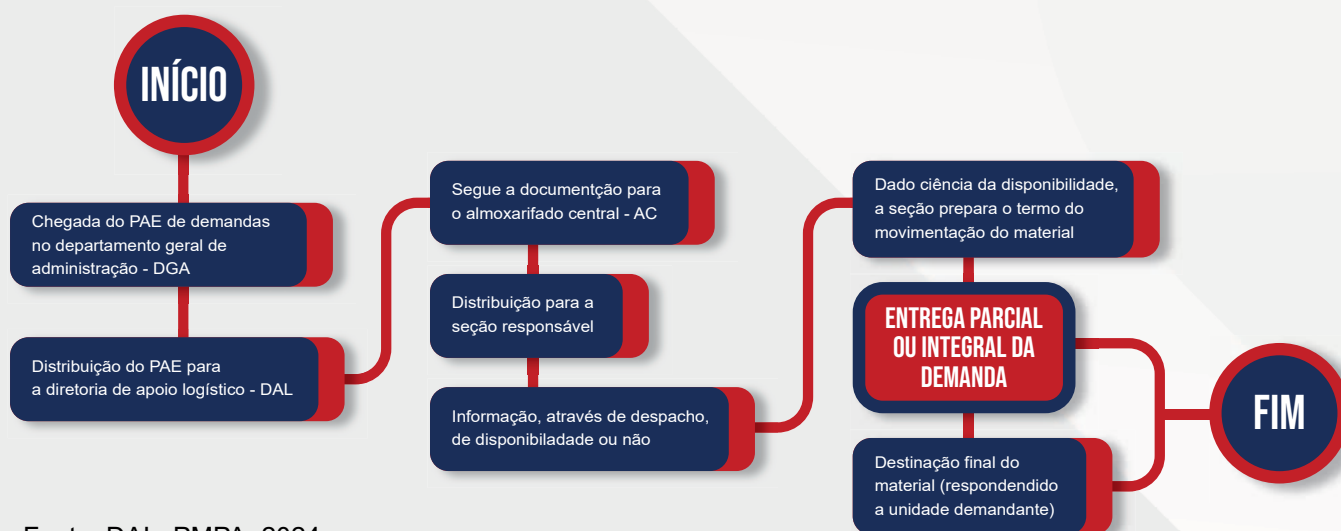
O almoxarifado da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) desempenha um papel crucial na estrutura logística da corporação, sendo responsável pela gestão, controle e distribuição de materiais essenciais para o funcionamento das unidades, também é responsável pelo transporte de militares em missão para diversas localidades, bem como o gerenciamento e controle da frota e de abastecimento.

Sua função vai além do simples armazenamento de itens; ele garante que todos os recursos necessários, desde equipamentos de policiamento até materiais administrativos e de apoio, estejam disponíveis e em boas condições para uso imediato. Sua estrutura inclui as seguintes seções: Almoxarifado e Distribuição (SAD),

Armamento, Munição e Equipamentos (SAME), Gerenciamento e Controle de Frota (SGCF), Gerenciamento de Manutenção (SGM) e Secretaria.

Dessa forma, é necessário evidenciar o processo de entrega de materiais no âmbito do Almoxarifado Central. Quando uma unidade da PMPA necessita de materiais, ela deve realizar uma solicitação formal por meio de um processo eletrônico, que deve estar alinhada às necessidades operacionais da unidade solicitante. A solicitação é então analisada e aprovada pelo DGA, sendo encaminhada à DAL, que, por sua vez, assegura que a distribuição seja realizada conforme as normas e que o material seja entregue de acordo com a demanda. Como pode ser observado no fluxograma a seguir:

Processo geral de entrada e saída das demandas do almoxarifado geral



Fonte: DAL, PMPA, 2024.

Gerenciamento e controle da frota da PMPA

O gerenciamento da frota da PMPA, realizado pela Subseção de Gerenciamento e Controle de Frota do AC, é fundamental para a eficiência operacional da corporação. A gestão integrada envolve o monitoramento contínuo das condições de uso, manutenção e abastecimento dos veículos,

garantindo deslocamento seguro e eficaz das equipes policiais. Sistemas de controle registram e acompanham a utilização das viaturas, permitindo a realização de reparos e revisões periódicas para assegurar o bom funcionamento da frota.

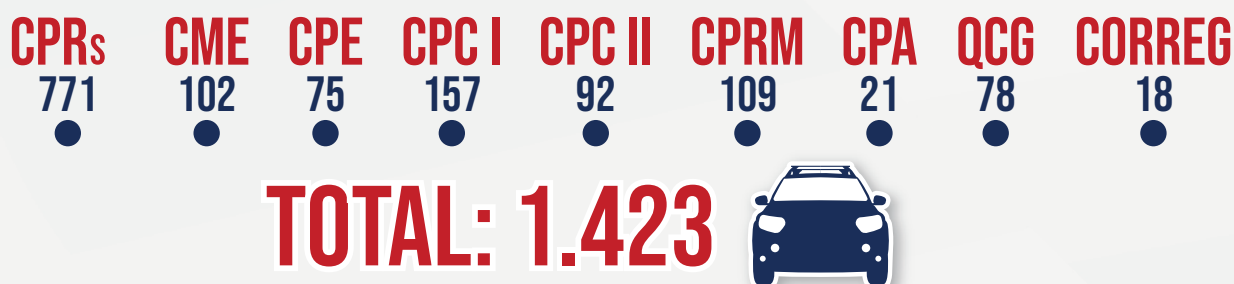


Em 2024, a distribuição da frota foi realizada de forma estratégica, levando em consideração as demandas de cada região e as características operacionais de cada unidade. A alocação eficiente dos veículos assegura que todas as unidades da PMPA,

seja em regiões metropolitanas ou no interior do estado, possam atuar com agilidade e eficiência e garantindo uma cobertura eficiente em todo o território do estado, conforme quadro abaixo:



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Além disso, a PMPA adota práticas de manutenção preventiva e corretiva, com equipes especializadas e oficinas que garantem que os veículos estejam sempre em boas condições para o uso operacional. A gestão de combustível também é monitorada de perto, com a implementação de mecanismos que visam otimizar o consumo e reduzir custos, sem comprometer a capacidade de resposta da instituição.

O controle de uso e a alocação estratégica de veículos garantem que os recursos da frota sejam bem distribuídos, priorizando as áreas e operações com maior demanda.

Com isso, o gerenciamento eficiente da frota da PMPA contribui diretamente para a melhoria da segurança pública no estado, possibilitando que a corporação esteja pronta

para atuar de forma ágil e coordenada, em qualquer momento e em qualquer lugar.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Logística de armamentos, munições e equipamentos na PMPA

Integrando o Almoxarifado Central, a Seção de Armamento, Munição e Equipamentos (SAME) é responsável pela gestão logística da corporação, abrangendo o recebimento, armazenamento e controle da distribuição de armamentos, munições e equipamentos em todo o território paraense. Sob sua supervisão, encontra-se a Reserva de Armamentos, unidade destinada ao recebimento e armazenamento dos equipamentos, armamentos e munições adquiridos pela Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA).

Além disso, a SAME desempenha um papel crucial na manutenção preventiva e corretiva dos materiais bélicos, assegurando que todos os itens estejam em perfeitas condições de uso e prontos para atender às demandas operacionais da corporação. A SAME também coordena o con-

trole de estoque, a distribuição estratégica de armamentos e munições para as unidades policiais.



Fonte: Agência Pará, 2024.

Gestão Patrimonial: garantindo eficiência e sustentabilidade nos recursos institucionais

O Centro de Patrimônio da PMPA é responsável pela gestão, conservação e controle do patrimônio da corporação, incluindo viaturas, equipamentos, armamentos e materiais. Ele garante o uso adequado dos recursos e a continuidade das operações de segurança pública, otimizando os bens conforme as necessidades operacionais e coordenando a desmobilização e reposição de itens. A gestão eficiente do patrimônio é essencial para a operação eficaz e segura da Polícia Militar. Esse processo contínuo envolve desde a aquisição até o desfazimento dos bens, sendo crucial para a sustentabilidade e eficiência dos recursos.

A gestão patrimonial começa com a aquisição de bens, como viaturas, equipamentos e materiais, que devem ser registrados com detalhes sobre sua origem, valor, estado de conservação e finalidade.

Em seguida, a conservação e manutenção garantem o uso eficiente dos recursos e prolongam sua vida útil. A gestão também envolve o controle rigoroso do uso e alocação desses bens, assegurando que sejam destinados às áreas prioritárias. Vistorias periódicas e manutenções preventivas são essenciais para evitar gastos com reparos emergenciais e garantir o bom funcionamento dos bens.

Quando o bem atinge o fim de sua vida útil ou se torna obsoleto, inicia-se o processo de desfazimento, que pode envolver venda, doação ou destinação adequada, sempre conforme as normas legais. Esse processo é realizado de forma transparente, visando minimizar perdas financeiras e garantir que a instituição opere com os ativos mais adequados às suas necessidades.



No ano de 2024, o Centro de Patrimônio encaminhou à SEPLAD, 132 veículos inservíveis para leilão, sendo arrecadado para o Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP) um total de R\$ 1.251.901 os quais serão destinados à PMPA conforme as necessidades futuras da corporação. Esses recursos contribuirão para atender às demandas emergentes e apoiar a melhoria contínua dos serviços prestados pela PMPA.

Em resumo, a gestão patrimonial envolve um conjunto de práticas que asseguram o uso responsável e eficiente dos recursos, desde a aquisição até o desfazimento dos bens, com o objetivo de garantir a sustentabilidade e a eficácia operacional da instituição. Cada fase do processo contribui para a maximização do valor dos ativos e o cumprimento das metas organizacionais, promovendo a continuidade das operações e a qualidade no serviço prestado.

Obras da PMPA: fortalecendo a infraestrutura para melhor atender à segurança pública

As obras da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) visam aprimorar a infraestrutura e as condições de trabalho, garantindo maior eficiência na segurança pública. A PMPA investe continuamente em refor-

mas e novas construções de unidades operacionais, quartéis e instalações administrativas, proporcionando ambientes modernos e adequados para o trabalho dos policiais.



Fonte: Agência Pará, PMPA, 2024.

Entre as principais obras realizadas pela Polícia Militar do Estado do Pará, destacam-se a construção de novas unidades operacionais em regiões estratégicas, a reforma e ampliação de quartéis e batalhões, além da ampliação do centro de formação. Exemplos significativos incluem

a nova sede do Regimento de polícia montada (RPMONT), do 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), do 3º Batalhão de Missões Especiais, em Castanhal, do 24º Pelotão Destacado pela Polícia Militar do Pará, em Curuçá, e a continuidade da construção de instalações no Centro de Formação e



Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), que proporcionam melhores condições para a capacitação dos policiais. Essas obras são fundamentais para garantir a eficiência operacional e a melhoria das condições de trabalho, refletindo o compromisso da PMPA com a segurança pública e o bem-estar de seus servidores.

Além de atuar na construção de novas estruturas, a Polícia Militar do Pará (PMPA) também realiza a manutenção predial de suas instalações, garantindo que as unidades e estruturas estejam sempre em

condições adequadas para o desempenho das suas funções.

A PMPA realiza reformas significativas em seus prédios, como a revitalização de quartéis, os quais podemos citar o Comando de Policiamento Especializado (Belém), Comando de Policiamento Regional XI (Salvaterra), 12º Batalhão de Polícia Militar (Santa Isabel), 25º Batalhão de Polícia Militar (Mosqueiro), 1º Batalhão de Missões Especiais (Marabá), 73º Pelotão Destacado (Salvaterra) e Centro de Inteligência (Belém).



Fonte: Agência Pará, PMPA, 2024.



Fonte: Agência Pará, PMPA, 2024.

Contratos da PMPA: transparência e eficiência na gestão de recursos e serviços

O Centro de Compras e Contratos da PMPA (CCC) elabora, gerencia e fiscaliza contratos administrativos, garantindo conformidade legal e atendendo às demandas operacionais. Também coordena processos de compras, supervisiona contratos e gerencia

dispensas de licitação, especialmente para locação de imóveis. Além disso, oferece suporte às unidades da PMPA na contratação de bens e serviços, otimizando recursos e contribuindo para a eficiência da corporação e a qualidade dos serviços prestados.



Contratos da PMPA

31 Aquisições

48 Serviços

35 Locação

19 Obras

12 Instrumentos substitutivos do contrato

Fonte: DAL, PMPA, 2024.

Em 2024, a Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) celebrou 45 contratos e atualmente, possui um número significativo de contratos em vigor, ao todo são 145 contratos, distribuídos em diversas áreas conforme as necessidades operacionais da Corporação.

Esses contratos estão divididos em quatro categorias principais: obras, aquisições, serviços e locação. Sendo 19 contratos de obras, relacionados à construção e reformas, 31 contratos de aquisições para compra de equipamentos e materiais, 35 de locação de imóveis, 48 contratos de serviços e 12 Instrumentos substitutivo de contrato, os quais são necessários para o funcionamento da Corporação.

A gestão eficiente dessas diferentes divisões é crucial para assegurar que os re-

ursos sejam utilizados de maneira estratégica e que a Polícia Militar continue operando com excelência.

A Polícia Militar do Estado do Pará tem investido constantemente na aquisição de equipamentos de segurança essenciais para o aprimoramento das operações policiais. Entre as aquisições deste ano, destacam-se os coldres e carregadores, que são fundamentais para a utilização eficiente das armas de fogo e outros equipamentos operacionais

As obras da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) englobam a construção e a reforma de instalações, como quartéis, unidades operacionais e centros de treinamento, visando aprimorar a infraestrutura e garantir melhores condições de trabalho para os profissionais de segurança pública.

A Polícia Militar do Estado do Pará tem se dedicado também à manutenção e aprimoramento de suas unidades, garantindo que as instalações operacionais e administrativas estejam em perfeitas condições de uso. Os investimentos têm como objetivo aprimorar a infraestrutura e oferecer melhores condições de trabalho aos policiais.

Dentre os contratos de prestação de serviços podemos destacar a continuidade da renovação da frota da Polícia Militar do Pará, iniciada em 2023, cujo objeto é a locação de 750 motocicletas, visando aprimorar os veículos utilizados nas operações, garantindo maior eficiência, segurança e agilidade no atendimento às demandas de segurança pública.



Fonte: Agência Pará, 2024.

DIRETORIA DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Licitação (DL) tem um papel crucial no processo de contratação pública, garantindo a otimização das etapas e a conformidade com os princípios legais, desde a preparação até a execução das contratações. Responsável pela fase preparatória das licitações, a DL assegura ampla competitividade e a escolha das propostas mais vantajosas para atender às necessidades da Polícia Militar. Subordinada ao Departamento-Geral de Administração (DGA) e atuando como assessor do Comando Geral, a DL contribui para a melhoria do aparelhamento da Corporação,

colaborando para a boa governança e a execução das estratégias organizacionais.

No que se refere aos processos realizados em 2024, a tabela abaixo demonstra que foram instruídos e finalizados ao todo 65 processos licitatórios, distribuídos da seguinte forma: 34 na modalidade de pregão eletrônico, 29 por contratação direta — sendo quatro por dispensa eletrônica, três por dispensa de licitação tradicional, 21 por inexigibilidade e um por credenciamento — além de duas adesões a atas de registro de preços.

Processo de licitação 2024

Processos	QTD
Pregão Eletrônico (Aquisição de Bens e Serviços Comuns)	34
Inexigibilidade	21
Dispensa de Licitação	3
Dispensa Eletrônica	4
Adesões à ata de Registros de Preços	2
Credenciamento	1
Total	65

Fonte: DL, PMPA, 2024.

Como forma de ampliar os conhecimentos sobre os procedimentos de aquisição de bens/serviços para todas as unidades da PM, a Diretoria de Licitação promoveu a capacitação sobre a fase de planejamento no período de 7 a 8 de maio de 2024 para 56 policiais militares de diversas unidades, entre operacionais e administrativas. Desta forma, todas as unidades receberam conhecimento para viabilizar os pedidos de contratações de forma mais ágil e correta, propiciando maior agilidade entre a solicitação inicial e a entrega do produto.

Outro aspecto que podemos ressaltar é que a DL tem se destacado tanto no âmbito estadual quanto nacional, tornando-se uma referência nas licitações realizadas, possibilitando a adesão de 66 contratos de outros Estados, evidenciando a seriedade e

a vantajosidade das propostas oferecidas. Um exemplo notável é a Ata de Registro de Preço (ARP) dos Optrônicos, que contou com 22 adesões, incluindo os Estados do Paraná, Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Outra ARP de grande adesão foi a relacionada à Locação de Veículos, com 12 adesões de estados como Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rondônia, Bahia e São Paulo.



Fonte: DL, PMPA, 2024.



DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS

A Diretoria de Projetos e Convênios desempenha um papel estratégico e essencial na captação de recursos externos, complementando o orçamento e impulsionando a qualidade dos serviços de segurança pública.

Essa atuação viabiliza novos investimentos, estimula a inovação, assegura a

sustentabilidade financeira e fortalece parcerias estratégicas entre diferentes setores.

A captação de recursos realizada pela DPCPM tem como principais fontes de financiamento o Governo Federal, por meio de ministérios e programas setoriais, e os Governos Estaduais e Municipais, através de fundos específicos e leis de incentivo fiscal.

Captação de recursos financeiros extraorçamentários

A DPCPM é responsável pela gestão dos recursos extraorçamentários destinados à PMPA, por meio de parcerias e integração com diversos órgãos.

No ano de 2024, como resultado de uma gestão eficiente e da implementação de boas práticas na captação de recursos,

a Diretoria conseguiu arrecadar um total de R\$ 99.762.589.

Os recursos obtidos foram direcionados para projetos estratégicos que atendem tanto às necessidades internas da Corporação quanto à promoção da segurança pública e do bem-estar da população paraense.

Captação de recursos financeiros por meio de parcerias

As parcerias desempenham um papel fundamental no fortalecimento das ações da PMPA, permitindo a captação de recursos que vão além das limitações orçamentárias e possibilitando investimentos estratégicos em diversas áreas. Por meio dessas colaborações, a Corporação tem conseguido aprimorar sua infraestrutura, modernizar equipamentos e ampliar projetos voltados à segurança pública e ao bem-estar da sociedade.

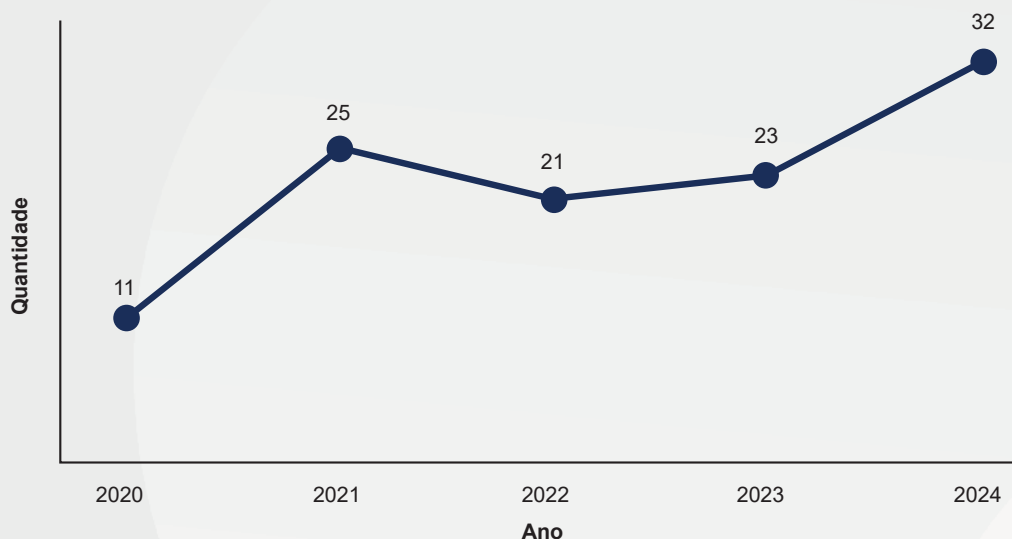
Entre as principais parcerias estabelecidas, destacam-se aquelas realizadas

por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED), do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESPDS) e de aditivos de convênios, que juntos representaram uma parcela significativa dos recursos arrecadados. Além disso, outras fontes de financiamento contribuíram para reforçar os investimentos na segurança pública, como o Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP), valores oriundos da Vara de Execuções Penais, além de emendas parlamentares destinadas à modernização da tecnologia da informação.

Quantitativo de parcerias estabelecidas entre a PMPA e outros órgãos de 2020 a 2024

A Polícia Militar, com o objetivo de promover a integração e melhorar a segurança pública, firmou sete Termos de Execução Descentralizada (TED) e 25 Acordos de Cooperação com outros órgãos públicos,

totalizando 32 instrumentos vigentes. Esse número representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores: em 2023 foram firmados 23 instrumentos, em 2022, 21, em 2021, 25 e, em 2020, apenas 11.



Fonte: DPCPM, PMPA, 2024.

Revista Portfólio de Projetos

A Diretoria de Projetos e Convênios avançou significativamente na captação de recursos e criou a Revista Portfólio de Projetos. Lançada em 2024, a iniciativa tem como objetivo apresentar de maneira organizada, informativa e impactante as propostas de projetos, em diferentes níveis de complexidade e valores para a implementação na corporação. A revista não só destaca a diversidade e a abrangência dos projetos, como também evidencia o compromisso da Diretoria em promover melhorias contínuas na infraestrutura, na capacitação e na tecnologia disponível para a corporação. Outrossim, em nosso banco, encontram-se projetos que estão em diferentes estágios de execução e planejamento. São iniciativas que abrangem desde aquisições de novos veículos até a modernização de equipamentos e infraestrutura.

Destaca-se o papel fundamental da Diretoria de Projetos e Convênios na coordenação e monitoramento dessas iniciativas, garantindo que os projetos sejam executados de acordo com as melhores práticas de gerenciamento e dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos. A transparência e a prestação de contas são pilares dessa gestão, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficiente

e eficaz para alcançar os objetivos estratégicos da PMPA.

O Portfólio de Projetos representa um avanço significativo na comunicação interna e externa da PMPA, facilitando a compreensão das metas e realizações da corporação por parte dos diversos *Stakeholders*, incluindo membros da polícia, autoridades governamentais, parceiros e a sociedade em geral.



Aponte a câmera do seu celular,
e acesse o portfólio de projetos



Principais entregas de recursos extra orçamentários: impulsionando o crescimento e a segurança da PMPA



Fonte: SD Renata Costa, ASCOM, PMPA, 2024.

A Diretoria de Projetos e Convênios captou R\$ 402.000,00 do Plano de Ação 2021 do Fundo Nacional de Segurança Pública, através do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESPDS), para criar a Academia do Quartel de Comando Geral da Polícia Militar.

O projeto oferece um espaço moderno e completo para atividades físicas, com equipamentos de última geração, priorizando segurança e conforto. Mais que uma obra física, é um investimento na saúde e bem-estar dos policiais, promovendo melhorias

na condição física, redução do estresse e aumento da capacidade de trabalho.

A academia conta com profissionais especializados para atendimento personalizado, garantindo qualidade nos serviços e motivação aos policiais, essa inauguração reafirma o compromisso da PMPA com a qualidade de vida dos policiais, visando uma força policial mais saudável e preparada para garantir a segurança da população paraense.



Fonte: SD Renata Costa, ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: DPCPM, PMPA, 2024.



O Termo de Execução Descentralizada (TED) nº. 001/2023 - PMPA/MPPA tem como objetivo, além do reforço do quadro do Gabinete Militar por meio da cessão de policiais militares da ativa, promover o aprimoramento do aparelhamento da Polícia Militar e do Ministério Público, por meio da aquisição de materiais e equipamentos essenciais para fortalecer essas instituições.

Os recursos financeiros provenientes deste TED foram utilizados na aquisição de 15 computadores, 15 notebooks, cinco drones e um veículo tipo Van. Esses equipamentos representam um avanço significativo nas capacidades operacionais da corporação, proporcionando maior eficiência e precisão no trabalho. A modernização da frota e a inclusão de tecnologias como os drones possibilitam um monitoramento mais eficaz das áreas de risco e uma resposta mais ágil às ocorrências, contribuindo diretamente para a redução dos índices de criminalidade.

É importante ressaltar que os benefícios dessa parceria vão além da aquisição

de equipamentos. A integração entre as instituições, a troca de informações e a otimização dos recursos geram uma sinergia que reflete diretamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: DPCPM, PMPA, 2024.

A Polícia Militar representada pela SEGUP, em parceria com o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FESPDS), adquiriu quatro veículos blindados, representando um avanço significativo na modernização da corporação. Os novos Veículos de Ataque Rápido (VAR) são projetados para proporcionar máxima proteção e eficiência operacional, combinando agilidade, robustez e segurança.

Com tecnologia avançada, os VARs oferecem excelente desempenho em aceleração, frenagem e dirigibilidade em diversos terrenos, permitindo respostas rápidas a emergências. Essa aquisição é um investimento não só em equipamentos, mas também no compromisso com a segurança dos policiais e da população paraense, proporcionando maior confiança e eficácia no cumprimento do dever da PMPA.



Visando fortalecer as ações de proteção ambiental no Pará, dois projetos inovadores foram implementados no Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), com recursos da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA), no valor de R\$ 98.810,97.

O primeiro projeto resultou na criação de uma Sala de Geoprocessamento, equipada com tecnologia avançada, que permite monitorar em tempo real o desmatamento, identificar áreas de risco e otimizar a fiscalização, contribuindo para a preservação da Amazônia.

O segundo projeto envolveu a aquisição de decibelímetros e equipamentos para o combate à poluição sonora, permitindo medições precisas de ruídos excessivos e oferecendo maior segurança jurídica nas ações da PMPA.

GEOREFERENCIAMENTO E POLUIÇÃO SONORA



Fonte: DPCPM, PMPA, 2024.

IMPO E AGENTES QUÍMICOS



Fonte: DPCPM, PMPA, 2024.

Além disso, A Tropa de Comando de Missões Especiais (CME) recebeu materiais de menor potencial ofensivo (IMPO) e agentes químicos adquiridos com recursos da SEGUP, por meio do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FESPDS). Entre os materiais estão espargidores, granadas e munições, que serão utilizados em treinamentos, capacitações e operações. Esses equipamentos são fundamentais para garantir a segurança dos policiais e da população durante ações de controle de distúrbios e abordagens.

A aquisição é crucial para equipar a CME, permitindo que a tropa esteja preparada para enfrentar diversas situações, sempre com o uso controlado e responsável dos materiais, contribuindo para a preservação da vida e dos direitos humanos.



A Polícia Militar do Pará recebeu um importante reforço com a aquisição de seis viaturas semi-blindadas Nissan 4x4, compradas com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Essa aquisição marca um avanço significativo na capacidade operacional da instituição, proporcionando maior segurança aos agentes.

As viaturas oferecem proteção balística, permitindo que as equipes atuem em situações de alto risco com mais segurança. Equipadas com motores potentes e tração nas quatro rodas, elas garantem mobilidade em diversos terrenos, além de sistemas de comunicação e dispositivos de segurança que otimizam o trabalho policial.

Esse investimento reflete o compromisso contínuo com a valorização dos profissionais da segurança, sendo as viaturas essenciais em operações contra o crime organizado, patrulhamento ostensivo e ocorrências de alta complexidade. Com essa nova frota, a Polícia Militar do Pará está mais preparada para enfrentar os desafios

da segurança pública e proteger a população paraense. A proteção de alto grau oferecida por esses veículos permitirá que os homens e mulheres da Polícia Militar do Pará atuem com mais confiança e eficácia no cumprimento de seu dever.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: Agência Pará, 2024.



DIRETORIA DE TELEMÁTICA

No ano de 2024, a Diretoria de Telecomunicações realizou diversas ações para aprimorar o desempenho da PMPA no uso da internet, atualização de softwares, capacitação para o uso de novos aplicativos, manutenção de equipamentos de informática e

comunicação em todo o Estado, além de sua atuação nas operações ostensivas de risco. A seguir, apresentamos um resumo das principais iniciativas realizadas neste ano nas áreas de Tecnologias da Informação, Desenvolvimento de Sistemas e Informática:

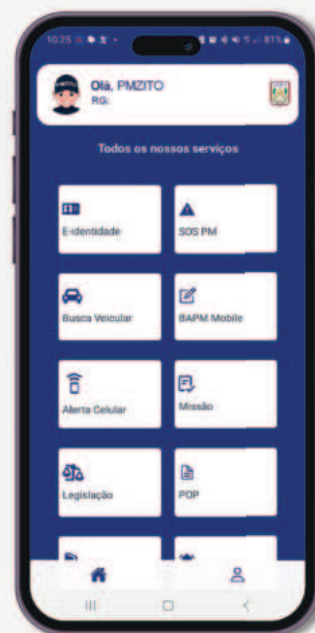
Alerta celular

Uma das inovações tecnológicas recentes implementadas em nosso aplicativo PMPA Mobile, de utilização exclusiva.

O aplicativo IMEI Guard, integrado na plataforma PMPA Mobile, representa um avanço significativo para a segurança pública no Pará, no que concerne ao uso da tecnologia. A ferramenta permite que o policial militar possa rastrear e identificar de forma eficiente os dispositivos móveis furtados ou roubados, aumentando as chances de recuperação e devolução desses produtos aos proprietários.

O cidadão poderá cadastrar seu aparelho telefônico acessando o site www.alertacelular.pa.gov.br, ajudando a agilizar o processo de localização de seu aparelho em caso de furto ou roubo e ao mesmo tempo contribuindo para potencializar as ações preventivas da Polícia Militar, a qual

reforça o seu compromisso com a proteção da comunidade, utilizando tecnologia de ponta para coibir a criminalidade e garantir maior segurança aos cidadãos.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.


Celular com alerta de Roubo/Furto

REGISTRO	
IMEI:	NOME:
B.O.:	DATA DO B.O.:
ATUAÇÃO: RELATOR/VITIMA	REGISTRO: ROUBO SIMPLES CAPUT

Fonte: DITEL, PMPA, 2024.



Sistema de rastreamento veicular “Helios”.

O Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEN) da Polícia Militar, por meio da Diretoria de Telemática (DITEL), capacitou, neste ano, 331 oficiais em todo o Estado na utilização e operacionalização do novo sistema de rastreamento de viaturas. Esta capacitação visa aprimorar a eficiência das operações, proporcionando maior controle e agilidade no acompanhamento das viaturas em tempo real, contribuindo diretamente para a segurança e eficácia das ações da PMPA.

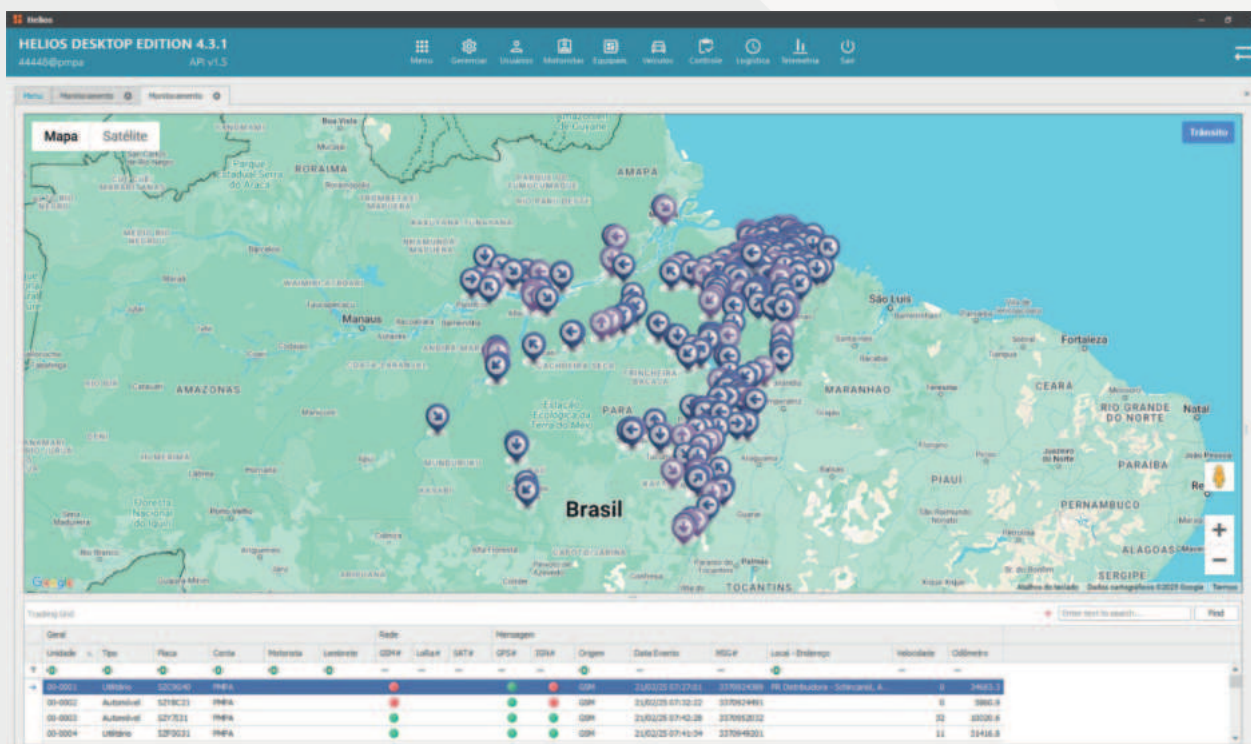
O novo sistema de rastreamento Hélios, adotado pela Polícia Militar do Pará, é uma solução tecnológica avançada que visa otimizar o monitoramento das viaturas em tempo real. Com essa ferramenta, é possível acompanhar a localização, velocidade e trajeto das viaturas de maneira precisa e instantânea, garantindo maior eficiência nas operações e segurança para os policiais durante o patrulhamento.

O sistema integra dados em tempo real, proporcionando uma resposta rápida

a situações de emergência e permitindo melhor coordenação das ações da PMPA. Além disso, o recurso também oferece funcionalidades de georreferenciamento e histórico de movimentação, contribuindo para a gestão inteligente das operações e reforçando o combate ao crime no Estado. Importante ressaltar que essa solução vem acompanhada do pacote de locação de viaturas, garantindo a modernização e o aprimoramento contínuo da frota da PMPA.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.



Recebimento de Novos Rádios de Comunicação Digital

A Polícia Militar realizou, em 2023, a aquisição de 953 equipamentos de rádio comunicação digital portátil, oriundos de recursos da Fazenda e de recursos extraorçamentários. Os equipamentos foram recebidos em 2024, e o estudo de distribuição, configuração e programação foi realizado pela Diretoria de Telemática, garantindo que todos os municípios do Estado fossem contemplados com os rádios transceptores portáteis.

Esses investimentos fortalecem as ações preventivas e repressivas da Polícia Militar, com foco em uma atuação técnica que tem gerado resultados expressivos, como apreensões de armas, drogas e prisões de criminosos. A modernização dos equipamentos de comunicação tem permitido maior precisão e agilidade nas operações, garantindo respostas rápidas em situações de risco.

A Polícia Militar continuará empenhada em sua missão de servir e proteger, e a adoção de tecnologias de ponta contribuirá para a excelência na prestação do serviço e o aumento da segurança pública.



Fonte: Agência Pará, 2024.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.

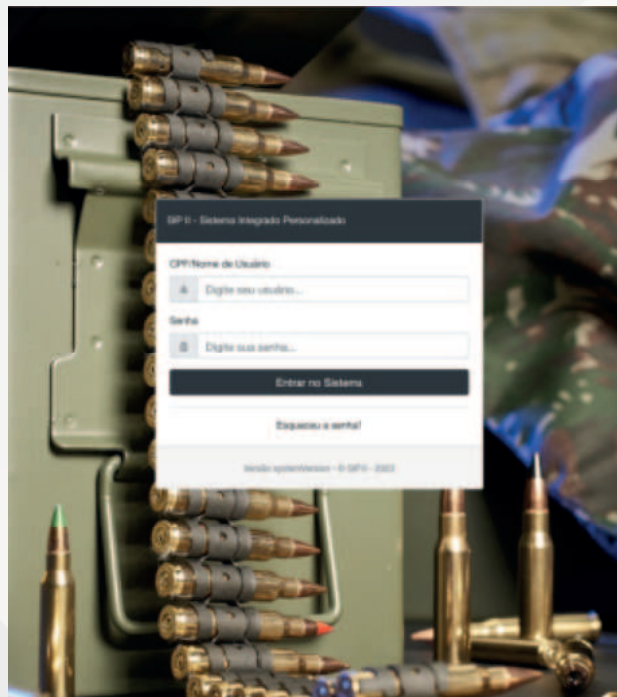


Implementação do Sistema de Informação Bélico da PMPA:

O recebimento, documentação e distribuição de materiais bélicos para todo o Estado sempre representaram um grande desafio para a Polícia Militar, especialmente devido ao alto volume de cargas, com destaque para o controle de munições, que demandava um considerável esforço administrativo. Nesse contexto, surgiu a necessidade de desenvolver um sistema de gerenciamento de munições e controle de fluxo, criado em parceria com a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). O Sistema de Informação Bélico da PMPA tem como objetivo controlar a destinação das munições pertencentes à corporação, desde o registro na nota fiscal até a entrega à unidade policial, com seu gerenciamento sendo realizado pelo Almoixarifado Central da PMPA.

O sistema foi projetado para proporcionar maior capacidade de controle e melhorar a rastreabilidade das munições utilizadas pelos policiais militares. Ele permite o registro dos dados de série das caixas de munições e, posteriormente, a indicação da

unidade policial que recebeu o lote. Esse controle facilita a identificação da origem de uma munição quando utilizada, oferecendo informações valiosas para órgãos de correição e o judiciário.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.

Atividades de Suporte e Telecomunicação:

As atividades de Suporte e Telecomunicação da Diretoria de Telemática (DITEL) são fundamentais para garantir a continuidade e a eficiência das operações da Polícia Militar do Pará. A DITEL é responsável pela manutenção e suporte técnico de sistemas de comunicação e equipamentos de telecomunicação, assegurando que as ferramentas utilizadas pela corporação funcionem de maneira otimizada. Além disso, a diretoria realiza a gestão de infraestrutura de TI, presta assistência técnica para resolver problemas operacionais e promove melhorias constantes nos sistemas de comunicação, essenciais para o sucesso das missões da PMPA.



Fonte: DITEL, PMPA, 2024.



DIRETORIA DE FINANÇAS

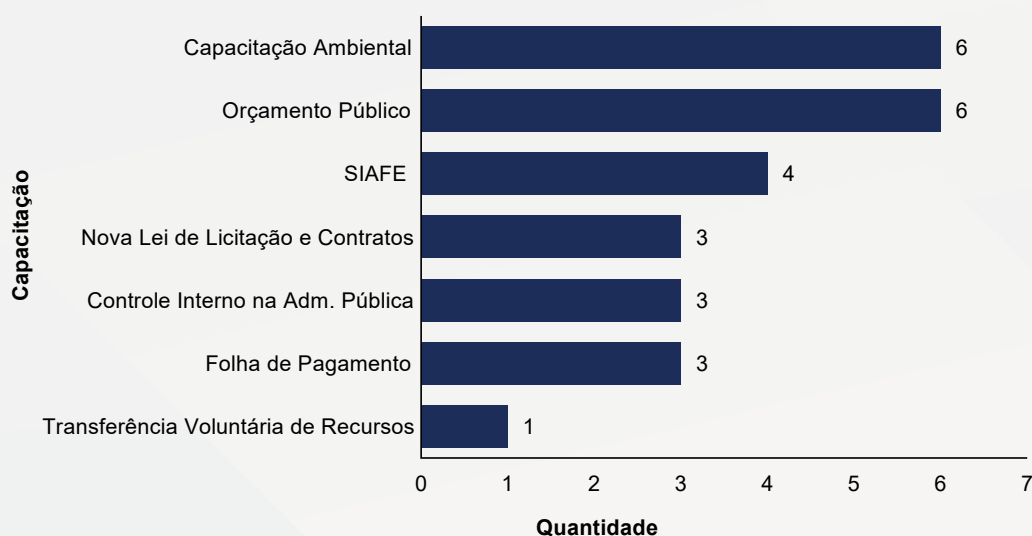
A Diretoria de Finanças (DF) da Polícia Militar do Pará é um órgão essencial para a gestão dos recursos financeiros da corporação, sendo responsável pela execução orçamentária e pelo controle contábil. Seu papel vai além da simples alocação de recursos, abrangendo a garantia de conformidade com as normas legais vigentes e a promoção de uma gestão responsável e transparente dos recursos públicos.

A DF assegura que todas as suas ações estejam em consonância com os princípios constitucionais da administração pública, contribuindo para o cumprimento da missão institucional da PMPA e o bom uso do erário público. Nesse contexto, com

o objetivo de fortalecer ainda mais sua capacidade de cumprir essa missão, a Diretoria adotou uma série de estratégia focadas no aprimoramento contínuo do potencial de seu efetivo.

Assim, foi implementado um programa de capacitação para qualificação técnica, visando não apenas o desenvolvimento individual, mas também a melhoria na execução das atividades institucionais. O gráfico a seguir apresenta um panorama das ações formativas realizadas em 2024 pelo efetivo da DF, demonstrando o impacto e o alcance das iniciativas de desenvolvimento profissional adotadas:

Ações formativas em 2024



Fonte: DF, PMPA, 2024.

A partir de uma abordagem holística adotada na área de capacitação, contemplando não apenas competências técnicas específicas da área financeira, como também habilidades operacionais essenciais à atividade policial. Nota-se que, sete policiais militares participaram de capacitação ambiental, reforçando a versatilidade exigida do efetivo. Ademais, 13 integrantes realizaram cursos especializados nas áreas de

processamento de despesas e operacionalização do Sistema de Administração Financeira do Estado do Pará (SIAFE), evidenciando o compromisso com a excelência na gestão financeira pública.

Essa capacitação reflete diretamente no desempenho da Diretoria de Finanças, que, no cumprimento de suas atribuições precípuas de execução orçamentária, fi-



nanceira e contábil, realizou um volume expressivo de operações no SIAFE, as quais decorrem, em sua maior parte, de proces-

sos tramitados pela DF. O quadro a seguir apresenta os indicadores quantitativos dessa produção:



Suporte às operações Policiais

Cumprе ressaltar o suporte financeiro às operações policiais estratégicas realizadas ao longo do exercício. Foram destinados recursos para operações especiais, com destaque para a Operação Curupira, que representou a maior parte do montante, seguida pela Operação Verão, ambas fundamentais para a segurança pública estadual.

Igualmente significativo foi o investimento em manutenção da frota, com pagamento de despesas relacionadas a combustível e contratos de locação de viaturas, garantindo a mobilidade necessária às atividades operacionais da corporação.

A Diretoria de Finanças reafirma, assim, seu papel estratégico na estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará,

atuando com excelência técnica e compromisso institucional na administração dos recursos que viabilizam a missão constitucional da corporação, promovendo, por conseguinte, a segurança e o bem-estar social no Estado do Pará.

Assim, no que se refere à execução orçamentária e financeira, os dados serão abordados especificamente no capítulo “Orçamento em ação: Execução financeira em foco”. O qual trará uma análise detalhada dos recursos previstos e executados, permitindo uma compreensão mais clara da aplicação orçamentária. Na sequência, será apresentada a execução financeira no âmbito da Polícia Militar do Pará, com ênfase na alocação eficiente dos recursos públicos.



ORÇAMENTO EM AÇÃO: EXECUÇÃO FINANCEIRA EM FOCO



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Neste capítulo, abordaremos inicialmente o processo de planejamento orçamentário, que é essencial para a gestão eficiente dos recursos de qualquer instituição. O planejamento orçamentário define as diretrizes e os limites financeiros necessários para atender às demandas de uma organização, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira estratégica e alinhada aos objetivos estabelecidos. Em seguida, abordaremos a execução financeira, que consiste na concretização do planejamento orçamentário, acompanhando a alocação dos recursos e realizando ajustes conforme as necessidades que surgem ao longo do período. Esse processo visa garantir que as ações planejadas sejam efetivamente implementadas, com controle rigoroso sobre a utilização dos recursos. Quando bem executados, tanto o planejamento quanto a execução financeira são essenciais para a sustentabilidade e o sucesso das atividades da instituição.

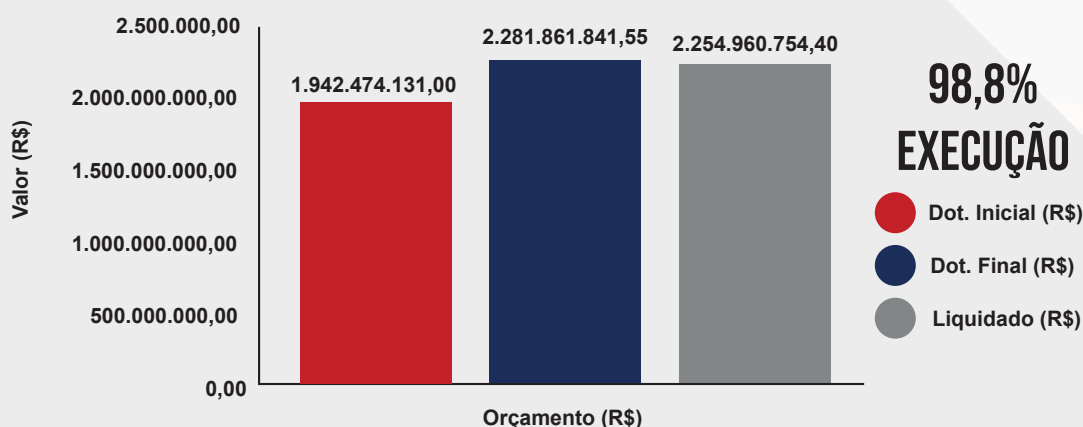
A elaboração da proposta orçamentária da PMPA é responsabilidade da 6ª Seção do Estado-Maior Geral, executada pela Diretoria de Finanças. Este processo respeita os limites orçamentários estabelecidos pela Secretaria de Planejamento e Ad-

ministração (SEPLAD) e, ao mesmo tempo, considera o planejamento das unidades subordinadas. Assim, realiza-se a distribuição entre as ações orçamentárias e programas, visando garantir o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas da Instituição.

No exercício de 2024, o orçamento da Corporação apresentou uma dotação inicial total de R\$ 1.942.474.131,00, incluindo as fontes consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, como Recursos Ordinários, Royalties do Petróleo, Transferências de Convênios e outras Receitas Patrimoniais de Outros Poderes.

Durante o exercício financeiro, o orçamento inicial pode ser alterado por meio de remanejamentos, transferências, créditos adicionais e/ou cancelamento de recursos, a pedido do próprio órgão ou do órgão de controle (SEPLAD), conforme a necessidade. Assim, o orçamento inicial de R\$ 1.942.474.131,00 foi atualizado para R\$ 2.281.861.841,55, com uma execução de 98,8%, totalizando R\$ 2.254.960.754,40, como descrito no gráfico a seguir:

Orçamento disponibilizado no ano de 2024.



Fonte: SIGPLAN, PMPA, 2024.



Além das dotações iniciais, outras fontes de financiamento contribuíram para a Corporação, como os Termos de Execução Descentralizada (TED), convênios e emendas parlamentares, que somaram R\$

135.828.016,58 ao orçamento inicial (Fonte: SIGPLAN – 08/01/2025). Desses recursos, aproximadamente 46,42% foram alocados ao Grupo de Investimento, 17,5% ao Grupo ODC e 36,08% ao Grupo Pessoal.

Orçamento relativo ao grupo de despesa de pessoal disponibilizado por fonte de recursos em 2024.

Fonte	Dot.Inicial (R\$)	Dot.Final (R\$)	Liquidado (R\$)
01500000001(Rec. não vinculados de impostos)	1.403.182.604,00	1.426.461.672,29	1.425.386.045,52
01500100102 (Rec. com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	-----	49.008.005,37	47.003.703,25
Total	1.403.182.604,00	1.475.469.677,66	1.472.389.748,77

Fonte: SIGPLAN, PMPA, 2024.

Orçamento relativo a outras despesas correntes disponibilizado por fonte de recursos em 2024.

Fonte	Dot.Inicial (R\$)	Dot.Final (R\$)	Liquidado(R\$)
01500000001 (Rec.Ordinários)	482.550.536,00	718.234.975,08	716.687.090,42
01500100102 (Educação - Rec. Ordinários)	-----	4.239.071,55	3.414.598,72
01501000001(Outras receitas poder executivo)	-----	700.000,00	-----
01700000006 (Convênios e Outros)	608,000,00	2.572.927,28	329.483,78
01759000018(Rec. fundo reap judiciário)	-----	7.263.774,12	6.931.266,49
02500000001 (Rec. Não Vinculados de Impostos)	-----	1.104.100,00	1.088.500,00
02500000012 (Rec. Não Vinculados de Impostos - Rec	-----	674.787,10	-----
02759000076 (Fundo de invest. da administração tributária do Pará)	-----	7.121.123,65	6.064.455,43
61500000001(Rec. de Contrapartida de convênios)	-----	93.806,43	-----
Total	483.158.536,00	742.004.565,21	734.515.394,84

Fonte: SIGPLAN, PMPA, 2024.



Orçamento relativo ao grupo de despesa de investimento disponibilizado por fontes de recursos em 2024.

Fonte	Dot.inicial (R\$)	Dot.final (R\$)	Liquidado (R\$)
0150000000 (Rec.Ordinários)	36.784,00	1.337.177,60	464.827,45
01700000006 (Convênios e Outros)	770.465,00	1.525.621,25	300.849,75
01704000026 (Royalties)	30.157.883,00	27.157.883,00	26.420.483,65
01754000030 (Operações de Crédito Interno)	25.167.859,00	25.167.859,00	16.679.150,19
02500000001 (Rec. Não Vinculados de Impostos)	-----	2.897.500,00	1.866.799,36
02700000006 (Rec. Provenientes de Transferências)	-----	297.007,83	297.007,83
02752000061 (Detran)	-----	6.000.000,00	2.026.492,56
61500000001 (Rec. de Contrapartida de Convênios)	-----	4.550,00	-----
Total de investimentos	56.132.991,00	64.387.598,68	48.055.610,79

Fonte: SIGPLAN, PMPA, 2024.

Esses dados demonstram uma gestão eficiente e o compromisso da administração em otimizar os recursos disponíveis. Ao planejar e distribuir cuidadosamente entre as ações e programas, a instituição alinha as

necessidades das unidades com os limites orçamentários, garantindo o uso eficaz dos recursos e promovendo maior impacto nas atividades administrativas e operacionais.

Execução Financeira

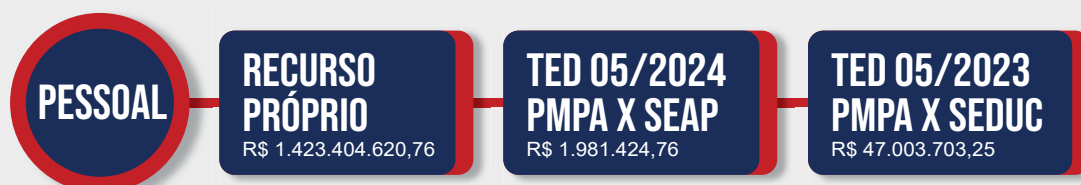
No âmbito da execução orçamentária e financeira, cabe à Diretoria de Finanças (DF) a responsabilidade pela implementação do planejamento realizado pela 6ª Seção do Estado-Maior Geral. Dessa forma, os demonstrativos a serem apresentados serão baseados nos valores pagos durante

o exercício financeiro de 2024, cujos dados foram extraídos do Sistema de Administração Financeira (SIAFE), subdivididos por grupo de despesa, a saber: pessoal, outras despesas correntes (ODC) e investimento.

Pessoal

Em relação a despesa com pessoal, executou-se aquelas referentes a recurso próprio e as provenientes de descentralização orçamentária, no caso em questão

dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Dessa maneira, os valores pagos foram os seguintes:





Dentre os valores acima citados, merecem destaque o que foi praticado com abono extraordinário o qual indubitavelmente contribuiu sobremaneira no in-

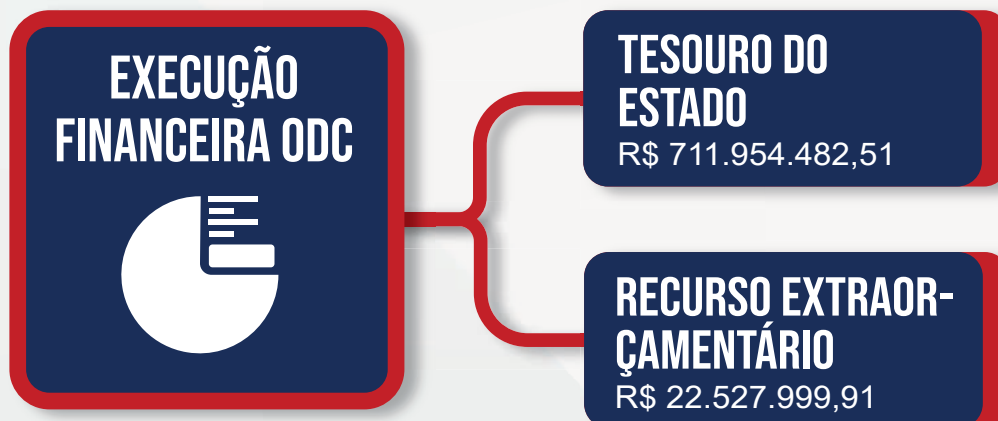
cremento do reforço no policiamento nos mais diversos Municípios do Estado, inclusive em escolas da rede pública, conforme podemos observar a seguir:



Outras despesas correntes com (ODC)

Para as despesas correntes, ou seja, aquelas destinadas a manutenção da máquina administrativa, cujo recurso é proveniente do orçamento próprio ou extraordinário

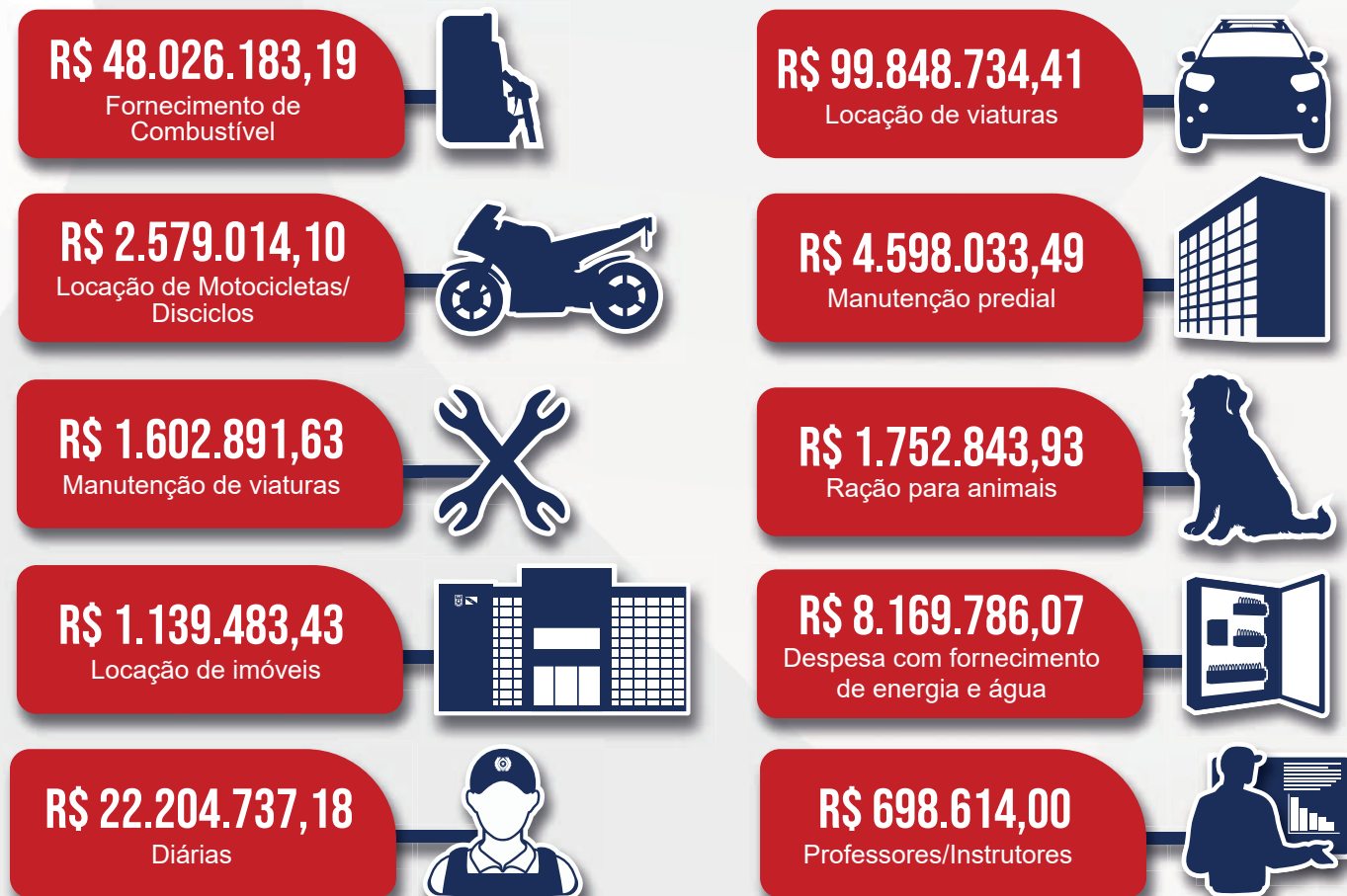
(termos de execução descentralizada e convênios), cujo valor total pago foi de R\$ 734.492.482,42 , assim discriminados:





É importante destacar as despesas que têm um impacto significativo no desempenho das atividades finalísticas da corporação, especialmente aquelas relacionadas ao cumprimento das principais missões no contexto do sistema de segurança pública. Essas despesas, que envolvem o uso de recursos ordinários e extraorçamentários,

são fundamentais para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados. Elas refletem diretamente na eficiência e eficácia das operações, sendo determinantes para o sucesso das ações da corporação. A seguir, apresentamos um infográfico que ilustra esse impacto nas atividades essenciais.



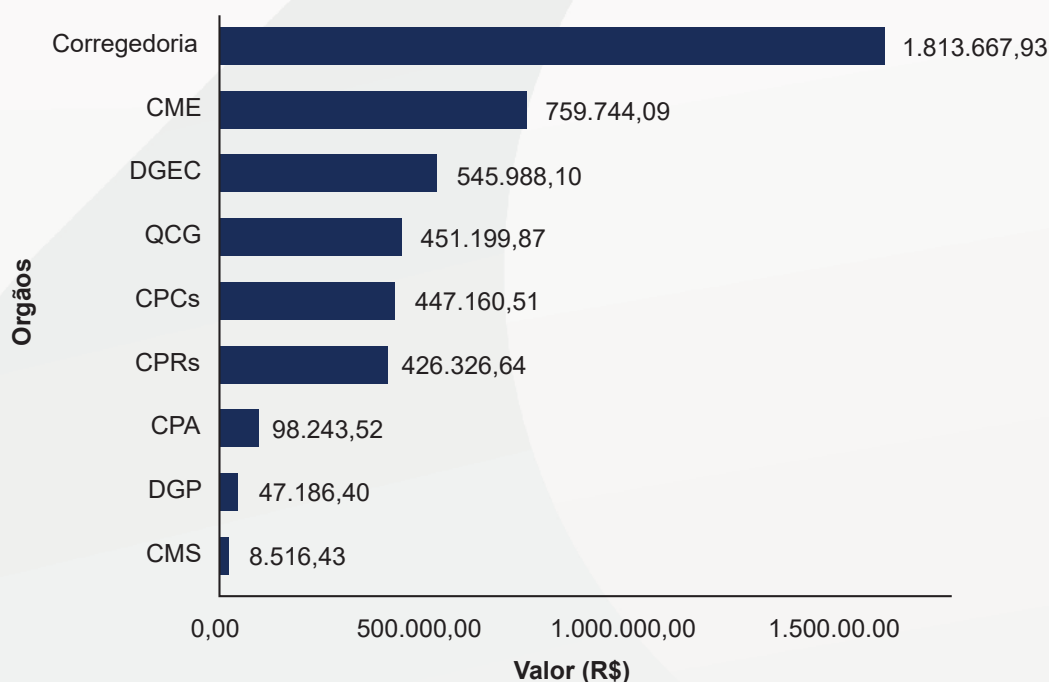
Com base nos dados apresentados, é possível destacar as áreas principais que merecem atenção: a manutenção predial, responsável por assegurar a conservação e o bom estado das instalações; as diárias, que cobrem os custos de deslocamento e estadia; e a instrução, voltada para treinamentos e capacitações essenciais. Esses aspectos desempenham papéis funda-

mentais para o funcionamento eficiente da corporação, contribuindo diretamente para a melhoria contínua de suas operações.

A manutenção predial teve um custo total de R\$ 4.598.033,49, cujos valores atenderam diversas unidades no âmbito dos órgãos de Direção Geral, Intermediária e Setorial, como adiante se veem:



Custo das manutenções prediais realizadas no ano 2024 classificadas por órgão de Direção Geral/Intermediária/Setorial

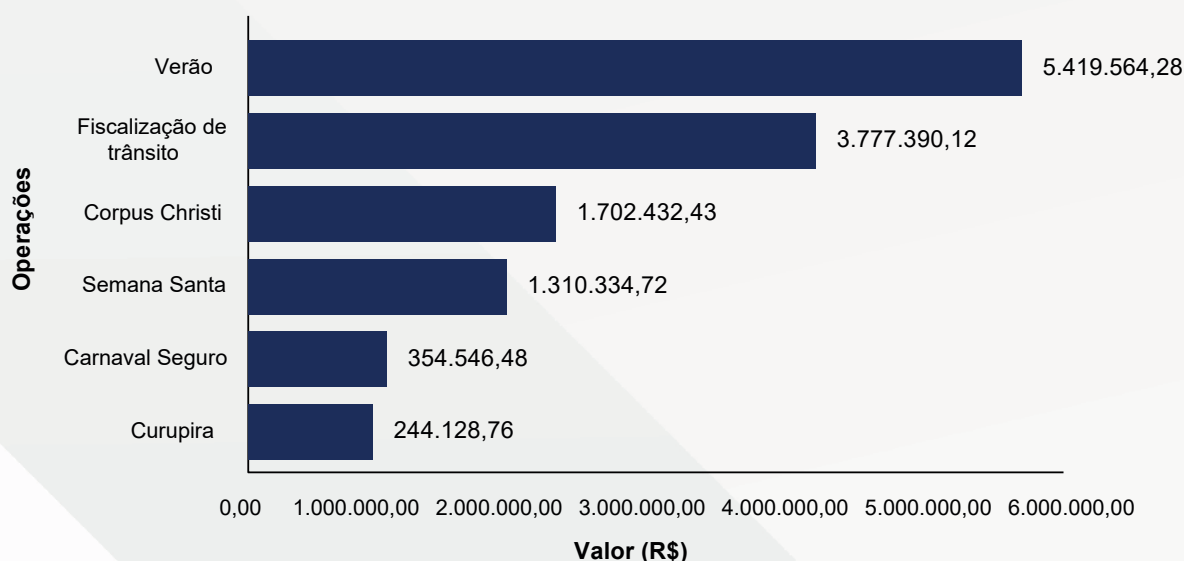


Fonte: DF, SIAFE, 2024.

Em seguida, destacam-se as despesas com diárias, concedidas com o objetivo de incrementar o efetivo nas diversas operações realizadas pela corporação. Essas operações visam reforçar o policiamento em várias regiões e municípios do Estado, com ênfase especial nas ações

voltadas ao combate à criminalidade e a ilícitos ambientais. Tais despesas são essenciais para garantir a mobilização e a atuação eficiente das forças de segurança, proporcionando o suporte necessário para o cumprimento dessas missões.

Custo com diárias das principais operações realizadas no ano de 2024



Fonte: DF, PMPA, 2024.



No contexto da capacitação e formação inicial de agentes de segurança, um total de R\$ 656.245,14 foi pago para cobrir as diárias destinadas a policiais militares que participaram de cursos fora do município sede. Esses cursos tiveram grande relevância, especialmente aqueles

que possibilitaram o intercâmbio de informações entre as polícias militares de diferentes estados, promovendo a troca de experiências, aprimoramento das práticas operacionais e colaboração entre as forças de segurança, como se pode destacar nos três cursos descritos na tabela abaixo:

Valor pago em diárias no 2024 para realização de cursos com atividades fora do Estado.

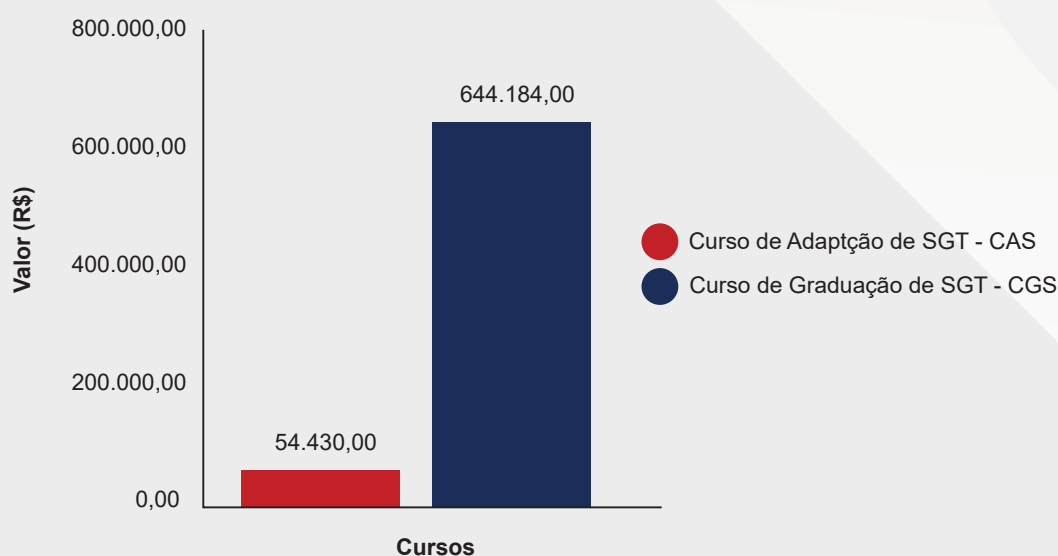
Curso	Destino	QTD de PMs	Valor (R\$)
Gerenciamento de Crises	Paraíba	31	54.519,30
III Curso de Operações de Rádio Patrulhamento	Mato Grosso	27	62.174,82
Ações de Choque	Distrito Federal	43	119.724,96
Total		101	236.419,08

Fonte: DF, PMPA, 2024.

Por fim, as despesas com instrutores e professores, isto é, aquelas voltados à capacitação e a formação dos PMs, cujo custo, nessa natureza de despesa, totalizou R\$ 698.614,00. Tal custeio é fundamental para o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, assegurando que adquiram competências essenciais para o aprimoramento das atividades da corpora-

ção. Os valores apresentados demonstram o compromisso da instituição para com a qualificação profissional e com o fortalecimento das capacidades internas, visando sempre a melhoria no desempenho organizacional do ponto de vista administrativo e operacional. A seguir, segue o gráfico com a discriminação das despesas pagas:

Pagamentos de professores/instrutores por curso no ano de 2024.



Fonte: DF, PMPA, 2024.



Investimento

O valor total desembolsado foi de R\$ 47.636.087,71, distribuído entre as seguintes naturezas de despesa: aquisição de equipamentos e execução de obras. Os recursos para esses investimentos provêm do tesouro estadual, operações de crédito, convênios e termos de execução descentralizada. O objetivo principal é fortalecer a infraestrutura da corporação, promovendo melhorias significativas na eficiência operacional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A aquisição de novos

equipamentos permitirá a modernização das operações, aumentando a agilidade e a precisão no atendimento. Além disso, as obras executadas visam a ampliação e a melhoria das instalações, oferecendo um ambiente mais adequado para o desempenho das atividades da corporação. Com esses investimentos, espera-se alcançar um impacto positivo, proporcionando serviços mais rápidos, seguros e de maior qualidade para a população.

Equipamentos provenientes de parcerias

No que concerne à parcerias originadas de termo de execução descentralizada (TED) e convênios, vara de execuções pe-

nais e medidas alternativas (VEPMA) e convênios, a execução financeira se deu da seguinte maneira:

MPPA

R\$2.045.642,18

Veículos, material de informática e drones.

DETRAN

R\$2.026.492,56

Veículos, material de informática, energia e mobiliário.

BACEN

R\$ 499.097,51

Armamento e equipamentos diversos.

MPC

R\$ 285.984,63

Informática e mobiliário

VEPMA

R\$ 98.810,07

Equipamento de áudio e vídeo, informática.

Equipamentos/serviço técnico especializado fonte de recurso do tesouro do estado

Em relação aos recursos oriundos do tesouro do Estado, observa-se que sua execu-

ção financeira totalizou R\$ 2.273.710,62, assim distribuídos por subelemento de despesa:



01

SERVIÇOS TÉCNICOS
PROFISSIONAIS EXCETO TIC

R\$ 1.677.036,94

02

MOBILIÁRIO EM GERAL

R\$ 260.173,52

03

EQUIPAMENTOS ÁREA
DA SAÚDE

R\$ 257.854,16

04

EQUIPAMENTOS DIVERSOS
(INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS,
MANOBRA ETC.)

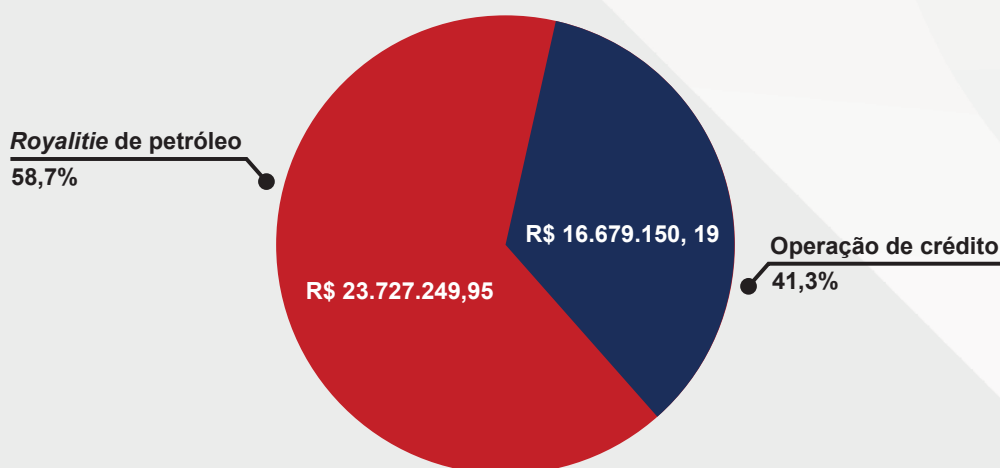
R\$ 338.819,52

Obras

O recurso das obras foram provenientes das fontes *royaltie* do petróleo e opera-

ção de crédito totalizaram R\$ 40.406.400,14, sendo assim discriminadas:

Valor total pago em obras por fonte de recurso em 2024.



Fonte: SIAFE, 2024.

É importante salientar que a operação de crédito é recurso utilizado apenas na construção do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), enquanto que as demais obras são decorrentes do *royaltie* do petróleo.

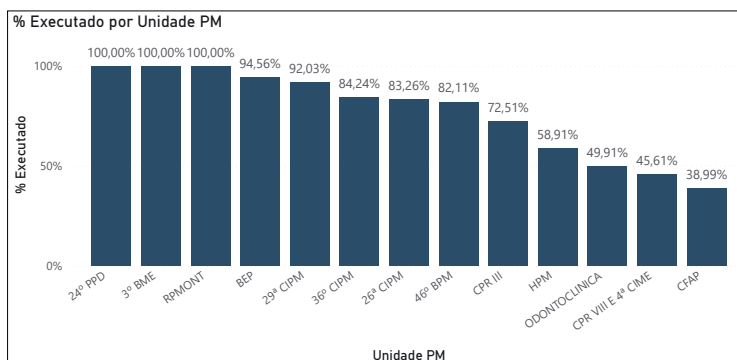
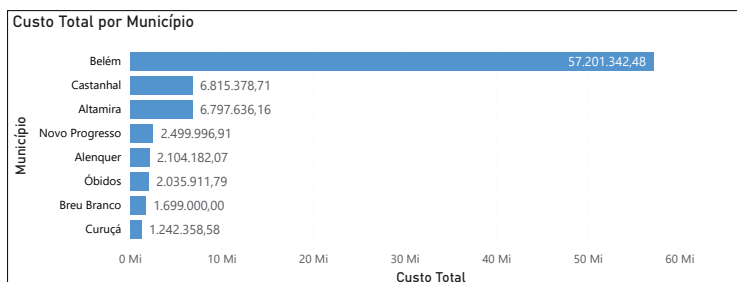
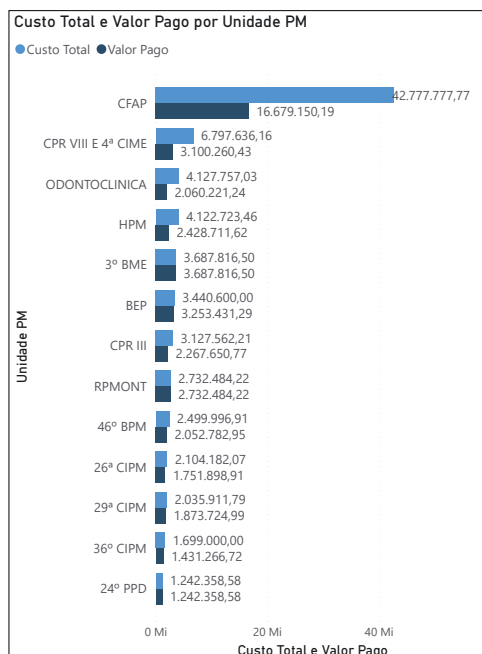
O gráfico a seguir apresenta os valores detalhados das obras em andamento e das concluídas no ano de 2024. Os dados incluem o valor total contratual, que abrange tanto os pagamentos realizados no exercício financeiro de 2024 quanto aqueles efetuados em exercícios ante-



riores, como no caso da construção do Hospital da Polícia Militar. Esses valores proporcionam uma visão abrangente dos investimentos em infraestrutura, possibilitando uma análise detalhada dos gastos e do progresso das obras a luz do orçamen-

to público. Destaca-se, ainda, o início das obras de construção do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), localizado no município de Belém, com um orçamento estimado em R\$ 42.777.777,77.

Obras em andamento e entregues no ano de 2024.



Fonte: DF, PMPA, 2024.

Em síntese, o planejamento orçamentário e a execução financeira são processos complementares e essenciais para a boa gestão de qualquer instituição. Enquanto o planejamento define as diretrizes e a alocação estratégica dos recursos, a execução assegura que essas ações sejam efetivamente realizadas, com ajustes contínuos para atender às necessidades que

possam surgir. Quando ambos os processos são bem conduzidos, garantem a utilização eficiente dos recursos e contribuem para o alcance dos objetivos institucionais de maneira sustentável. Assim, investir em um planejamento orçamentário sólido e em uma execução financeira rigorosa é fundamental para assegurar o sucesso e a estabilidade organizacional.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPLETA-SE A DIRETORIA DO FLUMINENSE PARA VICE-PRESIDENTE DE ESPORTES AMADORES O CORONEL FERREIRA COELHO. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, fev. 1949.

FERREIRA JUNIOR, Alcemar. Monte Castelo e o espírito de corpo na Força Expedicionária Brasileira. In.: **Revista Mário Travassos**, v. 1, n. 1, 2023.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. “**Football suburbano e festivais esportivos**”: lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio em Belém do Pará (1920-1952). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. História, Memória e Polícia Militar: Os Esportes e a “Volta da cidade Cel. Fontoura In: As crises da República e o Ensino de História: A Democracia Brasileira em Questão. **X Simpósio Regional de História**. ANPUH-PA, Belém: Paka-Tatu, 2017.

IHGP, **Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Boletim de Oficial, Coronel comandante (comissionado) da Polícia Militar do Pará, José Manoel Ferreira Coelho, 28 nov. 1939.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: MI VENDRAME et al. **Micro-história, trajetória e imigração**, Oikos, p. 32-52, São Leopoldo, 2015.

Jornal A Província do Pará. Belém, PA, ed. 25, set. 1958.

Jornal O Liberal. Belém, PA, 16 jun. 1964.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da UNICAMP, Campinas, SP, 1990.

MACHADO, Lucas Carnevale. Uma micro história da revolta do Forte de Copacabana (1922): o batismo de fogo do oficial José Manoel Ferreira Coelho (1902-1979). **Revista do IGHMB**, ano 83, nº. 112, 2024.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha (Org.). **Histórico da Polícia Militar do Pará**: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, p. 244-246, Belém, PA, 1940.

OFICIAIS À DISPOSIÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS NO BRASIL. **Jornal Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1937.

OFICIAIS SUPERIORES DO EXÉRCITO VÃO PRESTAR DEPOIMENTO À CÂMARA SOBRE O IBAD. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição 147, jul. 1963.

O PHAROL. **A instrução – Collegio Militar de Barbacena**. Juiz de Fora, MG, anno XLIX, número 131, 5 jun. 1914.

O SEMANÁRIO. **Diretores da IBAD não sabem explicar a origem dos recursos**. Rio de Janeiro, 10 jul. 1963.

PARÁ. Governo do Estado. **Decreto Estadual nº. 1.585**. Institui a medalha General Ferreira Coelho – Dedicção ao Estudo. Belém, IOEPA, 20 maio 1981.



PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Decreto nº. 1.735, de 30 de março de 2017**. Ativa, denomina e determina circunscrição de Comando Operacionais Intermediários na Polícia Militar do Pará, bem como altera e revoga dispositivos do DECRETO Nº. 1.017, de 4 de abril de 2014, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, n. 33.345, p.11, Belém, PA, 31 mar. 2017.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Estatística dos Índices de Criminalidade do Comando de Policiamento da Capital II do ano de 2023**. Polícia Militar do Pará, p. 153, Belém, PA, 2024a.

PARÁ. **Indicadores de criminalidade no estado CVLI – 2010 a 2024**. Polícia Militar do Pará, Belém, 31 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição, Belém, 2015.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Plano Tático do Comando de Policiamento da Capital II/2023**. Belém, 2022a.

PARÁ. **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social**. Registros de CVLI no estado do Pará de janeiro a dezembro de 2018 a 2023. Belém, PA, 2023.

PASSARINHO, Jarbas G. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 Anos Depois: Instituto Millenium? **Revista Aurora**, v. 5, nº. 2, p. 57-80, Marília, SP, 2021.

FON FON. **Seminário Alegre, Político, Crítico e Espusiente**. Revista Fon Fon, Rio de Janeiro – RJ, ed. 2.144, 8 maio 1948.

SITES DA INTERNET

https://www.flunomeno.com/2018/09/fl_uminense-em-1923.html

https://anotandofutebol.blogspot.com/2017/02/fl_uminense-parte-3.html



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ



POLÍCIA
MILITAR
DO PARÁ